

RUBENS ROMANO MACIEL

**CONTESTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO SABER PSIQUIÁTRICO:
UMA INTERPRETAÇÃO DA OBRA DE THOMAS S.SZASZ.**

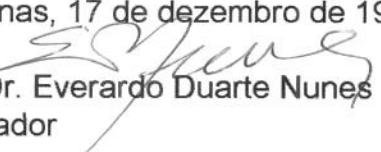
Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Ciências Médicas, área de Saúde Mental.

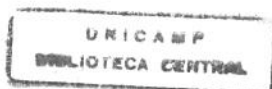
ORIENTADOR: Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes:

Campin:

1999

Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado apresentado ao Curso de Pós-Graduação Ciências Médicas da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, para obtenção do título de Doutor em Ciências Médicas, Área Saúde Mental do aluno Rubens Romano Maciel. Campinas, 17 de dezembro de 1999


Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes
Orientador



200001857

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	TI/UNICAMP
	M187c
V.	Ex.
TOMBO BC/	40200
PROC.	278/00
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	29/01/00
N.º CPD	

CM-00135763-6

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
UNICAMP**

M187c

Maciel, Rubens Romano

Contestação e construção do saber psiquiátrico: uma interpretação da obra de Thomas S. Szasz / Rubens Romano Maciel. Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador : Everardo Duarte Nunes

Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas.

1. Doenças mentais. 2. Antipsiquiatria. 3. Psiquiatria - História. 4. Contracultura. I. Everardo Duarte Nunes. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Banca examinadora da tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes

Membros:

1.

Suprante

2.

depin

3.

Porto - Waf

4.

5.

Esperanza

Curso de pós-graduação em Ciências Médicas, área de concentração em Saúde Mental da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Data:

Dedicatória

*A meus pais, que de dois tendem a um,
ou vice-versa, pela coragem sempre a
mesma e sempre surpreendente.*

AGRADECIMENTOS

O que está adiante, como resultado de um trabalho, testemunha um demorado e, para mim, extenso aprendizado, além da necessária manutenção do equilíbrio espiritual, do ânimo e do difícil percurso burocrático. A ordem de importância destes fatores variou conforme o momento e nada fiz que não com muito auxílio. É possível com isto ter um lampejo de como seria a equação das dívidas que acumulei; e a despeito de reconhecê-las, não terei condições de saldar. Meus agradecimentos são, portanto, profundamente sinceros.

Ao Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes, porque inumeráveis coisas me ensinou, a maior parte delas referente a seriedade, respeito e dedicação, tanto à ciência, como às pessoas. Também à Ecilda, sua esposa, pela simpatia e pelas leituras e correções no material da tese.

À Profª. Dra. Liliana A. Magalhães Guimarães, pela simpatia, pelo constante estímulo e pela amizade.

Ao Prof. Dr. Wolgrand A. Vilela, pela amizade e pela excelente companhia cotidiana, que tanto facilita e alegria a realização da profissão.

Ao Prof. Dr. Dorgival Caetano, a quem devo a formalização e em parte a manutenção de meu vínculo com a Universidade, que possibilitou este trabalho.

Ao Prof. Dr. Maurício Knobel, ao Prof. Dr. Joel S. Giglio e ao Prof. Dr. Neury J. Botega, que enquanto chefes do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria, também foram responsáveis pela manutenção do meu vínculo com a Universidade.

Novamente ao Prof. Dr. Neury J. Botega, bem como à Prof. Dra. Lídia Straus e ao Prof. Dr. Mário Eduardo C. Pereira, pela boa vontade e disponibilidade em resolver importantes problemas burocráticos na Sub-comissão de Pós-graduação em Saúde Mental.

Novamente ao Prof. Dr. Mário Eduardo C. Pereira, bem como à Profª. Dra. Lígia França Pereira, ao Prof. Dr. Gastão Wagner de S. Campos, à Profª. Dra. Liliana A. Magalhães Guimarães, pela leitura e pelas contribuições oferecidas quando do exame de qualificação.

"O Estilo é um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É a forma e é conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte e de todo ofício - e também a história. Salvo por alguns artifícios mecânicos de retórica, a maneira se encontra indissoluvelmente ligada à matéria; o estilo molda e é por sua vez moldado pelo conteúdo."

Peter Gay(1990).

"Contradições do pensamento e contradições do objeto são, em última análise, inseparáveis umas das outras. Mas, além disso, o mecanismo de tais contradições só pode funcionar se os problemas ou os conceitos, em virtude dos quais elas surgem, estiverem relacionados com o equilíbrio estrutural no qual estes conceitos se inserem, com as proposições e com os sistemas de oposições nos quais estão inscritos."

Jean Laplanche(1985).

RESUMO.....	i
CAPÍTULO I- APRESENTAÇÃO.....	1
1. Delimitação do tema e problema de investigação.....	2
2.- Detalhamento do enfoque teórico e dos procedimentos metodológicos.....	11
3.- Objetivo e método da investigação.....	14
4.- O material documental.....	15
5.- O trabalho no plano da exposição.....	15
CAPÍTULO II.-DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO: A CONSTRUÇÃO DO SABER PSIQUIÁTRICO E AS CRENÇAS.....	19
1. As marcas dos anos sessenta: enfoque do período.....	20
2. A contestação como método e estilo.....	23
3. Saber e realidade Marx: a oposição e a construção da realidade.....	40
4. Marx e Freud: acerca de convencimento.....	47
5. Influência e ilusão.....	50
6. Influência e sua funcionalidade social: pressupostos e conseqüências.....	55
CAPÍTULO III-CONTEXTO: A ÉPOCA DAS CONTESTAÇÕES E CONTEÚDOS A ELA RECLACIONADOS.....	69
CAPÍTULO IV.-ENTRE O SOCIAL E O PSÍQUICO MARCUSE.....	82
CAPÍTULO V.-A PROPÓSITO DE “O MITO DA DOENÇA MENTAL”.....	114
1. Enfoque da releitura.....	115
2. A psiquiatria norte-americana enquanto variável da equação.....	123
3.- Obra de Szasz.....	139
4.- Uma releitura de “O Mito da doença Mental”.....	165

CAPÍTULO VI.-CONCLUSÃO.....	179
CAPÍTULO VII.-SUMMARY.....	182
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184
ANEXOS.....	202
1. A contracultura.....	203
2. Perversão e liberdade individual.....	230
3. Bibliografia de Thomaz Szasz – Artigos.....	237



RESUMO

O presente trabalho tem por eixo a discussão elaborada em “*O Mito da Doença Mental*”, de Thomas Szasz. Nesta obra, a psiquiatria é criticada com os argumentos de que não tem como sustentar racionalmente seu conteúdo teórico e que existe em razão de criar efeitos ilusórios, em analogia ao saber que, em outras épocas, legitimou a Inquisição. A perspectiva crítica em que se firma fornece meios que permitem deslocá-la para a análise dos recursos internos de discursos que, a despeito de não se sustentarem na racionalidade, logram êxito em convencer durante períodos relativamente bem delimitados. A concepção em que a psiquiatria é enquadrada também serve para a reflexão das idéias do próprio Szasz que, consideradas em conjunto com as circunstâncias que deram a elas condições de sucesso, são aqui tomadas como objeto de investigação.

O tema é explorado através dos diferentes elementos discursivos e de práticas que a ele se agregam, quais sejam os referentes a formas e conseqüências dos processos geradores de convencimento. Assim, também são revistos aspectos dos anos sessenta e setenta importantes para a definição das tendências presentes no senso comum afeito aos grupos que, propensos a tomarem para si a bandeira da contestação às instituições, tiveram relevância política. O intuito é resgatar a discussão sobre a forma de construção e a validade racional de determinadas formulações científicas empregadas com finalidade ideológica, bem como a importância desta discussão para uma área de saber como a psiquiatria.



Capítulo I.- Apresentação

1- DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO.

Em suas origens, o objetivo deste trabalho era estudar a obra de Thomas Szasz, e os motivos para tal eram evidentes: Szasz tornara-se centro dos debates em psiquiatria, não somente pelas formulações internas do seu trabalho, como também pela sua dimensão sócio-política. Acrescente-se ainda que havia o motivo de seu livro *"The Myth of Mental Illness"* ter se tornado um dos emblemas do processo de contestação que os anos sessenta iriam instalar em relação aos assuntos internos ou afeitos à psiquiatria. Além disso, a obra que este psiquiatra produziu nos Estados Unidos apresentou ao longo do tempo tal extensão, regularidade e persistência crítica, que merecia ser revisitada.

Porém, na medida em que procedíamos a reconstrução bibliográfica desse autor, verificamos que as questões por ele levantadas apresentavam uma complexidade que não se esgotava nos limites de sua produção intelectual.

Em realidade, muitos são os estudiosos que apontam a complexa e rica atividade intelectual que, vindo do final dos anos cinquenta, se estenderia pela década de sessenta e setenta, tendo como epicentro, expresso na dimensão revolucionária, o ano de 1968, quando, no dizer de Lacan, "Se há algo que os acontecimentos de maio demonstraram é a saída para as ruas das estruturas"(Dosse, 1994:149).

Estávamos, portanto, frente à possibilidade de, sem deixar de tomá-lo como referência, adotar uma perspectiva analítica que aprofundasse uma reflexão que, apesar de datada, ultrapassasse estes limites temporais e se colocasse no plano de uma elaboração teórica.

Esta elaboração necessitava ser redimensionada cotejando o próprio saber psiquiátrico, que encontrava, nas diversas manifestações que se tornaram frequentes no período, as possibilidades de se exprimir. Neste sentido, a escolha da obra de Szasz era válida, mas devia ser referida a um contexto mais amplo de eventos, idéias, movimentos políticos e culturais.

Dessa forma, *“O Mito da Doença Mental”* necessitava ser abordado em conjunto com a ideologia na qual se firmou como obra de importância por ter marcado presença no meio psiquiátrico e fora dele.

Mas como fazer, de maneira sistemática, esta leitura? Não se tratava de seguir o percurso foucaultiano da análise do discurso, embora em muitos aspectos ela se mostrasse bastante promissora, especialmente no que se refere à detecção das rupturas no discurso psiquiátrico, obviamente para além da “arqueologia da loucura”¹.

Para tanto, a tarefa voltou-se para a elaboração de um estudo do **estilo**. Mas o que é o estilo? Este termo exige alguma reflexão para sublinhar o sentido com que aqui foi empregado .

Birman(1997,p.44) afirma : “ A categoria de estilo é originária das teorias da literatura e da arte, não sendo, portanto, derivada do discurso científico. O estilo não é uma categoria da ciência.”; e, adiante: “ o discurso da ciência pretende ser a realização concreta da universalidade conceitual, promovendo para isso a ruptura das fronteiras simbólicas e o silenciamento da autoria. A literatura e a arte são as herdeiras irrefutáveis das marcas singularizantes do discurso do autor, enquanto a ciência tem a pretensão de enunciar um discurso sobre o universal.”(Birman, 1997:45). Estas afirmações naturalmente estão no bojo de um trabalho que as relativiza, que neste caso ocorre através da definição que dá à psicanálise. Para o autor, faz parte do objetivo da psicanálise a busca da singularidade, uma vez “que o sujeito se compõe e se recompõe permanentemente pela estese da economia do narcisismo, indicando isso o eixo de ordem estética na fundação do sujeito.”(Birman, 1997:46). Além da tese contida no trecho, também nele se observa que, como de regra, estilo e estética são confundidos.

Birman entende que, por meio do estilo/estética, algo - o sujeito do inconsciente - pode ser produzido: “entre os eixos de ordem ética e estética se constitui o sujeito do inconsciente, que se caracteriza pela sua singularidade e pelo valor diferencial. A experiência psicanalítica pretende ser a condição de possibilidade para a sua produção no

¹Análise do discurso, dentro do projeto foucaultiano de arqueologia do saber, aqui referida como: “a pesquisa de um conjunto de regras que definem as condições de possibilidade dos enunciados, os critérios de sua organização, as passagens de uma organização a outra”, ou seja, que “partindo da definição do discurso como regularidade de uma prática, trata-se de pesquisar as regras de sua organização interna e as regras de sua articulação às outras práticas discursivas e às práticas não-discursivas.” (Maldidier & Normand & Robin, 1972: 125).

registro do estilo.” Afirmação que está coerente com a sua proposição instigante: a experiência psicanalítica, não sendo terapêutica ou para a obtenção de cura, “se desenvolve no sentido de possibilitar ao sujeito a produção de um estilo para a sua existência.”(Birman, 1997:43). Mesmo se considerando o possível questionamento de que o eixo de ordem estética não se diferencia do de ordem ética porque está contido nele, há aí importantes parâmetros definitórios acerca de estilo.

McCloskey(1995,p.19) utiliza, em substituição a estética/estilo, “*storytelling*”, e indica uma conclusão oposta à de Birman. Para ele, a forma de se construir um discurso impõe também restrições ao conteúdo deste discurso. No seu artigo, ele explica que os motivos que levam ao crescimento ou ao declínio econômico, segundo se aceita teoricamente, dependem tanto do “*storytelling*”, quanto dos dados. Entre os economistas, há os que defendem o crescimento “endógeno”: o desenvolvimento econômico como resultante inteiramente de fatores econômicos. Ao lado destes, há os que postulam a favor de fatores “exógenos”, particularmente as mudanças tecnológicas, levando às modificações econômicas. Após detalhar cada uma das posições com exemplos, ele afirma: “ *The exogenous version has its own problems, but one of major reasons the endogenist economic theorists argue against it seems to be that it offends their narrative sense. They do not like to have to step outside of economics to talk about the nature and causes of the wealth of nations.*” O autor ainda expande, com exemplos, a importância dos princípios estéticos e de estilo para as áreas da física, da astrofísica, da paleontologia, para concluir que : “*in economics, as in other sciences, you cannot get away from the aesthetics of human stories.*”

Malufe(1992) apresenta um acréscimo a esta discussão. Ele analisa certas características da obra de Erving Goffman segundo recursos teóricos e metodológicos propostos pelo próprio Goffman, o que constitui a primeira circularidade neste trabalho. Entre suas explicações do que é a **análise de esquemas de referência** (*frame analysis*), afirma: “os escritos diferem quanto à medida que sua própria existência como escritos é determinada pela existência de leitores (...) isto é o mesmo que dizer que os escritos variam quanto aos direitos que os leitores podem sentir que possuem sobre o escrito.” Com isto se entende que há diferentes tipos de escritos, cada tipo diferindo dos demais segundo o

quanto o leitor possa se sentir no direito de lê-lo; desde artigos de revistas, a que todos idealmente têm direito, até cartas íntimas, onde o “público leitor comparece quase como intruso.”(Malufe, 1992:69) Os demais detalhes do *frame analysis* também são apresentados e discutidos, inclusive um em paralelo ao que no momento ocupa o foco do interesse e que diz respeito de perto ao presente trabalho já que trata do surgimento das questões reflexivas (ou circularidades), a propósito das quais afirma: “Discutir sobre escritos através de um escrito acarretará inevitavelmente o surgimento de questões reflexivas, inclusive a questão do *status* da própria discussão.”(Malufe, 1992:84) Mas cabe aqui destacar que uma característica objetivamente discernível de um escrito é definida desde o seu exterior, pelo que faz o leitor sentir, tanto no aspecto do direito que tem ou não de lê-lo, quanto em outros.

Segundo o que Malufe afirma, com palavras de Goffman, ao descartar a pretensa interação entre texto (autor) e leitor: “*The first issue is not interaction but frame.*” Não há algo que se passa entre texto e leitor, e sim um terceiro elemento, externo ao texto e ao leitor, mas subentendido em ambos – o esquema de referência – que os submete e de onde eles tomam recursos que dão ao texto a condição de produzir efeitos. Certamente, *frame analysis* não é o mesmo que análise do estilo, porém tomando-se conhecimento da totalidade de como o tema é explorado, *frame analysis* é uma proposta de Goffman que fornece instrumentos operacionais para a discussão cujo fundamento, mesmo que não nomeado, se confunde com a noção de estilo.

Acerca da abrangência desta discussão, Malufe(1992,p.21) faz as seguintes colocações: “Meu objetivo aqui é apenas fundamentar uma dúvida: não haverá algo de ilusório na oposição que fazemos, habitualmente, entre o discurso científico e alguns outros tipos de discurso, por exemplo, o da narrativa ficcional? Procurando fundamentar essa dúvida, creio ter cometido algumas invasões territoriais, pois essa oposição sustenta e é sustentada por uma divisão do trabalho fortemente institucionalizada.” É constante que tal sugestão acompanhe estudos cujo tema aborda o estilo.

Gay(1990) não difere da regra. Ele afirma: “Uma conclusão notável, para a qual eles (os ensaios que antecedem este capítulo de conclusão) convergem, é a de que a dicotomia aberta entre arte e ciência é absolutamente insustentável.”(p.167) Sua discussão

traz por balizamento e estímulo algumas máximas. Cita Robert Burton, com: “ É uma grande verdade, *stylus virum arguit*, que nosso estilo nos trai;” dele próprio: “ O estilo é um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É forma e é conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte e todo ofício.”; e, de Buffon, “ Le style est l’homme même.” A afirmação de que o estilo é um centauro não deixa dúvidas acerca do que se trata: o estilo está na totalidade com que forma e conteúdo se apresentam, e não que seja um dos componentes desta totalidade . Com a objeção de que assim ficaria difícil distinguir e utilizar o estilo de uma época, por exemplo, como é o interesse no presente trabalho - porque em cada obra de cada autor, ou mesmo em diferentes parcelas de uma mesma obra, haveria um estilo - e tentando dar ao termo uma conotação que através dele se possa situar um ponto médio entre o singular e o genérico, parece permitido pensar que esta proposta, de que o estilo é um centauro, pode passar para: o estilo é o que, de partes em que a natureza como que decretou que se mantivessem apartadas, faz uma totalidade.

O estilo está na forma, no conteúdo e no efeito expressivo de uma obra. Está na escolha e na maneira de definir as partes que compõem um trabalho e na maneira de juntá-las. É inseparável de qualquer parte restante do conteúdo. E como os determinantes do estilo se fazem valer tanto para uma obra, quanto para quem a observa, ele, o estilo, produz experiências tão próximas das sensoriais que parece bem justificado o emprego dos termos ‘impressão’ e ‘sentido’ para descrever o que se passa na relação do observador com o que não é meramente informativo da obra. As impressões quanto à fidedignidade, clareza, bom gosto, e outros, decorrem certamente de processos intrincados, com a participação de inúmeros fatores relevantes. Se na sua acepção comum, um texto de estilo é um texto claro, a clareza, neste caso, serve também para ofuscar os diferentes determinantes que levam à aceitação deste texto: um centauro que não se mostra enquanto tal.

Considerando então que o efeito expressivo da obra está incluída na noção de estilo, a inserção desta obra na época precisa em que ela ganhou condições de existência faz parte da análise do estilo. Dos recursos argumentativos de que se utiliza, nem todos lhes são internos. Neste caso em particular, de “O Mito da Doença Mental”, enquanto obra contestadora da psiquiatria, ela se situa como parte de um movimento que se contrapõe a

determinados dispositivos culturais, especialmente os institucionalizados. O que ficou conhecido como antipsiquiatria está situado temporalmente, incluído no amplo panorama da contracultura.

Naquilo que a obra depende das circunstâncias e vice-versa, revelam-se as ligações entre ambas: são os determinantes, tanto internos como externos, dos efeitos sociais, políticos e culturais que a obra produziu. Por “O Mito da Doença Mental” pertencer a um campo específico do conhecimento, a psiquiatria, e por propor uma tese - em que o fenômeno do convencimento ocupa o ponto central, pois afirma que a doença mental não existe de fato, já que não se situa em indivíduos, mas nas interpretações socialmente legitimadas daquilo que se considera originado dos indivíduos - é intrínseco a ela o objetivo de convencer. A tese da obra, somada à sua existência enquanto elemento vivo da cultura, formam uma duplicidade que serve para formular as perguntas básicas deste estudo.

Como abordar o problema do convencimento presente nas relações entre o social e o psíquico, tema de quase todos os autores dos anos sessenta?

Esta primeira pergunta orientadora da investigação, obtida de fontes - a contestação à psiquiatria e a contracultura - cuja transitoriedade da vigência de suas certezas é hoje tão transparente, traz já embutida a segunda questão. **Quais são as peculiaridades do campo da psiquiatria responsáveis pelo fato de ela ter comportado saberes de vigência transitória, tais que nela se configuram modismos²? O campo da psiquiatria tem a peculiaridade de configurar modismos para se sustentar, como o afirma Szasz?**

Com o acima exposto acerca da abordagem conceitual e metodológica e diante destas duas perguntas, como estratégia de investigação, circunscrevemos três aspectos de uma complexa realidade, dos quais lançamos mão: 1) conseqüências conceituais da definição de uma determinada categoria diagnóstica em psiquiatria, a histeria; 2) de uma obra teórica cujas discussões têm por objetivo demonstrar ser implausível a existência desta categoria diagnóstica, e a partir dela de toda a psiquiatria, e; 3) das idéias que justificaram um movimento cultural consonante com o conteúdo e estética da obra. Os três aspectos,

² “Pode-se dizer que a função da moda é a de inserir nas atitudes institucionais de um grupo, ou, mais em particular, nas suas crenças, por meio de uma rápida comunicação e assimilação, atitudes ou crenças novas que sem a moda teriam que combater longamente para sobreviver e fazer-se valer.” (Abbagnano, 1992: 810).

categoria diagnóstica, obra e movimento cultural, foram escolhidos em função da materialidade de que se constituem, particularmente em função da vigência transitória das certezas de que foram revestidas. Certezas que lhes deram existência - que lhes deram condições para causar transformações na, e sofrer transformações da, realidade - a qual dependeu da medida do reconhecimento que lograram obter. Este reconhecimento, por sua vez, se confunde com a **crença**³ que lograram produzir, difundir e sustentar.

São apresentados argumentos de que estes três elementos escolhidos somente são apreensíveis como individualidades pela análise das **oposições**, tanto das que lhes são constitutivas, quanto das que estabelecem com os saberes com que se delimitam. Ambas são tomadas como uma forma de oposição.

Uma segunda forma de oposição, já não para caracterizar os elementos de análise, mas que diz respeito ao período, é a situada entre idéia e ação. Esta se evidencia pelo que o movimento da contracultura realizou enquanto transposição de uma para a outra, de idéia no lugar de ação, e vice-versa. As ações desenvolvidas segundo um compromisso com as idéias - o engajamento dos jovens nas transformações culturais dos anos sessenta e setenta -, servem para que se possa explorar o tema a partir do **pressuposto** anteriormente formulado de que **as idéias que arregimentam seguidores não o fazem pelas suas qualidades intrínsecas de plausibilidade**; pelo contrário, a identidade dos seguidores é construída enquanto eles se exercitam em busca de negar as falhas detectáveis das idéias que os arregimentam.

Para esta discussão, a obra de Herbert Marcuse foi tomada como exemplar da filosofia da contracultura, que tem importância também pela teorização que propõe das relações psíquico/social. Portanto, nela foi dado destaque às formulações menos consistentes, indícios com os quais se procura demonstrar, como Freud já o havia observado, que a ilusão, melhor que o real, é instrumento eficaz para o convencimento de grupos.

³ Numa breve definição, crença é "forma de assentimento que é objetivamente insuficiente, embora subjetivamente se imponha com grande evidência." (Ferreira, 1986: 496). Ou, em maior extensão, para a filosofia (Abbagnano, 1992: 259-62) crença é reconhecer como verdadeira uma proposição; é crença na validade de uma certa noção. Não é necessariamente fé religiosa, crença na verdade revelada, mas implica em fé. Entre seus traços definidores, Pierce distingue o de que uma crença implica o estabelecimento de uma *regra de ação*, de um hábito. Esta relação entre crença e ação, onde a crença que implica a ação, pode ser avançada mais um passo para a ação que compromete quem a realiza, que de seu lado provoca a crença na validade de preceitos que justificam a tal ação. Então, crença e ação fecham um círculo em que a crença, transformada em regra de comportamento, pode produzir sua própria realização ou sua própria refutação.

Com estas duas oposições, quais sejam, a que se faz necessária, como procedimento de análise, para a delimitação e identificação de certos objetos e a situada entre idéias e ações, pode-se então enunciar uma terceira oposição, que é negada pelo efeito do convencimento, mas que justifica este efeito e é por ele explicada. Ela se situa entre o carácter mais ilusório ou mais real de uma idéia e o seu efeito de convencimento: o convencimento, que uma idéia logrou exercer, dá à idéia a aura de tanto mais verdadeira quanto mais ilusória ela for.

A certeza que se obtém em relação a uma idéia é fruto dos laços que ela estabelece entre as pessoas, laços tanto mais verdadeiros quanto maior a certeza; e quanto maior a certeza, mais fortes os laços. Os laços, enquanto o produto real de uma idéia, retroagem sobre aquela que os produziu - uma vez que a idéia franqueou a realidade para que os laços pudessem se estabelecer -, modificando sua qualidade na medida em que aumentam a crença em seu próprio enunciado. O teor de realidade dos resultados sociais da idéia é deslocado para o seu enunciado. Além disso, os laços, razão e resultado das idéias, somente se justificam pela identidade que passam a emprestar às pessoas. Identidade que faz com que as pessoas que dela usufruem se organizem em um conjunto restrito, obtendo, além da identidade, privilégios supostos ou reais. Portanto, a identidade advinda da participação em um grupo restrito se firma em oposição a uma identidade genérica, da qual todas as demais pessoas compartilham, ou a uma identidade anterior.

Por esta acepção, as instituições são o resultado da sedimentação de laços que estabelecem privilégios, supostos ou concretos. Elas, portanto, distribuem com desigualdade privilégios e são justificadas pela crença em princípios, conservadores ou revolucionários, que a própria distribuição desigual dos privilégios nega.

Em *"O Mito da Doença Mental"*, Szasz afirma que os privilégios dos psiquiatras ao encararem a histeria como doença, enquanto para ele isto é despropositado e inaceitável, é o de se fazerem merecedores das mesmas reverências que a sociedade reserva aos médicos; os psiquiatras somente se incluem na categoria de médicos porque definem, segundo ele contra as evidências, a histeria como doença⁴. Os portadores de histeria, em

⁴ "Para maior precisão, deveríamos perguntar: para quem, ou sob que ponto de vista, seria um erro classificar não-doenças como doenças? Seria um erro sob o ponto de vista da integridade intelectual e do progresso científico. [...] O papel do psiquiatra como um

contrapartida, comportam-se mimetizando doentes porque deste modo obtêm privilégios reservados aos doentes. Para explicar a histeria, que, mesmo não sendo doença, aceita que existe, o autor propõe uma teoria com argumentos baseados na linguagem e na possibilidade de comunicação, que permite deduzir em qual crença ele, Szasz, está envolvido: de que o aprendizado incorreto é a etiologia deste tipo de manifestação, ao mesmo tempo que também no aprendizado deverá estar a sua solução⁵.

As demais particularidades do conteúdo do livro e a posição destas particularidades entre os demais trabalhos do autor são exploradas com o intuito de sublinhar os indícios que possibilitam conjecturas acerca de este livro ter vindo a existir, não somente como algo que foi escrito, mas também como, sendo escrito, ter tido presença na cultura. Interessa apresentar a importância deste livro a despeito de todas as incongruências passíveis de demarcação no seu interior, e justamente às incongruências será dada saliência, já que não seriam esperadas em razão da posição ocupada e formação do autor. Por isso, porque a presença de algumas das incongruências é surpreendente, fazem supor que possuíram função em tornar importante o livro; é o indício de que estão ali pela sensibilidade do autor para detectar quais eram as exigências que as circunstâncias lhe faziam. Com isto se procura exemplificar, em uma obra que se tornou parte da cultura, a maneira pela qual estética, método e conteúdo estão tanto atrelados entre si, como às circunstâncias em que ganham existência. Além disto, como as idéias fazem concessões para chegar à existência, cabe a hipótese de que chegar à existência, para uma idéia, é justificativa suficiente, embora não a única, para todo o processo que resulta em periodizações das certezas que fundamentam os movimentos da cultura.

Esclareça-se que a escolha de Thomas Szasz não é arbitrária, e situá-lo no contexto mais amplo dos anos sessenta não constitui um artifício meramente cronológico.

Recentemente, Eribon(1996,p.47-9) escreveu sobre a profunda estranheza que lhe causaram livros como o de Ferry e Renaut(1988) não somente por juntarem uma lista de autores e livros apresentados como “quase contemporâneos da crise de maio”, tais como

árbitro competente encarregado de decidir quem está ou não doente não se extinguiu com a nova designação dada ao fingimento de doença, isto é, a designação de histeria, nem com a classificação desta categoria de doença.” (Szasz, 1979: 47).

⁵ “I believe that psychiatry could be a science. I also believe that psychotherapy is an effective method of helping people - not to recover from an ‘illness’, it is true, but rather to learn about themselves, others, and life.” (Szasz, 1974: 14).

Foucault, Derrida, Althusser, Lacan, etc. Para Eribon, “o recorte é muito problemático” e explica que um livro publicado em 1961 (por exemplo, a História da Loucura, de Foucault), redigido entre 1956 e 1960, “difícilmente pode ser descrito como quase contemporâneo” de maio de 1968. Questiona também a escolha de autores: por que estes e não outros?

Assim, não é somente contemporaneidade que deve unir os autores, mas suas afinidades. Desta forma, para se falar em Szasz, é preciso considerar Goffman, Foucault, Basaglia, Cooper e Laing, por exemplo, com quem, frente à análise proposta, podem-se estabelecer diversos cotejamentos.

Além disso, não se pode esquecer que Szasz deve ser contextualizado no espaço da psiquiatria norte-americana, com suas peculiaridades e idiossincrasias.

2- DETALHAMENTO DO ENFOQUE TEÓRICO E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

Como já indicado anteriormente, a principal orientação deste trabalho assenta-se na preocupação de recuperar significados que estiveram presentes no pensamento psiquiátrico dos anos sessenta.

Recorrer a Foucault é uma primeira providência no sentido de entender o que é uma obra. Para o autor,

“A constituição de uma obra completa ou de um opus supõe um certo número de escolhas que não é fácil justificar, nem mesmo formular: basta juntar os textos publicados pelo autor, os que ele planejava editar e que só permaneceram inacabados por sua morte? É preciso integrar também tudo que é rascunho, primeiro projeto, correções e rasuras dos livros? É preciso juntar esboços abandonados? (...) cartas, (...) notas, (...) conversas (...)?”(Foucault, 1972:34-5).

Em nosso caso, as principais fontes são livros e artigos, portanto, as publicações que circularam de maneira mais regular entre a comunidade científica e entre leigos. A

escolha que fizemos, em função do que pretendíamos verificar, considerou, em particular, a **popularidade, a notoriedade, a celebridade** conseguida pelo que iríamos analisar.

Resolvida esta questão, impunha-se colocar em destaque pontos básicos que nos orientassem na leitura dos textos. Como já enunciado, estes encontram-se mais implícitos que explícitos nos próprios textos. **Contestação e oposição**⁶ foram os aspectos chave que nos abriram, pelo menos no início, as possibilidades de encontrar as pontes da trama constituída pelos discursos.

Dessa maneira, há certa aproximação com o conceito mais amplo trabalhado por Bourdieu - qual seja, o de “campo científico”. Para o autor,

“campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.”(Ortiz, 1994:122-3).

Basicamente, pensar a obra elaborada como parte do momento significa também tratá-la num jogo de forças, poderes, conflitos e contradições. Por isso, parece-nos apropriada essa aproximação com a discussão que Bourdieu trabalhou quando tratou do campo intelectual. A oportuna citação de Eribon de um dos textos de Bourdieu (Eribon, 1996) parece-nos sobremodo importante para a análise que iremos realizar sobre o campo psiquiátrico, quando o sociólogo francês destaca que se deve levar em conta, como preâmbulo para qualquer debate,

⁶Contestação no sentido de questionar a validade dos enunciados que davam sustentação aos dispositivos sociais definidores da normalidade de comportamento individual e político; e oposição no sentido de não agir em conformidade a estes dispositivos. Em, por exemplo, ‘Thiollent, M. Maio de 1968 em Paris. Testemunho de um Estudante’. (Thiollent, 1998) encontram-se muitos possíveis argumentos em apoio a esta escolha.

“o efeito de prisma deformante que exerceu, tanto sobre a produção quanto sobre a recepção, os campos intelectuais nacionais e as categorias de percepção e de pensamento que eles impõem e inculcam.”

Deste modo, de outra afirmação de Bourdieu,

“A ciência jamais teve outro fundamento senão o da crença coletiva em seus fundamentos, que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe.”(Ortiz, 1994:145),

Pode-se indagar: como se interligam os processos que dão sustentação interna à psiquiatria e os saberes que lhes são exteriores? Como isto se traduz nos resultados de seu esforço, em diferentes momentos, para se fazer reconhecida dentro e por uma coletividade para a qual se incumbe tanto de definir o que sejam as anomalias das manifestações psíquicas, quanto de agir sobre elas? Ou, invertendo os termos, tanto da função social de agir sobre o que é conveniente que aja, quanto de se legitimar para esta ação⁷?

Tendo que a psiquiatria convive, pelas características inerentes de seu objeto, com a controvérsia com respeito à possibilidade ou não de objetivá-lo⁸, de que modo as imposições vindas da necessidade de reconhecimento se traduzem naquilo que ela propõe?

⁷ “The central force leading to the paradigm shift in the DSM-III was the rise to power of an ‘invisible college’ of neo-Kraepelian psychiatrists whose professional credo coincided with the direction of cultural and institutional changes in American society.”(Rogler, 1997: 9-20).

⁸ Há pertinência em, por exemplo, argumentar-se que os próprios instrumentos utilizados para a mais objetiva avaliação do comportamento e da linguagem dos seres humanos, somente se constituem em tais instrumentos por estarem situados entre os extremos da “imposição legítima” e o das “normas universais da razão”, na acepção utilizada por ele Bourdieu: “Dependendo do grau de autonomia do campo em relação às determinações externas, é maior a parte de arbitrário social englobada ao sistema de pressupostos constitutivos do campo considerado. Isto significa que, no espaço abstrato da teoria, qualquer campo científico - o das ciências sociais ou da matemática, hoje, ou o da alquimia ou da astronomia matemática do tempo de Copérnico - pode estar situado em algum ponto entre os dois limites representados, de um lado, pelo campo religioso (ou do campo da produção literária), no qual a verdade oficial nada mais é do que a imposição legítima (isto é, arbitrária, e não reconhecida como tal) de uma arbitrariedade cultural exprimindo o interesse específico dos dominantes - dentro do campo e fora dele - e, de outro lado, por um campo científico que baniria qualquer elemento de arbitrário (ou de não-pensado) social e onde os mecanismos sociais realizariam a imposição necessária das normas universais da razão.” (Ortiz, 1994: 156).

3- OBJETIVO E MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO.

O objetivo deste trabalho é, a partir da leitura de *“O Mito da Doença Mental”*, evidenciar que o saber, inclusive o científico, pode ser tomado como forma de convencimento e poder político, e que a utilização desta potencialidade não depende exclusivamente da coerência interna deste saber. Para as finalidades deste trabalho, toma-se o saber sob o pressuposto de que o mesmo pode ser instrumento do poder político, que mitifica e tem papel na organização social, institucionalizando formas de atuação individual.

Este objetivo implica na utilização das obras de outros autores, que são chamados a compor o substrato de idéias que circunstanciam o aparecimento e os efeitos da obra de Szasz.

O método deste trabalho foi decorrente da natureza da obra escolhida para análise, ou seja: explicitando os seus pressupostos e buscando exemplos que dessem base e servissem de contraponto às suas idéias. De *“O Mito da Doença Mental”* e do conjunto de referências escolhidas, foram coletados indícios que permitiram a formulação de hipóteses para explicar o próprio conteúdo da obra, como também seus efeitos⁹. Os indícios referem-se a detalhes que guardam coerência entre si pela semelhança de tal forma que revelam o funcionamento da área de interseção entre saberes/valores/práticas.

Este trabalho discute a presença da crença na formação do saber em psiquiatria, em razão das peculiaridades de seu objeto e do que é exigido de sua prática.

⁹É indissociável a influência exercida pela clínica desenvolvida pela psiquiatria e pela psicanálise na formulação de tal método. A coerência teórica e os ajustes bem conformados entre as diferentes partes que estarão formando o todo - todo este que pode ser a doença mental, o inconsciente, ou outro, e cuja defesa da existência é a tese que justifica a teoria -, contornam algumas das dificuldades impostas pela ausência de instrumento que dê objetividade metodológica para a observação e para a avaliação de sintomas mentais. Então, a totalidade proposta por um estudo, acaba por justificar e por dar fidedignidade aos instrumentos e métodos que foram utilizados para compor as parcelas que, por sua vez, formam a totalidade. E, também por isso, instrumento e método em parte se superpõem. Com respeito a esta discussão, há a primeira parte do livro *“Estrutura e Perversões”* (Dor, 1991), em especial os capítulos 2 (Sintoma e Diagnóstico) e 4 (A Noção de Estrutura em Psicopatologia).

4- O MATERIAL DOCUMENTAL.

O livro "*O Mito da Doença Mental*." é o material documental básico deste trabalho. Além dele, foram utilizados outros trabalhos de Szasz e partes selecionadas dos escritos de Goffman, Cooper, Laing, Foucault, Marcuse, Freud, Marx e Roszak, além de material bibliográfico sobre estes autores e sobre os acontecimentos relacionados à contracultura.

No caso de Szasz, procuramos entrar em contato com a quase totalidade de sua produção, excluindo trabalhos de difícil acesso.

A seguir, estão enumerados os livros de Szasz que foram consultados, com o título em português no caso dos que foram traduzidos, e as respectivas datas da primeira edição em inglês: 1) Dor e Prazer, Um Estudo das Sensações Corpóreas, de 1957; 2) O Mito da Doença Mental, de 1961; 3) *Law, Liberty, and Psychiatry: A Inquiry into the Social Uses of Mental Health Practices*, de 1963; 4) *Psychiatric Justice*, de 1965; 5) A Ética da Psicanálise, de 1965; 6) Ideologia e Doença Mental, de 1970; 7) A Fabricação da Loucura, de 1970; 8) *The age of Madness: A history of involuntary mental hospitalization presented in selected texts*, de 1973; 9) *Cerimonial chemistry: the cerimonial persecution of drugs, addicts and pushers*, de 1976; 10) Esquizofrenia: O Símbolo Sagrado da Psiquiatria, de 1978; 11) A Escravidão Psiquiátrica, de 1977; 12) *Insanity: The idea and its consequences*, de 1987; 13) *Our right to drugs: the case for a free market*, de 1992; 14) *A lexicon of lunacy: Metaphoric malady, moral responsibility and psychiatry*, de 1993; e, 15) Cruel Compaixão, de 1994.

5- O TRABALHO NO PLANO DA EXPOSIÇÃO.

O conteúdo do presente trabalho obedece a seguinte disposição:

A construção do saber psiquiátrico e as crenças:

O objeto de investigação - a crença na composição do saber, sua função e seu funcionamento, é circunscrito a partir das idéias e repercussões da contestação à psiquiatria levada a efeito na década de sessenta e setenta. Os textos e os temas, embora alguns possam parecer pouco pertinentes se não considerados pela totalidade da discussão, foram selecionados por trazerem os pontos imprescindíveis para a composição do referencial em que se embasa a leitura e a discussão de *“O Mito da Doença Mental”*.

O contexto: a época das contestações e conteúdos a elas relacionados.

É feita o detalhamento do movimento de contestação à psiquiatria pelo seu atrelamento ao movimento da contracultura. Neste último, é dado destaque à filiação ideológica e à fidelidade ao grupo, levados a efeito por um estilo que, pela junção de idéias e ações, logrou êxito em transpor, durante determinado período, as contradições entre o individual e o coletivo. O livro de Theodore Roszak, *“A Contracultura”* (Roszak, 1972) que, apregoando a difusão do movimento, foi feliz em conseguir a difusão de idéias e de si mesmo, é discutido com a finalidade de caracterizar o estilo e, por isso, já que são determinadas pelo estilo, para sublinhar as incongruências internas ao discurso do movimento, em particular a de almejar o impossível.

Entre o social e o psíquico: Marcuse.

A obra de Herbert Marcuse, como principal teórico da contracultura, é discutida tendo por parâmetro autores com quem ele próprio dialoga, Marx e Freud, dentro de seu propósito de defender a possibilidade de uma organização social menos repressiva. É feita a relação entre a sua produção e a “teoria crítica da Escola de Frankfurt” e é dado destaque aos vieses com que observa a sociedade, de um lado, e ao psiquismo freudiano, de outro. À sua maneira particular de observar é atribuído o sucesso, dentro de um período de tempo restrito, que teve a sua obra.

Estes três aspectos: os **vieses**, o **sucesso em exercer influência** e a **duração limitada deste sucesso**, são articuladas de modo a permitir que se circunscreva a questão sobre a qual Thomas Szasz trabalha em *“O Mito da Doença Mental”*.

A propósito de “O Mito da Doença Mental”.

O *“Mito da Doença Mental”*, de Thomas S. Szasz, é discutido sob dois aspectos a partir de sua interioridade: pelo seu estilo e conteúdo, como obra que exerceu influência, e pelas suas elaborações acerca da influência na formação da psiquiatria enquanto campo de saber.

É feita uma apresentação geral da obra de Szasz e das fontes que deram corpo à psiquiatria norte-americana, com as quais ela dialoga. Desta relação entre obra, psiquiatria e circunstâncias culturais, *“O Mito da Doença Mental”* emerge como um exemplo daquilo sobre o que ele mesmo teoriza, que é a **criação do mito**; sobre o **processo** (a explicação dos mecanismos) e a **finalidade** (a justificativa psicológica e social) da criação deste mito. A obra, portanto, é observada segundo o ângulo de que o objeto sobre o qual se debruça é também seu instrumento, e ela o utilizou com sucesso.

Daquilo que teoriza, é dado destaque à forma com que dispõe os elementos - como organiza informações históricas, uma leitura bastante particular da teoria psiquiátrica que lhe era contemporânea e senso comum - no intuito de dar embasamento e revestir de certeza suas proposições. Desta forma de organização e do conteúdo das proposições torna-se possível delimitar o objeto central sobre o qual trabalha, já que ele, até pela finalidade da obra, não aparece de modo explícito. Ou seja, o objeto que analisa está situado simultaneamente na psiquiatria e na cultura: são as regras de construção da linguagem, de idéias e argumentos quando estes se mostram com poder de convencimento, em particular na situação em que, para tanto, contrariam evidências.

Esta questão, certamente sempre relevante, desperta particular interesse quando está em discussão uma área que se pretende científica e guiada pelas evidências, como a psiquiatria.

O trabalho chega ao resultado de que a tese de Szasz, em *“O Mito da Doença Mental”*, é perfeitamente plausível, inclusive com uma abrangência maior que a explorada pelo livro.

***Capítulo II.-
Delimitando o objeto de
estudo: a construção do saber
psiquiátrico e as crenças.***

1- AS MARCAS DOS ANOS SESSENTA: ENFOQUE DO PERÍODO.

Dentre as marcas que os anos sessenta deixaram na Psiquiatria, a mais visível foi a modificação da opinião pública acerca dos cuidados dispensados aos loucos. Mais visível porque se fez sentir rapidamente e também porque foi objeto freqüente de debates através dos veículos de comunicação de ampla divulgação. Outras são menos visíveis mas nada sutis em importância, porque ainda hoje determinam muito do que acontece neste campo, tanto em termos políticos, quanto de teoria.

Anteriormente, se as manifestações de loucura eram objeto de escândalo para a opinião pública, depois, motivo de maior escândalo passou a ser o sofrimento imposto aos loucos pelo próprio tratamento, principalmente aos internados (Baillon, 1976:29). Não que a loucura tivesse a partir de então deixado de causar medo e adquirido direitos de cidadania, mas desde ali ficou instalado um conflito no cerne da psiquiatria, cujo equacionamento somente poderia se dar além dos seus limites enquanto especialidade médica.

Os protagonistas desta transformação a realizaram através de obras e discussões com argumentos de oposição à Psiquiatria que podem ser sintetizados como pertencendo a três diferentes ordens:

1) os referentes ao que efetivamente havia sido e ainda era feito aos pacientes submetidos a tratamentos psiquiátricos, tanto as agressões que sofriam no aspecto humano, como nos seus direitos de cidadãos;

2) referentes à insuficiência de recursos terapêuticos para que a psiquiatria fizesse jus ao reconhecimento social que obtinha, e;

3) referentes à insuficiência metodológica da psiquiatria para a avaliação positiva e objetiva da subjetividade dos pacientes. Isto, por desqualificá-la enquanto área do saber científico, a caracteriza como somente legitimada enquanto especialidade médica por atender interesses de grupos dominantes da sociedade, normatizando e controlando o comportamento individual, ao invés de atender aos interesses de seus pacientes.

À psicanálise, couberam críticas que apontavam para a sua incapacidade de lidar com os problemas de organização institucional que se colocavam, inclusive os internos a ela mesma, e para o seu posicionamento político, forjado segundo a ética e os interesses burgueses.

O poder político e a influência cultural conseguidos pelo que se configurou como o movimento de contestação à psiquiatria foi, no primeiro momento, decorrente de seu atrelamento e, em algumas ocasiões, de sua articulação, com o movimento mais amplo de contestação política e cultural da época. E somente porque houve o primeiro momento que outros se seguiram; ou seja, aos argumentos levantados, certamente não se pode atribuir que possuíam verdades perenes ou insofismáveis que, descortinadas, cedo ou tarde mexeriam com os alicerces das instituições psiquiátricas, como de fato aconteceu.

Hoje, passados de quinze a vinte anos do período onde o poder das contestações à psiquiatria esteve mais tangível, já não é comum encontrar, nas publicações da área, citações diretas de seus principais detratores, embora os argumentos por eles levantados continuem se fazendo presentes; mesmo que apareçam somente enquanto sombras, não perderam a atualidade. Embora os seus argumentos não sejam mais referidos explicitamente, e menos ainda o período de contestação da psiquiatria, particularmente os questionamentos quanto à cientificidade, quanto à objetividade do conhecimento psiquiátrico e quanto aos benefícios da sua terapêutica continuam provocando respostas.

São freqüentes os exemplos de que, na superfície do discurso daqueles que têm a hegemonia no campo das publicações, já não há preocupação com a sobrevivência da psiquiatria. A sua história continua sendo feita pelos órgãos oficiais de divulgação das associações de profissionais como uma história de autores e de idéias, como a história dos progressos no conhecimento. Os pacientes, retratados como pessoas com história, sentimentos e direitos de cidadania pelos que, até por isso mesmo, colocaram em xeque a psiquiatria, hoje, quando eventualmente descritos em textos de teoria, aparecem destituídos de sua condição complexa de seres humanos, subtraídos da maioria de suas particularidades. São caracterizados pelos sintomas que apresentam, descritos dentro de certo modelo, ou pelas transformações destes sintomas no decorrer do emprego de uma terapêutica, ocasiões em que ilustram raciocínios ou proposições teóricas. Quando a citação

de algum autor que a contestou se faz pertinente, é comum que este seja tomado por ângulos nos quais ficam excluídas ou distorcidas suas críticas à psiquiatria.

Szasz, por exemplo, chega a ser incorporado pela psiquiatria oficial na qualidade de autor que trouxe contribuições ao conhecimento. Num artigo de revisão (Mace, 1992:161), cujo tema é a história da histeria, ele foi lembrado e as suas elaborações aparecem descritas como: “restrita aos casos de histeria conversiva”, para os quais “elaborou uma teoria original do tipo de linguagem em que os sintomas histéricos são cunhados”. Nenhuma palavra sobre o contexto de idéias, ou sequer da obra, em que Szasz inseriu a sua discussão sobre a histeria. Para quem não ignora contexto e obra, ambos não serem mencionados é um indício, e este é somente um dentre muitos, da não isenção dos que têm feito a história recente da psiquiatria.¹

O esforço da psiquiatria para se tornar objetiva, firmada cientificamente, protegida, ao mesmo tempo que protetora para os profissionais que nela se abrigam, não é novo. Porém, está bem situado no tempo o surgimento do incômodo questionamento quanto à sua legitimidade científica e política, levado a efeito com os argumentos acima sintetizados, contra os quais ela quotidianamente ainda tem de se haver.

Portanto, o que vem se desenrolando na psiquiatria, no desenvolvimento de seu saber, na política desenvolvida por suas instituições, nos cuidados que dispensa a seus pacientes, nas suas relações com as demais áreas médicas, na sua convivência com a cultura e com os meios de comunicação, tudo isto mostra marcas dos acontecimentos dos anos sessenta e setenta, e assim a sua dívida, evidentemente negada, para com este período.

¹ Ainda sobre Thomas Szasz, num outro artigo (Wilson, 1993,.), está: “On this basis Thomas Szasz claimed that mental illness is a ‘myth’; psychiatric labels are arbitrary designations that, far from serving the needs of patients, serve professional needs and the needs of the dominant (i. e., politically conservative) society.” [Baseado nisto [nos argumentos de que não há uma explicação patofisiológica para as doenças mentais e de que as causas fundamentais da psicopatologia estão nas relações sociais e interpessoais] Thomas Szasz declarou que a doença mental é um ‘mito’; os diagnósticos psiquiátricos são designações arbitrárias que, longe de servir às necessidades dos pacientes, servem às necessidades dos profissionais e às necessidades da sociedade (politicamente conservadora) dominante.] Estas afirmações, embora parcialmente corretas, distorcem as proposições de Szasz e até a sua postura política. A idéia de que o diagnóstico psiquiátrico não serve às necessidades dos pacientes é oposta ao que Szasz propôs, além do que ele deu suficientes mostras de sua postura politicamente conservadora. São detalhes como estes que aqui estão sendo considerados como indícios; indícios de que há algum motivo para ainda não se fazer o retrato fiel do movimento de contestação da psiquiatria, nas ocasiões em que é inevitável citá-lo.

2- A CONTESTAÇÃO COMO MÉTODO E ESTILO.

Para situar um período, é preciso caracterizá-lo, e a questão que se coloca é como, por que via, fazê-lo?

A simples demarcação entre datas, por consagradas que estejam e ainda que certo grau de arbitrariedade para circunscrever um objeto de estudo seja defensável, no presente caso, para o objetivo da discussão, escolher por qualquer destas duas alternativas seria se desviar do essencial.

A delimitação do período pelo recurso de interpô-lo entre datas exigiria que se fizesse uma incursão nos precursores para demonstrar os pontos de ruptura entre o antes e o depois, procurando verificar como, em contradição, o depois já se fazia presente no antes e quais os determinantes das transformações. Ou, numa outra linha, que se demonstrasse como se deu a evolução de uma situação para a outra, já que as modificações ocorridas nas relações pessoais neste período e nestes países não foram impostas desde fora e nem por algum avanço tecnológico alheio ao ambiente cultural. Não tiveram uma causa externa. Como, no presente trabalho, as transformações da psiquiatria no decorrer do tempo são acessórias à discussão central da sua conformação durante a vigência de determinadas idéias, optaremos por outra alternativa: procuraremos dar identidade ao período desde o seu interior.

Portanto, a ênfase aqui estará nos **acontecimentos** que pertencem à esfera da convivência de pessoas entre si, não em suas singularidades, mas identificadas como membros de grupos, e na convivência destas pessoas com as instituições. Esta última, enquanto reflexo da anterior, enquanto reflexo do modo como as pessoas se distribuíram em grupos devido aos contornos de cada um destes grupos.

Esta investigação focaliza o que se passou nos países ocidentais desenvolvidos, dado que é neles que se detecta o motor tanto do movimento de contestação, quanto das modificações no saber psiquiátrico. O movimento de contestação aqui está sendo entendido como os efeitos políticos, os efeitos de agregação da opinião de pessoas e da separação de pessoas em grupos em função desta opinião, provocados por um certo discurso, em meio a

uma variedade de outros com que coexistiu. Serão sublinhados alguns aspectos comuns àqueles que lideraram o movimento de contestação, que foram referência, cujas idéias influenciaram pessoas e criaram coesão em torno de opiniões; coesão esta fonte do poder de transformação do movimento.

Quando Goffman publica "*Asylums*" (na edição brasileira: "Manicômios, Prisões e Conventos"), divulgando uma nova perspectiva para análise de ambientes cujas organizações sociais são bastante peculiares, a exemplo das que compõem o título em português, a partir do conceito de "instituições totais"²; quando Laing publica "O Eu Dividido", fazendo questionamentos acerca de princípios que fundamentam a nosografia psiquiátrica; quando Foucault apresenta, com "A História da Loucura", uma outra visão da constituição histórica da Psiquiatria, a qual, por confronto com as que já existiam, se fez irresistível; quando Szasz, com "*O Mito da Doença Mental*", propôs que é um erro emprestar aos problemas mentais o *status* de doença, entre estes autores e estas suas obras há, além de três pontos mais evidentes de coincidência, também um quarto, talvez não tão evidente.

Como mais evidentes, estão sendo considerados: 1o.) a referência à psiquiatria ou a questões estreitamente ligadas à ela; 2o.) a publicação em 1961, e; 3o.) a influência importante que vieram a ter tanto na psiquiatria, quanto na cultura em geral.

O quarto ponto de coincidência está em que desvelam, ou procuram desvelar, fatos que deveriam estar evidentes desde sempre. Ou estes autores se equivocaram, ou, para explicar que os fatos por eles apontados tivessem permanecido desconhecidos até então, houve um esforço investido na cultura, um dispêndio de energia, direcionado, bem determinado e não explícito, cujo objetivo foi velar. Cada um destes livros, dentro de suas proposições, procura desvelar algo que somente não se tornara conhecido desde o início de sua existência porque o saber articulado por um determinado discurso, o discurso oficial da psiquiatria, investiu para que se mantivesse velado.

²Diz o autor: "A total institution may be defined as a place of residence and work where a large number of like-situated individuals, cut off from the wider society for an appreciable period of time, together lead an enclosed, formally administered round of life." [Uma instituição total pode ser definida como um local de moradia e trabalho, onde um grande número de pessoas em situações semelhantes, separados da sociedade maior por um período de tempo considerável, têm uma vida reclusa cujas circunstâncias são formalmente administradas.] (Goffman, 1961: xiii).

Um exemplo para se sublinhar este ponto é a surpresa de Canguilhem, diante do que Foucault defende. Comentando a “A História da Loucura” para o próprio Foucault, na circunstância de ter sido solicitado a que ocupasse da função de orientador, para que este trabalho, embora já pronto, pudesse ser apresentado como tese de doutoramento, Canguilhem disse; “Se isto fosse verdade já se teria sabido” (Machado, 1988:58, NR). A reação é mais que somente de surpresa; também é denotativa da resistência a que certas afirmações pudessem ser admitidas, tendo em vista o conflito que geravam com o que até então era aceito. Aquele novo estava contradizendo o que era tido por conhecido e, portanto, fora tirado de um lugar onde não poderia existir. As informações levantadas por Foucault, por exemplo, por virem à luz, implicitamente denunciavam que o lugar de onde elas foram tiradas possuía uma conformação que impossibilitava seu reconhecimento.

Em se generalizando a idéia, a resistência ao novo saber que o contradiga, mesmo que inerente a todo saber constituído, é produzida por, e contribui para produzir, um acordo tácito, acerca da composição e organização de um determinado universo, entre as pessoas dele compartilham. Assim, na defesa de algo que seja diferente da repetição ou do aprimoramento do já aceito, além das afirmações e dos argumentos que eventualmente sustentem estas afirmações, se acrescenta um terceiro elemento que interfere na fidedignidade com que as afirmações são recebidas: não é relevante somente o teor das afirmações e se estão ou não satisfatoriamente sustentadas; interessa também se as afirmações e os recursos utilizados para sustentá-las confirmam ou contrariam as convicções das quais se compõe a identidade de quem as julga.

Neste mesmo sentido, com respeito ao modo pelo qual Foucault contornou as resistências, para chegar às afirmações que propôs, Machado, ao analisar a metodologia de “A História da Loucura”, assinala duas inovações: a primeira, referente aos elementos, aos objetos empíricos, utilizados na pesquisa e a segunda, sobre a forma de utilização destes elementos. Da segunda, fala o seguinte:

“ a análise procurou centrar-se nos espaços institucionais de controle do louco, descobrindo, desde a Época Clássica, uma heterogeneidade entre os discursos teóricos - sobretudo médicos - sobre a loucura e as relações que estabelecem com o louco nestes lugares de reclusão. Articulando o saber médico com as práticas de internamento e estas com as instâncias sociais como a política, a família, a Igreja, a justiça, generalizando a análise até as causas econômicas e sociais das modificações institucionais, foi possível mostrar que a psiquiatria, em vez de ser quem descobriu a essência da loucura e a libertou, é a radicalização de um processo de dominação do louco que começou muito antes dela e tem condições de possibilidade tanto teóricas quanto práticas.”(Foucault, 1992:8).

Assim, segundo Machado, quando colocados em confronto os diferentes elementos investigados por Foucault, e a história da psiquiatria contada por ela mesma como somente um desses elementos, produz-se um novo panorama no qual a história da psiquiatria até então conhecida aparece com a função, entre outras, de ativamente encobrir algumas, e as mais importantes do ponto de vista social, de suas atribuições.

Ou seja, a história feita nas e referendada pelas instituições psiquiátricas encobre as atribuições que contradizem aquilo que é tomado como a justificativa para a sua existência: que a psiquiatria, ao invés de existir para se dedicar ao cuidado do louco, surgiu para dominá-los, para atender a interesses alheios aos deles. Fica demonstrado, para Foucault, que na prática psiquiátrica também são desenvolvidas ações de dominação dos loucos que não coincidem com cuidar deles, mas que atendem a outros interesses. Dominando-os faz diferente de cuidar deles³.

Em resumo, Foucault destituiu o discurso psiquiátrico da condição de ser o melhor habilitado para falar sobre a loucura. Por colocá-lo ao lado de outros discursos e práticas dirigidos a esta mesma loucura, permitiu a releitura do saber psiquiátrico, o reposicionamento deste saber, a partir da evidência da sua relação, não com uma verdadeira

³Escreveu Foucault: "Não foi de modo algum a medicina que definiu os limites entre a razão e a loucura, mas, desde o século XIX, os médicos foram encarregados de vigiar a fronteira e nela montar guarda. Marcaram ali 'doença mental', indicação que equivale a uma interdição". (Foucault, 1981: capa)

essência do seu objeto, mas com as determinações históricas da sua constituição⁴. Nas palavras de Roudinesco:

"...Michel Foucault favorece a emergência de uma nova visão da loucura (...) [r]eduzindo a nada a noção de 'progresso' em matéria de saber psiquiátrico"(Roudinesco, 1988, vol. 2:330).

Contemporaneamente a isso, Goffman(1987:p.247) escreve:

"A estigmatização como doente mental e a hospitalização involuntária são os meios pelos quais respondemos a essas ofensas contra a adequação. A persistência do indivíduo na manifestação de sintomas depois de entrar no hospital, e sua tendência para criar sintomas adicionais como resposta adicional a essa nova situação, já não lhe podem servir como expressões de desafeto. Do ponto de vista do paciente, o fato de recusar-se a trocar uma palavra com a equipe dirigente ou com outros pacientes pode ser uma prova muito boa de rejeição da interpretação que a instituição dá do que e de quem ele é; no entanto, a administração superior pode considerar essa expressão de alienação como exatamente o tipo de sintomatologia que a instituição deve tratar, e como o melhor tipo de prova de que o paciente deveria estar onde agora se acha colocado. Em resumo, a hospitalização psiquiátrica previne todas as manobras do paciente, e tende a tirar dele as expressões comuns através das quais as pessoas se recusam a aceitar as organizações - insolência, silêncio, observações em voz baixa, ausência de cooperação, destruição maldosa de decoração interior, e assim por diante; tais sinais de desafeição são entendidos como sinais de adequação da ligação da pessoa com a instituição."

⁴ "... *Histoire de la folie* tem na Psiquiatria o seu alvo principal: seu objetivo é estabelecer as condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem respeito ao louco considerado como doente mental. Dai a extraordinária importância deste texto. Demonstra, por um lado, que a Psiquiatria é uma 'ciência' recente: que a doença mental não tem nem mesmo duzentos anos, como também que a intervenção da medicina com relação ao louco, em vez de ser atemporal, é historicamente datada. *Histoire de la folie* analisa as características, as verdadeiras dimensões e a importância desta ruptura de tal modo que, depois dela, não é mais possível falar rigorosamente de doença mental antes do final do século XVIII, momento em que se inicia o processo de patologização do louco. A partir de então a história da loucura deixava de ser a história da Psiquiatria. Por outro lado, a Psiquiatria é o resultado de um processo histórico mais amplo, que pode ser balizado em períodos ou épocas, que de modo algum diz respeito à descoberta de uma natureza específica, de uma essência da loucura, mas à sua progressiva dominação e integração à ordem da razão. Livro que, sem dúvida, revolucionou a maneira de pensar a Psiquiatria, permitindo, a partir da análise de sua história, o conhecimento de seus reais objetivos."(Machado, 1988: 58).

Neste trecho pode-se assinalar algo do método com que foi elaborado: de uma situação observada e descrita, mais especificamente do modo como ela se organiza, são retirados elementos que criam um novo parâmetro, permitindo rever e inverter a compreensão inicial que foi proposta. A justificativa que a Psiquiatria dá para a internação e para a manutenção da internação psiquiátrica de alguém pode ser a tradução discursiva do esforço para encobrir o que de fato é também a razão desta internação. A negação que o paciente faz do vínculo com a instituição é transformada na afirmação deste mesmo vínculo.

Goffman avalia a mesma realidade e dá diferentes valores aos elementos que a compõem por não se determinar pelos mesmos compromissos, por se fazer presente à situação sem estar ali determinado pela função de internar e manter internado o paciente. Na sua avaliação, ele retira, da própria avaliação à qual se contrapõe, os indícios dos compromissos que atrelam os responsáveis pela sua constituição.

Portanto, se Goffman fornece elementos que possibilitam uma releitura do conhecimento psiquiátrico, o faz no campo mais restrito do interior deste próprio conhecimento e das instituições por ele referendadas, como também das outras instituições que guardam analogia com as primeiras. Não se estende ao todo social. O comentário de Gouldner sobre Goffman salienta este e mais um detalhe:

"Thus Goffman does not deal with how men seek to change the struture of these organizations or of other social systems, but, rather, with how they may adapt to and within them"(Gouldner, 1970: 381-2).

Por este detalhe, da sua obra não se depreende a postura de um ativista político. E o mesmo se pode afirmar da de Foucault, pelo que foi inclusive criticado(Roudinesco, 1988: 444).

Se de Goffman e Foucault não se pode inferir que tenham exortado a ações políticas, se a ação política deles teria sido a própria teoria que ofereceram⁵, de Laing se

⁵“É por isso que a teoria não expressará, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, (...), não totalizadora. (...). Uma ‘teoria’ é um sistema regional desta luta [contra o poder]”. (Foucault, 1992: 71).

observa postura diferente. Ele define as relações entre sociedade, família, psiquiatria e pacientes psiquiátricos num arranjo tal que, já de início, fica estabelecida a sua parceria com os pacientes em oposição a todos os demais. Ou seja, de início, sua acepção é que alguém se transforma em paciente psiquiátrico em função do que fazem contra ele, em benefício dos demais. Para tratá-lo, o correto é se aliar a ele, o que implica em se opor aos demais.

Em o “O Eu Dividido”(Laing, 1978: 28), Laing se coloca perante a psiquiatria:

“Devo confessar aqui certa dificuldade pessoal em ser psiquiatra. (...). Exceto nos casos de esquizofrenia crônica, acho difícil descobrir ‘sinais e sintomas’ de psicose nas pessoas que entrevisto. Julgava tratar-se de uma deficiência de minha parte: eu não era bastante hábil para descobrir alucinações e ilusões. Ao comparar minhas experiências dos psicopatas com as descrições de psicoses das obras-padrão descobria que os autores não descreviam a maneira como estas pessoas se portavam comigo. Talvez estivessem com a razão, e eu errado. Achei depois que talvez estivessem enganados. Mas isso era igualmente insustentável. Eis o que parece um fato:

Os textos-padrão convencionais contém descrições do comportamento de pessoas num campo *behavioral*⁶ que inclui o psiquiatra. O comportamento do paciente é, até certo ponto, uma função do comportamento do psiquiatra no mesmo campo *behavioral*. O paciente-padrão de psiquiatria é uma função do psiquiatra-padrão e do manicômio-padrão.”

E pouco mais adiante:

“O psiquiatra clínico, desejoso de ser mais ‘científico’ ou ‘objetivo’, talvez proponha confinar-se ‘objetivamente’ ao comportamento observável do paciente. A mais simples resposta a isso é que se trata de algo impossível. Ver ‘sintomas’ de ‘doença’ é não ver com neutralidade. (...) Impossível deixar de ver a pessoa de um modo ou de outro e situar nossas elaborações ou

⁶ assim no original.

interpretações sobre o seu comportamento tão logo entramos com ela em relacionamento. (...) Talvez ajude a esclarecer nossa posição comparar o problema com o do historiador, segundo o apresentou Dilthey. Em ambos os casos [do historiador e do psiquiatra], a tarefa essencial é a da interpretação.

Antigos documentos podem ser submetidos a uma análise formal em termos de estrutura e estilo, traços lingüísticos e idiossincrasias características de sintaxe, etc. A psiquiatria clínica tenta uma análise formal análoga da fala e do comportamento do paciente.

Além desta análise formal é possível lançar luz sobre o texto através do conhecimento do nexos socio-histórico das condições das quais emerge. De modo similar, em geral desejamos ampliar o mais possível a análise formal e estática dos ‘sintomas’ clínicos isolados para compreender seu lugar na vida da pessoa. (Laing, 1978: 31-2)”

Dos mesmos recursos com que foram feitos os ‘textos-padrão’ da psiquiatria, da entrevista com o paciente, Laing chega a conclusões que contestam o seu conteúdo por uma mudança de perspectiva em que variáveis do psiquiatra e do ambiente são acrescentadas para consideração. O seu método, pode-se entender como desenvolvido em dois passos: primeiro, propõe um campo de escopo ampliado, com a inclusão das circunstâncias em que ocorre a avaliação do paciente entre as causas daquilo que o próprio paciente apresenta (não simplesmente como propõe Goffman, em que a distorção se dá na interpretação); segundo, a partir disso, propõe sentidos para os elementos de análise que tornam compreensíveis as manifestações do paciente.

Para ele, o absurdo que é visto como pertencendo à loucura é decorrente das condições a que os loucos são submetidos. Procura questionar as concepções da ‘psiquiatria-padrão’, porém, diferente de Foucault e Goffman, não para atribuir a elas um novo propósito que transcenda a relação da psiquiatria com o louco e na qual ele, como observador, não se coloca envolvido. Ao contrário, para ele, toda a razão de ser da psiquiatria se traduz nas ações que ela desenvolve de ratificação da loucura e de oposição ao paciente, perante o qual ele não se coloca como neutro, mas como aliado.

O conhecimento psiquiátrico, na sua opinião erroneamente, se fundamenta em averiguações que desconsideram o fundamental na composição daquilo que se pretende avaliar: a interação entre o entrevistador, enquanto representante de preceitos instituídos, e o entrevistado.

Assim Laing, após dar o conhecimento psiquiátrico por desacreditado, ocupa o espaço que era por ele preenchido com uma outra proposta, que, por sua vez, não se achava contida no conteúdo contestado e teria sido desvelada. A demonstração da deficiência teórica da “psiquiatria-padrão” e o desvelamento de que trabalha em oposição ao paciente justificam que seja oferecida a alternativa de parceria, de aliança, com o paciente, que o substrato filosófico existencialista ajudou a embasar. Pela abordagem de Laing, não se pode entrever o porque de a psiquiatria ter sido constituída com as características que lhes são próprias; não se pode ir além da detecção das parcerias, alianças e, por consequência, conivências com aqueles que criam e mantêm a loucura.

Cooper, com quem Laing trabalhou tanto na prática clínica, quanto na produção teórica, sintetizou esta tomada de posição em trechos de “Psiquiatria e Antipsiquiatria”(Cooper, 1989). Diz ele (p. 55):

“Numa sociedade onde a auto-alienação é a regra, tais valores [os valores e as normas de comportamento da macrocultura, do mundo extrafamiliar] serão valores alienados. O menino (...) será provido de um quadro de referências em que se identificará positiva ou negativamente (em proporções viáveis) com o seu pai, cujo dever consiste em representar no círculo familiar um papel social satisfatoriamente valorizado por ele mesmo e pelos outros.”

Mais adiante (continua):

“Tão impossível é o dilema do esquizofrênico ou do futuro esquizofrênico, quando se defronta com esta manobra [a manobra ‘duplo vínculo’] de um ou de ambos os progenitores, que a única resposta de que é capaz vem a ser aquela convencionalmente considerada como psicótica.”

Num outro trecho:

“No hospital psiquiátrico, a sociedade produziu com infalível habilidade, uma estrutura social que, sob muitos aspectos, repete as peculiaridades enlouquecedoras da família do paciente.” (p. 38)

Mais adiante (p. 42):

“... se alguém tenta romper com o sistema de falsa racionalidade da família, particularmente quando este sistema é reforçado pelo conluio com a família de agentes da sociedade mais ampla, corre o risco de ser chamado de irracional. (...) O fato de que esta irracionalidade seja, realmente, uma anti-lógica necessária, e não uma lógica doente, e de que a violência do paciente constitui uma contraviolência necessária, pode muito bem passar despercebido. (...) ... a família, a fim de se preservar na sua inautêntica maneira de viver, inventa uma doença. Sensível a tais necessidades sociais generalizadas, a ciência médica providenciou uma disciplina especial, a Psiquiatria, para conceituar, formalizar e classificar esta doença e fornecer seu tratamento.”

Entre as conclusões, diz (p. 133):

“...O desenvolvimento [de uma boa unidade de atendimento] precisa ter lugar fora dos confins da instituição mais ampla, a qual foi impelida, fisicamente, para fora da comunidade, da matriz dos mundos familiares, onde surgem seus verdadeiros problemas e onde jazem as respostas a estes. (...) A unidade deve, em última instância, se tornar um lugar que as pessoas escolhem para vir a fim de fugir, com orientação autêntica, do processo inexorável de invalidação, que as tritura lá ‘fora’.(...) Tivemos muitos devaneios acerca da comunidade psiquiátrica ideal, ou melhor, antipsiquiátrica, porém creio que possuímos agora, através de um processo de desmitificação, suficientemente delineada a natureza verdadeira da loucura psiquiátrica ...”.

Portanto, cabe a quem se propõe a tratar de pessoas com problemas psíquicos, tomar o partido delas contra todos os demais, incluindo aí família e psiquiatria.

Há semelhanças entre Goffman, Foucault e Laing, e também Cooper, na medida em que suas asserções investem contra o conhecimento psiquiátrico estabelecido, embora cada um a seu modo e embora as suas obras não tenham ficado restritas a isso.

Do mesmo modo, também há aproximações destes com os protagonistas das transformações da psiquiatria italiana, os quais se digladiaram com a psiquiatria num outro campo: o das propostas políticas, o da definição do lugar dos portadores de doenças mentais na sociedade.

Como os demais, a partir de 1961 Basaglia iniciou o seu trabalho de “negação da instituição” quando assumiu a direção do manicômio de Gorizia (Basaglia, 1985). Esta expressão, “negação da instituição”, ele a utilizou num duplo sentido: de instituição enquanto instituição asilar, constituída para o cuidado do louco, e de instituição enquanto o saber instituído, cuja função é sustentar a instituição asilar. E, diferentemente de Laing e Cooper, Basaglia tomava a parcela da sociedade formada pelos loucos, não em oposição ao restante da sociedade, mas ao lado de outras parcelas também alijadas do poder, as quais, para ele, nem sempre cabe distinguir umas das outras. Por este motivo, estar em defesa do interesse dos loucos é estar em defesa também de outros grupos marginalizados pela lógica da organização econômica e da organização política, que é consequência da primeira; estar em defesa do interesse dos loucos é uma estratégia para a ação política em busca da justiça na sociedade⁷.

⁷“Mas, apesar da separação ideológica das duas entidades abstratas (delinquência e enfermidade), cada uma com a sua própria instituição específica, praticamente fica inalterada a estreita relação de uma e outra com a ordem pública; ambas as instituições mantêm inalterada sua função de tutela e defesa desta ordem. Por outro lado, apesar do reconhecimento abstrato desta nova dignidade, nem o delinquente, que deve espionar a ofensa feita à sociedade, nem o louco, que deve pagar por seu comportamento incorreto e inadequado, nunca tiveram dignidade de homens e as instituições criadas para eles (para sua reeducação e redenção, por uma parte, para seu tratamento e reabilitação, por outra) não modificaram em nada sua função e natureza, continuando, em sua evolução separada, uma via paralela.

(...) Ademais, nada tem se modificado na natureza da exclusão fundamentada na violação, na mortificação, na total destruição do homem institucionalizado, demonstrando assim, que a implícita finalidade dos estabelecimentos de reeducação e de tratamento é a supressão dos que deveriam ser reeducados e curados.

(...) Nos países onde a situação socio-econômica, dado seu grau de desenvolvimento, não exige uma eficiência organizativa por não ser necessária, delinquência e loucura ocupam ainda o mesmo espaço: prisões onde não existe a separação das duas distintas especialidades. Ou seja, que em um contexto no qual os limites da norma não estão bem definidos, o amálgama dos indivíduos que estão fora da norma se organiza espontaneamente em grupos separados que se formam para a defesa desta, para sua própria sobrevivência. (...)

É nesta ótica que o horror da tortura nos países sul-americanos, por exemplo, adquire uma forma organizada, convertendo-se na instituição. (...) Para o povo que não tem a esperança de modificar sua condição de vida insuportável, ou que esta esperança não se traduz em uma luta concreta, a ameaça de detenção em cárcere ou manicômio, como sanção para os comportamentos desviados, é inefetiva, uma vez que para aqueles que não comem ou não têm casa para dormir, a internação pode ser também uma solução para a própria sobrevivência. (...) Estrutura econômica e organização institucional coincidem sempre em cada nível de desenvolvimento(...)(Basaglia, 1975: 158-60).

Basaglia dá o todo social por dividido, onde uma parcela, a que oprime as demais, procura manter-se segura com seus privilégios pela utilização daquilo que consegue institucionalizar, tanto na forma de organismos com funções sociais, quanto na de conhecimento referendado por instituições.

Assim, as coincidências no tempo e na forma entre aqueles que, no início dos anos sessenta, puseram de pé as suas propostas teóricas, a partir das quais contestaram o saber psiquiátrico, não tiveram correspondência quanto a perspectivas e conteúdos. Não há como fazer deles um grupo, embora tenham constantemente sido tomados nesta condição pelo senso comum. Com isto, assinala-se uma forma de distorção que, retornando a Laing como exemplo, é possível melhor delimitar.

De Laing, a teoria existencialista, que propunha fosse aplicada ao mesmo objeto da psiquiatria numa condição de oposição a esta, era-lhe, mais, um acréscimo.

O modelo radical como idealizou o cuidado que deveria ser dado aos pacientes, de aliança com o paciente e em oposição aos demais, no estrito senso que propunha, mostrou-se na prática clínica, com o decorrer de pouco tempo, inviável.

Não funcionou e ele mesmo teve de revê-lo.

De outro lado, caso a sua proposta fosse afrouxada na radicalidade das recomendações, perdia a originalidade, já que não trazia novidade em relação a outras mais antigas, como, por exemplo, as derivadas das experiências em comunidades terapêuticas (Jones, 1954).

Com relação a método, também faltou originalidade, já que se utilizou de recursos semelhantes aos da psiquiatria. Quando apontou a necessidade de se contextualizar os elementos levantados através da avaliação psiquiátrica-“padrão”, tendo em mãos, como parâmetro teórico, o existencialismo, não possuía, em termos qualitativos, instrumentos diferentes dos também disponíveis à fenomenologia, a vertente filosófica presente na “psiquiatria-padrão”.

Em assim se entendendo, caso as condições sociais sejam diferentes, não se justifica desenvolver, na busca de um mesmo resultado, a mesma ação política na psiquiatria. Nas sociedades em que a pobreza possui maiores dimensões, como no Brasil, onde se procura a internação psiquiátrica enquanto alternativa para abrigo e obtenção de alimentação, talvez a defesa dos loucos não fosse a melhor estratégia para o questionamento das instituições injustas, opressoras, limitadoras da liberdade.

O que, no trecho acima transcrito, Laing chama de interpretação, e em função de que afirma que o psiquiatra não pode ser objetivo e neutro, talvez melhor possa ser aceito como elaboração, como entendimento, como uma alternativa, entre outras possíveis, de compor, num todo, os diversos elementos que foram fruto de observação. A diferença, no conteúdo teórico, entre aquilo que Laing critica e o que está propondo é decorrente da diferença entre os pressupostos da fenomenologia e os do existencialismo⁸.

No conteúdo político, quanto à responsabilidade que ele, Laing, atribui ao psiquiatra no que diz respeito às manifestações clínicas e resultado do tratamento para o paciente, esta é estabelecida *a priori*, e não consequência da investigação pela aplicação dos seus instrumentos teóricos. Tanto que, nos seus textos, não se utiliza de pesquisa planejada, mas exclusivamente de reinterpretação de material clínico, obtido por ele próprio ou por outros - e quando por outros, principalmente pelo grupo de Palo Alto, na Califórnia, nos seus relatos de pesquisas onde definem o "duplo-vínculo", um elemento etiopatogênico que, pretende-se, discernível no discurso de quem convive estreitamente com o esquizofrênico. São idéias já formadas previamente, que ele pretende ver confirmadas pela clínica; diferentes de conjecturas que poderiam dar conjunto aos elementos empíricos, ajustando-os com certa precisão. Escolher entre a 'psiquiatria-padrão' e a visão de Laing, ele como exemplo do grupo de que fazia parte, torna-se isto: uma escolha; adere-se àquela que parecer melhor.

⁸ Tendo que: "A própria evidência do mundo, sua certeza, se encontra agora em questão [em razão da atitude cética], e a tarefa da investigação fenomenológica não é desagregá-la (o que a conduziria às dificuldades do ceticismo), nem 'construí-la' *ex novo* como se nunca tivesse existido, mas pelo contrário fundá-la perante a *skepsis* através de uma investigação imanente voltada para a explicação dos nexos essenciais e constitutivos." [Bonomi, A., Fenomenologia e Estruturalismo, Ed. Perspectiva, S. Paulo, 1974, pp. 24-25]

Portanto, a fenomenologia parte da possibilidade de a consciência ter acesso aos objetos através da construção de uma estrutura ideal, cuja definição está a seguir:

"A estrutura é antes de mais nada *articulatória*, na medida em que institui diferenciações no interior do campo, desenterra dimensões, traça linhas de força, diversifica níveis privilegiados em volta dos quais o campo inteiro vai gravitar. São aqui essenciais as relações que as várias figuras do campo mantêm entre si - suas conexões laterais numa estrutura de conjunto - assim como são importantes suas relações com o fundo, dado que toda figura pressupõe sempre um fundo contra o qual se destaca por diferenciação. Um fundo que é a totalidade das outras figuras tomadas na sua latência, no seu permanecer em profundidade, justamente para permitir o emergir desta figura atualmente visível." [Bonomi, A., *ob. cit.*, pp. 42-43].

E, como ponto-de-partida do Existencialismo, na base de todas as questões humanas, está a "angústia do ser-no-mundo", assim definida:

"A porta de acesso à análise da condição humana é a experiência da angústia, através da qual os existencialistas creem ter chegado a visões diretas e intuitivas que escaparam totalmente aos filósofos tradicionais. (...) Para alguns existencialistas, o objeto primário da angústia é a simples realidade da existência; para outros, a particularidade ou individualidade humana. (...) Cumpre nunca perder de vista que os traços da condição humana revelados por essas três formas de angústia foram reconhecidos por quase todos os existencialistas, e que na maioria dos casos suas experiências individuais da angústia têm mais de um desses traços como objeto." [Olson, R. G. Introdução ao Existencialismo, Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1970, pp. 47-48.]

Colocar assim, como escolha, não implica em desconhecer influências que existem neste **parecer melhor**; ou, é preciso admitir que para resolver a tarefa da escolha, fazem-se presentes na avaliação não somente os elementos internos, empíricos ou de interpretação, a cada um dos lados.

Quando, quase vinte anos depois de “O Eu Dividido”, Laing nega sua condição de opositor da psiquiatria e se define como um psiquiatra que procura melhor ajudar seus pacientes, pode-se considerar nisto um reposicionamento coerente com o conteúdo, mas não com o estilo, de sua produção anterior (Laing, 1978).

Surge, então oportunidade para formular a seguinte questão: por que este estilo em 1961; por que o posicionamento de antipsiquiatra? Por que forjar esta nova identidade?

O que significa que tenha optado por defender suas idéias de uma forma que no futuro reviu como não a mais apropriada em relação ao conteúdo, que, porém, certamente não dificultou para que as idéias fossem divulgadas, talvez muito pelo contrário?

Existem regras neste processo em que o autor se mostra sensível para com a melhor forma de divulgação num dado momento? Ou seja, existem certezas de vigência transitória em áreas do conhecimento como a psiquiatria? Se sim, quais as regras que dão os contornos a estas certezas e as organizam?

Szasz aborda a psiquiatria, em “O Mito da Doença Mental” (1979), por ângulos relacionados a estas perguntas imediatamente acima, embora não por estímulo de Laing, mas, pode-se supor, por um estímulo que tanto o sensibilizou, como a Laing.

No seu prefácio está:

“In sum, then, this is not a book on psychiatry, nor is it a book on the nature of man. It is a book about psychiatry - inquiring, as it does, into what people, but particularly psychiatrists and patients, have done with and to one another. It is also a book about human conduct - since in it observations and hypotheses are offered concerning how people live.”

O trecho foi assim traduzido na edição em português:

“Em suma, este não é um livro contra a psiquiatria, nem contra a natureza humana. É um livro sobre a psiquiatria - questionando o que as pessoas, especialmente psiquiatras e pacientes, têm feito umas às outras. É também um livro sobre o comportamento humano - já que as observações e hipóteses nele contidas referem-se ao modo de vida das pessoas.”

A comparação de ambas as versões evidencia algo que foi perdido na tradução e algo outro que foi acrescentado.

Em inglês, Szasz afirma que está se propondo a discutir, não a psiquiatria, mas acerca da psiquiatria. Não o que os psiquiatras dizem, agora já remetendo ao que está no restante do livro, mas o que eles dizem tendo em vista as circunstâncias (cultural, de relacionamento com os pacientes e de razões econômicas) de onde eles retiram o que dizem. E Szasz entende que os psiquiatras estão tão imersos quanto os pacientes nestas circunstâncias. Para ele, os psiquiatras dizem coisas acerca do contexto, aí incluído o paciente, em que eles próprios têm de sobreviver material e profissionalmente; e a busca da sobrevivência profissional em função das necessidades impostas para a sobrevivência material. Portanto, naquilo que dizem os psiquiatras estão expressas as imposições que sofrem por pertencerem a este contexto.

Há mais nas suas palavras acima transcritas. O autor está se propondo, em função do que elaborar com respeito à psiquiatria, a fazer generalizações que se apliquem ao modo de vida das pessoas; da psiquiatria às características do modo de vida das pessoas. Assim, aquilo que irá sustentar com respeito ao comportamento humano estará atrelado à sua discussão acerca da psiquiatria.

A palavra “contra”, que foi acrescentada na tradução para o português, não parece inadequada quando se considera o espírito da obra. Ou seja, Szasz de fato se coloca contra a psiquiatria quando procura demonstrar que ela existe por equívoco, que não cabe existir uma especialidade médica como ela dado que o que se denomina de doença mental não o é. Para ele, o campo que a psiquiatria ocupa não faz parte do campo médico, e tal

como é não deveria existir, para o bem, inclusive e principalmente, dos próprios pacientes.

Em comum com os autores cujas obras foram acima mencionadas, Szasz tem ainda que o efeito de impacto, político e cultural, que sua proposta produziu dependeu, além da fidedignidade que angariou para as asserções nela contidas, do caráter de oposição que criou com o saber, institucionalmente estabelecido, psiquiátrico e acerca da psiquiatria.

Em comum com Laing, ele busca acrescentar algo ao conhecimento circunscrito sob a égide da psiquiatria, dando a este algo a feição de oposição.

Porém, a oposição à psiquiatria em *“O Mito da Doença Mental”* não é somente consequência, estilo ou forma; tem também a função de método. Nesta obra são traçadas linhas divisórias, são precisados pontos no interior da teoria psiquiátrica, com a finalidade de que fiquem estabelecidas fronteiras e heterogeneidades entre elementos cuja existência seja objetivável, de outros cuja natureza é unicamente relativa à convivência de pessoas. Os elementos em discussão são delimitados pelo seu caráter de oposição uns com outros. São fundamentais as semelhanças e diferenças, que o autor busca demonstrar existirem, porque delas serão retirados os argumentos. Este é o recurso de que Szasz se utiliza para entrar em confronto com o que até então possuía a hegemonia, com o que até então tinha o domínio dos preceitos que determinavam qual conhecimento possuía ou não legitimidade no campo dos fenômenos mentais.

Portanto, foi a partir da interioridade do conhecimento estabelecido que emergiu a orientação de Szasz para sua oposição a ele, porém com mais uma particularidade que cabe ressaltar: Szasz investe justamente contra os pontos de apoio do conhecimento psiquiátrico **mais** conhecidos, contra os pontos de referência **mais** aceitos. Este aspecto quantitativo, constante naquilo que escolheu discutir, indica, desde o início de sua trama argumentativa, a consideração do autor pelo senso comum.

O método também inclui, simultaneamente a colocação de incertezas acerca dos alicerces do conhecimento estabelecido, por juntar à discussão outros elementos pertencentes ou muito próximos do senso comum, o propósito de relativizar, de colocar em perspectiva, de retirar, do conhecimento psiquiátrico, o seu caráter de singularidade. Ou

seja, é feita a comparação, a produção de analogias, com conhecimentos de outra ordem, em específico, com conhecimentos de ordem religiosa ou moral, que justamente possuem a característica de se sustentarem pela crença que contrariam evidências.

Os dois recursos acima, em conjunto, possuem, de maneira transparente no texto, o intuito de fracionar, de demonstrar a existência de brechas, de fissuras, no interior do todo do conhecimento psiquiátrico; de denunciar que o todo possui a consistência de um conhecimento constituído para atender a interesses não manifestos e escusos. Interesses cuja existência e manutenção se deve à convivência entre psiquiatras e pacientes.

Embora Szasz faça oposição à psiquiatria, suas elaborações não descartam a possibilidade do aprimoramento, certamente não da psiquiatria, mas de um tipo de conhecimento relacionado àquilo que ela contém concernente ao intuito de simplesmente ter a disposição de ajudar pessoas.

No que se refere ao questionamento do saber psiquiátrico, portanto, os autores acima mencionados, se aproximam, também se diferenciam.

Em Goffman, a oposição entre o fruto de suas observações e o conhecimento psiquiátrico aparece como consequência do método de pesquisa.

Em Foucault, a oposição vem incorporada ao método uma vez que o saber psiquiátrico é incluído no material de pesquisa como uma parcela daquilo que determina o cuidado para com os loucos. O cuidado para com os loucos resulta da conjunção de diferentes discursos, e a psiquiatria como apenas um deles, uma vez que a investigação explora as relações que se estabelecem entre estes discursos.

Em Laing e Szasz a oposição tem outro caráter. Laing e Szasz mais claramente traduzem e sustentam fenômenos culturais de vigência transitória, nem por isso alguma vez ausentes, que se mostram relevantes para a aceitação e divulgação de idéias.

3- SABER E REALIDADE- MARX: A OPOSIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.

O movimento de contestação dos anos sessenta, particularmente naquilo que ganhou a conformação de oposição à psiquiatria, fez de dois autores clássicos referências obrigatórias para métodos e temas com que foram construídos os discursos que lhe deram conteúdo. De ambos, surgiram as raízes, e às vezes, a própria substância, de muito do que foi discutido neste período. Nas vezes em que alguém se ateu em pensar sobre psiquismo e sociedade, as duas coisas conjuntamente ou em separado, Marx e Freud foram chamados. Estiveram sempre presentes, quando não no manifesto, no latente do que apresentaram os mais diferentes autores. Por este motivo e para examinar pontos básicos para este trabalho - quais sejam a oposição enquanto método para a construção da realidade e a relação entre realidade, ilusão e convencimento -, que também estão presentes nas obras de ambos, a seguir são sublinhados e discutidos alguns aspectos de suas idéias.

Dialogando com a cultura, portanto também com Marx e Freud, o “*O Mito da Doença Mental*” discute realidade, ilusão e convencimento e formula hipóteses relativas à função do discurso que visa convencer. Para tanto, assemelha a Inquisição à psiquiatria, e a histeria à bruxaria. Isto corrobora o último parágrafo e acrescenta a necessidade de estudar tais itens.

Assim, são sublinhados trechos da obra de Marx no intuito apresentar a *realidade* tanto enquanto fruto de um desvelamento levado a efeito pela criação teórica, quanto como construída pela alienação ideológica; tanto como algo definitivamente parcial, como algo que abarca a totalidade.

De Freud, dos seus antecedentes e desdobramentos, são colhidos fragmentos para se discutir a ilusão, a constância do engodo que permeia as relações humanas, e para formular hipóteses com respeito ao lugar ocupado pelo engodo consentido na identidade das pessoas, do qual cada um também é vítima.

Por último, são selecionados trechos de um texto em defesa da Inquisição para discutir a função da ilusão na organização social e para exemplificar como os fatos, dados à

experiência humana, não são coisas em si, mas juntam ilusão, convencimento e função social.

Buscar em Marx e Freud inspiração para o movimento de contestação possui sentido. Em ambos, as idéias estão fundamentadas e entremeadas pelo caráter de oposição. Ambos produziram teorias em que os elementos internos se sustentam nos princípios da dialética, embora, dos dois, somente Marx tenha se ocupado de precisar esta questão (Althusser,).

Em Marx, o caráter de oposição é abrangente e extremado, como adiante buscamos demonstrar e exemplificar.

Em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” ele se utilizou dos mesmos elementos disponíveis aos historiadores de sua época, mas os reordenou de tal modo que pode concluir:

“Eu, pelo contrário [não caindo ‘no erro dos nossos historiadores pretensamente objetivos’], demonstro como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói.” [se referindo à ascensão de Luís Bonaparte ao trono francês] (Marx, 1988: 3).

Mais adiante, no mesmo texto (p. 7), diz:

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”

E, posteriormente, Engels, baseado em Marx, generalizou:

“...apercebemo-nos de que a história não é mais do que a história da luta de classes; que estas classes sociais que se digladiam são, a cada momento, o produto das relações de produção e troca, numa palavra, das relações econômicas da época, que é sempre a estrutura econômica da sociedade que constitui a base real que permite explicar em última análise toda a superestrutura de instituições políticas e jurídicas, bem como as maneiras de pensar religiosas, filosóficas e outras de cada período histórico.”(Engels, 1931:17-18).

Com isso, a história é, ao mesmo tempo, determinada pela luta de classes e explicada por ela, e, para tanto, cada classe tem a sua identidade definida pela oposição em relação às demais.

Desta oposição, Stalin diz:

“Contrariamente à metafísica, a dialética [marxista] parte do ponto de vista de que os objetos e os fenômenos da natureza implicam contradições internas, pois todos apresentam um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro, todos têm elementos que desaparecem ou que se desenvolvem; a luta destes contrários, a luta entre o antigo e o moderno, entre o que morre e o que nasce, entre o que se corrompe e o que se desenvolve, é o conteúdo interno do processo deste desenvolvimento, da conversão das variações quantitativas em variações qualitativas.

É por isso que o método dialético considera que o processo de desenvolvimento do inferior ao superior não se efetua no plano de uma evolução harmoniosa dos fenômenos, mas no da atualização das contradições inerentes aos objetos, aos fenômenos, no plano de uma <<luta>> das tendências contrárias que agem na base destas contradições.

A dialética, no sentido próprio da palavra, diz Lênin, é o estudo das contradições na própria essência das coisas.”(Stalin, 1947:13).

Caso se observe, nas entrelinhas destas idéias expressas por Stalin, algo além de questões filosóficas, caso se suspeite de que a maneira peculiar de composição da realidade, na qual a transformação obtida através da luta aparece como contingência de toda transformação, tem o objetivo de exortar à luta para a transformação social, isto não está fora das concepções do próprio Marx.

É mais uma forma como a oposição se faz presente em suas idéias, cujo exemplo vem num trecho seu, já sobejamente citado:

“Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes, a questão é transformá-lo.”(Marx, 1984:111).

E para transformá-lo, é preciso que o entendimento acerca dele não seja neutro, mas construído segundo um prisma propício; a realidade é conformada segundo os interesses.

Para Hook:

“O marxismo, enquanto teoria e prática da revolução, é a teoria da classe do proletariado. Neste sentido, é a teoria ‘parcial’ ou ‘partidária’, sem deixar de ser uma expressão objetiva dos interesses do proletariado.”

Portanto, Marx não se ocupa unicamente de questões filosóficas. No interior de sua obra, a exortação à revolução comunista também nega a existência de qualquer realidade que não tenha sido composta para atender a interesses de classes.

Outra oposição é a que Marx tem para com a teoria hegeliana, embora não se possa supor a existência de sua obra exceto enquanto precedida pela de Hegel. Ele diz:

“O meu método dialético não difere somente quanto ao fundamento do método hegeliano; é precisamente o contrário. Para Hegel, o processo do pensamento, de que ele faz mesmo, sob o nome de idéia, um processo autônomo, é o criador da realidade, que não é mais do que o seu fenômeno exterior. Para mim, o mundo das idéias é apenas o mundo material, transposto e traduzido no espírito humano.

[...] A mistificação que a dialética atingiu em Hegel em nada impede este filósofo de ter sido o primeiro a expor, de maneira completa e consciente, as formas gerais do movimento. Mas nele a dialética está do contrário. É preciso invertê-la se queremos, no invólucro místico, descobrir o núcleo racional.”(Marx, 1924:XCV).

Além das oposições acima exemplificadas, mais uma pode ser depreendida da obra de Marx. Pelas palavras de Giannotti:

“Árduo é compreender como os conceitos marxistas não se confirmam de imediato; que a lei do valor, por exemplo, não se verifica na superfície dos fenômenos econômicos, mas serve de ponto de partida de um tecido de categorias que, além de caminhar do abstrato para o concreto, vai da profundidade das estruturas para a superfície da aparência.”(Giannotti, 1987: XVIII).

Os conceitos de Marx se opõem também à aparência e à intuição. Não são dados de imediato ao olhar. Pervertem o significado imediato fornecido por uma avaliação superficial.

A utilização de oposições para delimitar a identidade e definir a interrelação dos objetos, bem como a conclusão pela realidade constituída de períodos que se sucedem numa sequência de rupturas, não produzem uma teoria de fragmentos. Na teoria marxista, é determinante de sua composição a importância do todo perante as partes.

De acordo com Lukacs:

“Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue de uma maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, é o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, a predominância universal do todo sobre as partes, constitui a própria essência do método que Marx retomou de Hegel, que ele transformou na maneira de fazer dele o fundamento original de uma ciência inteiramente nova.”(Lukacs, 1948: 162).

Ou, conforme Stalin:

“Contrariamente à metafísica, a dialética encara a natureza não como uma acumulação acidental de objetos, de fenômenos desligados uns dos outros, isolados e independentes uns dos outros, mas como um todo uno, coerente, onde os objetos, os fenômenos, estão ligados organicamente entre si, dependendo uns dos outros e condicionando-se reciprocamente.

É a razão por que o método dialético considera que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido se visto isoladamente, fora dos fenômenos que o rodeiam. Não importa que fenômeno, em não importa que domínio da natureza, pode ser convertido num não-senso se o consideramos fora das condições circundantes, se o isolamos dessas condições; pelo contrário, não

importa que fenômeno pode ser compreendido e explicado, se o consideramos sob o ângulo da sua ligação indissolúvel com os fenômenos em volta, se o consideramos tal como é condicionado pelos fenômenos que o circundam.”(Stalin, 1947: 10).

Da tese de que os elementos que determinam a vida social se definem a partir das relações da base econômica de produção, na qual os interesses entre as classes sociais estão em oposição, e com a noção de totalidade, desenvolvida desde Hegel, chega-se à consequência de que não há neutralidade ideológica.

Além disso, para Marx, não existe o homem descrito como uma entidade abstrata e genérica, mas somente seres concretos, cercados por contingências sociais, as quais são fruto do desenvolvimento histórico, que, por sua vez, determinam a consciência que têm de si mesmos e da realidade⁹

Diz ele:

“O indivíduo é o ser social. A exteriorização da sua vida - ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outros - é, pois, uma exteriorização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou geral.

Como consciência genérica o homem confirma sua vida social real e não faz mais que repetir no pensar seu modo de existência efetivo, assim como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica e é para si, na sua generalidade, enquanto ser pensante.

⁹“Ele [Feuerbach] não vê que o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada diretamente da eternidade, sempre igual a si mesma, mas antes um produto da indústria e do estado em que se encontra a sociedade, e precisamente no sentido de que ele é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais aos ombros da anterior e desenvolvendo a sua indústria e o seu intercâmbio e modificando sua ordem social de acordo com necessidades já diferentes.” (Marx, 1984: 27).

O homem - por mais que seja um indivíduo particular, e justamente é sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social individual efetivo - é, na mesma medida, a totalidade, a totalidade ideal, o modo de existência subjetivo da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como intuição e gozo efetivo do modo de existência social, quanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana.”(Marx, 1987: 176).

E:

“Na indústria material costumeira (que pode ser concebida como parte daquele movimento geral, do mesmo modo que se pode conceber este como parte particular da indústria, pois até agora toda atividade humana era trabalho, isto é, indústria, atividade alienada de si mesma) temos perante nós, sob a forma de objeto sensíveis, estranhos e úteis, sob a forma da alienação, as forças essenciais objetivadas do homem. Uma psicologia para a qual permanece fechado este livro, isto é, justamente a parte mais sensorialmente atual e acessível da história, não pode tornar-se um ciência efetiva, provida de conteúdo e real. O que se pode pensar de uma ciência que orgulhosamente faz abstração desta grande parte do trabalho humano e que não se sente incompleta (...)?”(Marx, 1987: 179).

E: "... para o homem socialista toda a assim chamada história universal nada mais é do que a produção do homem pelo trabalho humano, o vir-a-ser da natureza para o homem tem assim a prova evidente, irrefutável, de seu nascimento de si mesmo, de seu processo de origem." (Marx, 1987: 181).

4- MARX E FREUD: ACERCA DO CONVENCIMENTO.

A teoria freudiana, pela perspectiva marxista, de acordo com o discutido acima, por afastar cada um de sua verdade histórica, mais que nada fazer, contribui para alienar.

De outro lado, porém, não se pode considerar que Freud tenha tido a intenção de contribuir para o acobertamento de alguma verdade. Freud sempre se orientou pela intenção de desvelar fenômenos atinentes aos seres humanos.

Sobre quem estaria se servindo de ilusões, escreveu:

“Os comunistas acreditam ter descoberto o caminho para nos livrar de nossos males. Segundo eles, o homem é inteiramente bom e bem disposto para com seu próximo, mas a instituição da propriedade privada corrompeu-lhe a natureza. A propriedade da riqueza privada confere poder ao indivíduo e, com ele, a tentação de maltratar o próximo, ao passo que o homem excluído da posse está fadado a se rebelar hostilmente contra seu opressor. Se a propriedade privada fosse abolida, possuída em comum toda a riqueza e permitida a todos a partilha de sua fruição, a má vontade e a hostilidade desapareceriam entre os homens. Como as necessidades de todos seriam satisfeitas, ninguém teria razão alguma para encarar outrem como inimigo; todos, de boa vontade, empreenderiam o trabalho que se fizesse necessário. Não estou interessado em nenhuma crítica econômica do sistema comunista; não posso investigar se a abolição da propriedade privada é conveniente ou vantajosa. Mas sou capaz de reconhecer que as premissas psicológicas em que o sistema se baseia são uma ilusão insustentável.”(Freud, 1969, Vol. XXI: 134-135).

E, ainda:

“Os escritos de Marx assumiram o lugar da Bíblia e do Alcorão, como fonte de revelação, embora não parecessem estar mais isentos de contradições e obscuridades do que estes antigos livros sagrados. Embora o marxismo prático tenha varrido impiedosamente todos os sistemas idealísticos e as ilusões, ele próprio desenvolveu ilusões que não são menos questionáveis e merecedoras de desaprovação do que as anteriores.”(Freud, 1969, Vol. XXII: 218).

No mesmo momento que pela perspectiva marxista se considera que esteja se fazendo um desvendamento, pela freudiana se conclui justamente o contrário. Os objetos não coincidem, porém a teoria de cada um tem pretensões de se expandir sobre o campo do outro; a partir da teoria de um, não há espaço deixado a teoria do outro.

Na teoria marxista, o objeto central para a construção da realidade é tomado pelo âmbito do coletivo e do histórico. A partir daí é inferida uma conformação para o psicológico que atenda às exigências de sua ética arbitrariamente definida. É justamente esta conformação que Freud julga inverossímil. Em Freud o objeto central é o inconsciente, conforme pode ser depreendido de um trecho de Safouan:

“... o processo secundário só triunfa se o processo primário for moderado antes. Este último, em princípio, permanece soberano.

E talvez porque a realidade é precária, porque a sua afirmação corre sempre o risco de estar marcada por alguma precipitação, que os mandamentos que lhe traçam os caminhos são tirânicos. Cumpre, pois, que tomemos aqui a medida exata daquilo que a visão freudiana implica como contestação da realidade, nunca antes igualada por nenhum sistema filosófico. Essa contestação não se detém na dupla subjetivação a que Freud submete a realidade, fazendo os órgãos sensoriais funcionarem ao mesmo tempo como ‘peneiras’ e como ‘telas’; tampouco se detém na atribuição da medida da realidade ao sujeito, no sentido do sujeito do conhecimento, ou à noese - solução de conforto que equivaleria mais a domesticar essa realidade do que contestá-la. A mola da contestação reside na onipotência da representação, na medida em que Freud, com a afirmação da supremacia principal do processo primário, tira a representação da função de conhecimento que era tradicionalmente sua, para fazer dela o pálido incubo da relação com o mundo.”(Safouan, 1970: 35-36).

Dado que por esta concepção o processo secundário é o pensamento consciente - por oposição a um pensamento inconsciente, ao processo primário -, Safouan afirma que a realidade, desde a obra freudiana, é determinada pelo processo primário, pelos mecanismos que se identificam com a função do inconsciente. O processo primário é singular a cada

pessoa e responsável pelo que se lhe passa na consciência, porém o próprio processo primário é barrado da consciência; é necessariamente ignorado. Portanto, como seu objeto central está na singularidade de cada pessoa, os elementos restantes, concepções sociais ou antropológicas, são conseqüências de inferências ou conjecturas coerentes.

Por serem diferentes, os objetos marxista e freudiano não guardam relação entre si, e a despeito disso, como já assinalado, ambas as teorias assumem um caráter totalizador. Assim, a consciência política não tem, para Freud, equivalente psíquico que lhe seja específico: é simplesmente algo afeito à função egóica, à função que implica em desconhecimento das causas inconscientes, que implica na alienação em relação às imposições vindas de sua história pessoal, a qual, por sua vez, está atrelada à história das gerações da qual se faz parte. De outro lado, tendo que para a teoria marxista o homem é produto de um determinado momento histórico da sociedade, e como para a teoria freudiana não há recursos metodológicos para que esta história seja computada, em termos marxistas, a teoria freudiana é alienante porque distancia o homem de conhecer aquilo que lhe determina. O uso da mesma palavra alienação não faz com que tenham, pelo que aqui foi explorado, algo em comum. O que uma teoria admite como as diferentes possibilidades de existir - algo existe somente se atende a determinados requisitos - exclui, já que ambas são totalizadoras, o que para a outra existe, e vice-versa. Portanto ambas têm em comum, não só se pretenderem totalizadoras segundo o próprio referencial quando evidentemente deixam a descoberto parcelas da realidade construída desde outros referenciais, como também terem preenchido as condições para produzirem o efeito do convencimento.

A pretensão totalizadora não está explicitamente presente em tudo o que se mostra com poder de convencimento, mas o inverso não é verdadeiro: ao que, ou a quem, demonstra poder de convencimento, constantemente atribui-se a capacidade de responder o que está além de seu alcance.

5- INFLUÊNCIA E ILUSÃO.

Ambas, teoria marxista e teoria freudiana, somente tiveram (e talvez ainda tenham) vida, somente puderam ser transformadoras e também transformadas, porque despertaram confiança. A vida de ambas depende de conseguirem adeptos para a totalidade ou para parcelas do que têm a dizer; caso, convencendo, disponham de condições e capacidade de agregar pessoas em grupos.

Diz Rajchman:

“...em seu Seminário sobre a Ética, Lacan empenhou-se em insistir em que Freud não depositara nenhuma confiança na idéia vitoriana do ‘progresso’ da civilização, nem tampouco, por conseguinte, na esperança marxista de uma ‘revolução do proletariado’.”(Rajchman, 1993: 97).

A palavra a ser sublinhada neste trecho é confiança; há os que a têm e os que não a têm¹⁰.

Se a psicanálise faz sua causa de deslocar o problema da busca da verdade da posição de ter ou não confiança, em que medida, mesmo para ela, algumas questões centrais para a continuidade de sua existência não se situam justamente aí?

Com respeito à ilusão, de todos os autores acima citados se pode tirar uma regra: mesmo que os objetos e os métodos sejam diversos, eles se colocam frente aos seus objetos para desfazer ilusões. Ou, o que é muito semelhante, para trazer à luz parcelas contidas nestes objetos que, a despeito de serem parcelas importantes, foram suprimidas ativamente à percepção ou ao senso comum.

¹⁰ “Frente a tales torrentes de pensamiento [presentes na psicanálise], varias conductas son posibles. Las resumo así:

Se puede no comprender e no creer. Esto es bueno para los simples de espíritu y los indiferentes.

Se puede no comprender y creer; lo que, gracias a la vulgarización contemporánea, está cada vez más difundido.

Se puede comprender y creer. Esa es la manera de obrar de los discípulos.

Se puede comprender y no creer. Tal es mi posición en este caso.

¿Se puede comprender y no creer más? Esto es aparentemente difícil sin el escape impetuoso de grandes energías afectivas. (...) Pues aprender que se adora a falsos dioses no es casi tolerable.” (Debray-Ritzen, 1975: 247-248).

Disse Cottet:

“Os psicanalistas não são chamados para resolver problemas sociais [como a guerra na Bósnia], mas para elucidar as causas profundas desses problemas. A psicanálise tem uma explicação para o fanatismo como tem uma explicação para o delírio paranóico. Mas não é isso que vai impedir a existência de um Saddam Hussein e de pequenos Hitlers. Isso apenas mostra que não é possível acreditar em Papai Noel.”(Cottet, 1995: 101).

Se Saddam Hussein e os pequenos Hitleres têm alguma relação com Papai Noel é em função de que todos eles existem e se sustentam, e efetivamente se sustentam, também pelos efeitos da ilusão. Portanto, pode-se acrescentar à frase acima de Cottet uma negação a mais: ‘Isso apenas mostra que[, a despeito de haver a psicanálise para elucidar causas profundas dos problemas,] não é possível não acreditar em Papai Noel’.

Assim, fica delimitado um objeto: a ilusão, no sentido em que está no parágrafo acima.

Dado que ela existe imiscuída em diferentes discursos - e a nós interessa focar o discurso científico da psiquiatria -, os esforços teóricos para dirimi-la não são bem sucedidos, podendo, no melhor dos casos, serem responsáveis pela substituição de umas ilusões por outras. A questão que se deve colocar é: há um propósito constante, não contingente, pelo qual ela, a ilusão, sobrevive?

Quando Melman diz:

“Por que meio nos foi transmitida a psicanálise freudiana? É preciso convir que ela nos foi transmitida por um acidente que se chama Jacques Lacan. Se minha asserção é exata, então é que não haveria nada que fosse próprio à teoria freudiana para assegurar a transmissão da experiência analítica. (...) Questiono em primeiro lugar o que nos transmite a teoria freudiana na falta - em todo o caso é o que tento colocar - do que poderia assegurar a transmissão da experiência analítica.

Seguramente, a crítica hoje em moda afirma que esses mestres pensadores falharam e nos enganaram. Minha crítica será diferente, já que se confirmar como pertinente, tal fato deve ser devido àqueles mesmos que criticam; dito de outra maneira, deve valer o fato de que esse fracasso poderia, talvez, ser também o que convém.”(Melman, 1983: 2-3),

Ele faz duas asserções e retira delas uma consequência. Para ele, a psicanálise freudiana não possui, em si mesma, os elementos necessários que permitam a sua transmissão. Ou seja, como a psicanálise não existiu pontualmente em Freud e depois em Lacan, Melman entende que ela foi deturpada e que nada nela dá garantia contra as deturpações dela própria. Deturpação aqui entendida enquanto a inclusão de ilusões.

Segunda afirmação: no entender dele, Melman, é Lacan quem fornece os recursos segundo os quais este risco de deturpação pode ser equacionado; o eventual engodo, incluído na psicanálise em algum momento, poderá não ser necessariamente transmitido. Também pode-se admitir que, subentendida a esta afirmação, está a idéia de que a consistência, a existência, da psicanálise freudiana não é garantida pela obra escrita de Freud, (já que, como obra escrita, está cristalizada), mas pela sua transmissão através da clínica.

Em seguida, a consequência a que Melman chega é que, se houve engano, este não é de responsabilidade de Freud; que o fracasso na transmissão da psicanálise também deve ser apreciado em função da conveniência daqueles que a deturparam, ou daqueles que tiram partido do fato de ela não ser imune a deturpações. Em outros termos, que no próprio seio daquela que se propõe a colocar por terra as ilusões, instalam-se outros interesses, que somente podem subsistir se sustentados por ilusões.

Por esta mesma via, pode-se questionar se Lacan, ao qual foi atribuída a paternidade dos recursos que permitem o equacionamento da questão relativa à deturpação da psicanálise freudiana, teria conseguido livrar a psicanálise desta vulnerabilidade, incluindo aí as contribuições teóricas dele próprio.

Partindo de que há a contraposição entre a aparência e a verdade, entre a crença

e a verdade¹¹, a primeira aproximação, com os desdobramentos imediatos e posteriores que terá, que alguém faça da psicanálise se dá sempre em função da impressão causada, da fachada feita, por uma de suas correntes em relação às demais.

Na afirmação de Leguil, isto se evidencia:

“... na sua relação com a comunidade analítica, o desejo do analista, que é julgamento e escolha, faz do ecletismo uma covardia. O analista não pode acomodar-se a todas as teorias existentes, mas escolher aquela que lhe parece verdadeira.”(Leguil, 1993: 75).

Ainda que não se especule sobre as possíveis consequências de uma escolha feita pela aparência, sobre a tomada de partido e a conseqüente alienação, no sentido psicanalítico, a que leva a identificação de alguém com um grupo do qual participa, pode-se entender como bastante óbvio que qualquer das correntes trata de causar boa impressão a quem não a conhece; e não necessariamente a impressão causada corresponde ao que há no interior de cada uma quando em comparação com as demais. Por exemplo, quanto a aparência de Lacan, de sua pessoa, ou, quanto a aparência daquilo que produziu, têm de responsabilidade na impressão causada pela corrente por ele liderada? E, quanto a impressão contribuiu para a história desta corrente que fez sua a causa da fidelidade a Freud, e que assim tacha as demais de infiéis à letra freudiana?

Além disso, a relação das pessoas com o aspecto social, com o aspecto político da Psicanálise, não termina quando da escolha da corrente a seguir.

Ainda segundo Leguil:

¹¹ “É desse ponto mais fascinante [da discussão do peso dos pecados do pai] que ele [Freud] nos desvia, para entrar numa discussão concernente ao esquecimento do sonho e ao valor de sua transmissão pelo sujeito. Esse debate gira em torno de certo número de termos que convém sublinhar.

O termo maior, com efeito, não é a verdade. É *Gewissheit*, certeza. (...) Ora - é aí que Freud enfatiza com toda a sua força - a dúvida, é o apoio de sua certeza. (...) De maneira exatamente analógica [a Descartes], Freud, onde duvida - pois enfim são seus sonhos, e é ele que, de começo, duvida - está seguro de que um pensamento está lá, pensamento inconsciente, que quer dizer que se revela como ausente. (...) Em suma, Freud está seguro de que este pensamento está lá, completamente sozinho de todo *eu sou*, se assim podemos dizer, - a menos que, este é o salto, alguém pense em seu lugar.

E aqui que se revela a dissimetria entre Freud e Descartes. Ela não está de modo algum no encaminhamento inicial da certeza fundada do sujeito. Ela se prende a que, nesse campo do inconsciente, o sujeito está em casa. E é porque Freud lhe afirma a certeza que se faz o progresso pelo qual ele muda o mundo para nós.” (Lacan, 1979: 38-39).

“...não podemos propor a sublimação¹² como saída de uma cura¹³, na medida em que trata-se de transmitir uma experiência, e não um saber.”¹⁴

E porque a experiência se transmite enquanto saber, a transmissão da Psicanálise exige de cada um que passe pela experiência.

Ocorre que, ainda segundo esta corrente, passar pela experiência analítica significa tornar-se analista, significa passar a ter um compromisso para com a psicanálise, que, por mais que se o entenda como compromisso com o saber, ele somente se cumpre se também houver ações de vinculação no campo social e com instituições.

Estas instituições são necessariamente permeadas por aspectos exteriores ao que se queira entender como campo do desejo e de sua ética. Então, fazem uso da influência e, nesta medida, são necessariamente anti-analíticas. Como elas, a experiência clínica está sujeita às mesmas forças do exercício da influência. Portanto, ambas (instituições e experiência clínica) estão expostas ao poder político surgido do exercício da influência.¹⁵

Confirmando esta asserção, apontando as questões políticas que intervêm nas instituições formadas pelos próprios lacanianos, e inclusive nas formadas por Lacan, está a história que foi por elas criada; não se trata de instituições ideais, não as que poderiam ter havido, mas as que se concretizaram. Roudinesco, ao fim de seu extenso “A História da Psicanálise na França”, após analisar minuciosamente o que se passou no plano institucional entre os lacanianos, dá sua opinião através do comentário de que, se Freud fosse à França em 1986, já cinco anos depois da morte de Lacan, e visse o que havia transcorrido em nome da transmissão da psicanálise, e justamente entre os lacanianos, teria a dizer: **“Tudo por recomeçar”**.

¹²[Mecanismo psicológico segundo o qual a pulsão sexual recalçada se expressa em benefício da coletividade.]

¹³[Como desfecho satisfatório para uma análise.]

¹⁴“A sublimação é, com efeito, a outra face da exploração que Freud efetua como pioneiro das raízes do sentimento ético, na medida em que este se impõe sob a forma de interdições, de consciência moral. É a sua face, que é, para os ouvidos um pouco sensíveis, tão imprópria e tão comicamente designada no século - entendo por isso o que é exterior a nosso campo analítico - como filosofia dos valores.” (Lacan, 1988: 111-112).

¹⁵“Na Psicanálise lacaniana, enquanto paradigma, não há direção da cura sem que entre em cena o desejo do analista. Não há desejo do analista sem que isto se articule ao final de análise e ao passe, e nem há passe sem Escola. Há então, em Lacan, um encadeamento conceitual, uma solidariedade teórica no corpo doutrinal, com amplas repercussões na clínica e no plano doutrinal. (...) Por isso é necessário uma Escola. Uma Escola de Psicanálise está na modalidade do necessário em relação ao desejo do analista e à lógica da cura, necessário como uma categoria lógica - algo que se produz inevitavelmente - para que se possa assegurar a transmissão da Psicanálise e mantê-la viva no mundo.” - (Rangel, 1992: 87-88).

Também Lacan não deixou de comentar a existência de efeitos espúrios gerados dentro do seu próprio ensino:

“A rigor, somente usam meus termos a torto e direito. Nisto vários têm se ridicularizado. São os mesmos que me afirmam que aquilo de que os outros desconfiam é de um rigor em que se sentem desiguais.”¹⁶

Conclui-se que a busca de poder, de obter benefícios pelo exercício da influência, ocorreu até onde todos os esforços tiveram por objetivo desacreditá-lo.

6- INFLUÊNCIA E SUA FUNCIONALIDADE SOCIAL: PRESSUPOSTOS E CONSEQUÊNCIAS.

Szasz, em “O Mito da Doença Mental”(1979), já de início parte da idéia que uma afirmação que não se sustente por si mesma, é sustentada pelos que dela se beneficiam.

No caso da Psiquiatria, as pessoas que levam a efeito as concepções referendadas institucionalmente acerca dos problemas mentais, compartilham de uma identidade profissional cujas consequências as posicionam, não somente frente ao que ocorre aos pacientes, mas também frente ao que, num âmbito mais amplo, diga respeito a questões políticas gerais da sociedade.

Deste modo, a convivência de pessoas, em suas singularidades, em torno de uma opinião, tomando-a por verdadeira, fornece em troca algo associado à identificação, à inserção, à posição delas no conjunto maior de pessoas.

Ao mesmo tempo em que na constituição do conhecimento psiquiátrico há fatores que colocam em questão a utilização de métodos positivistas, comuns às outras áreas médicas, há um diagnóstico que se molda com dificuldade às tentativas de sua delimitação por métodos objetivos. Em psicanálise, se pode afirmar que as motivações

¹⁶ [‘Em rigor sólo son dueños de usar mis términos a tortas y a locas. En lo cual varios se han ridiculizado. Son los mismos que me afirman que aquello de lo cual los otros desconfían es de un rigor en el que se sienten desiguales.’”] (Points, 1993: 63).

inconscientes que levam o interlocutor a estar diante do portador de um quadro de histeria participam da construção daquilo que se apresenta como sintoma¹⁷. Caso a proposição de que alguma coisa afeita ao observador, mas a qual ele não tenha recursos para enunciar, possa se fazer presente nos sintomas daquele que ocupa o lugar de objeto de observação seja admissível, caso se admita que alguma condição mental possa levar a isto, como defini-la objetivamente?

Se é preciso definir esta condição mental a partir daquilo que o **sintoma** apresenta de empiricamente observável, de descritível, caso seja esta a única alternativa, ela implica em riscos.

Charcot correu este risco. Procurou dominar a “protéia inapreensível, que tudo podia imitar” com um método derivado da neuropatologia, onde anteriormente havia se mostrado útil.

No intuito de definir os sintomas típicos da histeria de modo a que não fossem confundidos com os de outras doenças, ele descreveu um “tipo clínico” completo, ideal, que reunia a maioria dos sintomas conhecidos deste quadro e, a partir do “tipo clínico”, os casos correntes, encontráveis na clínica, deveriam ser considerados como formas frustras, imperfeitas, ou mistas da doença. A partir do padrão ideal e abrangente, se poderia aprender a reconhecer a histeria nos casos reais.

Assim, como enumera Bercherie(1989), Charcot distinguiu as seguintes manifestações pelas quais se chegaria ao diagnóstico:

- os estigmas permanentes: as zonas de anestesia ou hiperestesia cutâneas ou mucosas, os distúrbios visuais, as contraturas ou paresias localizadas e os tremores.

¹⁷Como afirma Cottet: "Assim como o desejo de Breuer de ter um filho engravidou Bertha (paciente identificada no texto de co-autoria de Breuer e Freud como Anna O., que enquanto era atendida por Breuer apresentou quadro de gravidez psicológica), a confissão que as histéricas farão a Freud, confissão cujo nome é sedução, trauma, mal encontro, o terror produzido pela sexualidade é sussurrado a Freud como resposta a seu desejo de mestre. (...)"

A curiosidade de Freud, sua afeição, sua insaciável demanda, que lhe asseguraram sempre a manutenção de sua insatisfação, lhe são, por outro lado, significadas [tomadas manifestas] por uma de suas pacientes, Emmy von N., esgotada com sua [de Freud] tagarelice: 'Dou-lhe prazo até amanhã para que se lembre. Ela então me diz, rudemente, que não é preciso estar sempre lhe perguntando de onde provém isto ou aquilo, e sim deixá-la contar o que tem a dizer. Eu concordo...'

Notamos aqui que, colocando Freud em seu lugar, Emmy lhe dá um lugar que Freud então não inventara: o do psicanalista. Ademais, ao lhe ensinar a se calar, ela indica - evidentemente sem o saber - o motor desta curiosidade ardente, indiscreta e insaciável: o desejo de Freud, por ele mesmo ignorado." Assim, não foi a curiosidade insaciável de Freud que o levou a se tornar analista, mas foram as histéricas que o colocaram neste lugar, no lugar de as ouvir, porque deram forma ao seu sintoma, passando a falar por associações livres, por efeito desta curiosidade. Com isso, nem o sintoma, nem o inconsciente podem ser situados de um só lado da equação. (Cottet, 1989: 28.)

- os acidentes paroxísticos: a grande crise histérica, com seus quatro períodos: epileptóide, de contorção e movimentos amplos (clownismo), de atitudes passionais e, por último, de delírio, seguidos dos fenômenos do “grande hipnotismo”, quais sejam, letargia, sonambulismo e catalepsia; além destes fenômenos, também se incluíam nesta categoria os distúrbios tróficos (edema azulado, hemorragia) ou vegetativos (incúria, febre).

- o estado mental permanente dos histéricos: com as características de emotividade, impressionabilidade, sugestionabilidade, perversidades e mentiras.

Quanto à fisiopatogenia, o mestre da Salpêtrière atribuía todas as diferentes manifestações possíveis da histeria a alterações ‘funcionais’ do sistema nervoso, a alterações no funcionamento que se davam na ausência de alterações na estrutura, não verificáveis pela anatomopatologia.

Charcot, como se pode deduzir pelo que está acima, contribuiu para o grande interesse da literatura médica de sua época pelos sintomas físicos da histeria, que, após a influência de Freud, passaram a ser conhecidos por “transtornos conversivos”. Esta expressão é empregada para designar algo de origem psíquica que se “converte” em, se manifesta na forma de, sintomas físicos. As alterações funcionais, supostas por Charcot, não foram confirmadas com o desenvolvimento de métodos físicos de avaliação do funcionamento do sistema nervoso, bem como as próprias manifestações sintomáticas em que ele embasou suas observações tornaram-se raras com o passar do tempo (Nandi, 1992: 87-91). Assim, são dois os equívocos que podem ser atribuídos a Charcot, os quais, por sinal, abarcam integralmente a sua proposta teórica. Primeiro: aquilo que descreveu como os sintomas da histeria, não demonstrou ter valor universal, e; segundo: a sua concepção com respeito à patogenia, pode hoje ser entendida como o esforço de compatibilizar a idéia pré-formada de etiologia orgânica, com o que se dispunha de instrumentos para a observação empírica.

A histeria se transformou no decorrer do tempo e a psiquiatria, acompanhando-a (ou vice-versa), idem; uma e outra, as duas somadas, portanto, são insuficientes para explicar a si mesmas.

Com estas informações e aplicando o raciocínio psicanalítico incluído no conceito de transferência - de que o sintoma histérico inclui algo do observador¹⁸ -, pode-se afirmar que Charcot, nas suas considerações, falhando na teoria, mas diagnosticando acertadamente os casos de histeria, deixava de ver a si nas manifestações dos pacientes. E, indo além, que este “a si” significa que entre ele e os portadores de sintomas histéricos havia elementos simbólicos que se faziam invisíveis para ambos os lados, de Charcot e dos pacientes. Os elementos simbólicos que os ligaram, criando os laços de identificação que hoje permite colocá-los num período preciso da história do desenvolvimento do saber psiquiátrico, dadas as crenças a que aderiram. Assim, característico da própria histeria é o tipo de engano no qual Charcot incorreu: de tomar o contingente, o momentâneo, por definitivo, por constante.

Portanto, por esta hipótese, o que há de constante na histeria não está na aparência, mas na finalidade, a qual faz com que determinado conteúdo emocional dos portadores de sintomas histéricos mimetize algo outro, e este outro é o que muda em consonância com a cultura.

Por esta perspectiva, a histeria, para ser definida, tem partes colocadas num cruzamento pelo qual também passam questões mais gerais relacionadas ao **convencimento**, ao acreditar, quando quem acredita não necessariamente vê a própria participação na construção daquilo em que acredita.

Szasz, quando se utilizou de argumentos calcados no exemplo da histeria em *“O Mito da Doença Mental”*, não a definiu como está acima, porém a tomou neste sentido. Histeria, portanto, é, entre os transtornos mentais, aquele que, mais imediatamente, na análise de seus elementos internos, evidencia a existência do engodo. Não somente se utiliza do engodo, mas também o evidencia. E este engodo possui analogia com os fenômenos de crença e convencimento que permeiam as associações entre as pessoas. O fenômeno da crença permite que se estabeleça um laço, uma analogia, entre o que é observável em pessoas e em coletivos humanos; cada um acredita porque todos acreditam, e vice-versa.

¹⁸ Vide (Cottet, 1989).

Assim, entre observador e objeto, quando se trata de um caso de histeria, constitui-se uma relação cuja consistência é a mesma da que vincula pessoas. Isto, por sua vez, implica no agravante, dado que leva a superposições, de que os elementos simbólicos incluídos na relação entre observador e portador de histeria são os mesmos presentes nos vínculos que mantém o coletivo do qual o portador de histeria participa, que não necessariamente é o coletivo do qual o observador participa. A diferença entre o portador de um sintoma histérico e as demais pessoas, que se alienam de suas peculiaridades pelos vínculos que estabelecem, é que o primeiro denuncia a existência destes elementos simbólicos porque seu sintoma é uma solução de compromisso que satisfaz às exigências do vínculo, bem como o singulariza perante os demais.

Bastide, por exemplo, discutiu, em termos sociológicos, a localização da loucura. Embora ele não estivesse restrito a discutir a histeria, a partir de uma frase de Valabrega ("A doença é qualquer coisa que se passa entre o doente e o médico"), escreveu o seguinte:

"quer dizer que a doença não é uma entidade em si, que resulta duma confrontação entre dois indivíduos, um que faz entrar o subjectivo na objetividade dum sistema teórico. Uma tal definição da doença, muito geral, faz-nos compreender que 'a loucura' não existe, que é uma construção no fim dum diálogo, mas uma construção que ultrapassa o diálogo, pois por detrás do doente há todas as representações coletivas que se fazem (ele e quem o rodeia) das perturbações do espírito, e por detrás do médico há sistemas aprendidos nos livros e nas escolas. Portanto, o diálogo terapêutico é mais um diálogo entre dois segmentos da sociedade do que entre dois seres." (Bastide, 1965: 223-4).

E mais adiante:

"Porque o louco nunca está só, vive numa relação dialética com os membros de sua família ou da vizinhança, actua sobre eles; manipula os parentes ou os amigos, encerra-os no seu mundo fechado, perturba-os com as suas perturbações. (...) Pode verificar-se que os psiquiatras que tratam africanos na Europa utilizam de certo modo uma 'magia branca' contra a 'magia negra' que constitui a doença mental. Nesta contrafeitiçaria, o psiquiatra apoia-se em todo

um público, o público branco europeu, quer dizer que sua magia branca corresponde a um *consensus* social em torno da medicina dita científica, racional, etc. Contudo, se dá resultado com o Branco, muitas vezes se malogra com o Negro (malogra-se mesmo a farmacopéia que deveria agir, dado que o Africano é fisiologicamente idêntico ao Europeu; os sistemas nevróticos ou psicóticos reaparecem imediatamente depois). Mas basta que o doente, considerado como 'incurável', seja repatriado para a África e se faça tratar por um feiticeiro, para que as suas perturbações desapareçam definitivamente; é que aqui ele reencontrou o seu "público", o que o faz reentrar no *consensus* colectivo dos seus compatriotas. Na Europa não se podia curar porque, em virtude da sua cultura nativa, não podia integrar-se num *consensus* fundado sobre outros valores que não os seus valores étnicos. Isto indica bem que o terceiro termo, o que está escondido, o público, é mais importante do que os dois termos visíveis da cadeia: o doente e o médico." (Bastide, 1965: 234 e 237).

Estas afirmações, além de claras, evidenciam a diferença, para efeitos simbólicos, entre a totalidade social e a parcela dela da qual as pessoas participam. Ainda que a totalidade social possa ser concebida como fixa em períodos de tempo próximos, ainda que possa ser tida como um referencial de razoável constância, a parcela da qual se participa, com a qual diretamente se identifica em termos de seus valores, necessariamente varia conforme a função da pessoa, na sua relação com as demais, também varia. A parcela da qual se participa é constante no decorrer de um período de tempo maior, somente em circunstâncias tais como as definidas por Goffman nas "instituições totais", conforme acima discutido. E nestas circunstâncias o característico é que antes que a pessoa se identifique como membro daquela parcela, outro, a cultura, a identifica.

Ou seja, aqui interessa marcar a existência de uma descontinuidade entre um coletivo mais restrito, no qual mais imediatamente se ancora a identidade da pessoa, e o coletivo humano maior. Ainda que o coletivo restrito tenha de atender a exigências, ainda que tenha de se compatibilizar, em última instância, com a herança da humanidade - que se presentifica a cada momento como a totalidade social - para poder estar nela inserido, há diferenças nos valores válidos para um e outra.

Diferenças estas, porém, negadas ou minimizadas nas afirmações do próprio Bastide:

“A família contemporânea é modelada pela sociedade industrial e distingue-se nitidamente das suas formas anteriores; cada classe tem seu tipo de família, mais autoritária ou mais democrática, mais paternal, mais maternal ou mais igualitária. O papel dos pais consiste em socializar os filhos, quer dizer, em dar-lhes o equipamento mental necessário para que possam integrar-se na mais vasta sociedade; devem interiorizar nos jovens, e é a isto que se chama socialização, nas as normas e os valores particulares, mas as normas culturais e os valores da civilização que os engloba. Os psiquiatras e os psicanalistas que têm o espírito mais sociológico reconhecem facilmente que a família é apenas um intermediário entre o social e o individual e que não é, a maior parte das vezes, senão um *relais* entre as perturbações da sociedade industrial e as perturbações da pessoa humana. Alexander, por exemplo, estabelece que a desorganização, ou a anomia¹⁹ da sociedade, actua sobre a desorganização da família e que esta, por seu turno, se repercute nas perturbações da conduta dos indivíduos: ‘As famílias que são coibidas por razões de classe, de economia, de religião, de raça, etc., interferem sobre a atitude de insularidade das crianças.’ Bossard e Boll mostram também que as tensões da comunidade global são transformadas em tensões intrafamiliares que actuam sobre as crianças. Enfim, Paul Halmos escreve: “O sociocultural precede e controla o desenvolvimento psicogenético; o sector intrafamiliar é encerrado num campo mais amplo extrafamiliar e as suas relações internas são fixadas pelas instituições secundárias que a rodeiam. De modo que o processo de dessocialização só pode ser compreendido através da patogênese sociocultural... A mediação (pela família) não é mais que uma simples fase do ‘processo’ que nos conduz da coletividade global ao indivíduo””.(Bastide, 1965: 125-6)²⁰

¹⁹O conceito de anomia, criado por Durkheim, comporta, desde sua obra, duas definições. Em ‘A Divisão do Trabalho Social’ aparece como a frouxidão das regras que regulamentam a vida social e em ‘O Suicídio’ aparece como reação emocional individual que se caracteriza pela liberação dos impulsos, dos desejos, e pela contraposição às regras sociais.

²⁰Em obra anterior (Bastide, 1948), que talvez possa ser resumida como uma leitura ‘durkheimiana’ da obra de Freud, Bastide afirma: “Um órgão social é normal quando preenche bem sua função. É claro que a família se modificou, ou pelo menos perdeu muitas de suas funções, no

Da coletividade global ao indivíduo, existem, portanto, duas descontinuidades: entre o que é individual ou não, e entre um coletivo restrito, parte da totalidade, e a própria totalidade. A totalidade não pode ser dada pela soma dos grupos que a compõem porque nela ocorrem fenômenos que não ocorrem nos grupos; por exemplo, a compatibilização das diferenças de grupos, para que possam coexistir, não tem mais que uma analogia superficial com a compatibilização das diferenças de indivíduos. Ou, outro exemplo, a extinção de grupos, de associações entre pessoas, que ameacem a totalidade, por parte da coletividade maior, não é idêntica à extinção de pessoas. A coletividade maior de fato tem, em diferentes circunstâncias, decidido pela extinção de pessoas, e é possível, inclusive, que somente se opte pela extinção de pessoas quando o objetivo é a extinção mais duradoura de certas associações entre pessoas; associações estas que estejam se opondo ao interesse dos que acabam demonstrando que têm poder para extingui-las.

Mesmo que se considere que nos grupos restritos há problemas decorrentes de vínculos que se formam entre as pessoas, vínculos que eventualmente põem em risco a continuidade da existência do grupo, que qualquer grupo com três pessoas ou mais está sujeito a isto, o modo de adesão a um grupo restrito é diferente daquele que se dá em relação à totalidade: a participação em um grupo restrito exige que o participante aparente desejar estar nele incluído.

Considere-se, como exemplo, duas situações, a primeira delas, banal: se da totalidade de torcedores de uma modalidade esportiva, os torcedores de uma equipe formam um grupo que se diferencia dos demais, a inclusão de cada torcedor neste grupo exige algo que acontece exclusivamente na sua subjetividade. Por maiores que sejam os estímulos para que alguém se inclua num grupo torcedores, estes estímulos estarão sempre endereçados para tocar na subjetividade. E cada indivíduo se identifica com os participantes de seu grupo por este processo.

Segunda, nada banal, a Inquisição: ao coagir para que as pessoas seguissem as

decorrer de sua evolução. Eis porque não existe uma, senão várias patologias domésticas, tantas quantas são os tipos de família. Hoje, porém, a função familiar é antes de tudo a procriação, em seguida a socialização da criança. Tudo quanto impedir este grupo de preencher seu papel, desagregando-o, como a deserção, o divórcio, etc., é, pois, patológico." Portanto, conforme o que está acima, o normal seria que a família, para preencher bem sua função, não apresentasse pontos de oposição entre ela e a sociedade mais ampla. Porém, pode-se argumentar que, assim, família e sociedade não se diferenciariam.

determinações da Igreja, nesta coação ia incluída a exigência de que as pessoas demonstrassem a vontade pessoal, íntima, de estar participando daquele grupo religioso, e em contraposição ao que fosse diferente disto. O grupo familiar, como mais um exemplo, já que institucionalizado, carrega algo desta dubiedade.

A participação na totalidade, de outro lado, nada exige em termos do agrado ou não das pessoas. Os membros têm de se comportar como tais, querendo ou não, satisfeitos ou não, com as condições exigidas. Por exemplo, o cidadão brasileiro, para usufruir integralmente de seus direitos enquanto cidadão, se dentro de determinada faixa etária, tem de votar a cada eleição para o executivo e o legislativo; se do sexo masculino, tem de prestar contas ao serviço militar, etc., independentemente de suas opiniões sobre estas questões.

Além destes aspectos, em outra perspectiva, um grupo, familiar ou não, somente afirma sua existência por diferença em relação ao que nele não se acha incluído. Ainda que não se evidenciem oposições ou atritos para que a diferença se faça valer, ela, em si, é oposição, dado que produzida simultaneamente ao surgimento da identidade do grupo, para traçar os limites que fundamentam esta identidade. Assim também pode ser considerada a crença que agrega e identifica os grupos religiosos, embora estes grupos tomem suas diferenças para com a totalidade dos seres humanos como tendo sido estabelecidas desde antes e exclusivamente desde fora deles mesmos.

Há ainda ocasiões em que se observa que algo, que num momento poderia ser tomado por totalidade, transforma-se e exige a adesão emocional dos que dela participam como se fora um grupo restrito, passando a seguir as regras de funcionamento do grupo restrito. O patriotismo, por exemplo, pode, sem objeções, ser experimentado em intensidades variáveis por diferentes pessoas desde que não haja um conflito manifesto com outro país. Caso haja, passa a ser moralmente, ou até legalmente, exigido um alto grau de patriotismo de todos, a ponto de que, quando necessário, o indivíduo se prontifique a morrer pelo próprio país.

A outra descontinuidade, situada entre indivíduo e coletivo, fica nítida diante da dificuldade de se definir o que seja o indivíduo; nas tentativas já vão incluídas as premissas

decorrentes, derivadas ou constituintes, dos vínculos responsáveis pela manutenção da existência do grupo restrito, para o qual a definição de indivíduo terá validade.

A título de ilustração, dado que o detalhamento deste tema é imprescindível para a reflexão sobre “a caça às bruxas” conforme utilizada em *“O Mito da Doença Mental”*, a discussão acima abre chance para um certo entendimento da união que houve, principalmente durante quase todo o período da Idade Moderna, da identidade do Estado com a da religião. Esta união de identidades deu margem, entre outras coisas, à ação da Inquisição tal como foi.

A necessidade de criação da identidade nacional²¹, com o fim da Idade Média, serviu para que clérigos e governantes, em conjunto, envidassem esforços no intuito de impedir que se efetivasse a tendência latente de formação grupos diversos dentro da sociedade, de surgimento de frações da sociedade que questionariam a legitimidade do poder instituído. Dois grupos restritos de uma mesma totalidade, governantes e clérigos, embora a existência de um se opusesse à do outro, se esforçaram, e tiveram êxito, em controlar a formação de outros grupos restritos.

Pela ação de clérigos e governantes, pode-se supor que havia motivos para que, durante aquele período, a presença de grupos cuja formação não dependesse deles, colocaria em risco algo que estes dois grupos tratavam de preservar para si. Assim, os motivos não poderiam ser outros que a assegurar a condição de privilegiados frente aos demais. Portanto, durante a Inquisição, os ditames clericais exigiam a adesão subjetiva às leis impostas pelos governantes, embora isto seja um paradoxo. As leis do país não se sustentavam por si mesmas perante aqueles a quem submetia e recebiam da religião o reforço discursivo necessário.

Com isto, a Igreja foi incorporada ao patrimônio nacional, possivelmente por uma variedade de determinações, porém uma se fazendo mais transparente nos argumentos acima: emprestar ao Estado um discurso com fins antisectaristas²².

²¹ Com o final da Idade Moderna, a identidade nacional passou a ter cada vez mais as características de totalidade social para questões religiosas, uma vez que pode abrigar, em si, frações heterogêneas de identidades no campo das crenças religiosas, sem ser necessariamente contradita por isso.

²² Corroborando esta interpretação, a seguir está transcrito trecho de uma obra que defende a Inquisição:

A unidade do Estado não é garantida somente pelos dispositivos institucionais deste Estado, como a força e as instituições jurídicas. Mesmo possuindo estes recursos e sabendo fazer uso deles até por uma longa tradição, como mostra a história medieval, a legitimidade no poder na Idade Moderna, ainda que imposta pela força, não prescinde de um discurso no qual aqueles, a quem esta legitimidade privilegia, se fazem presentes como defensores, como representantes, de interesses que não deles próprios. Pelo discurso, acoplado ao uso potencial da força, fazem-se defensores de interesses maiores que os de qualquer pessoa ou grupo que possa se constituir naquela sociedade: são justos e justa é a causa, porque é de todos.

Considerando isto e com a recusa da Igreja em usar a força, chega-se à idéia de que os privilegiados de uma totalidade social se apresentam, no discurso com que se pretendem legitimados, como **representantes** de algo que transcende o interesse deles próprios; o discurso que os autoriza, que lhes dá autoridade, transforma a natureza social de suas opiniões, revestindo-as do estatuto de regra. A associação do discurso da Igreja com a força do Estado é a maneira pela qual ela, Igreja, evita se tornar mais um Estado; coloca-se além dos riscos a que os Estados estão sujeitos, não se fazendo defensora de somente os seus interesses. A Igreja, para a sua estabilidade, precisou ter representados, no seu

"Na ordem canônica mais antiga, Inquisição é o criminoso vel criminosi per iudicem legitime facta indagatio - a legítima indagação do crime e do criminoso. Crime e criminoso são o ato e o agente que procedem contra a Lei pátria ou comunitariamente professada. A esta luz, tão crime de lese-nação é o trai-la a favor de outra, como o desrespeito dos intrínsecos e indivisíveis valores da crença e da piedade, porque a nação é, para além do mais, uma 'união de piedade', transmitida da pátria, pela mátria, a uma filadelfia. Quem recusa o deus da comunidade onde se insere, confessa-se estrangeiro, recusa a comunidade. Quem, não acreditando minimamente no mistério da missa, assiste, misturado na assembleia, não partilha; assiste mas não partilha. Está a mais. Se um cidadão recusa o culto de Apolo e, não obstante, para obter os favores dos fiéis de Apolo, se dirige ao santuário com ofertas e louvores, é um fingidor, um hipócrita. (...)"

Continua o autor:

"Em circunstâncias diversas, mas com motivações equiparadas, os povos têm por dever seguir o princípio de que, 'sendo a religião o primeiro bem dos povos, (estes) têm o direito de a colocar sob a mesma proteção que os bens, a vida e a honra dos cidadãos'. A lei penal não surge por geração espontânea, contra a declaração pública de heresia ou de impiedade, nem contra os atos atentatórios da herança religiosa, uma vez que a prática de obstar à alienação do bem comum ('pela Lei e pela Grei') é direito inerente a toda Lei verdadeiramente pátria. O Código de Teodósio seria omissivo e ilegal se não contemplasse as leis inerentes à defesa do patrimônio total, onde a religião se inclui. (...)"

E, adiante:

"O pecado contra o Espírito é pior do que o pecado contra o corpo, e negar a existência de Deus é mil vezes mais grave do que, mesmo à sombra de um processo revolucionário, roubar a terra da propriedade do outro, se bem que este roubo afete a dignidade soberana da propriedade."

A Inquisição é um tribunal penitencial, cujo processo de indagação pode concluir-se pela entrega do réu ao ritual purificador da pena de morte, executado segundo as leis nacionais do país. Com efeito, 'a pena de morte não era decretada nem executada pelo tribunal do Santo Ofício, mas pelas justas seculares, em harmonia com a lei civil, que punia de morte pelo fogo o crime de heresia. Portanto é falsa a história em que se pretende inculcar o inquisidor como o único juiz que ensinava ao delinqüente o caminho do perdão. Quando se entregava o condenado à justiça secular, já se sabia a sorte cruel que o esperava; mas a responsabilidade do inquisidor só é a verificação, a qualificação da culpa'.

Anteriormente à instituição do tribunal, quando as nações ainda não tinham constitucionalizado a religião cristã, os castigos derivados da profissão da heresia não tinham efeitos temporais, apenas atingiam efeitos espirituais. (...) No caso em que a Igreja era seita tolerada, mas que o Estado não a considerava valor patrimonial inalienável, a Igreja não tinha recurso a formas de sanção temporal. Como nem todo o pecado (à face da Igreja) é considerado crime (face ao Estado), a comunidade cristã recorria às admoestações e censuras. (...)

Revertendo um pouco atrás, cumpre sublinhar que o juiz inquisitorial não é uma entidade jurídica individualmente responsável perante e apenas a sua consciência. Responde como *judez delegatus* a Papa, como ouvido da Igreja, para investigar, verificar e qualificar a heresia pravitas, com vistas a contribuir para o extermínio da heresia. (...)

Em suma, o sacerdote é um jurado, que se limita a responder perante a Nação se o réu é apóstata, herege ou relapso, e a Inquisição é um tribunal consultivo, uma instituição dogmática teológica, que avalia os erros, mas não executa a respectiva expiação, cometida esta ao poder temporal.

Que concede à Igreja o poder de definir e de identificar erros de crença, pecados de comportamento e heresias de fé? Este poder é-lhe concedido diretamente pelo Espírito Santo, segundo afirmam os Evangelistas; e, se não fosse concedido pelo Espírito Santo, ser-lhe-ia pelo fato de receber, com benedictão do Monarca, a responsabilidade de evangelização, da pregação e da catequese, em vista da unidade creencial, na diversidade dos povos. Se a Igreja acordava com o Monarca a tarefa de converter todo o povo a uma religião, automaticamente recebia o poder de conhecimento e de catequese dos que, recebendo o ensino não o aceitavam, o negavam ou, inclusivamente, o perjuravam e o perseguiram. (...)

Portanto, como instituição constituída no patrimônio nacional, a Igreja tinha o direito de combater o erro setário ou anti-unicista, e de difundir a verdade instituída no citado patrimônio, tanto como a nobreza e os infantes eram obrigados à preservação dos limites do território» (Gomes, 1981: 81-88).

discurso, interesses outros que não os próprios, o que fechou um acordo entre grupos e minimizou a importância dos líderes e das demais pessoas que os compuseram. As duas coisas, a recusa em exercer a força e, segundo, representar os interesses de outros no próprio discurso, restringiram o poder e foram fonte de estabilidade.

Assim, o saber veiculado pela Igreja exigia a adesão a ela e à nacionalidade como se ambas fossem grupos restritos, cujas identidades em parte se superpunham: ou se participava delas, ou se opunha a elas.

De outro lado, a adesão exigida pelo discurso, de caráter subjetivo, requer que cada pessoa creia e compartilhe de uma crença, e uma divisão desigual de privilégios é legitimada por esta crença. Aqueles que a divulgam, ocupam, no todo social, posição diversa, em termos de privilégios, dos demais.

Esta diferença em privilégios, relevante na conformação institucional, é preciso ter sua importância negada aos olhos dos que crêem, o que obriga os privilegiados a se colocarem como representantes de interesses maiores que os seus, pessoais. Os privilégios pessoais, que possivelmente deram origem e mantiveram a organização institucional, tiveram a sua importância apagada.

Assim, generalizando o assinalado a partir do exemplo, a crença, com a conseqüente incorporação ativa de cada pessoa a um grupo, implica em que algo, cuja presença e importância embora óbvias, seja excluído das considerações; a crença como sustentada por vínculos resultantes de, e que resultam em, um processo de subtração. Os vínculos, que têm caráter afirmativo, que exigem atitudes de adesão ativa dos que deles participam, são produto de um processo de negação, resultado de se compartilhar passivamente de crenças.

A perspectiva com que processos estão acima descritos possibilita, por exemplo, que Giordano Bruno e Galileu Galilei sejam aproximados de Richard Wagner e de Martin Heidegger, como também de Thomas Szasz.

A recusa em partilhar das crenças de um grupo restrito, fundamentais para que fossem aceitos na totalidade social, como se esta totalidade social tivesse interesses idênticos aos do grupo restrito, pode justificar a perseguição religiosa aos dois primeiros.

Bruno, embora padre dominicano, foi preso a estaca e queimado em praça

pública no ano de 1600, em Roma, condenado por heresia por ter se mantido irredutível em defesa de seu direito de discordar de dogmas da Igreja.

Galileu sobreviveu à acusação de heresia e ao risco de condenação pela Inquisição, entre outros motivos, porque foi flexível. Oscilou entre reafirmar e negar o endosso aos princípios teóricos formulados por Copérnico, que retiravam a terra do centro do universo, bem como à física de Aristóteles, cara à Igreja.

Wagner, por ter partilhado de crenças anti-semitas, passou a sofrer restrições quanto à sua obra musical, cuja importância é tão fundamental que até definidora, juntamente com a de Bethoven, do romantismo alemão.

Também Heidegger, que, por ter desenvolvido a fenomenologia existencial, é considerado o filósofo mais criativo e influente deste século, sofreu grandes restrições às suas atividades profissionais quando ele ainda estava com cinquenta e seis anos de idade, com o fim da II Guerra e a divulgação de sua adesão ao nazismo.

Com os dois primeiros, acusados por não terem partilhado de crenças que deveriam partilhar, enquanto que com os dois últimos, o sentido foi o oposto: ficaram em posições frágeis em função do que acreditaram.

Já Szasz, na condição de psiquiatra e sem qualquer relação com suas crenças pessoais, foi alvo de censuras de fins da década de cinquenta a fins da década de setenta. Como exemplo, há uma carta do professor Henri Ey, escrita no final dos anos setenta, em que ele sugeria que Szasz, já que não acreditava na existência da doença mental, não fosse aceito em um congresso mundial de psiquiatria, que estava para se realizar (Szasz, 1995: 34-9).

Naturalmente que uma carta deste teor não é suficiente para que Szasz tenha sido colocado na história da humanidade no mesmo patamar dos outros personagens citados, porém é o bastante para se sublinhar que a psiquiatria possui pontos em comum com a religião e com outras crenças.

***Capítulo III.-
Contexto: a época das
contestações e conteúdos
a ela relacionados***

III- O Contexto: a Época das Contestações e Conteúdos a Elas Relacionados¹.

O que se passou na cultura mais ampla, não restrita à psiquiatria ou a saberes afins, neste período dos anos sessenta e setenta, onde as contestações foram a marca, teve um carácter geograficamente difuso. Jovens, principalmente estudantes, de todos os cantos do mundo, sem que existisse coordenação internacional alguma, se insurgiram de modo muito semelhante contra os poderes instituídos.

Em Madri e em Valência, na Espanha, em 1968, após vinte e nove anos de regime franquista, aconteceram protestos estudantis pela democracia. Na Polónia, na Iugoslávia e na Tchécoslováquia foram as lutas pela liberdade de expressão. No México, a revolta estudantil, que, dos confrontos com a polícia, resultaram dezenas de estudantes mortos. No Japão, nos Estados Unidos, na Alemanha, no Brasil, na Itália, na França, viram-se confrontos dos jovens contra os defensores do poder instituído.

O caso francês, pelas suas características e pela notoriedade que adquiriu, passou a ser exemplar.

Em 22 de março de 1968, os estudantes de letras do subúrbio parisiense de Nanterre ocuparam o prédio da administração da universidade. Foram protestar contra a prisão de um estudante que pertencia a um comitê de luta contra a guerra do Vietnã. No ano anterior, em setembro, em Nanterre mesmo, já tinham ocorrido importantes manifestações estudantis de protesto contra suas normas e conteúdo de ensino, que chegaram a provocar a interrupção dos cursos magistrais, com a contestação pública do professor. Também em 1967, em Nanterre, os rapazes ocuparam as dependências femininas em protesto contra a segregação sexual.

Porém, à ocupação do prédio da administração em março de 68, a reitoria respondeu com o fechamento da Universidade.

¹ Em razão da forma com que foi redigido o presente trecho, optou-se por citar em conjunto a bibliografia. Portanto, os textos utilizados foram: 1) Heinlein, 1961; 2) Leary, 1978.; 3) Poerner, 1979.; 4) Matos, 1981.; 5) Pereira, 1983.; 6) Cohn-Bendit, 1987.; 7) Ventura, 1988.; 8) "68, O Ano Que Acabou", 1993.; 9) D'Araújo & Soares & Castro, 1994.; 10) Schwarz, 1994; 11) Barros e Silva, 1995: 6-7.; 12) Serbin, 1997.

Os alunos reagiram e, tendo como motivo manifesto um princípio de incêndio na sede de Nanterre de uma organização estudantil de esquerda (a UNEF), que os impedia de se reunirem, se dirigiram à Sorbonne, a quinze quilômetros de distância. Quando lá chegaram, se juntaram aos estudantes da própria Sorbonne e iniciaram uma passeata de protesto. Isto motivou a que o Reitor da Sorbonne recorresse à polícia, que, violando a tradição da Universidade como lugar de asilo, a ocupou e prendeu inúmeros estudantes.

A reação veio no dia 6 de abril, quando vinte mil estudantes saíram às ruas e provocaram confrontos com a polícia. A violência desses confrontos resultou em seiscentos estudantes feridos.

Vinte e cinco dias depois, no 1º de maio, durante as manifestações organizadas para Dia do Trabalho, pela CGT, as contraposições e conflitos que aconteceram entre os diferentes grupos de participantes tornaram evidente que havia divergências entre a esquerda tradicional, que vinha sendo atropelada pelos acontecimentos, e a “esquerda revolucionária”, a dos jovens protagonistas destes mesmos acontecimentos². Era apenas o início da grande e fugaz transformação do panorama político.

Do dia 4 ao dia 11 do mês de maio, a situação foi se agravando, com um número cada vez maior de estudantes presos e feridos. No dia 10 de maio, quinze mil estudantes que se manifestavam em passeata de protesto contra a continuidade da prisão de seus colegas, foram cercados pela polícia no Quartier Latin. Resolveram resistir montando barricadas com árvores, automóveis, pedras, bancos e grades junto à Sorbonne. Os confrontos se transformaram em uma violenta batalha que durou quatro horas, deixando saldo de quatrocentos feridos e cento e oitenta e oito carros destruídos.

Este acontecimento traumatizou toda a França, e a opinião pública tomou o partido dos jovens. Tanto que, no dia 13 de maio, numa manifestação de solidariedade aos estudantes marcada pelos sindicatos, contava-se um milhão de pessoas em protesto pelas ruas.

² A palavra acontecimento ganhou a conotação pela qual foi aqui utilizada exatamente neste período, onde a expressão de opinião pela via de manifestações públicas passava de acontecimento temporalmente limitado, que juntava jovens, para a dimensão de acontecimento político e cultural, para uma forma de exercício de poder político. A mesma palavra sinaliza, assim, a origem e o resultado do processo.

Quatro dias depois, os operários da Renault, montadora de automóveis, aderiram ao movimento, até então exclusivamente estudantil, e ocuparam uma de suas fábricas. O surpreendente é que fizeram isto sem uma pauta de reivindicações. E com eles, deu-se início à disseminação de greves, que levou a que no ano de 1968, a França somasse cento e cinquenta milhões de dias/assalariado perdidos, cuja exorbitância pode ser avaliada pela comparação com os quatro milhões e duzentos mil dias/assalariado perdidos no ano anterior pelo mesmo motivo (uma proporção de 3.600% de 1967 para 1968).

Sem dúvida era uma luta política, porém os objetivos desta luta, explicitados no discurso que a sustentava, não eram apresentados como passíveis de serem atingidos, por contraditório que pareça, nem mesmo dentro do próprio discurso.

Não era uma luta cujo ponto de união estivesse na busca do poder. Os estudantes não faziam reivindicações de cujo atendimento dependesse o fim do movimento. Ou se eventualmente suas reivindicações fossem atendidas, avisavam que continuariam as manifestações de protesto. Haviam construído um ideal, constituído pela união de todos os mitos revolucionários, e lutavam pela desmoralização das autoridades constituídas com a ativa participação dos operários, que buscavam, muito além do atendimento de reivindicações, a autogestão. Uma pichação, vista em Paris e divulgada como emblemática, resumia o lema que orientava as ações políticas: *“soyons réalistes, demandons l'impossible”*.

O Partido Comunista e os demais partidos de esquerda, que nos momentos mais agudos chegaram a se declarar partidos da ordem, não revolucionários, fizeram o possível para evitar a conjunção entre os estudantes e os operários quando do surgimento das greves espontâneas, que se espalharam rapidamente. Com dez milhões de operários parados, o movimento se desenvolvia sem líderes propriamente ditos. Mesmo os assim reconhecidos, como Daniel Cohn-Bendit e Jacques Sauvageot, dois estudantes, ou o professor Alain Geismar, se recusavam a falar em nome do movimento e quando se ativeram em dar entrevistas, respondendo às solicitações dos meios de comunicação, se distanciaram do centro dos acontecimentos. O movimento não dependia deles.

Também, de curioso, ocorria que os manifestantes em passeatas, quando se viam em companhia de deputados ou de outros políticos, os consideravam como simplesmente mais alguns participantes, destituídos da importância que lhes dava o cargo que ocupavam.

A insolência e o espírito individualista, dentro da forte coesão e a adesão de cada um ao movimento, a despeito do que isso possa ter de paradoxal, foram marcas nítidas no comportamento dos jovens, fazendo com que quase todos se vissem como ativos participantes.

A França, depois de se reconstruir da II Guerra, ao ver solucionados os graves problemas coloniais pelos quais passou, ao conseguir estabilizar a moeda, poderia se imaginar distante de maiores conflitos quando este movimento, imprevisível, decompôs o seu governo.

Estes acontecimentos, que até hoje não receberam interpretação satisfatória frente à aparente irracionalidade de sua motivação, não foram frutos de planejamento algum, nem havia crise social, no sentido até então utilizado para o termo, que os justificasse. Os estudantes e operários gozavam nesta época de uma situação material particularmente confortável e segura. Foi um movimento fora de um quadro de idéias claras e distintas que permitissem catalogá-lo, classificá-lo, tipificá-lo ou compará-lo aos anteriores.

Os jovens, filhos da burguesia, paralisaram o Estado através de um movimento que não contou com o apoio dos quadros políticos tradicionais. Com isso, tanto deixaram à vista a incompetência dos políticos para lidarem com aquele momento, como colocaram por terra o conhecimento da sociologia, que em nada contribuiu para colocar fim à crise ou para explicá-la. Os jovens demonstraram sua descrença e revolta contra a ordem e o saber instituídos, e também um enorme poder de mobilização.

Estas duas coisas, a recusa das normas sociais e do conhecimento instituídos e a inquestionável capacidade de mobilização, exigem destaque porque foram características da generalidade dos movimentos jovens nos anos sessenta; dos acontecimentos que tiveram início com uma crise na cultura e, de imediato, desembocaram em consequências políticas.

É provável que a capacidade de mobilização, de aglutinação, dos jovens foi o que deu dimensão política à recusa das normas vigentes. Porém, também é possível se formular a hipótese de que o modo como esta recusa se enunciava foi o que os aglutinou. Portanto, a despeito das controvérsias acerca de seus determinantes, uma peça-chave é o discurso em torno do qual e em nome de quê tanta coisa aconteceu.

O mais notável, neste discurso, foi a junção entre política e comportamento. Fazia-se política, porque assim o seu discurso concebia, através de atitudes individuais, pessoais. Expressava-se politicamente pelo comportamento, roupas, atitudes e preferências estéticas. A política estava no comportamento e vice-versa.

A palavra liberdade, em nome de que quase tudo foi feito, quando se a usava, ela adquiria dois sentidos simultâneos: da não repressão, tanto política, quanto sexual.

Parte desta geração de jovens, seguramente uma minoria mesmo dentre os jovens, mas que se fazia muito visível, entendia o seu projeto individual de vida confundido como ação política. Para si mesmos, estavam colocando fim, de imediato, ao que viam como sendo a esquizofrênica separação entre existência e política, discurso e ação, arte e vida.

No Brasil, os contextos social e político daquele período eram muito diferentes dos da Europa e Estados Unidos. Aqui, o governo militar se encontrava num impasse: ou se desalojava do poder ou endurecia o regime, porque visivelmente perdia a legitimidade diante da classe política e da população.

Optou pela segunda alternativa, fazendo o que se chamou de dar um golpe dentro do golpe.

Os estudantes brasileiros, embora também muito diferentes dos franceses, tomavam atitudes e desenvolviam ações políticas para as quais valeram os mesmos pontos destacados acima, como atesta o que lograram realizar.

Em março de 1968, três dias antes do quarto aniversário do golpe militar, no dia 28, o estudante Édson Luís foi morto pela polícia. Recebeu um tiro no peito nas vizinhanças do restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, durante mais uma manifestação de protesto contra a ditadura, em nada diferente de outras que vinham acontecendo quase que diariamente.

Não era um líder estudantil e estava ali como um simples participante, mas as repercussões desencadeadas pelo seu assassinato o tornaram mártir da luta contra o governo.

Ao seu enterro, no dia seguinte, compareceram aproximadamente cinquenta mil pessoas, na maioria populares, pertencentes à classe média, que haviam se comovido e se solidarizaram aos estudantes.

Seguiram-se, nos dias seguintes, manifestações de protesto dos estudantes ou de solidariedade a eles, que foram se intensificando e se espalhando por diferentes pontos do país, com o auge tendo acontecido de meados de junho a setembro.

O governo, temendo que aqui se repetisse o Maio francês, com as graves consequências políticas de desestabilização do governo que acarretou, respondeu agressivamente. Feriu, matou, massacrôu física e moralmente os manifestantes, a despeito da simpatia que despertavam na população.

Mesmo havendo divergências de todas as ordens entre os grupos formados pelos jovens, como as crônicas disputas travadas entre si pelos grupos de esquerda, ou mesmo a existência dos grupos de direita, aliados do governo, que, embora reduzidos em número e tamanho, chegaram a agir com extrema agressividade em alguns episódios, mesmo debaixo de tamanha repressão policial e política, o movimento estudantil, com seus líderes pouco mais que adolescentes, em vários momentos tomaram conta das ruas e colocaram o governo sob a ameaça de perda do controle. Por aqui os jovens também tiveram um importante papel nos acontecimentos políticos naquele ano.

Se o Maio de 68 francês, nos seus desdobramentos mais imediatos, deu benefícios previdenciários aos operários e uma reforma universitária aos estudantes, que passaram a ter representantes nos órgãos decisórios das universidades, no Brasil, como resultado do agravamento das dificuldades entre o governo militar e as lideranças civis, o ano terminou com a decretação do AI-5, mais um dos chamados Atos Institucionais, que passaram a participar do cenário político desde o golpe militar de 1964³.

³Através do preâmbulo do AI-1, os líderes militares golpistas estabeleceram a legitimidade de estarem ocupando o governo e também se investiam do poder constituinte. Portanto, Ato Institucional era a designação de um instrumento de intervenção que, quando utilizado, impunha regras políticas que se sobrepunham a todas as demais.

A prerrogativa de uso do Ato Institucional foi então utilizada, pela quinta vez, em 13 de dezembro, com a assinatura do Presidente da República. Na prática, o conteúdo do que foi editado retirava os resquícios democráticos ainda presentes na organização política do país após o 31 de março de 1964.

Na opinião de Pedro Aleixo⁴, Vice-presidente da República, expressa de viva voz na reunião do Conselho de Segurança Nacional, que decidiu, contrariamente aos seus argumentos, pela edição do AI-5, este Ato *“comprometia absolutamente o regime democrático, retirando da Constituição a garantia dos direitos da pessoa humana e a garantia dos direitos políticos.”* (D’Araújo & Soares & Castro, 1994: 83).

O AI-5 autorizou o Presidente Costa e Silva a decretar o recesso do Congresso, a cassar mandatos e suspender direitos políticos, a demitir, remover e aposentar funcionários públicos e a exercer censura prévia aos órgãos de imprensa.

Em seguida ao 13 de dezembro, com o governo tomando por algo próximo a guerra civil a sua relação com a oposição que lhe recusava a legitimidade, houve um brutal endurecimento do regime. Teve início o período de maiores arbitrariedades no exercício do poder. Foram perseguições políticas, censura aos meios de comunicação, pesado investimento governamental em propaganda estimulando o conservadorismo político e de costumes, e morte, prisão ou expulsão do país de líderes, tanto políticos quanto não políticos, que o governo considerasse que pudessem colocar em risco a sua estabilidade.

No esforço de desarticulação das lideranças de oposição, a parcela da população com nível de educação formal mais elevado e o meio universitário foram os que mais sofreram. Na época, dos 1,4% de sua população com curso superior, entre estudantes e profissionais já formados, saíram 26% dos torturados, como também 39% dos mortos por razão política e 21% dos denunciados como subversivos. Uma possível interpretação é que os “formadores de opinião” foram alvo deste esforço do governo.

Porém, a sociedade, apesar do conservadorismo a que se tentou submetê-la pela força e propaganda, teve, no âmbito universitário e no do comportamento dos jovens, mudanças definitivas.

⁴ Civil, político liberal mineiro, que, aproximadamente um ano depois, com o adoecimento e morte do Presidente Costa e Silva, foi impedido, pelos militares que participavam do governo, de assumir a Presidência da República.

Nas universidades aconteceu a reforma que, por um relevante detalhe, esteve em paralelo com o que estudantes estavam conseguindo transformar em outros lugares do mundo. Vladimir Palmeira⁵ sublinha este detalhe ao dizer que, na sua opinião, o acontecimento mais importante provocado pelos jovens naquele ano foi

“a quebra do laço dominante entre o professor que ensina e o aluno que aprende, o rompimento do domínio absoluto que os professores detinham na universidade. Foi a subversão total da hierarquia dentro da universidade.”(68, O Ano Que Acabou: 1993).

Haveria que se perguntar quais mudanças poderiam ter lugar no Brasil, se não se acrescentava liberdade política à quebra da antiga hierarquia universitária. Apesar disto, e certamente devido à sua consonância com espírito contestador que contagiava os jovens em muitos lugares do mundo, a distribuição de poder entre professores e alunos foi sensível e definitivamente alterada.

Aos atos de oposição ao governo, foram impostos limites estreitos e a organização política tinha muitas restrições, porém, o reconhecimento, pelos professores, do poder detido pelos estudantes e a inclusão de seus representantes, com direito à voz e voto, nos órgãos decisórios das universidades, fizeram com que a opinião dos alunos, com respeito à vida universitária, tivesse de ser ouvida e considerada.

Foi quebrada uma esclerosada estrutura, tradicional e conservadora, rígida e com vícios, onde os professores, de posse de cargos vitalícios, tinham seus alunos como depositários passivos do saber que lhes quisesse impingir.

Ao mesmo tempo que esta mudança da estrutura universitária era obtida, uma outra, de ordem pretensamente pessoal, também, por aqui, se expressava. A postura dos estudantes universitários diante dos professores deixou de ser de submissão e adquiriu ares de petulância, de insolência, o que rapidamente ultrapassou os limites do ambiente universitário para se transformar em característica do comportamento também dos jovens brasileiros perante o mundo adulto.

⁵ Vladimir Palmeira que em 1968 tinha 23 anos e era um dos mais importantes líderes estudantis. Posteriormente foi banido do país e retornou, com a anistia no ocaso do governo militar, tornando-se líder político.

Em conclusão, a repressão que, com objetivos políticos, impedia, pela força, que fossem assumidas posições que pudessem abalar a estabilidade do governo e a despeito do conservadorismo que este mesmo governo buscava estimular, não se conseguiu interferir nas mudanças do comportamento dos jovens. Na balança, mais que qualquer esforço, pesou a influência vinda do exterior, na forma de um modelo de identidade para os jovens.

Mais freqüentemente no exterior que no Brasil, estiveram presentes, nos meios de comunicação, os chamados “intelectuais engajados”, tema certamente amplo e relevante. A defesa de certas posições políticas de esquerda, de cunho liberal no tocante ao comportamento individual, por pessoas dedicadas ao conhecimento e à ciência pode ser datado. Sartre, pela importância de suas ações em despertar consciências nos anos sessenta, foi o grande modelo, a despeito do rápido declínio de sua influência já no início dos anos setenta.

O papel destes teóricos no desencadeamento e nos desdobramentos dos acontecimentos, embora existente, não foi o mais relevante. Alguns foram realmente muito lidos, mas não foram os mesmos nos diferentes países e nem entre os diferentes grupos de jovens, o que faz com que a influência que possam ter exercido não tivesse como ser tão homogênea, quanto o movimento o foi. Talvez, com mais propriedade, se possa supor que os intelectuais que foram lidos, o tenham sido mais em decorrência da direção tomada pelo movimento jovem, do que terem sido eles os responsáveis por esta direção.

Ou seja, a difusão dos conteúdos que delimitavam e propunham um modelo de identidade para os jovens se deu principalmente por outras vias: pela via das artes, panfletos, palavras de ordem e pichações.

É irrelevante o número de leitores de obras teóricas, se comparados aos cinquenta milhões de fãs de Elvis Presley distribuídos pelo mundo no início dos anos sessenta; ou os poucos interessados por discussões acadêmicas, se comparados aos que se influenciavam por James Dean ou Marlon Brando.

O rock-‘n-roll, surgido com “Tutti-Frutti”, de Bill Halley and His Comets, em 1954, alcançou, em seguida ao seu lançamento, um sucesso surpreendente. A partir desta e de outras músicas e de outros intérpretes, em poucos anos o rock-‘n-roll se espalhou pelo mundo.

O ritmo, por si mesmo e pelas coreografias dos músicos nas apresentações, colocava em questão os padrões estéticos e morais anteriores. A sonoridade era agressiva se comparada aos melodiosos padrões de bom-gosto anteriores, e os intérpretes obviamente sensuais nos figurinos e gestos. Não há o que se poderia atribuir à música, não há nada intrinsecamente afeito a ela, que tivesse lhe dado o irresistível poder de agregar os jovens, mas como efetivamente o fez, deve ser considerada como o veículo que, nas circunstâncias, foi eficaz para que isto tivesse acontecido.

O rock dos anos sessenta, que deve sua origem ao rock-'n-roll, somente fortaleceu os traços da identidade de "uma nova juventude", que nos anos sessenta já possuía suas raízes constituídas.

O cinema também tanto lucrou explorando esta identidade em personagens de filmes, como contribuiu para que ela se firmasse e melhor definisse seus contornos.

Dos filmes feitos para jovens e que influenciaram no seu comportamento, o modelo é certamente "Easy Rider", que, lançado em 1969, portanto algo tardiamente no período, teve o mérito de estampar com clareza o imaginário da época. Nestes filmes, as antigas regras de comportamento sexual e de bom-mocismo foram abruptamente substituídas. O molde utilizado para construir as personagens dos protagonistas passou a ter o perfil do herói irreverente, rebelde sem causa, livre de compromissos e desafiador das normas estabelecidas, e se em defesa de algo, unicamente de sua liberdade individual.

Se as idéias contestatórias dos jovens, por si mesmas, podem ser consideradas de pouca consistência, é inquestionável o poder de mobilização e de transformação que tiveram. Balançaram-se os alicerces das instituições e algumas, como a psiquiatria, ficaram marcadas indelevelmente. As atitudes tomadas por estes jovens, em grupo ou individualmente, é provável que servissem de apoio às idéias que, por sua vez, embasavam o movimento, já que estas, de frágeis, mais apontavam para o que não se queria do que para o que se queria, mais se rejeitava e pretendia, do que se afirmava.

A competência demonstrada para a ação não tinha uma teoria à altura. Conseguia-se melhor fazer, pela contestação do antigo, que definir e justificar o que se buscava.

Na sintética interpretação de Sevcenko, havia a:

“intenção (,...) (de) expor a natureza necessariamente histórica, política e excludente dos sistemas de representação da cultura, de forma a embaralhar as referências, relativizar os conceitos, descentrar suas interpretações e desvendar seus pressupostos. O efeito visado por esses procedimentos seria abrir fissuras e vãos por meio da crítica sistemática a esses sistemas de representação, através dos quais pudessem emergir diferenças, interferências, estranhezas e presenças imponderáveis, diante das quais não se sustentassem mais como legítimos padrões de ‘desenvolvimento e segurança’, receitados como as fórmulas da felicidade para todos os homens e mulheres da Terra. O que as dezenas de milhares de garotos anônimos exigiam pelos muros de Paris, não era a tradicional liberdade de palavra, mas uma nova liberdade da palavra e em relação à palavra. Não há superbonder que concerte o estrago que eles fizeram.”(68, O Ano Que Acabou: 5).

Para esse resultado, foi necessário e suficiente que o saber apregoado estivesse constituído por poesias, palavras de ordem, influências de revoluções idealizadas, filmes, artistas e também por idéias fragmentárias de diversas origens, inclusive de culturas orientais.

Portanto, o ideal de liberdade e rejeição ao já estabelecido era formado de uma miscelânea de fragmentos heterogêneos, sem plataforma, programa ou filosofia políticas que lhe dessem textura mais densa. Embora se deva reconhecer que os grupos de jovens possuíam peculiaridades também determinadas por fatores políticos e culturais restritos à certas localizações geográficas, estas peculiaridades não chegavam a contradizer à regra acima.

As palavras de Cohn-Bendit, proferidas em maio de 68, podem ser tomadas como uma media da forma pela qual os jovens ocidentais procuravam entender suas ações:

“o significado real da revolução não é a mudança no gerenciamento social, mas a mudança do homem ... a revolução deve nascer da alegria e não do sacrifício.”(Matos, 1989: 77).

Havia propriamente a crença que algo novo e bom estava para acontecer, ressaltando aqui a palavra crença para denotar o caráter de espiritualidade não religiosa que se difundiu.

O movimento produzia benefícios a quem dele participava. No pior dos casos, benefícios psicológicos por se ver em grupo, por se ver identificado enquanto membro de um grupo⁶. E este, por condição inerente de ser grupo, ao mesmo tempo que dava, fazia exigências; exigia mostras de solidariedade, de adesão ao movimento, pela profissão de fé nos seus princípios, pela repetição “criativa” de atitudes e dizeres contestatórios. Obtinha, já não pelo discurso, mas como fenômeno de grupo, adesão pela exortação, sem reprimir.

Acreditava-se haver descoberto - porque fez-se funcionar - um novo meio para a obtenção daquilo que o exercício do poder pela repressão também fornecia. O movimento de contestação evidenciou o poder político do mecanismo psicológico de identificação do indivíduo com o grupo, como também evidenciou a forma de dominar os processos nele envolvidos.

O medo diante das ameaças do mundo adulto, a repressão, saiu de cena. Deixou de ser uma variável relevante na determinação do comportamento do jovem em razão do estímulo ao afrontamento com este mundo que vinha do movimento de contestação.

À condição anterior, onde a preservação da intimidade e a privação da liberdade formavam par, contrapunha-se exposição da intimidade e liberdade. A preservação da intimidade acobertava ou negava fatos que sabidamente existiam de sobejo, levando ao acordo tácito que formou o padrão moral burguês. A exposição da intimidade e dos fatos que deveriam estar acobertados, com a recusa de tal acordo tácito e, portanto, com a denúncia dele, teve um valor de revolução; puramente retórico, uma vez que punha à mostra aquilo que, por ter sido subtraído da realidade embora sensivelmente presente, formava os vínculos entre as pessoas e o substrato para as relações sociais. A consistência do discurso de contestação não estava em si mesmo, mas na demonstração das fissuras daquilo que contestava.

⁶ Vide anexo “A Contracultura”

Ainda hoje existem órfãos do movimento, órfãos de Marcuse, que permaneceu o autor de referência no que diz respeito à constituição do psiquismo, à definição de psiquismo, coerente com a justiça da causa e do discurso político da contracultura, já que este, a exemplo dos demais discursos políticos, também necessitou se apoiar em uma concepção da alma humana.

***Capítulo IV.-
Entre o social e o psíquico:
Marcuse***

IV- ENTRE O SOCIAL E O PSÍQUICO: MARCUSE.

Herbert Marcuse, nasceu em Berlim em 1898 e emigrou para os Estados Unidos em 1934. Portanto, em 1968 tinha setenta anos. A despeito da sua idade e da sua ligação com a academia, foi, como filósofo, reverenciado em meio ao movimento jovem que, composto obviamente por jovens e cujas figuras de destaque eram jovens, era irreverente em relação ao que se produzia nas universidades¹. Marcuse não reunia as características pessoais que se poderia supor adequadas para se tornar o grande mentor que foi (Marcuse, 1988: capa). A sua obra em muito contribuiu para as teses e análises com as quais os estudantes viam justificada a revolta que promoviam. Muito embora a justificativa para o movimento e as razões que o determinaram, a explicação para que tivesse ocorrido, não possam ser tomadas como a mesma coisa, houve momentos em que ambas, justificativa e explicação, certamente estiveram superpostas. As explicações para o movimento de contestação, feitas pelos meios de comunicação, serviam de propaganda, faziam-no ampliar, e possivelmente isto tenha sido a regra. O desenvolvimento dos recursos tecnológicos para o entretenimento expandia a função da propaganda na organização social, e o movimento de contestação, com idéias de muitos, inclusive e com destaque para Marcuse, também fez uso deste tipo de lógica.

Na opinião de Palmier:

“Cet universitaire paisible et ironique a fait jaillir une force et un souffle nouveaux, auquel nul ne peut rester insensible. Il a fait oublier toutes les figures qui dominaient les universités européennes et américaines. Il a éclipsé en Amérique Erich Fromm, en Allemagne Theodor Adorno, Habermas, Lukács, Ernst Bloch. En France, il a balayé le ‘structuralisme’, cette nouvelle idéologie technique qui semblait bientôt devoir remplacer Sartre encore vivant².”

¹ Havia a frase: “Don’t trust anyone over thirty”, que definia a predisposição contrária aos não jovens.

² [“Este professor universitário, tranquilo e irônico, fez brotar uma força e um novo espírito aos quais ninguém pode ficar insensível. Ele fez esquecer todas as figuras que dominavam as universidades européias e americanas. Ele eclipsou nos Estados Unidos Erich Fromm, na Alemanha Theodor Adorno, Habermas, Lukács, Ernst Bloch. Na França, ele desorganizou o ‘estruturalismo’, esta nova ideologia técnica que parecia poder recolocar Sartre novamente vivo.” (Palmier, 1968: 8)]

Chacon vai na mesma direção:

“Embora só nos últimos tempos tenha adquirido uma explosiva notoriedade, como predileto pensador da nova geração de ‘angry young men’ tornados ideólogos, nos Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra, rivalizando com os próprios Sartre e Claude Lévi-Strauss, de quem difere em vários pontos, mesmo assim Herbert Marcuse continua um pensador em muitos aspectos original e pioneiro, capaz de sobreviver a uma passageira moda.”(Chacon, 1968: 7-8).

Ainda que as opiniões favoráveis a sua obra não fossem unânimes³, também antes, mas principalmente depois que seus adeptos escacearam, depois de suas reflexões terem sido atacadas por todos os ângulos, apesar disso, em nenhum momento lhe é negado o reconhecimento quanto à notoriedade que logrou conseguir⁴.

Sempre que citado, esta notoriedade, numa síntese de popularidade e respeito, é mencionada enquanto fator de importância na sua trajetória.

É inegável que exerceu influência e as ressalvas quanto à consistência teórica de sua produção ou à brevidade do poder de convencimento que possuiu, do modismo a que esteve atrelado e que contribuiu para que existisse, não negam os acertos que lhe permitiram este reconhecimento, que lhe é obrigatoriamente devido.

A afirmação acima referente à sua capacidade de sobreviver na cultura após a passagem da moda, que denuncia, talvez, a intuição do seu oposto, é mais um elemento para assinalar como se fundiram a obra do autor e a marca que identifica o período, que também não se tinha por modismo, mas por revolução, pelo início de uma grande revolução calcada, entre outras coisas, na liberalização dos costumes.

Cedo ainda, logo após o auge de sua influência no final dos anos sessenta, em meados dos anos setenta, já havia indícios de que as palavras de Marcuse iam tendo rapidamente o seu brilho esgotado⁵.

³Como exemplo: Vivas, E. *Contra Marcuse*, Arlington House, N. York, 1971.

⁴“Nevertheless, Marcuse continues to be regarded, in the words of the New York Times of October 6, 1968, as the ‘idol of the New Left and of restive college students from Berkeley to Bologna’[Rogow, 1970: 288.]

⁵“Os ídolos, também em filosofia, duram pouco. Marcuse, que anos atrás era considerado o cérebro da contestação juvenil, foi vaiado pelos jovens e tudo indica que sua estrela já tramontou.” (Nogare, 1977: 192).

Para análise do conteúdo do que produziu, quanto ao seu percurso teórico, para se poder discernir desde onde vem o que se manifestou enquanto a sua inserção no período em que mais exerceu influência, é preciso se ter como referência a doutrina filosófica da denominada "Escola de Frankfurt", pela qual Max Horkheimer e Theodor Adorno foram os fundadores e principais responsáveis. Da produção teórica de ambos surgiu, na década de vinte, um conjunto de idéias por eles mesmos chamado de "Teoria Crítica da Sociedade", em relação à qual a obra de Marcuse se contextualiza teoricamente. Adiante estão assinalados alguns dados históricos referentes à esta escola e alguns dos seus pontos teóricos básicos.

Marcuse estava entre os que se organizaram institucionalmente em torno desta corrente de pensamento a partir da fundação, em 1924, do "Instituto de Pesquisas Sociais", de Frankfurt e, assim como os demais que o compunham, emigrou da Alemanha em 1933 em razão das ameaças e hostilidades crescentes que os nazistas lhes dirigiam; a eles como a muitos outros. Inicialmente, com Horkheimer e Adorno, foi para Genebra, depois para Paris e finalmente, em 1934, os três se radicaram, para o exercício de suas atividades acadêmicas, em Nova York. Em 1950, Horkheimer e Adorno retornaram à Alemanha, em cujas universidades prosseguiram seus trabalhos, e Marcuse permaneceu nos Estados Unidos⁶.

A linha teórica que justificou a formação da "Escola de Frankfurt", na sua "Teoria Crítica da Sociedade", se distinguem, três pontos básicos: o primeiro, o ponto de partida, é a "crítica da razão ou do Iluminismo".

Esta se constitui no seguinte: da definição clássica de Iluminismo⁷, ampliada para: "a razão que persegue o progresso a fim de libertar os homens do medo e fazer deles senhores" (Benjamin/Habermas/Horkheimer/Adorno, 1983: 97), é-lhe feita a crítica de que transforma a razão objetiva em razão instrumental. Em maior detalhe: que as verdades da razão objetiva são elevadas ao campo da mitologia ou da ideologia, num processo em que a razão subjetiva ou instrumental seleciona somente o que é útil, operativo e que serve para dominar a natureza.

⁶ Dados biográficos de Marcuse podem ser encontrados, por exemplo, em: MacIntyre, 1973; Palmier, 1968; Cranston, 1969.

⁷ Um movimento cultural e intelectual que pretendeu dominar pela razão a problemática total do homem, que ocorreu no período histórico que abrange os séculos XVII e XVIII, no qual a razão humana julgou-se capaz de compreender de modo exaustivo a realidade e propôs-se transformar, de acordo com sua opinião, todas as esferas da vida.

Assim:

“A própria razão tornou-se mero instrumento auxiliar do aparato econômico que tudo abrange. Ela serve de ferramenta universal que se presta à fabricação de todas as outras, rigidamente dirigida para seus fins, tão fatal como o manipulador calculado com exatidão na produção material, cujo resultado para os homens escapa a qualquer computação. Realizou-se finalmente a velha ambição a de ser o puro órgão dos fins.” (Benjamin /Habermas/ Horkheimer/ Adorno, 1983: 97).

Ou:

“O que não se ajusta às medidas de calculabilidade e da utilidade é suspeito para o iluminismo”(Benjamin/Habermas/Horkheimer/Adorno, 1983: 98).

O segundo ponto básico desta teoria é a crítica da ciência como técnica de manipulação. Em outros termos, se entende que a ciência, calcada na experimentação, cujos métodos consideram somente o sensível, e quanto a isso nada se objeta, adquiriu na cultura a condição de negar a existência do que está fora de seu campo de escopo. A ciência, obtendo indevidamente a condição de detentora da verdade, torna-se mito e leva a que a realidade seja resumida à realidade física, o que, em absoluto, se pode ter como desejável para qualquer reflexão acerca do homem.

Para Horkheimer:

“A técnica é a essência desse saber [científico]. Seu objetivo não são os conceitos ou imagens, nem a felicidade da contemplação, mas o método, a exploração do trabalho dos outros, o capital. Por sua vez, as inúmeras coisas que, segundo Bacon, ainda são guardadas nele [neste saber científico] não passam de instrumentos: o rádio, enquanto impressora sublimada, o avião de combate, enquanto artilharia eficaz, o telecomando, enquanto bússola de maior confiança. O que os homens querem aprender da natureza é como aplicá-la para dominar completamente sobre ela e sobre os homens. Fora disso, nada conta. Sem escrúpulos para consigo mesmo, o iluminismo incinerou os restos da sua

própria consciência de si. (...) Poder e conhecimento são sinônimos. A felicidade estéril, provinda do conhecimento, é lasciva tanto para Bacon como para Lutero. O que importa não é aquela satisfação que os homens chamam de verdade, o que importa é a ‘operation’, o proceder eficaz. (Benjamin/Habermas/Horkheimer/Adorno, 1983: 98) (...) Antes e depois da teoria dos ‘quanta’, a natureza é aquilo que deve ser compreendido matematicamente; mesmo o que não se encaixa, insolubilidade e irracionalidade, é cercado por teoremas matemáticos. Identificando por antecipação o mundo matematizado, pensado até as últimas consequências, com a verdade, o iluminismo acredita estar a salvo diante do retorno do mito. Ele identifica pensar e matemática. Assim, esta fica como que deixada à solta, convertida em instância absoluta.” (Benjamin/Habermas/Horkheimer/Adorno, 1983: 112).

Desta ciência, que só considera o que matematiza, resulta a ideologia que fica assim enunciada:

“Os homens foram presenteados com uma individualidade própria a cada um e distinta de todas as outras. Mas, como ele nunca se desfez totalmente, o iluminismo, mesmo durante o período liberal, sempre simpatizou com a coação social. A unidade do coletivo manipulado consiste na negação de qualquer indivíduo, zomba-se de toda espécie de sociedade que queira fazer do indivíduo um indivíduo.” (Benjamin/Habermas/Horkheimer/Adorno, 1983: 112).

O terceiro ponto básico da Escola de Frankfurt, é a crítica à cultura de massa, que Adorno denomina de “indústria cultural”. A preferência pela segunda expressão, conforme ele deixa explícito, decorre do intuito de salientar que a origem desta cultura não é a massa, mas que a massa é uma consequência sua na medida em que, por entorpecer os consumidores, impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e decidir conscientemente. Além disso, esta cultura também possui todas as características dos produtos industriais que são colocados à venda. Desde os fatores econômicos, referentes à possibilidade de lucro, que determinam o que será produzido, até a ideologia de consumo que veicula, com a qual contribui para a estabilidade deste modelo de organização social.

O lazer, na sociedade industrial, segundo Adorno, é invadido pela indústria cultural na sua função de “ópio do povo”. Para ele:

“A indústria cultural não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas, em larga medida, determina o próprio consumo. Interessada nos homens apenas enquanto consumidores ou empregados, a indústria cultural reduz a humanidade, em seu conjunto, assim como cada um de seus elementos, às condições que representam seus interesses. A indústria cultural traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, qual seja o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo o sistema.” (Benjamin/Habermas/Horkheimer/Adorno, 1983: 256).

A despeito da ligação de Marcuse à Escola de Frankfurt não permitir que se lhe atribua inteira originalidade quanto à sua produção teórica, dado que nela se vêem os mesmos três pontos básicos acima definidos, quanto ao modo como organizou a sua produção, sim.

O contingente de adeptos que Marcuse arregimentou demonstra que na sua obra, diferente da dos demais que defendiam princípios semelhantes, havia melhor solução para o que se encontra presente na relação entre conhecimento, convencimento e poder, na forma de enunciar o conhecimento para que ele exerça influência. Assim, se o pensamento de Marcuse é tributário e devedor da Escola de Frankfurt, também há dívida no sentido inverso, uma vez que a Escola teve a sua importância aumentada, tornou-se mais conhecida, pela difusão do conhecimento sobre a sua existência que lhe proporcionou a sua ligação com Marcuse.

Por se poder atribuir à obra de Marcuse a presença deste objeto, qual seja a melhor solução retórica, dentro do seu momento, para enunciar um conhecimento específico, um conteúdo teórico específico, em que o objetivo de se difundir e de exercer influência é inerente a ele, serão abordados alguns de seus aspectos, em particular os recursos com que propõe que se entenda a relação entre o exercício do poder e a constituição do psiquismo; ponto, por sinal, constante, ainda que por diferentes razões, a

discussões sobre exercício do poder. E possivelmente uma das razões para a constância do aparecimento do tema de poder e constituição do psiquismo está na sua importância para a composição retórica dos discursos.

Assim, além da ligação teórica, acima sublinhada, com a Escola de Frankfurt, a obra de Marcuse possui traços de estilo que, apesar de alguns serem detectáveis desde o início de sua produção, acomodam-na bem nos anos sessenta. Eles se assemelham aos do discurso da contracultura sob os mesmos ângulos com que foram assinaladas as características de estilo deste último, quais sejam, o conteúdo crítico de suas teses e as propostas que retira delas, a maneira como define e articula os fragmentos com que irá compor estas teses e o estilo peremptório e assertivo com que aborda os temas.

É a isso que MacIntyre se refere quando afirma:

“Ao criticar o pensamento de Marcuse defrontamo-nos com duas espécies de dificuldades: as suscitadas pelas teses particulares que ele defende e as resultantes de toda a sua maneira de pensar e do seu estilo de exposição.”(MacIntyre, 1968: 21)

Quanto à forma, na sua obra as afirmações e os pressupostos estão compostos como um todo orgânico, onde um aspecto se apoia no outro, tornando sempre possível a dúvida de se há apoio externo, teórico ou empírico, para o conjunto, ou se se está mais próximo de um exercício de tautologia. Concomitantemente a isso, as discussões são elaboradas a partir de fragmentos, de detalhes e de referências que abrangem uma área tão extensa do conhecimento que dificilmente qualquer leitor possui erudição suficiente para acompanhá-lo nas minúcias. Quanto aos argumentos, eles implicam em dificuldades para serem aceitos em bases estritamente racionais, dado que se sustentam mais em alusões que em explicações.

Outra dificuldade: entre os argumentos e a tese que estes argumentos defendem, restam espaços não preenchidos. Os argumentos se organizam ao redor de uma tese, sem que isso implique em que estejam comprovando-a. As teses se sustentam, (e inegavelmente se sustentaram, já que, como acima assinalado, foram discutidas, exerceram influência e

obtiveram lugar na cultura), por outro motivo que não por comprovação racional, e para que se sustentem, os temas que aborda também têm parcela de responsabilidade.

Embora a sua formação seja filosófica e na sua obra haja referência a muitos assuntos, como também a um grande número de autores, dos seus temas, aqui serão considerados basicamente dois. Os demais, mais afeitos à filosofia, estarão na condição de acessórios, tanto porque percorreram menor extensão no conjunto de seus escritos, quanto porque tiveram também menor relação com a razão pela qual foi tão celebrado.

O primeiro tema, por sido abordado mais precocemente nos seus trabalhos, refere-se à organização social, e pode ser definido como um diálogo com o marxismo. O outro, não separado do anterior, muito pelo contrário, é sobre a organização do psiquismo, e seu interlocutor é Freud. Ambos, na sua obra, se solidarizam, a ponto de se tornarem inseparáveis, na formulação da possibilidade de uma cultura não repressiva aos indivíduos, sua tese final; a que, por sinal, levou-o à condição de "teórico das revoltas e das reivindicações" (Palmier, 1968: 160) estudantis.

Comparadas à sua obra, - na qual, conforme já assinalado, há grande riqueza de conteúdo, bem como é um veio rico para discussão a relação deste conteúdo com o momento em que exerceu influência -, as suas atividades políticas, no sentido de militância por ideais definidos desde os partidos, foram praticamente nulas. Teve somente uma breve e inexpressiva participação na Revolução de Berlim, em 1927, quando os social-democratas, dos quais era simpatizante e também redator de uma das revistas, tiveram suas expectativas políticas logradas pela ascensão nazista. E desta época de militância não há, nos seus textos, "mais que poucos traços" (Palmier, 1968: 13).

Desde 1928, quatro anos antes da apresentação de sua tese de doutorado, orientada por Heidegger, até fins da década de sessenta, Marcuse produziu uma imensa série de trabalhos entre ensaios, artigos, entrevistas, debates e livros. Os títulos e datas de publicação dos livros são: "Contribuições para a Compreensão de uma Fenomenologia do Materialismo Histórico", de 1928; "Sobre Filosofia Concreta", de 1929; "Marxismo Transcendental", de 1930; "Para o Problema da Dialética", de 1931; "Novas Fontes para a Fundamentação do Materialismo Histórico", de 1932; e de 1934 a 1938: "A Luta Contra o

Liberalismo na Concepção Totalitária do Estado”, “Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura”, “Filosofia e Teoria Crítica”, “Para a Crítica do Hedonismo”, “Sobre os Fundamentos do Conceito Científico-Econômico do Trabalho”, “Existencialismo”, “O Envelhecimento da Psicanálise”, “Industrialização e Capitalismo na Obra de Max Weber”, “Ética e Revolução”, “Comentários a uma Nova Determinação da Cultura”. Em 1941, publicou “Razão e Revolução”; em 1955, “Eros e Civilização”; em 1958, “O Marxismo Soviético”; em 1964, “Ideologia da Sociedade Industrial”. Dentre todos estes, porém, dois tiveram maior influência e repercussão nos anos sessenta: “Eros e Civilização” e “Ideologia da Sociedade Industrial”.

Em “Eros e Civilização” e em “Ideologia da Sociedade Industrial”, Marcuse retoma pontos já aparecidos em suas variadas publicações anteriores e os amplia. Com estas duas, ele busca, respectivamente, ao mesmo tempo utilizar como substrato e superar a obra de Freud e de Marx. Nelas se torna patente a defesa que faz de uma política de enfoque humanista e também é onde ele mais abertamente acusa a sociedade industrial de desumanidade.

Em ambas ele utiliza a mesma regra de construção do raciocínio, que por sinal, com pequenas diferenças, é comum a toda produção da “Escola de Frankfurt”: delimita dois pontos, os quais ou se ajustam com facilidade ao senso comum, ou que já são do próprio senso comum, e procura marcar a diferença, a discrepância e a irracionalidade que se colocam entre estes dois pontos. Por exemplo, em “Ideologia da Sociedade Industrial”, primeiro ponto: que a sociedade industrial desenvolvida exige o máximo de racionalidade das pessoas. Segundo ponto: o destino para o qual a sociedade industrial caminha. A contradição: a sociedade que se desenvolveu até chegar onde exige racionalidade, ao mesmo tempo se dirige para um destino irracional.

Em maior detalhe: a cultura vigente nesta sociedade está calcada em pesquisas científicas e em desenvolvimentos técnicos de tal modo que mesmo os fenômenos psicológicos e sociais são analisados segundo critérios quantitativos, segundo métodos construídos de acordo com princípios matemáticos de probabilidade. Assim, a sociedade se acha dominada por uma ideologia que exalta o avanço técnico e, velando a verdadeira face humana, confunde racionalidade com medição. Por isso, segundo seu entendimento, ela

chega a resultados tão distantes do que as pessoas necessitam. A sociedade produz mais do que precisa, distribui mal, faz com que falte para alguns e sobre para outros, e depois tem de criar toda uma estrutura de propaganda para estimular o consumo de supérfluos para aqueles que possuem em excesso. A sociedade desenvolvida, segundo ele, se estabiliza ao levar as pessoas a que trabalhem além do necessário, até o ponto em que se embruteçam, para depois lhes oferecer divertimentos que não lhes permitem o descanso, que prolongam e aumentam o cansaço; o lazer também é tarefa.

Marcuse entende ainda que, atrelado à esta maneira de cada uma das sociedades desenvolvidas se organizar internamente, elas se fazem inimigas umas das outras. Elas se lançam em disputas umas com as outras, criando inimigos externos contra os quais coagem a população a se unir e a se mobilizar na luta. Para ele, há elementos importantes nestas disputas que são de caráter exclusivamente ideológico, que servem unicamente para forjar diferenças e exaltar uma em detrimento da outra, mas que têm um enorme custo material com o qual se dá saída para muito do supérfluo que a sociedade produziu. Por exemplo, a "corrida espacial", a disputa tecnológica entre Estados Unidos e União Soviética, que se traduzia na busca urgente de realizar façanhas nos vôos espaciais, e que foi extremamente importante na década de sessenta para efeitos de propaganda. Nela, os objetivos militares eram responsáveis por uma parcela do esforço, ficando o restante por conta dos efeitos ideológicos que se desejava obter.

Por este raciocínio, para Marcuse, a sociedade desenvolvida se assenta sobre o paradoxo de poder oferecer o bem-estar às pessoas, de ter inclusive criado o discurso político do "estado do bem-estar", e, ao lado disso, ser um "estado beligerante" (Marcuse, 1978), de defender a paz se preparando para a guerra, de prosperar tecnologicamente e ir rumo à catástrofe atômica.

Para Marcuse, o absurdo a que se chegou é a manifestação da contradição produzida por dar ao homem a idéia de que é livre e lhe tirar toda a liberdade. O homem, na sociedade desenvolvida, é dominado pelo modo de organização da sociedade, é escravizado pelo sistema que ele mesmo criou e o qual mantém, trocando liberdade por escravidão. Na sua opinião, a explicação para isso vem de que as pessoas fazem a "introjeção das necessidades"; introjetam os controles sociais do mesmo modo que o viciado introjeta

drogas Marcuse, 1978: 30). E, para referendar esta idéia, ele apresenta a procura do homem moderno pelo que está nos meios de comunicação, nos jornais, rádio e televisão. Conforme afirma, pouca gente, ou ninguém, questiona a necessidade destes meios de comunicação, porém, o que por eles se veicula substitui o pensar das pessoas e molda as pessoas segundo interesses que não são os delas. Esta é um'

“A dominação, disfarçada de afluência e liberdade, [que] se estende a todas as esferas da vida pública e privada, integra toda oposição autêntica, absorve todas as alternativas.”(Marcuse, 1978: 37).

Portanto, o que impede as pessoas de se tornarem livres não vem somente dos governantes, dos opressores da sociedade, dos ricos. Vem, principalmente, das formas de consciência que estão nas próprias pessoas.

O título em inglês desta obra, "*The One-Dimensional Man*", tem o seu propósito no fato de que, para Marcuse, criou-se um universo monótono, onde todos pensam e querem, julgam e se comportam da mesma forma por efeito da "introjeção das necessidades". Este nivelamento, esta uniformização, para ele, levou inclusive a que a classe trabalhadora se integrasse à ideologia capitalista; a que a classe trabalhadora se integrasse àquilo que representa interesses opostos aos seus. E Marcuse via toda a produção cultural submetida ao mesmo processo, não escapando nem a filosofia, nem a arte.

A solução que propõe é, então, formulada coerentemente com o seu método de discussão acima sintetizado: aponta a diferença entre o que a sociedade é e aquilo que ela pode ser. A ciência, a filosofia e a arte precisam sempre reclamar o que ela "deve ser", ao invés de "se prostituírem" na defesa da constância de um estado de coisas não verdadeiro, produto do engano a que as pessoas são levadas.

Assim como sustenta sua avaliação da sociedade partindo do método de marcar a diferença, a discordância, a discrepância, que se situa entre o ideal que se depreende do discurso político e aquilo que se realiza, propõe que este mesmo método seja incessantemente repetido, que constantemente se aponte a diferença entre o que existe e o ideal, na busca de uma sociedade onde a política envide esforços para reduzir esta diferença, ou para anulá-la; e ele acredita na possibilidade desta última.

Como o motor para as transformações que propõe estaria nas pessoas conscientizadas de que existe esta diferença e de que ela pode ser reduzida ou abolida, se deduz que, para Marcuse, a questão da responsabilidade pelo estado de coisas que ele critica é algo dúbia. Uma vez que as pessoas participam do equívoco em que vivem sem se darem conta de que ele existe, e a justificativa para a sua teorização está no objetivo de evidenciar este equívoco, pode-se deduzir que as pessoas são levadas passivamente a ele e daí passam a contribuir ativamente para que ele permaneça. Além disto, corroborando esta última idéia, para que seja possível a transformação da vida social pela via pacífica que ele propõe, fica subentendido que a continuidade do contra-senso da vida social depende da participação ativa de todos. Portanto, por as pessoas serem incluídas passivamente numa maneira de viver contrária aos seus interesses e, ao mesmo tempo, continuarem prisioneiras disto por participação ativa, dada a falta de consciência a respeito, os mecanismos envolvidos nesta teoria, simultaneamente ativos e passivos, não ficam de todo esclarecidos.

Há outra fragilidade nesta proposta, ainda decorrente da questão anterior: como seria possível buscar produzir transformações políticas através da utilização de um método discursivo, dentro do qual se interpreta que a contradição entre o discurso e a realidade não é fortuito, que a contradição é estrutural já que a própria organização social se sustenta nesta diferença? O que impede de se tomar esta proposta como somente mais uma parcela do discurso que é contradito pela realidade?

E justamente aí, passando por sobre as fragilidades de sua proposta, Marcuse pretende superar Marx; na produção de um método que se acrescesse e complementasse a teoria marxista no objetivo de por fim à alienação.

Pode-se argumentar que não seria acréscimo o que ele propõe, uma vez que possui incompatibilidades com fundamentos da teoria marxista, uma vez que não coloca em discussão o que é relativo às bases econômicas da produção. Isto acarreta que a superestrutura, da teoria marxista, não seja considerada da mesma forma por ele. Porém, mesmo que Marcuse não tenha atingido o alvo pretendido, há que se suspeitar que, naquilo que propõe, aponta deficiências na teoria marxista; aponta problemas relativos à teoria marxista por ela não ter conseguido se fazer tão atraente, ou convincente, quanto e quando necessário.

Marx previu que a transição do capitalismo para o socialismo aconteceria por dois motivos em conjunto: por colapso econômico do capitalismo, dado que a sua lógica de concentração de riqueza e de domínio do mercado leva inevitavelmente a crises, e pelo desenvolvimento da consciência política da classe trabalhadora. Com relação a conseguir que a consciência da classe trabalhadora se desenvolvesse, com que recursos e com que método, isto seria determinado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo e também pelo conhecimento sobre o capitalismo que sua teoria tornou disponível; ou seja, pelo que o materialismo dialético desvendou sobre a injustiça inerente à organização das bases econômicas da produção capitalista.

Nada se esclarece acerca do que deve ser feito para que as pessoas, em suas singularidades, individualmente, adiram, através de ações participativas, a estas verdades. Nada se esclarece acerca do que deve ser feito para que as pessoas ajam segundo o que lhes dita a racionalidade formulada na teoria. Marx não se estende sobre como ou por que os trabalhadores irão aprender e assimilar, em ações políticas, a verdade evidenciada pelo marxismo e por isso deixa implícito que o simples conhecimento desta verdade é suficiente para a mobilização ideológica, mobilização esta que, por sua vez, levará à transformação política, à revolução. Portanto, para Marx, consciência não é algo etéreo, abstrato, mas aquilo que se manifesta na ação política; a consciência não se manifesta em si mesma, por um ato intelectual somente (Marcuse, 1968b)

Ambas as condições, o desenvolvimento das bases econômicas da produção e o desenvolvimento da consciência dos homens, têm vinculações entre si, conforme os articula um parágrafo no prefácio de “Para a Crítica da Economia Política”:

“... na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.” (Marx, 1997: 29).

Além disso, se pode observar, que, para Marx, a consciência dos homens nem se adianta à organização das bases econômicas da produção, nem se atrasa:

“É preciso explicar (a)(...) consciência (...) a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.”

e,

“Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade.” (Marx, 1997: 176).

A consciência política não ocorre por si mesma, mas se desenvolve. Há um enraizamento da consciência nas circunstâncias sociais em que esta consciência se dá. Não é uma verdade que se afirma por si mesma, mas que se afirma pelo atrelamento com os fatores que lhes são simultâneos e pelas transformações que logra produzir.

Por sua vez, em Marx, o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, esta enquanto força transformadora, para o que está sendo discutido acima com respeito a Marcuse, é preciso relacioná-la a duas outras noções: a de alienação e a de mais-valia.

Sobre alienação, Marx diz:

“Esta fixação da atividade social, esta consolidação de nosso próprio produto como força objetiva acima de nós que escapa ao nosso controle, contraria as nossas expectativas e aniquila os nossos cálculos, é um dos fatores principais no desenvolvimento histórico até nossos dias. O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que surge pela cooperação dos diferentes indivíduos condicionada na divisão do trabalho, aparece a estes indivíduos - porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural - não como o seu próprio poder unido, mas como uma força alheia que existe fora deles, da qual não sabem donde vem e a que se destina, que eles, portanto, já não podem dominar e que, pelo contrário, percorre uma série peculiar de fases e etapas do desenvolvimento independente da vontade e do esforço dos homens, e que em primeiro lugar dirige essa vontade e esse esforço”. (Marx & Engels, 1984: 39).

E sobre a mais-valia:

“O valor de uma mercadoria se determina pela quantidade total de trabalho que encerra. Mas uma parte desta quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual nenhum equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho remunerado; a outra parte, trabalho não remunerado. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo seu valor, isto é, como cristalização da quantidade total de trabalho nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho de seu operário. (...) A mais-valia, ou seja, àquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o sobretrabalho, ou trabalho não remunerado, eu chamo de lucro.” (Marx, 1987: 113).

Assim, o desenvolvimento da consciência política da classe trabalhadora, conforme Marx a previu, dependeria do desenvolvimento do capitalismo e de que os trabalhadores tomassem rédea da organização a ser feita entre eles, visando que nas relações da base econômica da produção não estivesse incluído, como condição inerente, que uma classe social seria espoliada da mais-valia por outra; visando o desaparecimento da contradição dos interesses das diferentes classes sociais.

O desenvolvimento do capitalismo até 1929, tomando por ponto de referência a crise gerada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, pode ser considerado que seguiu dentro dos parâmetros propostos por Marx. Pode ser considerado que ele, sobre o desenvolvimento do capitalismo, estava correto, que a sua previsão de que o capitalismo entraria em crise por razões relativas e internas à sua própria organização, foi confirmada, se não antes, em 1929.

Porém, quanto ao desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, esta estava aquém do momento, defasada em relação à crise econômica que se instalou em consequência à lógica capitalista. Quando a classe trabalhadora européia e norte-americana precisou agir para levar a cabo a revolução socialista, dado o colapso econômico do

capitalismo, ela se mostrou inerte. Havia a teoria, enquanto discurso que se propunha agregador, e a crise, como condição material imprescindível, mas não houve a ação para denotar a formação da consciência política. Se se constata que houve falha na previsão, a que ela se deveu?

A despeito disto, a teoria marxista esteve sim presente em revoluções, mas em regiões onde o capitalismo não havia atingido, de modo algum, o mesmo estágio de desenvolvimento que na Europa e Estados Unidos. Nestas revoluções intervieram outras variáveis enquanto determinantes, que não as previstas por Marx. A teoria marxista, nestas revoluções, foi tomada pelos seus efeitos retóricos, agregador de opiniões, mas não na dimensão de sua tese. Em determinadas condições, diferentes daquelas em que se presumia haver maiores chances, produziu o que falhou em produzir nos países onde o capitalismo chegou a seu mais pleno desenvolvimento.

Portanto, do mesmo conteúdo podem ser distinguidos dois efeitos: o teórico, o que permite que certas coisas sejam ditas, evidenciadas, e o retórico, o que agrega opiniões a ponto de levar pessoas a agirem coordenadamente em função de um objetivo mais ou menos delimitado. Pelo negativo, porque a teoria marxista não esteve em consonância com os fatos, pode-se colocar em questão seu conteúdo, porém não de imediato o conteúdo teórico, mas quanto ao poder retórico deste conteúdo teórico; ou, a ausência de consonância faz com que o poder retórico tenha que ser situado segundo circunstâncias exteriores à própria teoria, as quais a própria teoria não logrou êxito em controlar. Isto, até certo ponto, contraria as expectativas expressas por Marx, já que ele pretendia amalgamar as duas coisas, a consistência de sua tese ao poder retórico. Do outro lado, pelo positivo, a teoria marxista demonstrou ter poder retórico dado seu inquestionável atrelamento a processos revolucionários diferentes dos que ela podia fazer prever, mesmo que, por este atrelamento, suas teses não de todo se confirmassem.

Para Marx, há uma diferença, que se situa entre o que é aparente, entre o que é dado ao sensório e ao entendimento comum, e o que conceitualmente se constrói como subjacente ao aparente. Quando esta diferença é tida por evidenciada, conclui que entre o aparente e o subjacente há uma relação onde o subjacente, as bases econômicas da produção, sustenta o aparente: a ideologia e todo o restante do aparelhamento (igreja,

instituições jurídicas, moral burguesa, etc.) da superestrutura. Ao mesmo tempo, o aparente faz as vezes de encobrir aquilo que lhe dá condições de existência.

Para Marcuse, a diferença é outra. Por exemplo, é a falha que o desenrolar da história evidenciou na teoria marxista. Sua verificação é mais imediata, já que está presente nas contradições do manifesto, do que foi explicitado. Pode ser verificada pelo sensório, se evidencia, mesmo e principalmente, para o senso comum, e é dela que tira consequências⁸.

Sobre relação das idéias de Marcuse com as de Freud, é “Eros e Civilização” em que mais se centra nesta questão.

Com a psicanálise, Freud inaugurou uma nova acepção para o psiquismo, qual seja a do psiquismo definido pela sua divisão interna em consciente e inconsciente. Nisto há semelhança com o método de marcar diferenças entre dois objetos utilizado por Marcuse. Porém, diferentemente do de Marcuse e à semelhança de Marx, do objeto que se dá à observação, o consciente, dos tropeços que transparecem na sua formação, retira um segundo objeto, que se opõe ao primeiro. O inconsciente não se distingue do consciente por, em primeiro lugar, uma simples oposição, como que existindo coisas conscientes e outras inconscientes, mas porque no próprio consciente ocorrem manifestações contrárias à lógica de sua organização, e estas manifestações possuem características tais que permitem duas hipóteses: de que se organizam em algum lugar outro que não no consciente, dado que possuem, na forma como se evidenciam, uma lógica que lhes é peculiar; e não são conscientes porque não podem, dado seu conteúdo. E desta acepção, Freud não a utilizou para embasar a defesa de ideal político algum. A definição que deu ao psiquismo, absolutamente nova e revolucionária tanto para a cultura quanto para a clínica, não indica a opção por qualquer forma particular de organização social. Ele não propõe um modelo político como o mais adequado ao equilíbrio emocional. A sua obra, que exerceu

⁸Num texto de reavaliação da história da influência marxista no Brasil publicado em jornal, Roberto Schwarz toca em dois pontos onde o próprio marxismo serve de substrato para que sejam retirados exemplos de diferenças como as que Marcuse denuncia existirem. Além disso, o segundo destes pontos também referenda o que anteriormente foi assinalado com respeito ao uso retórico da teoria marxista que contraria o conteúdo dela própria. Estes trechos de Schwarz, inclusive, produzem efeito algo semelhante ao de que Marcuse se utilizou, o de, pelo senso comum, se ultrapassar em discernimento o que complicadas teorias afirmam, até em função do veículo em que foram publicados. Diz ele: “Com a morte de Stalin, em 1953, a divulgação das realidades inaceitáveis da União Soviética e da vida interna dos partidos comunistas ganhou amplitude, também entre adeptos e simpatizantes. A incongruência com as aspirações libertárias e o espírito crítico do socialismo ficara irrecusável.” E: “A outra referência internacional [além da União Soviética] foi a Revolução Cubana em 1959. Também ela desmentia o marxismo oficial, pois não foi feita por operários, não foi dirigida pelo partido comunista e não respeitou a sequência de etapas prevista na teoria.” (Schwarz 1995, 5: 4-7).

inquestionável e extensa influência, Freud não a teve como oportunidade para dela tirar consequências políticas. O que, não somente, mas inclusive, Marcuse o fez. Este fato, esta diferença entre ambos, por si só, possibilita a pergunta de se o psiquismo admite uma mesma e única definição, seja para uso em clínica, em teoria, ou em política? De outro modo: se na definição de psiquismo para uso político, há algo que seja constante e contraditório com a definição para o uso clínico na psicanálise?

Não se trata de defender que Freud tenha sido apolítico, ou que não tivesse se envolvido em questões desta natureza. Até, pelo contrário, são conhecidas, conforme já anteriormente assinalado, a postura conservadora que manteve durante toda a vida, e a sua ativa participação na definição do perfil político, também conservador, que foi dado à Associação Psicanalítica Internacional.⁹

Então, a despeito de Freud não ter sido politicamente inerte, nem alheio a estas questões, e mesmo se considerando que a sua postura política possa ter sido a que foi por coerência, que não chegou a explicitar, com a teoria que produziu, a questão que acima foi colocada, das diferentes acepções do psiquismo a depender do uso que delas se pretende fazer, é possível pelo fato de que ele não se embasou na teoria que formulou para justificar as suas atitudes frente à organização institucional da psicanálise ou da sociedade como um todo, enquanto que outros autores foram a ela justamente com este objetivo. Ou Freud não percebeu, ou até percebeu e escamoteou as implicações políticas de sua obra, e esta negativa teria sido a sua maneira de agir politicamente, ou aqueles que buscaram na sua obra argumentos para a defesa de ideais políticos teriam visto a sua teoria por uma perspectiva necessariamente diferente da dele próprio. É por este ângulo e com este interesse o enfoque com que “Eros e Civilização” será abordado.

“Eros and civilization - A philosophical inquiry into Freud.”, com sua primeira edição em língua inglesa em 1955, teve sua edição brasileira em 1968, com o título: “Eros e Civilização - Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud.” Os dois títulos possuem significados parecidos, mas há algo de mais modesto no título em português, se considerado que, numa acepção literal, “inquiry” é melhor traduzida por investigação,

⁹ Vide: Gay, 1989.

pesquisa. O conteúdo da obra é mais compatível com o título menos modesto. Enfoca os problemas pertinentes à organização social e ao psiquismo na forma de um extenso ensaio, e não é exatamente uma discussão filosófica do pensamento freudiano. Também difere de investigação porque de início já possui, pronta, uma proposta de entendimento da sociedade, do psiquismo e da interrelação entre ambos, que são os parâmetros desde onde o autor irá ler Freud; não é que se possa chegar a eles pela leitura de Freud. Estes parâmetros que utiliza são sustentados por princípios discerníveis a partir do interior da própria obra, de modo que sequer precisa de Freud para comprová-los. Ou seja, o autor discute com Freud desde uma perspectiva pré-definida, que prescinde da obra de Freud para ser composta, com a discussão servindo apenas como modo para que ele apresente suas idéias.

Esta obra é composta de duas partes, cada uma com, respectivamente, cinco e seis capítulos, e seus enfoques ordenados segundo uma lógica peculiar.

A primeira, denominada “Sob o Domínio do Princípio do Prazer”, se utiliza, entre os textos freudianos, daqueles referentes à metapsicologia¹⁰, que, cronologicamente e no conjunto da obra, estão distantes dos trabalhos iniciais. Se o ponto inicial em que Freud se apoiou para a criação da psicanálise foi ter buscado desvelar conteúdos de natureza sexual ligados aos sintomas de histéricos, através do método que ele criou de livre-associação de idéias por parte do paciente, somente na segunda parte de “Eros e Civilização”, no penúltimo capítulo, Marcuse aborda “A Transformação da Sexualidade em Eros”. Em seguida, no último capítulo do livro, aparece “Eros e Tânatos”, a dualidade psíquica com que Freud finaliza sua obra. A leitura nesta ordem, por si só, leva a uma visão bastante particular da psicanálise, na qual a oposição entre Eros e Tânatos fica situada como o ápice e centro da obra, enquanto para o próprio Freud o centro de sua teoria está no Complexo de Édipo. Sobre o método freudiano, tanto de investigação dos elementos empíricos, quanto do modo de construção da teoria, que são as coisas por onde Freud caminha para concluir pela irreconciliabilidade entre as pulsões eróticas e as tanáticas, em nenhum momento Marcuse o discute, deixando margem a equívocos acerca do objeto.

¹⁰“Proponho que se fale de apresentação metapsicológica quando se conseguiu descrever um processo psíquico nas suas relações dinâmicas, tópicas e econômicas.” Deverão ser considerados escritos metapsicológicos todos os estudos teóricos que apelam para noções e hipóteses inerentes a estes três registros, ou convirá designar assim os textos que mais fundamentalmente elaboram ou explicam as hipóteses subjacentes à psicologia psicanalítica - <princípios>, <conceitos fundamentais>, <modelos> teóricos? (Laplanche & Pontalis, 1992: 362-3).

Ou seja, o que um e outro chamam de psiquismo não necessariamente coincidem, dada a diferença nas empiricidades da pesquisa e dos objetivos de cada um. Enquanto Freud faz as elaborações teóricas partindo de material clínico, e com finalidade primordialmente clínica, Marcuse tem por objeto a obra do próprio Freud e, como objetivo, pretende propor um modelo para o desenvolvimento individual e coletivo dos seres humanos.

Já na perspectiva com que toma a psicanálise, “Eros e Civilização” trai a intenção, também explícita, de modificar as conclusões de Freud com respeito a possibilidade de se obter da psicanálise um modelo ideal de convivência humana ou de vida individual¹¹.

O seu foco está bem delimitado no seguinte trecho:

“Se o desenvolvimento da religião contém a ambivalência básica - a imagem de dominação e a imagem de libertação - então a tese de Freud em *The Future of an Illusion* [onde, segundo Marcuse, Freud defende que a religião cria ilusões que desviam a humanidade do progresso material e intelectual] deve ser reexaminada.(...) Nos domínios da cultura, as funções da ciência e da religião tendem para a complementaridade; através de seus presentes usos, ambas negam as esperanças que outrora suscitaram e ensinam os homens a apreciarem os fatos num mundo de alienação. Neste sentido, a religião deixou de ser uma ilusão e sua promoção acadêmica está em concordância com a predominante tendência positivista. Na medida em que a religião ainda preserva as aspirações obstinadas à paz e à felicidade, as suas ‘ilusões’ ainda possuem um mais elevado valor de verdade do que a ciência, que trabalha para a eliminação daquelas.” (Marcuse, 1968a: 79).

¹¹... a própria teoria de Freud fornece-nos razões para rejeitarmos a sua identificação de civilização com repressão. (...) A noção de uma civilização não-repressiva será examinada não como uma especulação abstrata e utópica. Acreditamos que o exame está justificado com base em dois dados concretos e realistas: primeiro, a própria concepção teórica de Freud parece refutar a sua firme negação da possibilidade histórica de uma civilização não-repressiva; e, segundo, as próprias realizações da civilização repressiva parecem criar as condições para a gradual abolição da repressão. Para elucidarmos esses dados, tentaremos reinterpretar a concepção teórica de Freud, segundo os termos de seu próprio conteúdo socio-histórico.” (Marcuse, 1968a: 28).

Assim, segundo ele, valor de verdade, somente o tem aquilo que diz respeito a certas aspirações; ou, que o "positivismo" presente na cultura a conduz de modo a que se distancie dos objetivos humanos.

Porém, com este trecho, há uma questão a ser colocada: até onde se considerar que a ciência esteja isenta de ilusões, conforme o quer Marcuse, não é dar provas de estar se iludido?

Marcuse defende que os interesses humanos estejam incorporados na cultura e protegidos de uma fria racionalidade. Certamente esta idéia pressupõe uma racionalidade pura, desvestida dos interesses humanos.

Tomando o "Princípio de Realidade" como sinônimo de racionalidade, do mesmo modo que Marcuse, como situá-lo dentre os fenômenos humanos?

Freud se valeu desta expressão, em contraposição ao "Princípio do Prazer", dentro de uma concepção abrangente sobre os fenômenos psíquicos. Portanto, "Princípio de Realidade" se refere a algo psíquico. Talvez Marcuse não tenha feito completa justiça a esta origem ao utilizá-lo para fenômenos de outra ordem, como quando, num resumo da primeira parte do livro, afirma:

"Designamos este princípio de realidade como o princípio de desempenho; e tentamos mostrar que a dominação e alienação, derivadas da organização social predominante do trabalho, determinaram em grande medida as exigências impostas aos instintos por este princípio de realidade." (Marcuse, 1968a: 123).

De Freud, onde é tomado como universal e constitutivo, passa, em Marcuse, para contingente e historicamente determinado. Se Freud tem a perspectiva da pessoa para o mundo exterior, Marcuse analisa no sentido inverso, da sociedade para a pessoa. Porém, apesar das diferenças, em ambos, é sob esta designação que fica situada a ponte de ligação entre o cada pessoa e a sociedade.

Tendo partido da hipótese de serem os sintomas psíquicos a expressão de um conflito, no início entre impulsos sexuais e princípios morais, para depois entre as pulsões

sexuais e as de conservação, em seguida entre princípio do prazer e princípio de realidade, e, finalmente, entre pulsões sexuais e a compulsão à repetição, Freud pouco se dedicou a problemas referentes à apreensão da realidade ou sobre as peculiaridades da consciência. Portanto, o princípio de realidade é definido por Freud em função do que dele se produz, ou seja, de tudo aquilo que se contrapõe à livre expressão dos desejos, em benefício da adaptação da pessoa à realidade. Como, para Freud, ambos os princípios formam uma totalidade, a idéia de livre expressão dos desejos somente é possível enquanto hipótese, já que em nenhuma condição o isto poderia se dar: Freud não cogita acerca de circunstâncias onde o princípio de realidade estivesse ausente.

Derivada do princípio da realidade, surge a noção freudiana de “eu”. Então, pertencentes ao eu são os impulsos de conservação da vida, de adaptação ao meio e aos valores da cultura; são as “funções de relação”, as funções que estabelecem a relação entre a pessoa e o mundo ao redor. Além desta definição “funcional”, há também uma outra, onde o eu é tudo aquilo segundo o que a própria pessoa se define, afirma a sua existência; o eu é tanto pelas funções que exerce quanto o é por assumir a condição de objeto.

No decorrer da produção de Freud, estas oposições, entre princípio do prazer e princípio de realidade e entre impulsos sexuais e o eu, acabaram por ser substituídas porque logicamente não tiveram como subsistir. Quanto ao princípio de realidade, ele deixa de se opor ao princípio do prazer, tornando-se inútil tomá-lo como referência. Passa a haver sinergismo entre ambos uma vez que o princípio de realidade age com a finalidade de preservar as condições para a obtenção de prazer, uma vez que evita que a busca de prazer coloque em risco a existência da pessoa ou as boas condições do ambiente. Enfim, o sinergismo entre ambos é uma necessidade lógica para que a satisfação dos impulsos libidinais não seja internamente contraditória. Quanto ao eu e os impulsos sexuais, não há oposição entre ambos porque os impulsos sexuais também fazem do eu objeto (Masotta, 1979: 33-43), porque o eu é um dos possíveis objetos de investimento dos impulsos libidinais. Tomando o narcisismo como inerente ao desenvolvimento psíquico, e mesmo ao psiquismo, o eu, em todas as pessoas, não possui recursos para a avaliação isenta da realidade, já que exerce a sua função sofrendo interferência do compromisso que possui em também satisfazer a libido dirigida a ele.

Entretanto, quando descrito o princípio de realidade como a ponte que se estabelece entre o indivíduo e o meio, qual a sua substância? Diz Freud:

“...sugiro que o estado de repouso psíquico foi originalmente perturbado pelas exigências peremptórias das necessidades internas. Quando isto aconteceu, tudo que havia sido pensado (desejado) foi simplesmente apresentado de maneira alucinatória, tal como ainda acontece hoje com nossos pensamentos oníricos a cada noite. Foi apenas a ausência da satisfação esperada, o desapontamento experimentado, que levou ao abandono desta tentativa de satisfação por meio da alucinação. Em vez disso, o aparelho psíquico teve de decidir formar uma concepção das circunstâncias reais do mundo externo e empenhar-se por efetuar nelas uma alteração real. Um novo princípio do funcionamento mental foi assim introduzido; o que se apresentava na mente não era mais o agradável, mas o real, mesmo que acontecesse de ser desagradável. Este estabelecimento do *princípio de realidade* provou ser um passo momentoso.” (Freud, 1969, Vol. XII: 279).

Conclui-se, por isto, que o princípio de realidade é antecedido, no seu aparecimento, pelo princípio do prazer, e se expressa por uma adequação ao ambiente, adequação esta calcada no aprendizado. Haveria, então, que se supor a capacidade inata do psiquismo em apreender, por tentativa e erro, em quais condições poderia obter, do meio ambiente, satisfação ou aquietamento para impulsos que quebram a sua estabilidade. Assim, a sobrevivência do ser humano depende de um processo de aprendizado desenvolvido desde forças inatas.

De um lado, esta discussão poderia ser levada adiante questionando-se acerca da compatibilidade da asserção acima com parcelas outras da teoria, que, salvo exceções, apresentam a explicação para os transtornos psíquicos assentada em mecanismos que não biológicos. De outro, mesmo se concluindo que talvez esta tenha sido uma idéia provisoriamente assumida por Freud, e não a que melhor se compatibiliza com os pontos fundamentais por ele defendidos, há que se concordar que, por algum motivo, ele chegou a isto: o aprendizado desempenha algum papel na conformação do psiquismo.

Seguindo Masotta (1979), poder-se-ia entender que os pontos que restavam mais obscuros para o próprio Freud, ele os designava de acordo com as tendências do momento, não se devendo, portanto, buscar retirar consequências de afirmações nas quais, eventualmente, elas não existem. Porém há neste detalhe um problema: caso não se considere que seja pela via do aprendizado que se faz a adequação do indivíduo ao ambiente, falta explicar por qual via seria. Ou ainda, o que é, no psiquismo, o aprendizado? Esta é a pergunta que motiva a discussão a seguir de “Eros e Civilização”.

Diz Marcuse:

“Com o estabelecimento do princípio de realidade, o ser humano que, sob o princípio de prazer, dificilmente pouco mais seria do que um feixe de impulsos animais, converte-se num ego organizado. Esforça-se por obter ‘o que é útil’ e o que pode ser obtido sem prejuízo para si próprio e para o seu meio vital. Sob o princípio de realidade, o ser humano desenvolve a função da *razão*: aprende a ‘examinar’ a realidade, a distinguir entre bom e mau, verdadeiro e falso, útil e prejudicial. O homem adquire as faculdades de atenção, memória e discernimento. (...) Apenas um modo de atividade mental é ‘separado’ da nova organização do aparelho mental e conserva-se livre do domínio do princípio de realidade: é a fantasia, que está ‘protegida das alterações culturais’ e mantém-se vinculada ao princípio de prazer.” (Marcuse, 1968: 35).

Em se tomando a relação das pessoas, cada uma segundo a sua singularidade, com a civilização, a conclusão com respeito ao princípio de realidade bem pode ser exatamente o contrário do que está afirmando: que a função que examina a realidade não está calcado na, não se pauta pela, racionalidade. A função da “razão”, a racionalidade implícita à ação de exame da realidade, por ser historicamente situado, como o próprio Marcuse afirma, se aproxima do que em outras épocas foi lugar da crença, religiosa ou não, do que, em outro momento, poderia ser tachado de ilusão.

A idéia de que a realidade pode ser gradativamente mais conhecida talvez seja uma ilusão que permeia o paradigma da racionalidade. Para não se cair simplesmente na defesa do ceticismo, tem-se a alternativa de questionar, como Marcuse também Marcuse o

fez, o emprego do conhecimento acumulado pelos métodos racionais. Qual lógica há nele, se é ou não racional? Porém, o que cabe aqui discutir é que, a despeito de um período histórico eleger para si o paradigma da racionalidade, não é em torno deste paradigma que se pode entender a forma como as pessoas se organizam. Forma de organização que inclusive pode ser apontada como responsável pela eleição deste ou de outro paradigma.

Neste campo, onde se manifestam os determinantes do modo de organização das pessoas, pode-se aventar a hipótese de que crença e ciência, para se afirmarem, para se justificarem pela legitimidade, disputam entre si; e que, na disputa, a racionalidade, se possui algum papel, ele é exclusivamente retórico. A crença proporciona uma averiguação da realidade que a confirma, e a ciência dispõe da crença com a mesma finalidade. O fato da ciência ter construído seus mártires e “heróis” permite assinalar que a disputa pela capacidade de influenciar, que ocorre neste campo, se faz até explicitamente.

A crença de que a capacidade de discernimento proporcionada pelos métodos científicos consiga, com maior grau de objetividade, situar as pessoas frente ao meio, talvez possa ser considerada pertinente somente em relação aos ambientes que não sigam as regras de funcionamento das crenças, o que certamente não é o caso de grande parte do mundo com o qual os seres humanos estão em contato. O que, dentro de uma época, é o *princípio de realidade*, em outras ficaria melhor designado como *princípio de religiosidade*, *princípio de obediência*, ou outros. Cada um deles, em sua época, predominando quando se trata de normatizar a convivência social, ou de justificar as normas vigentes.

Estes termos, princípios e normas, por sua vez, pelo seu sentido, traem o que Marcuse denuncia como sendo a repressão ou a “mais-repressão”¹².

Porém, há que se notar que um princípio cuja finalidade tenha alguma relação com adequar o comportamento de indivíduos ao ambiente, não é obrigatório que seja somente repressor; que tenha sempre o sentido do refreamento dos impulsos.

¹² “Além disso, embora qualquer forma do princípio de realidade exija um considerável grau e âmbito de controle repressivo sobre os instintos, as instituições históricas específicas do princípio de realidade e os interesses específicos de dominação introduzem controles adicionais acima e além dos indispensáveis à associação civilizada humana. Esses controles adicionais, gerados pelas instituições específicas de dominação, receberam de nós o nome de *mais-repressão*.” (Marcuse, 1968: 53).

Há exemplos, desde os mais banais, de exortação, de estímulos a determinados impulsos e atitudes. Assim, genericamente citados e historicamente situados, há os estímulos aos atos de coragem, às ações em benefício da coletividade, às ações em benefício unicamente individual, aos cuidados com a saúde, à busca de conforto, de beleza, de riqueza e de outros, sem que seja necessária a coerência entre os que coexistem em determinado período. São estímulos que até permitem que determinadas coisas sejam feitas ao extremo, cujo limite acaba imposto somente pelos limites físicos, biológicos.

Existem ações e atitudes, como atividades religiosas, ou de lazer, praticadas individualmente ou em grupo, que, se praticadas intensamente a ponto de influenciarem na organização de grande parte das demais atividades da vida da pessoa, nem por isto sofrem qualquer sanção social. Existem outras que, mesmo não praticadas com intensidade e carecendo de qualquer explicação racional ou objetividade, se fazem entranhadas nos costumes, nas tradições de grupos, com as pessoas sendo estimuladas a elas. E todas não necessariamente são coisas que visam a algum bem objetivo da coletividade; muitas, talvez, visem mais à estabilidade da identidade da coletividade. Portanto, seria possível supor a existência de um princípio psíquico da estabilidade da coletividade, cuja expressão levaria a que os indivíduos se prendessem às formas de comportamento prescritas pela coletividade, tanto às que coíbem como às que exortam, em detrimento, em contraposição, àquilo que se aproximasse mais de sua livre manifestação dos impulsos¹³.

Quando Marcuse afirma:

¹³Marcuse não segue Freud na idéia de que as frestas pelas quais o inconsciente pode ser depreendido estão nos sintomas psíquicos ou nas manifestações mentais não intencionais. Suas preocupações não estão relacionadas a questões clínicas, já que entende que, via fantasia, se tem uma grande aproximação do conteúdo inconsciente. Assim: "A fantasia desempenha uma função das mais decisivas na estrutura mental total: liga as mais profundas camadas do inconsciente aos mais elevados produtos da consciência (arte), o sonho com a realidade; preserva os arquétipos do gênero, as perpétuas, mas reprimidas idéias da memória coletiva e individual, as imagens tabus da liberdade." [p. 132]; "Na medida em que a sexualidade é organizada e controlada pelo princípio de realidade, a fantasia afirma-se, principalmente, contra a sexualidade normal. Contudo, o elemento erótico na fantasia ultrapassa as meras expressões pervertidas. Visa a uma 'realidade erótica' em que os instintos vitais acabassem descansando na gratificação sem repressão. É esse o conteúdo básico do processo de fantasia, em sua oposição ao princípio de realidade; em virtude deste conteúdo, a fantasia desempenha um papel único na dinâmica mental." (Marcuse, 1968: 136-7); e, "Na teoria de Freud, a liberdade contra a repressão é uma questão do inconsciente, do *passado* sub-histórico e até sub-humano, dos processos biológicos e mentais primordiais; por consequência, a idéia de um princípio de realidade não-repressivo é uma questão de retrocesso. Que tal princípio pudesse converter-se numa realidade histórica, uma questão de desenvolvimento consciente, que as imagens da fantasia pudessem referir-se a um *futuro* inconquistado da humanidade, em vez de seu (pessimamente) conquistado passado - tudo isto parece a Freud, na melhor das hipóteses, uma bela utopia."

“Se a ausência de repressão é o arquétipo de liberdade, então a civilização é a luta contra esta liberdade.”, (Marcuse, 1968: 36).¹⁴

qual é a sua referência? O que é possível se pensar como a mais livre expressão dos impulsos do indivíduo, quando isto não coincide com as ações prescritas por uma coletividade? As ações individuais, para com as quais a coletividade, no seu conjunto ou em parte, não compartilha da responsabilidade, talvez caíam na definição de loucura ou de perversão. A primeira, por ser tachada de incompreensível, e a segunda, de moralmente condenável.

Como ser louco ou não está fora do alcance da vontade das pessoas, já houve quem entendeu que sinônimo de saúde, enquanto o oposto da neurose que resulta do recalque, seria a perversão¹⁵. O exercício perverso como o único atestado de liberdade individual.

Além da opção pela perversão, almejar liberdade também pode indicar que se quer ser livre no sentido social, para se associar, para criar novas associações entre si mesmo e outras pessoas, eventualmente contrariando os interesses das associações já existentes.

Deste modo, estar em defesa da liberdade é condenar que associações pré-existent interferam, tendo em vista os seus interesses, na formação de outras associações. O pressuposto aí presente é que, em oposição ao *princípio de estabilidade social*, as pessoas têm a tendência de se associar para fazer frente àquilo que as subjuga, àquilo que lhes impõe uma noção de justiça possivelmente tendenciosa e injusta. Esta idéia de

¹⁴Marcuse está de acordo com o senso comum que, por exemplo, Dubos explicita:

“It is precisely through his power and wish to repress his nature that man transcends his animality ... Since millenniums, the evolution of mankind is almost exclusively psychosocial. It is human life which changes, not human nature ... Man can be generous and creative as much as cruel and destructive ... but man has the power to affirm or repress either of those characteristics according to his judgement and his choice. His inner and social life, which define his humanity is made out of those decisions.” (Dubos, 1977: 423).

É precisamente pelo seu poder e desejo para reprimir sua natureza que o homem transcende sua animalidade ... Há milênios, a evolução da espécie humana é quase exclusivamente psicossocial. É a vida humana que muda, não a natureza humana ... O homem pode ser generoso e criativo tanto quanto cruel e destrutivo ... mas ele tem poder para manifestar ou reprimir qualquer destas características de acordo com seu julgamento e sua escolha. Suas vivências emocionais íntimas e sua vida social, que definem sua humanidade, são feitas destas decisões.]

Neste tipo de aceção, da contraposição entre as forças morais e a animalidade, se definem diferentes graus de humanidade. Há uma relação direta entre o controle da animalidade pelas forças morais e o grau de humanidade que se logra atingir.

Este pressuposto desconsidera que diferentes grupos possam se apoiar em diferentes indícios concretos e objetivos presentes no comportamento de indivíduos para definir o que seja humanidade, caso em que ela, humanidade, como está acima, receberia uma definição qualitativa, e não quantitativa.

¹⁵vide anexo

liberdade, enquanto liberdade para se associar, traz subjacente uma definição para autoritarismo: os que detêm poder se esforçam para interferir no surgimento de associações espontâneas entre as pessoas não beneficiadas por uma determinada forma de organização social.

A afirmação de Marcuse, de que:

“Freud discute a cultura não de um ponto de vista romântico ou utópico, mas com base no sofrimento e miséria que sua implementação acarreta. Assim, a liberdade cultural surge-nos à luz da escravidão, e o progresso cultural à luz da coação. Por conseguinte, a cultura não é refutada: escravidão e coação representam o preço a ser pago.” (Marcuse, 1968: 38).

somente se justifica pela ausência de discriminação entre individual e o não-individual. Se a cultura, enquanto um lastro cujo peso lentifica os movimentos, de um lado estabiliza o grupo social ao custo de tender a restringir as mudanças - de estar a favor de Tânatos e em oposição a Eros -, de outro, em relação ao indivíduo, o que faz?

No indivíduo, há oposição entre cultura e liberdade; há indivíduo fora da cultura, fora das coações concretas do seu momento?

Caso a definição de indivíduo dependa da definição de sua identidade, nem ele é reconhecido e nem há como ele se identificar fora da cultura a que pertence. Até a espontaneidade e a liberdade de expressão são culturalmente determinadas. Assim, não há o que, fora do prescrito pelas coações da cultura, que se dê a perceber nas expressões intencionais e racionais de indivíduos.

Marcuse diz:

“Franz Alexander fala da ‘transformação da condenação consciente, que depende da percepção (e julgamento), num processo inconsciente de repressão’; supõe ele uma tendência para um decréscimo de mobilidade da energia psíquica, que adquire uma ‘forma tônica’ - a *corporalização da psique*. Este desenvolvimento, pelo qual as lutas originalmente conscientes com as

exigências da realidade (os pais e seus sucessores na formação do superego) se transformam em reações automáticas e inconscientes, é da máxima importância para o curso da civilização. O princípio de realidade afirma-se através de uma contração do ego consciente, numa direção significativa: o desenvolvimento autônomo dos instintos é congelado, e seu padrão fixa-se no nível da infância. A adesão a um *status quo ante* é implantada na estrutura instintiva. O indivíduo torna-se instintivamente re-acionário - tanto no sentido literal como no figurativo. Exerce contra si próprio, inconscientemente, uma severidade que, outrora, era adequada a um estágio infantil da sua evolução, mas que há muito tempo se tornou obsoleta, à luz das potencialidades racionais da maturidade (individual e social). O indivíduo pune-se (e, depois, é punido) por feitos que já foram anulados ou que já não são incompatíveis com a realidade civilizada, com o homem civilizado” (Marcuse, 1968: 49).

Marcuse, ao princípio de realidade, uma fonte de erros com o nome de superego, surgido ao tornar as exigências dos pais e sucessores em exigências da pessoa para consigo mesma.

O superego aparece como uma distorção do princípio de realidade - se de parte ou de todo ele, não fica esclarecido -, fixado num padrão exigências que, se foi racional em algum momento, deixou de sê-lo. Por isso, as manifestações “instintivas” foram “congeladas” num padrão infantil.

Marcuse parte da teoria freudiana e toma os mecanismos de adequação à realidade, que são uma parcela do que Freud descreveu como acontecendo fora da consciência das pessoas, pela totalidade. Como estes mecanismos estão constantemente sujeitos a falhas de julgamento, Marcuse se incumba de descrever a realidade. Embora não ignore que a teoria que lhe serve de base para discussão inclui mais coisas, já que lhes faz menção no texto, ele não lhes atribui importância. Intencionalmente ou não, os argumentos de Marcuse refazem a teoria freudiana de modo a que algumas parcelas tenham a sua importância desconsiderada, e chega a resultados muito diferentes dos de Freud.

Se, para Marcuse, o princípio de realidade está sujeito a realizar avaliações sem plena capacidade de discernimento, justifica-se que alguém outro, ele, no caso, alerte as pessoas para onde princípio de realidade delas falha. Somente porque o discernimento pode falhar neste nível, na avaliação de cada um daquilo que observa e do que se passa consigo mesmo, é que se justificam as propostas que ele enuncia.

Chega-se no mesmo: ao se formular o alerta, está-se na posição de mais um dos “*sucedores dos pais*”, o que, em si, de acordo com o que se pode depreender da lógica do próprio Marcuse, não muda os recursos do princípio de realidade. Até pelo contrário, já que tira partido de um lugar que é possível se ocupar para produzir equívocos. Assim, Marcuse enuncia e comprova o que enuncia: assinala a presença da possibilidade de equívoco na avaliação da realidade e, ao mesmo tempo, tira partido dela. E pelo modo como tira partido, indireta e não intencionalmente, caracteriza como são construídos, no coletivo, os equívocos com capacidade de convencimento.

As proposições de Marcuse, a despeito da evidente distorção de Freud e conflito com as idéias dele quando o toma por base, são exemplo ilustrativo de que o objetivo político molda uma definição de psiquismo em que consciência moral é considerada como a sua parcela de máxima importância. A consciência é tratada como o fator preponderante para que o indivíduo esteja centrado e em busca do melhor para si, segundo parâmetros que naturalmente o discurso político trata de oferecer na forma de sua utopia.

O resultado do trabalho de leitura que Marcuse faz da psicanálise é também um indício de que as distorções, incoerências, inconsistências e parcialidades, que permeiam o discurso que demonstra capacidade de agregar, proporcionam, em sua tese, a opção de adesão das pessoas expostas ao seu conteúdo; e do posicionamento frente à esta opção surgem, como resultado, os vínculos interpessoais.

A adesão de cada indivíduo ao equívoco, quando visto desde o lado social, é o laço entre as pessoas. As ligações interpessoais, sinônimo de Eros no social para Marcuse, têm, quando vistas desde o indivíduo, o seu equivalente no sintoma. Eros no indivíduo,

segundo a psicanálise, - a busca de completude inerente à vida humana, que se faz ao lado da e integrada à presença da lei -, talvez, em si, não tenha tradução social alguma.

Por esta razão, fica contradita a idéia, tão presente na contracultura, e implícita em “Eros e Civilização”, de que a sociedade em transformação constante estaria do lado de Eros, da vida, do novo, enquanto que a permanência num determinado estado de organização social, o conservadorismo, por estar próximo a Tânatos, cria privilégios para alguns, que, para os preservarem, se voltam contra o bem dos demais, limitando-o.

As transformações sociais, por mais que estejam representando os anseios autênticos daqueles que as promovem, se são movidas por anseios, estão calcadas, em última instância, em crenças e em expectativas. As crenças e expectativas, por sua vez, na forma de opiniões, ao serem compartilhadas, geram vínculos. Estes sim os elementos de consistência concreta, palpáveis, que estabelecem a posição de cada pessoa entre os vínculos de outras pessoas, que formam, no conjunto, o âmbito social e histórico. A manutenção de um estado estabelecido de organização social, em termos do discurso que a defende, se faz por via idêntica e, já que os elementos componentes de qualquer discurso político são idênticos sob este aspecto, não há como se julgar de antemão qual é, entre o progressista e o conservador, o menos alienante.

Como conclusão, de Marcuse se pode obter pelo menos dois temas, um mais visível através dos efeitos da sua obra na cultura e outro exemplificado no seu conteúdo. São, respectivamente, acerca da razão pela qual se justifica a utilização deste lugar desde onde se produzem os equívocos com capacidade de agregar opiniões e, o segundo, acerca da explicação de como ocorre a produção de equívocos necessários ao discurso político.

Temas que, passíveis de serem detectados em Marcuse, mas não originados dele e presentes nos diferentes esforços de desmitificação que foram marca do período dos anos sessenta e setenta, estão também n’ *“O Mito da Doença Mental”*, que, para explorá-los, partiu da produção do conhecimento em psiquiatria, local este, por vários motivos, particularmente privilegiado.

***Capítulo V.-
A propósito de
“O Mito da Doença Mental”.***

V- A Propósito de “*O Mito da Doença Mental*”.

1- ENFOQUE DA RELEITURA.

Há diferentes justificativas para o estudo de “*O Mito da Doença Mental*”. Uma, é pela sua importância ideológica e pelos ecos que ainda eventualmente provoca no interior da teoria psiquiátrica. Em outras palavras, pela sua contribuição à discussão da função retórica normatizadora e normalizadora do discurso psiquiátrico.

Outra, porque esta obra é um exemplo privilegiado de como e quanto o saber psiquiátrico esteve interligado a outros saberes. No caso, a um certo senso comum, que tanto determinou algumas das características dela, como sofreu a sua influência. Pode ser assim considerada porque ocupou, simultaneamente, lugar de referência dentro e fora da psiquiatria. Dentro, uma explicação plausível, já que foi alvo freqüente e generalizado de hostilidade, é em razão do sucesso, grande e duradouro, que obteve fora, que não deixou margem para que pudesse ser ignorada. E fora talvez porque, no momento adequado, difundiu certas informações, desmitificou e abriu para questionamento um campo, o próprio campo da psiquiatria, que abarcava pontos estratégicos da discussão acerca da repressão exercida pela sociedade sobre o indivíduo. Campo este que até então se respaldava frente à opinião pública, por acordo tácito dos profissionais que dentro dele se abrigavam, no álabe do conhecimento científico.

Uma terceira alternativa, que ainda justifica a releitura da obra, é em razão do que ela possui de original; daquilo que, contrariando e transformando idéias até então vigentes, passou a ocupar lugar no conhecimento psiquiátrico. O exemplo mais imediato, é sua tese central: de que as manifestações chamadas de sintomas de doença mental não são determinadas pelo que se situa na pessoa identificada como sua portadora. Propõe que o surgimento deste tipo de manifestação depende da existência de certos elementos subjacentes à comunicação desta pessoa com as demais. Através de uma lógica, que entende estar presente na linguagem e nas manifestações comportamentais de quem recebe o diagnóstico de doente mental, deduz as regras subjacentes ao relacionamento dos doentes

mentais com as demais pessoas. Uma vez realizado este trajeto, generaliza suas conclusões ao extremo de considerar que todas as pessoas, diagnosticadas ou não como doentes mentais, seguem a mesma lógica nos seus relacionamentos; que umas e outras se diferenciam somente em função dos parâmetros de linguagem que utilizam para comunicarem aos demais o que se passa consigo.

Porém, a despeito destas diferentes possibilidades de enfoque, o destaque aqui será dado a um outro aspecto: por ser ela, enquanto obra que aborda a teoria e práticas da psiquiatria, peculiar quanto à notoriedade que logrou conseguir e quanto à influência que exerceu, tratar-se-á de considerá-la como tendo, através da forma e conteúdo de sua composição, em consonância com as circunstâncias com que interagiu, solucionado problemas referentes ao modo pelo qual saber e poder se articulam.

Este enfoque, por sinal, justamente coincide com o objeto em torno do qual se organiza a discussão feita pela própria obra. Ela se centra no objetivo, implícito mas nítido, de desvelar os processos envolvidos no poder criado e exercido tanto em nome do conhecimento psiquiátrico, quanto por aqueles a quem este conhecimento diagnostica como histéricos. Para tanto, utiliza-se do cruzamento de duas diferentes vias: uma delas, baseada na análise das influências produzidas e sofridas pela psiquiatria enquanto instituição que referenda preceitos e também referenda profissionais; e a outra calcada na análise da influência produzida pelos fenômenos psíquicos e físicos dos portadores de histeria.

Na argumentação, são utilizados e entrelaçam-se elementos tirados da história da psiquiatria, do conhecimento psiquiátrico acerca da histeria e de alguns aspectos empiricamente observáveis que se manifestam nos pontos intermediários entre o histerico e as pessoas ao seu redor. O autor, com esta matéria prima, busca tornar evidente a existência de forças advindas de algum lugar que não o da busca da verdade, que, para ele, levaram ao surgimento da psiquiatria e, conseqüentemente, da histeria.

Assim, na obra, seu conteúdo lida com substâncias das quais ela mesma não pode prescindir. Para ganhar existência, depende, como toda obra, de se tornar conhecida e de exercer influência, e ao mesmo tempo que debruça-se sobre a pergunta de por que a psiquiatria, vista desde a influência que exerce, existe.

Como ponto de partida, atribui esta existência à mitificação que a psiquiatria conseguiu fazer de si mesma através do uso da influência. Ou seja, o pressuposto com que se orienta é que a existência da psiquiatria depende dela ter feito crer, e de ter mantido a crença, na existência de uma doença que ela mesma inventou, com intuito de se instituir, perante a sociedade, como uma das áreas médicas.

Não sendo a histeria uma doença, o que é, então, a condição assim chamada, e por que ela se presta a isto?

Para o autor, é uma condição caracterizada por se fazer parecer com doença, por se fazer passar por doença, por fazer com que se creia que é uma doença, condição na qual a psiquiatria a tomou.

Desde o título - certamente a escolha mais feliz para tal conteúdo - já se mostra a relação complexa entre analisar os processos subjacentes ao exercício da influência e, ao mesmo tempo, procurar exercê-la.

O título remete a algo do cotidiano da clínica psiquiátrica: quem se dispuser a ouvir pessoas que procuram (ou são levadas para) tratamento nesta área, nota que, entre elas, há uma parcela que subjetivamente experimenta os seus sintomas como farsa. São alterações psíquicas ou do funcionamento físico, cuja presença se impõe, e que provocam desde graus variáveis de desconforto até completa incapacitação, ou até a morte. Porém, quem delas padece, as percebe como farsa.

É este o sentido que Szasz dá à palavra “mito” quando a emprega no título: a doença mental é uma farsa, sustentada por psiquiatras e pacientes que dela se beneficiam para, iludindo a sociedade e se diferenciando das demais pessoas, defenderem os seus privilégios.

A generalização do exemplo do mito, enquanto aplicado à doença mental, com essa utilidade, o autor a faz quando afirma que há outros, como os "mitos religiosos, nacionais e profissionais" (Marcuse, 1968: 162), todos mantidos para defesa de privilégios de pessoas que, através deles, organizam suas relações na sociedade.

O que fica explícito, quanto ao título, é isto, mas na junção das palavras, “*O Mito da Doença Mental*”, há mais. Mesmo que o autor não tivesse em mente introduzir nele tal sutileza, outra razão, que faz com que desperte interesse, precisa ser sublinhada: caso se admita que algumas das pessoas que recebem o diagnóstico de doentes mentais, tomam suas manifestações “sintomáticas” por farsa, (quem nunca experimentou alguma queixa sua como farsa?) qual o efeito produzido nelas pela visão deste título? No mínimo, o de suspeitar de que o livro esclarece, pelo menos em parte, o que se passa consigo; no mínimo, este título tem a potencialidade de tocar na característica humana de acreditar, e por isso a denuncia.

A crença como característica humana e, em seguida, as circunstâncias nas quais se manifesta, são estes os pontos essenciais da discussão que faz. E quais são as circunstâncias em que a crença se manifesta?

A primeira, conforme explora o autor, a da histeria, e a segunda, um tanto mais sutil, a de se tornar psiquiatra.

A obra, assim, tece duas articulações sobre as quais, no plano geral, se sustenta.

Primeira: a analogia, o paralelo, entre a constituição da histeria enquanto doença e a criação da identidade profissional do psiquiatra, uma vez que acreditar, e fazer com que outros acreditem, utilizando palavras ou formas outras de linguagem, sem fatos ou dados objetivos, são comuns a ambas.

Para reforço da analogia, há a simultaneidade do surgimento de ambas, que é a segunda articulação: a histeria ganha o estatuto de doença para que um novo grupo profissional, o dos psiquiatras, consiga legitimar a sua identidade enquanto especialidade médica, adquirindo condições privilegiadas de existência na sociedade.

Na primeira articulação está em causa o processo de surgimento de algo novo calcado na crença. E na segunda, está em causa o benefício que, dentro da sociedade, se pode tirar da crença alheia.

As duas juntas possibilitam vários desdobramentos, antes porém é preciso considerar alguns detalhes.

A segunda articulação, como está acima, faz parecer excepcional o que talvez tenha somente um modo de acontecer; ou seja, tudo o que existe adquire sua condição de existente do reconhecimento que angaria no interior de algum coletivo humano. A busca pelo reconhecimento, embora não dê conta de todas as manifestações da existência, está sempre presente.

O reconhecimento da existência não é somente produto dos contrastes e semelhanças que algum novo ente tenha para com o que já existia, mas disso e de um diferencial dado pelos interesses que acompanham tal interesse na coletividade. Há privilégios que, arbitrariamente e de acordo com as contingências, alguns da coletividade conseguem através do processo pelo qual cada coisa tem sua existência afirmada ou reafirmada. Cada um dos objetos do mundo não ganhou existência somente em razão daquilo que possui em si, mas também de crenças que motiva ou referenda, dadas as circunstâncias em diferentes momentos. As crenças justificam privilégios em alguma medida indevidos, porque se há crença, ela torna aceitável algo irracional. Szasz busca mostrar crenças e demonstrar a irracionalidade a que levam nas regras de atribuição ou distribuição de privilégios. Em *“O Mito da Doença Mental”*, contra a crença, a racionalidade.

Assim, reconhecimento social e existência se tornam sinônimos, embora sejam duas coisas e não uma. E o exemplo do que resulta desta síntese de ambas foi chamado, por Szasz, de histeria: a histeria, sem os dados objetivos que a denotem como doença, mostra como forjar a crença de que é doença. A histeria, dadas suas manifestações psíquicas, ou, em outros termos, dado que nas suas manifestações evidencia, ainda que para um olhar superficial, a capacidade e os recursos para motivar crença, é a doença mental cujo modelo mais facilmente poderia ter colocado à disposição do autor o recurso de superposição de imagens de que ele se utilizou.

Este recurso consiste em que foram tomados dois objetos: a histeria e a psiquiatria, e foram descritos segundo a perspectiva em que os detalhes sublinhados de um

remetem de imediato ao outro, criando o movimento de ida e vinda e de simultaneidade entre os dois. Surge, então, do movimento fazendo ver simultaneidade, um terceiro elemento na explicação, constituído pela retórica.

A histeria, considerada pelas repercussões emocionais que causa, e a psiquiatria, ambas possuindo somente o uso da linguagem enquanto instrumento, terminam por se constituírem quase que exclusivamente de pontos de superposição.

Portanto, o objeto de reflexão básico em *"O Mito da Doença Mental"* é composto a partir da histeria e da psiquiatria, e depois vai se tornando mais complexo com o acréscimo de outros pares que opõem crença e racionalidade. Szasz, para convencer, apresenta analogias; ou seja, demonstra as circunstâncias e a maneira com que, de vivências passíveis de serem experimentadas por todos, a psiquiatria, num período, bem como a religião em outro, criaram novas crenças.

Assim, muitas das idéias principais, ao longo da discussão, estão organizados segundo a regra em que, de analogias, o autor demonstra a existência de algo - crenças -, que, embora sempre tenha estado presente em ambos os lados da analogia, não era visto em um deles. Os pares são: psiquiatria e histeria, histeria e bruxaria, psiquiatria e religião. Se é aceito que a crença em algo irracional esteja em um dos lados, as analogias sugerem que esteja em ambos; e, levado ao extremo, que ambos os lados do que é comparado sejam uma mesma coisa. A tese de que existe esta terceira coisa, amálgama dos pares utilizados nas analogias, já acarreta em julgamento ético, mas o autor ainda a avalia segundo parâmetros do senso comum.

O trecho a seguir serve como exemplo:

"A Psiquiatria é convencionalmente definida como uma especialidade médica que se ocupa do diagnóstico e do tratamento das doenças mentais. (...) Mas suponhamos que não existam coisas como sanidade ou insanidade mentais, e que esses termos não se refiram a nada mais substancial ou real que aquilo a que se referiam as noções astrológicas quanto à influência das posições planetárias sobre a conduta pessoal. E então?"

Aí está um exemplo: a possível analogia, através do uso do senso comum, entre a substância da insanidade mental e a da astrologia dá à existência da insanidade mental a condição de suspeição. Suspeição esta que se deslocou da astrologia para a insanidade mental e daí, imediatamente, para a psiquiatria.

Mais alguns fragmentos, que estão adiante no texto, para completar o quadro:

“Logicamente, a histeria coloca em foco a necessidade de se distinguir a doença física de suas imitações. Ela confronta o médico - e outros também - com a tarefa de distinguir a doença ‘real’ ou genuína da doença ‘imaginária’ ou fingida. (...) Além disso, creio que a interpretação de histeria que apresentarei aqui se refere integralmente - com as apropriadas modificações - a todas as chamadas doenças mentais, e na verdade, à conduta pessoal em geral. (...) se na medicina moderna novas doenças foram descobertas, na Psiquiatria moderna elas foram inventadas.”

Com o balizamento determinado pelas definições de Szasz, para se responder ao “então” do penúltimo parágrafo acima transcrito, não resta alternativa: há coisas fingidas na conduta pessoal, como sobejamente se pode constatar pelo senso comum. Se fingir é o que caracteriza a histeria, e ela é o paradigma para a psiquiatria definir aquilo que chama de doença mental, fingimento, doença mental e psiquiatria se misturam, formando um conjunto no qual a única parte cuja existência antecede às demais é o fingimento. A psiquiatria, a partir do fingimento, fez a doença mental e, por consequência, a si. Assim, ambas, psiquiatria e doença mental, têm o fingimento como parte integrante de sua constituição; o fingimento é a área de interseção de ambas e dele herdam a razão de ser.

Esta obra faz confluírem, para as suas conclusões, raciocínios originados tanto do funcionamento institucional, quanto do funcionamento psíquico. E porque possuiu, coerentemente com o âmbito de seu tema, a sensibilidade que lhe permitiu o destino de prestígio que teve, torna-se um objeto privilegiado. Este ângulo permite discernir um ponto em que ela também serve de exemplo para se investigar o seu próprio objeto.

Se, segundo “O Mito da Doença Mental”, a doença mental ganhou existência devido a artifícios teóricos que resultaram em equívocos, sustentados pelo interesse de um conjunto de pessoas que a partir daí ganhou a denominação de psiquiatras, o que leva a que um dentre eles, o seu autor, se proponha a desfazer os equívocos? Por que alguém pertencente a um grupo profissional se propõe a denunciar como incorretos os preceitos sobre os quais este grupo assenta sua existência?

Quando Szasz divulgou suas idéias (que afinal são denúncias, que ele teve extrema habilidade na maneira como formulou), aquilo que delas se produziu na cultura foi um movimento de trazer à tona certos conteúdos, ou foi, além de trazer ou não à tona, também “inventar”? Somente a forma foi inventada, ou também algo do conteúdo? Se trouxe à tona algum conteúdo, onde ele estava antes?

Dado o autor ter se ocupado deste objeto e ter sido feliz em entrelaçar suas asserções ao momento cultural, tornando sua obra tão fidedigna quanto o foi, será explorada a hipótese de que no conteúdo desta obra há pistas acerca dos processos psíquicos e sociais envolvidos na construção de crenças, bem como acerca das repercussões das crenças na formação de grupos restritos.

Como a capacidade das idéias de provocar e sofrer transformações emana do diálogo, há necessidade de compor as circunstâncias onde façam sentido as oposições e dicotomias, porque é através destas circunstâncias que cada idéia marca sua posição em relação às demais; e, em decorrência de sua posição relativa e de sua função na manutenção do conjunto, sua identidade dentro do período. Portanto, as idéias de Szasz não podem ser identificadas exclusivamente pelo conteúdo que possuem. O intuito transformador nelas presente, explícito e fundamental, por exemplo, qualquer que tenha sido o seu sentido e o resultado que produziu, somente pode ter esta característica considerada se também considerados os objetos imediatos contra os quais se dirigiam.

2- A PSIQUIATRIA NORTE-AMERICANA ENQUANTO VARIÁVEL DA EQUAÇÃO.

Nos Estados Unidos, em fins da década de cinquenta e início da de sessenta, quando para ser psiquiatra tinha que se estudar psicanálise¹, a presença da palavra "mito" remetia a um leque de possibilidades de sentido, e o de farsa como o menos provável, para quem em torno dela, e também de outras, como por exemplo Édipo e complexo, construía sua identidade profissional.

Se "*O Mito da Doença Mental*" buscava franquear a psiquiatria a críticas, principalmente às vindas do exterior do campo, seu autor também demonstrava ser alguém de dentro dele.

Thomas S. Szasz, nascido em 1920 em Budapeste, na Hungria, fez sua formação profissional nos Estados Unidos, para onde emigrara aos 18 anos. Em 1941 recebeu o *A.B. with honor*, com especialização em Física, da *University of Cincinnati* e, em 1944, o *M.D.* do *University of Cincinnati's College of Medicine*; ambos, certificados de conclusão de cursos de graduação. Nos três anos de 1946 a 1948, fez Residência Médica em Psiquiatria na *University of Chicago Clinics*. Em 1947, durante o segundo ano de residência em psiquiatria, foi admitido no *Chicago Institute of Psychoanalysis*, para formação psicanalítica, que concluiu em 1950. Em 1951 recebeu o título de Especialista em Psiquiatria pelo *American Board of Psychiatry and Neurology* e neste mesmo ano tornou-se membro do *Chicago Institute of Psychoanalysis*. Este último, a qualidade de membro de um instituto de psicanálise norte-americano, equivale a um certificado legal para se poder realizar atendimentos como psicanalista nos Estados Unidos. Em 1956 tornou-se Professor de Psiquiatria do *Upstate Medical Center of the State University of New York*, em Siracusa, Estado de *New York*, Estados Unidos, hoje denominada *SUNY - Health Science Center*, de onde é Professor Emérito.

A cultura norte-americana que se desenvolveu no decorrer do século dezenove e primeira metade do século vinte adquiriu contornos bastante diferentes da européia, o que teve reflexos sensíveis em muitas áreas do saber, particularmente na psicanálise. E é em

¹ "From the end of World War II until the mid-1970s, a broadly conceived psychosocial model, informed by psychoanalytic and sociological thinking, was organizing model for American psychiatry." (Wilson, 1993: 399-410).

"...nearly all departments of psychiatry are now chaired by persons committed to biomedical research, whereas three decades ago, these positions were largely held by psychoanalysts." (Cohen, vol. 29, 1993).

convivência com a esta psicanálise de contornos peculiares, que a psiquiatria norte-americana precisa ser considerada.

Freud chegou a fazer uma viagem aos Estados Unidos em 1909 para receber, em Worcester, Massachussets, o título de *Doctor of Law, honoris causa*, pela *Clark University*, quando esta comemorava o seu vigésimo aniversário de fundação. Disto, porém, não deve ser depreendido que, já naquela época, norte-americanos estudiosos de sua obra estariam lhe prestando homenagem. Havia, entre os norte-americanos, raros seguidores da psicanálise, e talvez um número somente um pouco maior de leitores. Era um momento bastante inicial de sua divulgação, em que o estudo aprofundado e o desenvolvimento do conteúdo se faziam em um estreito círculo de profissionais, principalmente em Viena e em Berlin.

Embora o título honorário norte-americano fosse para Freud, segundo suas palavras, “o primeiro reconhecimento oficial de nossos esforços”, provavelmente lhe foi concedido mais por iniciativa pessoal do reitor da universidade, G. Stanley Hall, em razão da boa divulgação que algumas de suas idéias vinham obtendo, do caráter de novidade que as revestia e do clima de concorrência que havia entre as universidades norte-americanas, que pelo impacto de suas obras no meio acadêmico.

A divulgação da psicanálise nos Estados Unidos, através de instituição oficialmente reconhecida, teve início em 1929, com a fundação do primeiro instituto norte-americano para a formação de psicanalistas, o de Nova York. O de Chicago, no qual Szasz fez sua formação bem depois e do qual se tornou membro, foi o segundo, em 1932. Em 1938 era fundado o terceiro, em *Topeka*, por Menninger. Vinte anos após, em 1958, somavam-se vinte e um, distribuídos pelo país.

O surgimento dos institutos, com o perfil que adquiriram, e a influência deste perfil na teoria psicanalítica norte-americana foram resultado do desenrolar de diferentes acontecimentos.

A Primeira Grande Guerra transformou o que ainda era o centro a partir do qual a psicanálise se difundia, Viena, num local de pobres, dependente da afluência de dinheiro não desvalorizado de outros países para garantir a sobrevivência dos profissionais lá

instalados. Freud, em 1921, conseguia algum conforto material dividindo as suas trinta horas semanais de atendimento entre três pacientes ingleses, um suíço e quatro norte-americanos; um recurso de que lançara mão já há muito tempo. Outros vienenses, como Rank por exemplo, por razões financeiras, não tinham qualquer critério para aceitar alguém em atendimento. Esta situação favoreceu para que, em casos extremos de que houve notícia, alguns norte-americanos tivessem retornado aos Estados Unidos para praticarem atendimentos psicanalíticos após seis semanas de sessões, sem mais cursos, supervisões ou continuidade de formação.

A falta de normas para a formação de seus profissionais foi certamente uma das razões por que se colocou em pauta, no meio psicanalítico, o problema do charlatanismo, que a fundação dos institutos psicanalíticos veio equacionar, e também a mais um outro: o de como zelar contra os possíveis desvios teóricos, contra o surgimento de dissidentes que, tirando partido da delimitação frágil do campo que se desenvolvia, pudessem desfigurá-lo.

O problema do charlatanismo, que incluía a discussão da prática da psicanálise por profissionais leigos, antes mesmo da oficialização da formação de psicanalistas através da fundação dos institutos, já havia sido contemplado por uma lei norte-americana, ainda hoje vigente. Por esforço da Sociedade Psicanalítica, estabelecida em Nova York e presidida por Brill², desde 1926 a prática analítica por não médicos passou a ser considerada ilegal.

Três pontos, peculiares à cultura norte-americana e de aparecimento constante na obra de Szasz, que tiveram influência sobre a formação dos psicanalistas, podem então ser sublinhados: a preocupação com questões de mercado, particularmente com o mercado de trabalho dos médicos; o pragmatismo, com a definição de regras práticas para a formação de psicanalistas, e posteriormente para o próprio desenvolvimento teórico; e, terceiro, a importância e onipresença da regulamentação jurídica e institucional.

Outro fator, também decorrente da I Grande Guerra, afetou a formação dos psiquiatras nos Estados Unidos: de 1918 a meados dos anos trinta, a cultura do Ocidente invadiu os países de língua germânica, a ideologia do pragmatismo norte-americano

² Médico, judeu e norte-americano de nascimento, cuja formação psicanalítica fora feita em Viena.

avançou para a Europa, desapareceu o uso do alemão em encontros científicos e congressos e o inglês passou a ser língua científica universal. Como reação dos vencidos da Guerra, veio a subida ao poder do nacional-socialismo, a partir de 1928, e, em meados dos anos trinta, este período se encerra com a psicanálise sendo banida dos países da Europa Central. Fora totalmente abolida do cenário pelo espírito anti-semita levado a efeito pelo nazismo. No meio médico, as hostilidades à psicanálise se traduziram nas ações da Sociedade Médica Alemã de Psicoterapia, presidida por um médico de sobrenome Göring, Matthias Heinrich Göring, primo do marechal Hermann Göring, braço direito de Hitler.

Os psicanalistas judeus, que compunham a quase totalidade, procuraram emigrar para o Ocidente. Max Eitingon, Otto Fenichel, Erich Fromm, dentre mais de cinquenta outros, estavam "entre os primeiros judeus alemães a deixar seu país" (Gay, 1989). E foi principalmente a psiquiatria norte-americana que os acolheu e, portanto, para onde a psicanálise mais se difundiu.

As preocupações com a institucionalização do saber psicanalítico, no plano mundial, já vinham desde antes. Em 1910, para divulgar a psicanálise e para preservá-la de possíveis desvios teóricos, estimulados pela dissidência de Adler, foi fundada a Associação Psicanalítica Internacional (IPA). Em 1911, foram fundadas a Sociedade Psicanalítica de Nova York, por Brill, e a Associação Psicanalítica Norte-Americana, por Jones; em 1913, a Sociedade Psicanalítica de Budapeste e em 1919, a Associação Inglesa de Psicanálise.

Em 1926, a IPA instituiu a normatização de procedimentos para a formação de novos analistas, que incluía a obrigatoriedade da "análise didática".

Com isso, as obrigações dos candidatos a se tornarem psicanalistas e a política forjadas nas sociedades que se organizavam em diferentes pontos geográficos passaram a obedecer a uma regulamentação, a uma burocracia, que nos Estados Unidos, nos anos trinta e quarenta, dada a falta de coesão nas concepções teóricas, foi o fator decisivo para manter aderidos os diferentes grupos.

Em resumo, desde 1926, nos Estados Unidos, para ser reconhecido oficialmente como psicanalista é obrigatório ser membro de uma sociedade, que por sua vez precisa ser

reconhecida pela IPA, o que cria, para atender à burocracia, um vínculo entre pessoas e instituições, ao qual pode ser atribuída grande parte da responsabilidade pela não fragmentação das instituições psicanalíticas norte-americanas.

Outro marco a ser considerado, este teórico, que também afetou o rumo da psicanálise nos Estados Unidos, foi que, na passagem dos anos vinte, a teoria psicanalítica sofreu uma reviravolta com os trabalhos de Freud que defendiam a existência de um “instinto de morte” e uma nova concepção acerca da organização do psiquismo.

Estas mudanças eram tão radicais que exigiam que todo o conjunto teórico elaborado anteriormente fosse revisto. Porém, o mais grave, é que contribuíram colocar dúvida acerca do objetivo mais propriamente terapêutico, mais pragmático, da psicanálise. A nova proposta de Freud dificultava o entendimento da psicanálise como primordialmente um método terapêutico e talvez tenha sido este o motivo pelo qual não foi bem aceita por muitos daqueles que vinham o acompanhando. Freud, na verdade, tinha aversão à idéia de psicoterapia, cara a muitos, em particular aos norte-americanos.

Este pragmatismo foi provavelmente o motivo para que Freud não fizesse segredo da antipatia que dirigia aos norte-americanos. Teria dito a Jones:

“Eu sempre disse que a América não presta para nada, além de render dinheiro.”; e a Reik:

“Que maus ventos o impeliram, justo o senhor, à América? O senhor devia saber o quão amigavelmente nossos colegas de lá recebem analistas leigos, visto que, para eles, a Psicanálise não passa de uma das criadas da Psiquiatria”.

Há muitos mais exemplos do tipo.

Assim, os trabalhos teóricos da psicanálise norte-americana, se considerados os seus autores de maior evidência e a despeito da diversidade de pensamento entre eles, possuem alguns traços bem definidos. É uma psicanálise assertiva, de implicações práticas, - tendo as palavras de Fromm, *“não pretendo sugerir o ecletismo”*

(Fromm, 1965: 93), como denegação - que busca juntar elementos não homogêneos na sua construção e cujo objetivo se delineia na busca de bem-estar.

Outro traço, que não é exclusivo dos trabalhos teóricos norte-americanos de psicanálise do pós-guerra a meados da década de setenta, mas que deve ficar sublinhado pela sua frequência e importância na formação da teoria psicanalítica norte-americana, refere-se ao modo como frequentemente um autor se utiliza do que seriam as idéias de outro autor. O pensamento de outro autor é por vezes definido segundo um resumo, da lavra daquele que vai com ele dialogar, concordando ou discordando, cujo teor não atende necessariamente às minúcias do original de onde foi tirado.

Não se trata de um elemento teórico que antes se mostrava articulado numa determinada ordem com outros elementos, formando um conjunto, que sendo retirado do seu contexto original, perde parte ou toda a sua validade. Também não se trata de um pensamento que, tido como pertinente desde que atrelado a uma certa referência, possa ter seu valor questionado quando é feito deslizar para um objeto contíguo do original. Em ambas as circunstâncias ficaria mantida a qualidade intrínseca do elemento em discussão. Também não se pode entender que os resumos das idéias de outros autores tenham sido feitos para iniciantes, com o eventual propósito de oferecer uma visão abrangente do assunto.

Este traço pode, então, ser assim definido: resumir idéias de outros autores, ou fazer a seleção de fragmentos de idéias de diferentes fontes (que não necessariamente possuam compatibilidades), e com elas dialogar, é frequentemente um recurso pelo qual se veicula o próprio pressuposto ou hipótese. Por isso, já que o embasamento torna-se desnecessário dado a autoria ter sido explicitamente atribuída a outros, embora quem consulte a fonte detecte aí vieses, as obras ganham a aparência simplificada.

Os textos, então, mesmo que teóricos ou especulativos, têm o estilo direto. Parte dessas idéias estão sintetizadas por Palmier, quando ele comenta a obra de Fromm:

“La lecture qu’Erich Fromm propose des écrits de Freud ne diffère pas de ces postulats fondamentaux. A de nombreux égards, elle est cependant moins simplist.” (Baudrillard, 1968).

Mullahy, como exemplo, em "Édipo, Mito e Complexo: Uma Crítica da Teoria Psicanalítica", escrito e publicado inicialmente nos Estados Unidos, cuja primeira edição foi em 1948, faz um apanhado das diferentes visões existentes na época do campo psicanalítico através do resumo das idéias de autores.

Entre os norte-americanos, ele cita Horney, Sullivan e Fromm. Além destes, os demais mencionados no livro são: Freud, Adler, Jung e Rank, ligados aos primórdios do desenvolvimento teórico da psicanálise. A ausência dos autores ingleses, na época responsáveis por uma produção mais que significativa em termos de qualidade, e de alguns autores norte-americanos cujas contribuições não coincidiam com a linha definida pelos três primeiros nomes acima, é certamente mais que coincidência. Nota-se uma praticidade na escolha das citações, fazendo ausentes os que não se alinham com as presumíveis intenções do autor. Além disso, foi dada, mais que preferência, exclusividade ao produzido nos Estados Unidos. Este ponto torna possível sublinhar o “estilo” norte-americano de ignorar o que não foi produzido pela sua própria cultura, como que houvesse a suposição de que o produzido fora não teria função dentro dela.

Dentre os autores norte-americanos excluídos por esta obra, estão os representantes de duas vertentes psicanalíticas de peso: os da “*escola de Chicago*” e a da “*psicologia do ego*”.

A primeira, fundada por Alexander em fins da década de vinte e desenvolvida em estreita relação com a medicina psicossomática.

A segunda, surgida de meados para fins da década de trinta e ligada aos nomes de Lowenstein, Kris, Rapaport, Erikson e Hartmann, que, como a expressão utilizada para designá-la indica, deu ênfase aos processos afeitos à função psíquica do ego, que passou a ocupar o centro do funcionamento mental; o processo de deslocamento da ênfase freudiana no “inconsciente”, feito por esta vertente, é semelhante ao que se verifica nesta obra,

“Édipo, Mito e Complexo”, que os ignorou: não se fez a contraposição entre o que propunham e as idéias originais de Freud, com os consequentes argumentos em favor do que defendiam; simplesmente se construiu uma alternativa como se ela estivesse em concordância com a proposição inicial.

Os escolhidos por Mullahy: Karen Horney, Harry Stack Sullivan e Erich Fromm, dissidentes, os três, da *American Psychoanalytic Association* a partir de 1941, se alinham com Abram Kardiner, Ruth Benedict e Margaret Mead, com quem, a despeito das suas diferenças, coincidiam no papel que atribuíam à cultura nas manifestações psíquicas. São os representantes do chamado *culturalismo*, a vertente defendida por Mullahy, não por argumentos, mas na forma de montagem da obra.

Mullahy faz comentários acerca destes autores que escolheu e pretende distinguir, para o leitor, os equívocos de cada um, separando-os das “contribuições sólidas e de importância duradoura” (Mullahy, 1978).

Na conclusão fica sintetizado algo do espírito da obra:

“De modo geral, a teoria psicanalítica fez magníficos progressos nos cinquenta ou sessenta anos de sua existência. Freud, evidentemente, permanece como a mais imponente figura individual, embora, como é sina de todos os grandes inovadores e pioneiros, muito de sua obra tenha sido ultrapassado por formulações mais refinadas. Há já algum tempo que a Psicanálise passou a ser mais do que uma técnica de terapia. Hoje é um sistema de Psicologia; quando as mais recentes contribuições lhe são adicionadas, a Psicanálise impõe-se, de longe, como o mais poderoso e compreensivo [abrangente] sistema de Psicologia que existe.”

Eis que a psicanálise se transmutou em um dos sistemas de psicologia: “como o mais poderoso e abrangente”. E neste pensamento do autor está representado aquilo em que a psicanálise se transformou nos Estados Unidos. Se relativamente ganhou, por sobrepujar os demais sistemas psicológicos cuja existência há de se supor, perdeu em especificidade.

O atribuído ganho relativo é considerado positivo e a perda em termos absolutos, qualitativa ou de qualidade, não é detectada.

Para se procurar refletir acerca dos possíveis motivos desta transmutação nos Estados Unidos, é preciso também se considerar quais as singularidades da psicanálise e da psicologia que são ignoradas quando se as confundem.

O termo psicologia remete a duas acepções: uma antiga e outra atual. Até meados do século dezenove, foi um ramo da filosofia “consagrado ao estudo da ‘alma’” (Reuchlin, 1968: 7), e a partir de então se delineou como “nova” tanto por seu objeto como por seu método.

Quanto ao objeto, de início tomou o mesmo da filosofia, porém, no intuito de se tornar científica, calcada em fatos observáveis e não em especulativos, os objetivos se traduziram em termos mais modestos e diversificados. No desenrolar de seu processo de constituição, o campo de estudo foi sendo fragmentado a ponto de hoje ser possível interrogar se há unidade formada pelas diferentes áreas. São diferentes objetos e diferentes métodos. Há algo em comum entre as Psicologias Experimental, Animal, Social, Diferencial, Patológica ou Clínica e Genética?

Para Delgado e Ibérico (Ardid, 1974: 13)

“a Psicologia é uma disciplina sem base teórica unitária, que trata da vida mental, considerando tanto a estrutura, o sentido e a finalidade de suas manifestações, como suas condições e expressões corporais e circundantes (ou seja, mundo objetivo - natural e cultural - e ambiente social).”

Portanto, é uma área do conhecimento que se ocupa de investigar as regras subjacentes a certas manifestações, sejam elas emocionais, do comportamento, sintomatológicas ou sociais. Assim, numa de suas vertentes, dentro da qual Mullahy, por exemplo, trabalha, busca esclarecer quais são as regras subjacentes às manifestações emocionais e do comportamento, partindo de um ou mais pressupostos fornecidos pela psicanálise.

Se existe uma psicologia que se pode deduzir dos preceitos psicanalíticos, qual é ela? Qual a Psicologia de Freud, Szasz, Menninger, Sullivan e de Fromm?

Em "Psicologia de Grupo e Análise do Ego", Freud afirma:

“Nos grupos, as idéias mais contraditórias podem existir lado a lado e tolerar-se mutuamente, sem que nenhum conflito surja da contradição lógica entre elas. Este também é o caso da vida mental inconsciente dos indivíduos, das crianças e dos neuróticos, como a Psicanálise há muito tempo indicou.

Um grupo ainda está sujeito ao poder verdadeiramente mágico das palavras (...).

E, finalmente, os grupos nunca ansiaram pela verdade. Exigem ilusões e não podem passar sem elas. Constantemente dão ao irreal precedência sobre o real; são quase tão intensamente influenciados pelo que é falso quanto pelo que é verdadeiro.” (Freud, 1969, Vol. XVIII: 103-4).

Freud aí descreve duas regras referentes ao comportamento dos grupos que não são explícitas; são dedutíveis; a observação não as mostra mas, pela constância, dá os indícios de sua existência: o grupo convive com contradições, ignorando-as; e, algo próximo a isso, é influenciado por ilusões, exigindo-as, desconsiderando para tanto o real.

De Szasz, tem-se o seguinte trecho:

“(...) No seu livro, muito a propósito denominado *The Sneaking Enemy* (O Inimigo Secreto), publicado em Estocolmo em 1887, E.J. Ekman adverte que a ‘masturbação tende a transformar o jovem numa ruína gasta e emaciada, que caminha para o túmulo ou para a cela de um manicômio’, e a fazer com que mergulhe na ‘noite escura e sem fim da insanidade’. Além disso, a masturbação também faz com que ‘se interrompa o crescimento da criança, enquanto se reduz ou se detém inteiramente o desenvolvimento do sistema muscular, da voz, do crescimento da barba, da coragem e da energia’.

Podemos perguntar como é que homens intruídos e o público poderiam acreditar neste absurdo, claramente desmentido por observações fáceis de homens e animais. Essa tendência humana para aceitar o erro coletivo - sobretudo, erro que ameaça danos e provoca ação protetora específica - parece ser parte integrante da natureza social do homem.” (Szasz, 1972b).

Para explicar aquilo que ele circunscreve com indícios, Szasz formula um raciocínio: as pessoas ignoram o que têm diante dos olhos para aderirem ao que alguém afirmou; e isso, parece ao autor, é próprio dos seres humanos. Ou ainda, com outras palavras, é possível se deduzir, dos indícios que muitos exemplos como o acima fornecem, uma regra do funcionamento social, qual seja, a de ignorar o evidente, que, para o autor, tem a sua origem no que é próprio dos seres humanos.

Menninger e Holzman (1979), comentando um fato acontecido na clínica, escreve:

"(...) Mas, se nos permitem reverter [retomar] por um momento ao caso citado antes neste capítulo, do técnico de laboratório que fez do analista um pai, uma prima e uma tia [*extremamente austera, cujas opiniões eram temidas (...) ela representava para o paciente, portanto, o que a lei e a ordem, o tribunal de polícia e o purgatório passaram a representar para ele mais tarde* (Menninger & Holzman, 1979: 89)], sucessivamente poderemos mostrar como a contratransferência aí se manifestou. O analista era, realmente, um sujeito cordial e a acusação de frieza [*por ter sido tomado pelo paciente como seu pai*] apenas o divertia um pouco. Contudo, a acusação de que ele era como uma mulher sedutora deixou-o um pouco perturbado. ‘O paciente dá-se conta, por acaso, de como tais acusações são irracionais?’, pensou ele. Um pouco depois, quando lhe foi atribuído o papel de uma juíza austera, ficou menos irritado por ter sido feito mulher do que por ser considerado moralista. (Na realidade, ele era bastante moralista, mais do que julgava.)

Mas perguntou a si mesmo: ‘Por que é que o paciente me irrita? Por que me teria ocorrido dizer: Procure outro analista, Sr. Fulano!? É claro que não direi, mas...!’

E refletiu então que o paciente não estava solicitando afeição nem o rejeitando, mas, ao contrário, tentando criar uma situação em que ele (o paciente) fosse rejeitado e assim tivesse uma justificação para descarregar a cólera por tanto tempo contida contra estas figuras originais. Assim procedendo, ele sacrificaria a companhia, ainda que pouca, que tivera e sofreria de novo a solidão da rejeição completa. [*Um dos motivos para que o paciente tivesse procurado análise foi "para aliviar sua prolongada solidão"* (Menninger & Holzman, 1979: 89).] Racker referiu-se a essa experiência do analista como a ocorrência de ‘identificação de cortesia’, significando a identificação do analista com um objeto introjetado pelo paciente. Nesse exemplo, o analista identificou-se com as figuras femininas austeras na vida do paciente. A percepção pelo analista de seu próprio desconforto permitiu-lhe reconhecer o que o paciente estava fazendo a quem e quando. Esse exemplo não contradiz a afirmação anterior de que a contratransferência é uma reação inconsciente. As manifestações de contratransferência podem ser conscientes, embora as condições intrapsíquicas resultantes de seu aparecimento sejam inconscientes.”

No texto não há mais detalhes, além dos presentes no trecho acima, para corroborar a conclusão de que teria ocorrido ao analista uma “identificação de cortesia”.

A despeito das definições teóricas necessárias para a compreensão mais minuciosa do que está neste trecho, novamente se observa que, subjacente às manifestações, descritas como decorrentes da contratransferência, é proposta uma explicação calcada num certo processo. No caso particular do exemplo, chamado de “identificação”, estimulada pela “cortesia” do analista. O raciocínio indutivo é formado quando se propõe que há processos subjacentes às manifestações, designados como “condições intrapsíquicas resultantes de seu (das manifestações) aparecimento”. Há alguma

incongruência dado que, segundo o autor, “as condições intrapsíquicas” resultam das manifestações, e não que levem ao seu aparecimento; o que então teria sido o motivo para tais manifestações?

Como no texto não há qualquer explicação, e como o objetivo aqui é sublinhar que o que foi definido como inconsciente resulta da formulação de uma regra deduzida, que estaria subjacente às manifestações, não será dada relevância a este detalhe.

Embora nos dois exemplos anteriores, com os trechos de Freud e de Szasz, se refiram a fenômenos observados em grupos, e no de Menninger, a manifestações de pessoas, a diferença é relativizada porque estas pessoas, do último exemplo, são descritas pelo que acontece em sua interação com outras. Independente do número de pessoas, se duas ou muitas, nos três exemplos, os elementos destacados são frutos de interação entre pessoas. Mesmo que se indague qual seria a manifestação psíquica passível de descrição que não se confundisse com o fruto da interação de pessoas, não se pode afirmar que neste último exemplo está se observando coisa diferente daquilo que é visto nos grupos. Unicamente os grupos talvez produzam alguns fenômenos de modo mais evidente que a interação entre somente duas pessoas, porém tanto num contexto quanto noutro, a qualidade do que se observa é a mesma.

Sullivan () é mais explícito quanto a esse aspecto. Para ele:

“enquanto vivemos, nós estamos, como se diz na terminologia psicológica, ‘interatuando’ com nossos mundos físico e social de um modo tão íntimo que, *se per impossible* pudéssemos isolar-nos completamente do mundo físico e mental onde temos nosso ser, nossa vida na terra seria uma questão de minutos. O isolamento completo é sinônimo de morte.

Estamos sempre interatuando com e no mundo; estamos constantemente experimentando (Sullivan, 1948: 105-16).”

Não se chega a afirmar que as manifestações psíquicas sejam produto do coletivo humano, nas diferentes formas com que este coletivo se organiza, porém também não se fornece instrumentos teóricos que permitam distinguir as peculiaridades de uma

pessoa daquilo que, nesta pessoa, se expressa em decorrência das mútuas influências que ocorrem entre ela e o seu meio.

Fromm vai ainda mais longe ao afirmar:

“Freud aceitou a crença tradicional numa dicotomia básica entre o homem e a sociedade, tanto quanto a doutrina tradicional da maldade da natureza humana. O homem, para ele, é fundamentalmente anti-social. A sociedade tem de domesticá-lo, permitindo-lhe certa satisfação direta dos impulsos biológicos - e, portanto, inextirpáveis; geralmente, porém, a sociedade precisa apurar e sagazmente refrear os impulsos básicos do homem. Em consequência dessa supressão dos impulsos naturais pela sociedade, algo de miraculoso se dá: as tendências suprimidas convertem-se em anseios valorizados socialmente e, assim, tornam-se a base humana da cultura ... A relação entre indivíduo e sociedade, na teoria de Freud, é essencialmente estática: o indivíduo permanece praticamente imutável, só se transformando na medida em que a sociedade exerce maior pressão sobre seus impulsos naturais (e assim impõe maior sublimação) ou permite maior satisfação (e assim sacrifica a cultura).” (Fromm, 1977: 18).

E continua um pouco adiante:

“os impulsos que contribuem para as diferenças de caráter dos homens, como amor e ódio, a sede de poder e o anseio de submissão, a fruição do prazer sensual e o medo deste, são todos produtos do processo social.” (p. 19)

Dado que duas coisas somente se distinguem se entre ambas está inserido algum caráter de oposição, como o que Fromm reputa à concepção de Freud sobre indivíduo e sociedade, negada a oposição, nisto Fromm está perfeitamente coerente, o que se observa no indivíduo é *“produto do processo social”*.

Em razão de suas consequências, é preciso considerar um desdobramento deste mesmo raciocínio, já que ele permite a implicação no sentido contrário: se o que se passa

com o indivíduo é produto do processo social, aquilo que se observa no social pode ser tomado como expressão da soma vetorial das manifestações de indivíduos.

Isto poderia ser aceito desde que satisfeita a condição de não existirem equívocos na comunicação entre pessoas; desde que se tome a linguagem pelo seu valor denotativo, mas não conotativo. Se as pessoas se posicionassem frente a alguma contingência segundo um entendimento inequívoco, a contingência seria um elemento fixo, e em relação a ela cada pessoa definiria sua posição. Os interesses de cada pessoa estariam à mostra, claros e limpos, uma vez que seriam eles os únicos elementos variáveis. Se ninguém é impedido, pela força, de se manifestar, a postura da sociedade diante desta contingência seria igual à soma vetorial das posições das pessoas. Com isso, está se supondo viável a comunicação sem distorções.

Em resumo, portanto, a hipótese de que o “psiquismo é produto do processo social” pressupõe que cada pessoa, ao observar um objeto ou fenômeno, traduz o fruto de sua observação num entendimento, de modo que o entendimento e o objeto, tomado segundo a perspectiva determinada pelo interesse desta pessoa, tornam-se equivalentes.

De outro lado, em se admitindo que nem tudo na comunicação é conteúdo denotativo, e que o conteúdo conotativo é afetado pelo social, dado que o social varia no tempo e assim cria, a cada instante, condições para equívocos, o mais provável, em não se distinguindo indivíduo e social, é que as investigações acerca do psiquismo tenham o seu objeto originado somente no social.

Desta forma, a sociedade, através da psicologia, estaria vendo no indivíduo aquilo que, nele, a espelha, mesmo que com distorções.

As distorções, porém, para não comprometerem a possibilidade e o valor das conclusões, poderiam ser compensadas pelo método: se as pessoas, segundo a sua individualidade, distorcem aquilo que percebem, na média, umas e outras se compensam. Além disso, os instrumentos com que cada pessoa é examinada restringem as variações a limites em que as distorções possam se compensar. Assim, embora as pesquisas psicológicas se fundamentem empiricamente pelo exame de pessoas, é possível se entender

que as pessoas são avaliadas sob condições em que se captam nelas somente os elementos provenientes e pertencentes ao social.

Há duas conseqüências para esta perspectiva, em que o indivíduo é definido desde a sua qualidade de portador dos “produtos do processo social”, que interessam discutir: primeira, como concatenar a ela a idéia de doença mental, de anormalidade psíquica, portanto um fato que obviamente deveria estar restrito a uma pessoa?; segunda, o que fazer diante de alguém portador de doença mental?

Naturalmente que o modo de abordagem da primeira questão condiciona o posicionamento, técnico ou político, frente à segunda, e vice-versa; e foi deste modo, e com premência, que isto emergiu nos Estados Unidos, nos anos sessenta, sob a clara influência de Thomas Szasz.

Como não havia, do mesmo modo que ainda não há, recursos teóricos que permitissem, avaliando indivíduos, distinguir neles o que estaria sendo determinado por contingências sociais daquilo que seriam decorrentes das singularidades de cada um, o que se observou, em função do que o momento exigia, foram variações no posicionamento político, que, de sua vez, levaram à adesão a preceitos de caráter teórico ou técnico; ou, o contrário: a adesão a certos preceitos teóricos ou recursos técnicos influenciando o posicionamento político. De um modo, ou de outro, a adesão se fazendo presente como ponto de partida para a formação do conhecimento.

Quando se observa, na totalidade da obra de Szasz, a solidão a que ele se impôs - no sentido de que raras vezes sua produção teve co-autoria, de que não procurou caminhos para ser aceito através da simpatia e de que recusou explicitamente se identificar com qualquer dos grupos políticos ou teóricos -, é permitido supor que o fez pelos efeitos, dentro da discussão que empreendeu, das questões que giram em torno da adesão.

3- A OBRA DE SZASZ.

Talvez somente Szasz possua informações sobre tudo que, de sua autoria, foi publicado. Em publicações indexadas e não indexadas de diferentes áreas, como Psiquiatria, Política e Filosofia, são encontradas, com frequência, além de muitas citações de seus textos, artigos ou capítulos por ele escritos. A abundância, a dispersão e o fato de muitas das discussões pertinentes a este autor terem sido feitas na imprensa leiga levam a que não haja como conseguir a lista completa de sua produção escrita, bem como de todas as opiniões que gerou naqueles que, por meio da palavra impressa, fizeram-no de interlocutor.

Assim, movidos pelo estímulo desta constatação depois de certo esforço à procura das referências bibliográficas, bem como de dados biográficos, escrevemos a ele, solicitando ambas as coisas. A resposta veio em duas amáveis cartas, porém nem uma nem outra das solicitações foi atendida.

Portanto, aqui a sua obra será considerada pelos livros de sua autoria publicados e pelos artigos de revistas indexadas pelo *Index Medicus* em que aparece como autor ou co-autor, além de alguns artigos seus casualmente encontrados na imprensa leiga norte-americana. Dada a sua extensão, a lista das referências está colocada em forma de apêndice, ao final do trabalho.

Ao lado da obra de Szasz, uma série de autores, e dentre eles alguns dos nomes mais respeitados na psiquiatria atual, comentam suas idéias e estabelecem com elas um diálogo em que, tanto os aspectos ideológicos vinculados ao saber defendido por estes autores, quanto a própria obra de Szasz, ganham contornos em que somente fazem sentido se atreladas umas às outras; ou seja, constituem-se em uma das facetas da cultura psiquiátrica, caracterizada pela polêmica e que, mesmo não terminada, já apresenta um desfecho favorável ao discurso hegemônico. Óbvio que vitória e derrota precisam ser matizadas pelo fato de, na contenda, um, desde o início, era o discurso politicamente hegemônico e outro o contra-hegemônico. Assim, as transformações e os aprimoramentos levados a efeito para que este trecho da cultura psiquiátrica se constituísse no decorrer do tempo são dívidas mútuas, de um dos lados para com o outro, principalmente do coletivo

para com o indivíduo, da psiquiatria para com Szasz. E embora sejam muitos os trabalhos que comentam as idéias de Szasz, não encontramos nenhum que se propusesse a discutir a totalidade de sua obra; habitualmente, a fonte bibliográfica de Szasz de que se utilizaram ficou restrita a um artigo ou a um livro, ou se centram em um e consideram, quando muito, mais algumas poucas, duas ou três, referências.

A análise do conteúdo destes comentários sobre Szasz, quando escritos por psiquiatras, mostra um notável descompasso entre a importância a ele atribuída, reconhecida quase sempre com ênfase pelo próprio autor do comentário, e aquele que é o parecer sobre suas idéias. Salvo raríssimas exceções, não se concorda com nada do que ele tenha escrito e não há sequer o atenuante de que as suas idéias, vistas parceladamente, estariam incorretas, mas, no conjunto, se firmariam, porque nem isto chegou a ser considerado assim, nem o processo de elaboração teórica empregado por Szasz leva a este tipo de análise. Também o que se vê nestes comentários não endossa a possível explicação simplista de que Szasz, por atacar as bases de sustentação teórica da psiquiatria, teria sido atacado somente pelos defensores do *establishment*, mesmo autores que não se definiram como defensores da psiquiatria, ou outros que, além de severos críticos da prática psiquiátrica, até expressaram afeição pessoal por ele, também o criticaram (Kubie, 1974: 497-502). Há, portanto, uma falha de sentido: como um autor consegue angariar reconhecida importância em seu próprio campo, sem que também angarie adeptos, pelo menos a parcelas do que defende?

Alguns dos comentários e críticas dirigidas a Szasz, além de trazerem reflexões sobre suas idéias, servem como indicativo indireto do contexto da produção teórica presente na psiquiatria.

Exemplos:

Num momento relativamente recente, o autor de uma carta ao editor do *American Journal of Psychiatry* escreveu:

“Senhor,

é espantoso para mim que alguém possa escrever um artigo como ‘Uma Perspectiva Etnomédica da Psiquiatria Anglo-americana’, de Horacio Fabrega Jr., sem uma referência sequer à obra de Thomas Szasz. (...) Independentemente do nível de concordância ou discordância de Szasz, não pode haver dúvida da importância seminal dos seus trabalhos na área coberta por este artigo.” (Mariner, 1989: 1648).

A isto, o autor do artigo objeto da crítica, Dr. Fabrega, respondeu: primeiro, seu próprio pensamento havia sido muito influenciado por Szasz, a quem ele continuava respeitando e admirando; segundo, que as idéias de Szasz são muito complexas para serem consideradas somente pela parcela delas que se refere aos fatores culturais que permeiam a psiquiatria; terceiro, que as idéias de Szasz são muito controversas do ponto de vista do meio acadêmico; quarto, que as preocupações de Szasz são por demais amplas para serem consideradas em discussões específicas; quinto, que Szasz não partilha de idéias tais como doença psiquiátrica, teoria biomédica da psiquiatria, raízes e conexões da psiquiatria na e com a medicina, e natureza e função da biomedicina como um sistema da medicina,- coisas estas que, no entender dele, dão integridade científica e autenticidade à psiquiatria. Afirmava ainda que Szasz levantou questões sociais e políticas específicas que levaram a que ele, Szasz, rejeitasse e condenasse a psiquiatria (Fabrega, 1989: 1648). Cogita em, no futuro, discutir sobre Szasz. Diz-se certo de que, nos seus argumentos, falou sobre Szasz, mas com todas as razões que enumerou, não deixou muito claro porque não o incluiu.

Outro exemplo, de outro autor:

“Desde a época de suas primeiras publicações, Szasz tem sido um autor prolífico e suas idéias tiveram um grande impacto, tanto nas profissões comprometidas com o cuidado dos doentes mentais, quanto mais amplamente. Suas idéias, no entanto, exigem um exame e avaliação cuidadosos.”

Não há dúvida quanto à importância de suas idéias, no entanto cada uma deve ser analisada e avaliada; o que, neste caso, bem como na maioria, levou a que sequer uma fosse aceita.

Com isto, define-se uma perspectiva que permite formular a questão: o quanto do impacto que as idéias de Szasz causaram poderia ser esperado desde o seu conteúdo? O que há entre idéias e circunstâncias que explica o impacto?

Terceiro exemplo:

“Apreciei ler o artigo do Prof. Szasz [Psychiatric Diagnosis and Diseases] por seu estilo elegante e argumentos estimulantes; desafortunadamente sua tese básica é tão absurda hoje quanto o foi há 20 anos atrás, quando a li como estudante de Medicina. Szasz parece estar sendo deliberadamente obtuso acerca do significado do termo doença e é também muito restritivo sobre o que ele quer dizer com as noções de mente e de livre vontade. Isto não seria assunto para muita discussão se o debate fosse somente entre profissionais: o verdadeiro dano feito por Szasz e seus simpatizantes é que eles influenciam a política pública quando suas visões são publicadas pela imprensa leiga, política, ou outras, e são usadas para justificar noções grotescas tais como a de que não se deve internar ninguém em uma instituição psiquiátrica de longa permanência, uma vez que os internos em tais estabelecimentos não são doentes.” (Fisken, 1992: 184).

O pressuposto deste trecho, de que Szasz teria tido simpatizantes que colaboraram para que suas idéias fossem difundidas como o foram, pode ser colocado em questão. Ao contrário do que seu autor afirma, Szasz, mesmo que tenha muitos leitores, são raros os que, mesmo fora da psiquiatria, aderem às suas idéias.

Também em carta ao editor (Sabshin, 1995), de outro periódico especializado, um outro autor mostra-se, neste ponto específico, mais sintonizado com o que se observa na literatura com respeito a Szasz:

“[Este periódico, em número de setembro de 1994] publicou um artigo intitulado ‘O Diagnóstico Em Psiquiatria, O Poder Da Psiquiatria E O Abuso da Psiquiatria’, de autoria de Thomas Szasz. Fiquei estupefato pelo momento desta publicação uma vez que, como o Dr. Szasz coloca no artigo, ele vem fazendo estas afirmações ‘nos últimos 30 anos’.

Eu respeito a força assertiva da retórica ‘libertária’ do Dr. Szasz. Suas críticas foram especialmente relevantes nos anos sessenta. No contexto dos anos noventa, no entanto, as idéias do Dr. Szasz são anacrônicas. Ele está lutando contra o desenvolvimento dos critérios diagnósticos baseados em pesquisas empíricas com uma retórica ultrapassada, que se enfraquece a cada ano.

Nos Estados Unidos está hoje amplamente difundida a consciência de que ‘permitir’ aos doentes mentais que ‘morram com seus direitos intactos’³ foi uma política pública pouco produtiva. Uma vez mais o Dr. Szasz tem pouca consciência do verdadeiro mundo do debate político. Enquanto as questões colocadas pelo artigo exigem sua revisão por sucessivas gerações de estudiosos da ética, os argumentos e retórica do Dr. Szasz estão gastos mesmo quando são defendidos apaixonadamente.”

Porém, no que concerne a tomar as idéias de Szasz por anacrônicas nos anos noventa e deixar subentendido que, se foram relevantes nos anos sessenta, teriam sido adequadas à época, certamente este autor está em conflito com aquilo que se pensou delas nos anos sessenta.

Um artigo publicado no *American Journal of Psychiatry* em 1969, afirma:

“Comparações entre religião e psiquiatria têm sido feitas frequentemente. Cada uma delas com uma grande parte impossível de ser conhecida e que talvez inevitavelmente seja ocupada pelo dogma e pela heresia. Se as recentes

³o trecho entre aspas se refere ao título com que uma carta de Thomas Szasz ao editor do *The Lancet*, (Feb 10, 1990, pp. 356-7.) foi publicada. Esta carta critica o editorial do *The Lancet*, Dec 23/30, e afirma que pessoas que não podem conseguir alimentos e abrigo para si mesmas, por si mesmas, o fazem quando agem como doentes mentais ou criminosos. “Uma vez que nenhuma sociedade moderna fornece alimentos ou abrigo de graça para pessoas simplesmente porque elas pedem, mas fornecem alimentos e abrigo nos hospitais psiquiátricos e prisões, muitas destas pessoas improdutivas ‘escolhem’ agir como se fossem mentalmente doentes ou cometem um crime para conseguir os bens e serviços de que necessitam.”

heresias de Szasz [publicadas no livro *The Ethics of Psychoanalysis*, com a primeira edição em 1965] terão impacto é uma questão em aberto neste momento. Ele no entanto segue os passos de Freud em sua perseguição da honestidade, sua incansável defesa da liberdade, suas críticas à sociedade e à sua profissão. E, como Freud nos primeiros dias de sua missão, Szasz é talvez um [*outcast*] profissional sem o reconhecimento dos seus pares.” (Sander, 1969: 135).

Um estudo sobre quem eram os psiquiatras e os psicanalistas norte-americanos, publicada em livro no ano de 1970 (Rogow, 1970), confirma a suposição de que Szasz não tinha o reconhecimento de seus pares, e acrescenta mais algumas informações sobre como ele se situava no contexto da especialidade. As opiniões colhidas em entrevistas de 184 médicos norte-americanos, membros da Associação Psiquiátrica e/ou da Associação Psicanalítica dos Estados Unidos, mostram que Szasz não foi citado por sequer um dos entrevistados entre os psiquiatras ou o psicanalistas vivos, norte-americanos ou estrangeiros, mais notáveis (Rogow, 1970: 109). Ao lado disto, ele, Szasz, obteve dois terços dos votos como o psiquiatra vivo mais controverso e metade dos votos como o psicanalista mais controverso (p. 110). Há que se lembrar que era extensa a lista dos dissidentes da psiquiatria e da psicanálise nos Estados Unidos nesta época.

As palavras transcritas de um psicanalista entrevistado nesta pesquisa:

“A maioria dos psicanalistas considera que há algum valor no que este homem [Szasz] está dizendo. Desafortunadamente, ele discute pontos demais, ele está tão absolutamente obcecado pelo seu ponto de vista que prejudica o completo entendimento dele e do que ele está tentando dizer. Ele é terrivelmente repetitivo. Ele diz isto novamente e novamente e novamente. O resultado é: ele é muito mais uma figura para o público leigo do que o é na psiquiatria.” (Rogow, 1970: 112).

Neste mesmo livro, encontra-se a opinião de seu autor sobre Szasz:

“De todos os críticos da psiquiatria nos últimos anos, Thomas S. Szasz é sem dúvida o mais conhecido, e foi também considerado o mais controverso. Membro da Associação Psicanalítica Norte-americana desde 1952, Szasz atacou a psicanálise e a psiquiatria nas suas raízes argumentando, em numerosos livros e artigos, que a doença mental, com exceção de certas doenças orgânicas, é ela mesma um mito, e que portanto a psiquiatria está mais relacionada à filosofia moral e teoria social que à medicina. (...) Szasz tem também criticado seus parceiros psiquiatras pelo seu papel nas cortes de justiça e nos serviços de saúde universitários, e tem argumentado que a influência dos psiquiatras como ‘legisladores morais e engenheiros sociais’ está levando a que o homem seja privado de sua liberdade por se retirar dele, homem, o seu ‘conteúdo moral’ e a sua possibilidade de escolher, isto é, a sua ‘liberdade e portanto seu aspecto mais humano’. Além disso, diferente de outros *enfants terribles* desta profissão, Szasz tem conseguido uma ampla circulação de suas idéias porque as publica em um grande número de revistas populares, incluindo o *New York Times Magazine*, *National Review* e *Harper’s*.

Como outros profissionais, os psiquiatras são contrários a ter sua roupa suja lavada em público, e tendem a se defender por formas que não são muito diferentes das utilizadas por políticos, capitães da indústria, líderes de trabalhadores e outros alvos ocasionais da censura. Assim, tem havido menos discussão dos itens colocados por Szasz que pelo fato de ‘as opiniões de Szasz estarem hoje difundidas junto com *A Vida de John Birch*, de Robert Welch, pelos Defensores das Liberdades Norte-americanas, encabeçada por um membro oficial do conselho do comitê McCarthy, Robert Morris’.”⁴

A aproximação que aí se atribuiu haver entre Szasz e a extrema direita norte-americana, como o macartismo, não é desprovida de motivos. Quais? A veemente condenação do comunismo e de tudo o que a ele se ligasse, a exaltação ilimitada dos ideais de liberdade individual ligados à independência dos Estados Unidos, colocando este país

⁴ (Rogow, 1970: 28-9). Os textos de Szasz que estão dando embasamento a este trecho são os livros: *Law, Liberty, and Psychiatry* e *Psychiatric Justice*, e um artigo publicado no *New York Times Magazine* de 12 de junho de 1966, página 92, com o título “*Mental Illness Is a Myth*”.

na condição de exemplo a ser seguido por todos os demais, a amizade com o então presidente Johnson, responsável pela continuidade da participação na guerra do Vietnã, e a defesa da permanência dos Estados Unidos nesta guerra quando a opinião geral já se havia voltado contra⁵.

E no campo teórico muitos são os exemplos de que Szasz tem recebido duros, extensos e constantes ataques de seus colegas. Houve mesmo quem sequer o considerasse colega. Porém é preciso se ponderar se estes ataques eram somente a defesa dos psiquiatras se manifestando, ou se, além disso, demonstram algumas das regras gerais seguidas pelas instituições sociais.

Roth, um dos autores mais qualificados para serem tomados como representante do *establishment* psiquiátrico, em artigo publicado em 1976 (Roth, 1976: 317-26), no qual demonstra que, para discutir o que enuncia o título, leu alguns textos de Szasz⁶ em minúcias, inicia sua crítica atribuindo a Szasz o equívoco de colocar os problemas que analisa dentro de uma perspectiva dualista inadequada. O primeiro exemplo que cita é que Szasz constantemente coloca de um lado as doenças, cuja existência, segundo defende, deve ser demonstrada pela histologia ou pela patofisiologia, e de outro as “formas particulares de comportamento humano”, e por isso chega à conclusão de que a esquizofrenia não é doença. Em réplica à esta posição, Roth afirma:

“Naturalmente que, se doença é uma questão física, de lesões e germes, a maioria dos esquizofrênicos é perfeitamente saudável. Mas esta definição de doença deve ser repudiada pelos médicos e mesmo pela clínica médica, tão árida e restritiva.”

Mais ainda pela Psiquiatria, que lida com as atribulações do espírito. E diz:

⁵ Afirmações como a de Roth, de que: “... Szasz propõe uma teoria essencialmente marxista que explica a existência da esquizofrenia nos seguintes termos. A verdadeira natureza do comportamento de certos indivíduos que entram em conflito com a sociedade tem que ser disfarçada como algo diferente. As razões que tornam necessária a camuflagem de tais atos dissidentes são de caráter socio-econômico. A classe dominante de uma dada sociedade é assim protegida do perigo do confronto direto com seus críticos. Uma classe de profissionais difamadores é, por conseguinte, criada. Sua tarefa é fixar rótulos em todos os indivíduos cujo desvio ameace [curioso o verbo que foi utilizado, *to threaten*, poder ser traduzido tanto por ameaçar quanto por denunciar] o poder das classes dominantes. Estes rótulos têm o efeito de invalidar as ações dos desviantes e ocultar ou anular sua significância política. Se os psiquiatras cumprem o papel social atribuído a eles conscientemente ou sem intenção é irrelevante.” (Roth, 1976: 322.) não podem ser entendidas como relativas ao conteúdo do que Szasz sempre afirmou.

⁶ Os textos de Szasz a que faz referência são: os livros “The Myth Of Mental Illness”, na edição de 1961, “Law, Liberty and Psychiatry”, “Psychiatric Justice”, “Ideology and Insanity: Essays on the Psychiatric Dehumanization of Man” e “The Manufacture of madness”; e os artigos: “The Ethics of Addiction”, *International Journal of Psychiatry*, 10, 51-61. e *Georgetown University Law School Symposium on “Basic Issues of the Therapeutic State”*, publicado em *Psychiatric News*, Nov 5, 1975.

“Doença é um conceito muito complicado, e impor a uma palavra a concretude de objetos fixados rigidamente segundo critérios de escolha pessoal é diferente de entender.”

Nesta mesma seqüência, diz que Szasz, pelo seu próprio texto, demonstra ter um conhecimento vago demais daquilo que leva a que psiquiatras façam o diagnóstico de esquizofrenia, porém, ainda assim, que ele não se desanima de escrever para afirmar que a doença não existe.

Vinte anos depois, em 1996, este mesmo autor, já tendo sido agraciado pela Corôa inglesa com o título honorífico de “Sir” em razão de seu destaque científico, num artigo (Roth, 1996: 536-9) que ocupa as páginas seguintes do mesmo número revista em que um texto de Szasz foi publicado (Szasz, 1979: 533-5), chega a conclusão não muito diferente da anterior. Ele diz, dando fecho ao texto:

“Em resumo, o autor não parece ter obtido sucesso com os seus argumentos em defesa da idéia de que a esquizofrenia seria uma variação da normalidade, a despeito de suas tentativas de fazê-los derivar do trabalho original de Bleuler. No entanto, [este artigo escrito por Szasz] pode estimular psiquiatras a conhecerem o que Bleuler realmente escreveu e a fazerem descrições cuidadosas, detalhadas e perceptivas das experiências das pessoas esquizofrênicas que atenderem.”

Na obra de Szasz, este aspecto, do qual Roth afirma não ter se convencido, é fundamental, e, após ele, mais dois outros aspectos, com os quais forma um conjunto orgânico a que todas as idéias, em toda a extensão da obra, referem-se. Como o parágrafo acima já permite entrever, Szasz: primeiro, defende que não existe o que se chama de doença mental; segundo, posiciona-se contrariamente a que a psiquiatria tome para si qualquer atribuição na esfera da justiça, seja internando em hospitais psiquiátricos pessoas que tenham cometido crimes, seja interferindo na atribuição de penas por relativizar a responsabilidade de pessoas portadoras de qualquer tipo de insanidade; e, terceiro, oferece idéias com as quais pretende contribuir para uma melhor compreensão do que se passa na esfera do psiquismo. A coerência entre os três aspectos, que não necessariamente

precisariam estar articulados entre si, é dado por algo externo a eles e em função de que todas as discussões têm o intuito de defender: um posicionamento ético, moral, extremado quanto ao individualismo e liberalismo.

Como a seguir se procurará demonstrar, Szasz parte do princípio de cada indivíduo sempre se move em função do resultado da confluência dos seus interesses com regras morais explícitas às quais é submetido, mormente as que ganham a forma de lei. Para definir se as regras morais são ou não boas, Szasz se utiliza do parâmetro de se, respectivamente, foram ou não forjadas segundo um rígido princípio de igualdade de todos os indivíduos. As boas regras o seriam por afastar a chance de alguém ser iludido e enganado.

Como, segundo Szasz, interesses e regras morais não raramente se contrariam, há que se considerar a tendência de o interesse passar por sobre as regras morais através de subterfúgios presentes no discurso daqueles que necessariamente estarão enganando outros. Para Szasz, estes subterfúgios são discerníveis por quem se debruça a analisar situações onde a liberdade e a responsabilidade de um certo grupo de indivíduos não sejam tomadas como integrais; quando isto ocorre, há um outro grupo bem determinado, protagonista da construção do discurso, obtendo benefícios indevidos. Szasz entende liberdade e responsabilidade como as pessoas agirem de acordo com suas decisões pessoais e responderem integralmente perante outros por suas ações.

Obviamente que esta postura ideológica de Szasz o coloca em confronto, do qual ele em momento algum se furta, com todas as noções que admitem a relativização da liberdade e da responsabilidade de indivíduos. E este confronto pode ser a referência em torno da qual e pela qual se conformam os diferentes elementos que compõem a sua obra, mesmo seu primeiro livro, que ideologicamente, é exceção frente ao restante.

O confronto, em “Dor E Prazer”, cuja primeira edição é de início de 1957, existe e aparece nitidamente, porém não entre seu autor e o saber hegemônico. Inclusive, é provável que por isso tenha acrescentado à segunda edição, de 1975, um novo prefácio e mais um capítulo. Embora o restante não tenha sido reescrito, o que foi acrescentado mostra que o autor já não sustentava suas idéias pelos mesmos pontos de vista. Este livro, na edição original, sem dúvida procura ser uma contribuição, dentre outras, para discussão do tema. A oposição presente nos dois termos do título, embora possa se supor que não casual,

também não é levada enquanto tal em seu conteúdo. Dor e prazer têm assinalado sua área de coincidência, qual seja o fato de o eventual portador de uma ou outra sensação necessitar da “validação” (Szasz, 1976b: 184) do que sente; se para a dor, há a dor sem validade orgânica por lhe faltar referência a alguma lesão constatável no corpo, caso da dor psicogênica, para o prazer, há a ilusão, a hipomania e a mania, que invalidam a sua objetividade.

A oposição que Szasz trabalha em “Dor E Prazer” fica suficientemente delimitada no seguinte trecho:

“Nos primeiros capítulos chamei atenção para o que denominei dois tipos de *mundo*, o perceptivo e o físico, mas disse que naturalmente existe apenas um mundo. Agora vamos substituir os dois tipos de mundo por dois tipos de conhecimento do mundo único. Há conhecimento dependente de símbolos perceptivos, despertados por estímulos que chegam ao corpo vindos do exterior e que chamamos percepção, e há conhecimento através de símbolos conceituais derivados da percepção através de um processo dedutivo. Nosso conhecimento daquilo que chamei mundo físico é do segundo tipo. Quando perguntamos, portanto, como uma configuração de impulsos elétricos no cérebro pode ser uma cor, o que estamos realmente dizendo é: ‘De que modo acontecimentos, para os quais usamos símbolos conceituais envolvendo eletricidade, podem ser representados também pelo símbolo perceptivo da cor [?]’. Sentir-me intrigado diante disso é o mesmo que indagar: ‘Como pode um homem chamado Willian usar bigode?’. A analogia, confesso, não é perfeita porque normalmente não há conexão entre se chamar Willian e ter bigode, e existe certa conexão entre os padrões neurofisiológicos no cérebro e as cores, mas, no atual estado de nosso conhecimento, não existe relacionamento explicável entre os símbolos conceituais e perceptivos que respectivamente os representam.

Os estudos da dor e do prazer descritos nesta obra baseiam-se, e sem dúvida refletem, o meu crescente interesse e adesão ao ponto de vista acima exposto.” (Szasz, 1976b: 60).

Szasz não o disse de forma resumida, e se não o fez deve ter tido motivo, porém é possível depreender que neste livro assinala a necessidade de se considerar o que se

interpõe entre alguma coisa do *mundo* e o que se diz daquilo. Assim, a título de conclusão, escreve:

“[O ego do paciente se interpõe entre o que se passa em seu corpo e o médico, e] Isto é consistente com a idéia de que a medicina não é uma ciência à parte e sim uma técnica terapêutica, ou uma coleção de técnicas. Se esta interação [entre paciente e médico] funcionar satisfatoriamente, o médico não se acha exposto a nenhuma frustração, isto é, obtém nítidas mensagens, que é capaz de interpretar corretamente com base no seu conhecimento de anatomia, fisiologia, etc. [Há ganhos e perdas no fato de a medicina ter se tornado científica, retirando de cena o médico de família do passado.] Esses ganhos e perdas são inerentes, parece-me, à estrutura da situação médica moderna, na qual o ego do paciente está na posição do intermediário que entrega uma mensagem, mas nada tem a ver com sua origem ou destino. (...)

No quadro de referências psicológicas, pelo contrário, a dor e outros sintomas correlatos não são de modo algum considerados nestes termos. Prolongando a metáfora, a situação se acha estruturada como se o mensageiro tivesse sido despedido. Não existe portador impessoal de informação a respeito de um assunto previamente combinado, isto é, o corpo do paciente. Em vez disso, médico e paciente são atores e portadores de mensagens simultâneas, e numa situação em que as coisas a que podiam ter se referido não foram de maneira alguma limitadas. Assim, as mensagens trocadas podem referir-se ao corpo do paciente, mas também a qualquer outra coisa dentro da órbita experiencial de cada um dos participantes. É por esta razão que os chamados significativos comunicativos da dor (e de outros afetos) elevam-se a tal importância e complexidade potencial. A matriz cultural dentro da qual o relacionamento paciente-médico se desenrola será, naturalmente, um importante determinante tanto do conteúdo como da configuração.

Será desnecessário acrescentar - mas o faço porque quero estar certo de que não me entenderão mal - que esta abordagem à dor e aos outros fenômenos não se destina a afastar ou minimizar tudo o que há de valor na orientação médica (física) de tais processos. Esses dois quadros de referência [relativos aos

processos físicos e aos processos mentais] são complementares; e embora seja possível, sem dúvida, ser terapeuta dentro de cada um desses campos ignorando quase por completo o outro, não é possível ser um cientista consciencioso e permanecer satisfeito com pouco menos do que a percepção da relevância de ambos.”

Deixa explícito quanto a sua intenção de contribuir, e não de contestar tanto o conhecimento físico, quanto o psicológico. A oposição que sustenta a discussão acima, conforme os trechos transcritos mostram, é a que se define ao se colocar lado a lado fenômenos que, segundo Szasz, são apreensíveis objetivamente, de outros que não o são. Em praticamente todos os trabalhos de Szasz que ainda estavam, em 1957, por serem escritos, ele voltou a bater nesta mesma tecla.

No corpo das idéias deste livro há mais um detalhe a ser sublinhado: Szasz trata a linguagem utilizada para se definir aquilo que não pode ser objetivamente apreendido de modo a demonstrar que ela pode perder parte da ligação que possuía com as circunstâncias que primariamente lhe deram sentido. Isto é, algo que se diz pode não ter relação somente com as afirmações objetivas aí contidas, dado não haver modo de se as comprovar, e pode ser dito em função de uma lógica outra, subjacente, culturalmente determinada⁷, da qual o interlocutor, destinatário da mensagem, participa da elaboração. Este também é um ponto que, embora com outros contornos e com a posição radicalizada em que o dito perde toda a ligação com o que objetivamente afirma, foi muitas vezes repisado nos trabalhos seguintes de Szasz.

⁷ “Para resumir, observamos que o fenômeno da dor pode ser dividido em dois componentes: 1- sinal informando o ego de um perigo em relação ao corpo; 2 - mensagem pedindo ajuda a outra pessoa. O primeiro significado da dor refere-se a questões anatômicas e fisiológicas e será designado, por conseguinte, como *significado médico*. O último refere-se às relações humanas, e pode ser chamado de *significado comunicativo* da dor. Acrescentar que estes dois componentes da dor nunca existem separadamente, ou em ‘pura cultura’, seria enunciar um truismo. Passemos então a considerar, portanto, a terceira categoria de *dor*, na qual uma pessoa, queixando-se à outra de dor, torna-se foco de nossa atenção. A predominância do sentido comunicativo da dor é o traço característico deste terceiro nível de conceito. A importância prática deste conceito de dor é a mais relevante no momento. O significado médico da dor foi assunto de investigações clínicas, assim como base das ciências médicas, em toda a medicina moderna. Além do mais, existe nesta área um esclarecimento terminológico adequado, de modo que permanece um mínimo de confusão acerca de significados quando médicos, outros cientistas e pacientes falam dos fenômenos pertencentes a esta categoria.

A situação oposta caracteriza o *status* da dor como conceito de comunicação. Ela não foi estudada amplamente, nem pelas ciências médicas, nem pelas ciências sociais. Existe também confusão entre as pessoas quando se faz referência à dor deste tipo. De fato, há uma tendência comum a tentar reduzir toda dor a nada além de um sinal ou referente relativo a alguma perturbação física. Assim, esta é a *dor verdadeira*. Todas as outras são mais ou menos imaginárias.

Na verdade, a observação nos diz que em vários casos o termo dor contém apenas um núcleo do significado, segundo o modelo primário de referência ao distúrbio físico. Em vez disso, a dor pode ser sobretudo uma ordem dirigida a determinada pessoa da qual se espera ajuda, para que ela a exerça. Ou pode dirigir-se a alguém, não por precisarmos e esperarmos sua ajuda, mas por pagamento do que nos é ‘justamente devido’. Existem vários significados possíveis dentro desta categoria; (...).

Se considerarmos a dor como comunicação, segue-se que a questão da pessoa a quem o paciente dirige sua mensagem é de crucial importância para a correta compreensão do problema. Tocamos aqui num problema bastante complicado e desejo limitar-me a indicar a sua existência.” (Szasz, 1976b: 96-97.)

A principal mudança na passagem de “Dor E Prazer” para “*O Mito da Doença Mental*”, o livro seguinte, publicado quatro anos após, intervalo em que Szasz também publicou dezoito de seus artigos em revistas médicas especializadas, pode ser percebida nas primeiras linhas de seu prólogo. Ele escreve:

“Embora [o conceito de doença mental e seus corolários, o diagnóstico, o prognóstico e o tratamento] possa ter sido útil no século dezenove, hoje está desprovido de valor científico e é, desde uma perspectiva social, nocivo.” (Szasz, 1976a: 9);

mais algumas páginas adiante:

“No meu entender, a definição tradicional de psiquiatria - que ainda está em voga - a coloca junto à alquimia e à astrologia, e a encerra na categoria de pseudociência.” (p. 15)

No intuito de melhor detalhar em que consistiu a passagem de uma postura a outra, com textos da autoria do próprio Szasz, adiante estão três trechos escritos em diferentes datas sobre o controle que a medicina, em nome do Estado, faz do acesso a drogas.

Em 1958, escreveu:

“Estas considerações [com respeito à participação do ego do paciente e da sociedade na determinação do surgimento da drogadição], finalmente apoiam a tese de que quando os juízos morais que estão disfarçados como ‘conhecimento’ psicológico, podem exercer uma poderosa influência inibitória na compreensão científica do fenômeno em questão.” (Szasz, 1958).

Em 1971:

... “nosso pretendido problema do abuso de drogas é parte integrante de nossa ética social efetiva, que aceita ‘proteções’ e repressões justificadas mediante apelações à saúde, semelhantes às que aceitavam as sociedades medievais quando as justificavam com apelações à fé. O problema do abuso de drogas é

(como agora sabemos) uma das consequências inevitáveis do monopólio médico das drogas, um monopólio cujo valor proclamam diariamente a ciência e a lei, o Estado e a Igreja, os profissionais e os leigos. Assim como a Igreja regulava as relações do homem com Deus, do mesmo modo a medicina regula hoje as relações do homem com o seu corpo.”

E em 1986 se observa a mesma postura de 1971, com a diferença de somente uma maior ênfase no aspecto moral; o aspecto moral torna-se ponto de partida para a crítica, e já não mais a fragilidade do saber que sustenta a postura moral da qual ele diverge:

“Em resumo, parece-me que nos colocamos numa condição que contradiz a si mesma - ou seja, por uma América em que não há ‘abuso’ do drogas porque os médicos efetivamente controlam o seu uso, as pessoas tem uma morte dolorosa e sofrida porque os médicos matam por compaixão as pessoas que estão morrendo e querem ser mortas. Por termos combinado o medo da morte lenta, com momento incerto e talvez dolorosa com o medo de vivermos com o mercado livre de drogas, nós nos negamos a chance de obtermos uma autonomia farmacológica, isto é, liberdade e responsabilidade no uso da drogas tal qual as temos para escolher o alimento que comemos, os livros que lemos e a religião que professamos.” (Szasz, 1986: 806-12).

Desta nova postura assumida por Szasz em 1961 perante a psiquiatria e a medicina, e por consequência perante seus colegas, não se observa mais mudança até os dias atuais. Se fosse possível obter a versão do próprio autor a este respeito, ele talvez dissesse que estabelecera, neste intervalo de 1957 a 1961, a sua “*identidade profissional*”⁸.

É de 1961 a primeira edição de “*O Mito da Doença Mental*”, livro precedido de um artigo com o mesmo título, publicado em revista especializada um ano antes (Szasz,

⁸ “[Dor e Prazer] Foi o meu primeiro livro. À época procurava não apenas compreender o assunto, como estabelecer minha identidade profissional. Em resultado - e talvez também por ser a única maneira de escrever em que me sentia à vontade - expressei-me sobretudo no que considero, agora, o jargão profissional da psiquiatria e da psicanálise. Dirigia-me, naturalmente, aos meus colegas e não ao público em geral. Para fazê-lo é preciso - eu precisava, ou achei que sim - escrever como psiquiatra ou psicanalista. Isto explica a linguagem e o estilo de Dor e Prazer.

O conteúdo do livro reflete também, talvez em grau mais reduzido, a mesma orientação.”
(Szasz, 1976b: 9).

1960), o qual, segundo o próprio autor, foi escrito quando o livro estava praticamente terminado. Segundo ele, o que está contido em ambos, artigo e livro, foi fruto de um trabalho de elaboração que o ocupara de, aproximadamente, 1947 a 1957. O livro, propriamente, teria sido escrito de 1954 a 1957 (Szasz, 1979: 7). Em assim se considerando, há que se concluir que o autor trabalhou simultaneamente em seus dois primeiros livros, embora cada um tenha sua própria perspectiva e entre ambos existam as incompatibilidades acima apontadas.

Szasz, no prefácio escrito em 1973 para a segunda edição de *“O Mito da Doença Mental”*, considerou que especialmente em *“Law, and Psychiatry”*, *“Psychiatric Justice”*, *“A Ética da Psicanálise”*, *“Ideologia e Doença Mental”* e *“A Fabricação da Loucura”*, voltou a discutir as idéias que haviam aparecido pela primeira vez em o *“Mito da Doença Mental”*. O que se observa no conteúdo de seus livros seguintes a 1961 não permite afirmar, conforme entendimento de alguns críticos de suas idéias, que Szasz sempre se repetiu, porém, quanto ao estilo, temas e perspectivas, as variações que se observam estão quase exclusivamente em função de diferentes ênfases quanto ao que já havia afirmado, ou em função de seus desdobramentos previsíveis; são variações que, se não apresentam originalidade, denotam a forte delimitação de um certo objeto e a fineza de raciocínio que a sua construção exige, além do que, seus trabalhos posteriores trazem mais luz sobre o conjunto, contido em *“O Mito da Doença Mental”*, que lhes situa uma origem.

Porém, ainda que se aceite que não há significativos pontos de ruptura naquilo que Szasz produziu de *“O Mito da Doença Mental”* em diante, é preciso se notar a grande mudança que houve, no decorrer do tempo, do lugar ocupado por este conjunto dentro da cultura. A despeito do conservadorismo das idéias políticas do seu autor, *“O Mito da Doença Mental”*, em 1961, não o era sob qualquer acepção, dadas as circunstâncias de: 1- ser o primeiro livro com tal conteúdo de contestação; 2- de seu autor ser um profissional da mesma área que criticava; 3- de sua publicação ter ocorrido no (3a-) momento preciso do início de um período, (3b-) que inclusive o próprio texto serviu para moldar, cuja característica primordial foi a de contestar o já estabelecido.

Em 1976, por exemplo, os sinais, que Szasz inclusive demonstrou perceber, indicam que o momento exigia discursos diferentes. O movimento de contestação se

transformou, amadureceu com o desgaste da repetição que inevitavelmente as propostas transformadoras não poderiam suportar. Propostas transformadoras, por características inerentes a si, envelhecem; se logram êxito, têm de deter o processo de transformação, revolução ou reforma, em algum ponto para que uma forma de organização se mantenha; se não conseguem êxito, caem em descrédito. Ao invés de como no início, quando a união, que formou o movimento de contestação, encobria as “pequenas diferenças” dos que engrossavam suas fileiras, agora os seus desdobramentos levavam à negação da uniformidade anterior através do início de um processo de divisão, onde, de dentro do todo anterior, diversas identidades procuravam se delimitar para sobreviver; cada qual das identidades com a sua, pretensa ou não, referência histórica, traço dispensável pouco tempo antes. Sobrevivência, portanto, não é sobrevivência do mesmo; se as circunstâncias se modificam, a manutenção do mesmo é impensável, e se não é o mesmo que sobrevive, o que se busca manter é necessariamente uma condição de privilégio.

Enquanto Laing, como foi anteriormente mencionado, renegava a condição de antipsiquiatra para se identificar através da prosaica função de simplesmente ajudar aqueles que o procuravam, Szasz escrevia:

“Um dos desenvolvimentos desde a primeira edição de *The Myth of Mental Illness* e atribuível em não pequena parte à sua influência, foi o chamado movimento antipsiquiátrico. (...) É certo, evidentemente, que os antipsiquiatras e eu temos na Psiquiatria tradicional e coercitiva o mesmo inimigo que cumpre combater. (...) O velho provérbio árabe de que ‘o inimigo do meu inimigo é meu amigo’ faz muito sentido na política e na guerra. Mas não faz sentido algum no discurso intelectual e moral.” (Szasz, 1978: 60).

E depois de muitas páginas com argumentos contra a Antipsiquiatria, que giram em torno de sustentar asserções do tipo: “As semelhanças estruturais gerais entre a Psiquiatria e a Antipsiquiatria de hospício são (...) impressionantes.”; “A luta em torno de definições é praticamente idêntica nos manicômios e nos *asylums* languianos”; “*Plus ça change, plus c’est la même chose*.” (p. 83); afirma:

“... o que ambos esses modelos [os da Psiquiatria e da Antipsiquiatria] obscurecem são as mais simples e as mais antigas verdades humanas, notadamente que a vida é uma luta árdua e trágica; que aquilo a que damos o nome de ‘sanidade’ - o que entendemos por ‘não ser esquizofrênico’ - tem muito a ver com a competência conquistada através da luta por se atingir a excelência, com a compaixão, duramente adquirida enfrentando o conflito, e com a modéstia e paciência, ganhas através do silêncio e do sofrimento. Esta imagem, não tanto a de alguma espécie de sanidade ou de saúde mental idealista, mas simplesmente a de estar apto a suportar a vida com decência e dignidade, não pode enquadrar-se nos paradigmas da paralisia geral [segundo Szasz, o que se aplica à forma de construção teórica da Psiquiatria] ou o do saque [o mesmo com relação à Antipsiquiatria].”(p. 92).

A definição de psiquiatria utilizada por Szasz em 1961, na primeira edição de *“O Mito da Doença Mental”*, foi *“ciência teórica que se ocupa do estudo da conduta humana, de esclarecer e explicar os tipos de jogos que as pessoas jogam entre si, como os aprenderam, porque gostam de jogar, etc.”* (Szasz, 1976a: 21). Em 1974, quando da segunda edição, é acrescentado um novo e pequeno trecho de dois parágrafos, com o sub-título *“Conclusões”*, em que a psiquiatria já aparece como: *“a especialidade médica que se preocupa com o estudo, diagnóstico e tratamento das doenças mentais.”* (Szasz, 1979: 230), ao que atrela:

“Trata-se de uma definição inútil e errônea. A doença mental é um mito. Os psiquiatras não estão preocupados com as doenças mentais e seu tratamento. Na prática real, lidam com problemas éticos, sociais e pessoais.”

Os textos iniciais de Szasz, em que criticou a psiquiatria, que antecederam e incluem a publicação de *“O Mito da Doença Mental”*, podem ser caracterizados pela ênfase na contestação do saber teórico da Psiquiatria e na tentativa de propor uma alternativa, tanto teórica, quanto prática, para aquilo de que ela se ocupava. A crítica aparece em primeiro plano, e o parâmetro segundo o qual a crítica é construída fica em segundo.

Posteriormente, como se observa já em 1970, em “Ideologia e Doença Mental” (1977), estas posições se invertem: o núcleo da discussão se desloca para anexar, à teoria e prática da psiquiatria, suas conseqüências morais e éticas; inclusive, mais que antes, justificando a existência da teoria e da prática psiquiátricas pelo objetivo de coagir pessoas. Este livro, por exemplo, composto de doze capítulos, cada um deles correspondendo a um artigo anteriormente publicado em separado em revistas especializadas de psiquiatria, no primeiro parágrafo de sua introdução, lê-se:

... “a liberdade é a capacidade de escolha livre de coerções, então o homem [,ao contrário do que disse Rousseau, de que ‘O homem nasce livre e, no entanto, está sempre aprisionado.’] nasce aprisionado. E o desafio da vida é a libertação.”

e o décimo primeiro capítulo tem o título “*A Classificação Psiquiátrica Como Estratégia de Coerção Pessoal.*”

Para Szasz, a psiquiatria faz o mesmo que religiões ou a moral, que em diferentes épocas firmaram, e ainda firmam, seus preceitos em bases de conhecimento que, vistas pelo ângulo dos não beneficiados⁹ pelas suas conclusões, se evidenciam como falsas.

Assim, em Szasz, os trabalhos mais tardios mostram que desde “*O Mito da Doença Mental*” as discussões não têm por ponto de partida o conhecimento em suas bases metodológicas e empíricas, mas os preceitos, que considera corretos, em que devem se apoiar o relacionamento das pessoas entre si; é este o parâmetro que escolhe para discriminar o verdadeiro do falso em meio a tudo o que se afirma e que diga respeito ao ser humano, ao seu corpo, ao seu espírito e à sua história. Se diferentes posições subjetivas, definidas segundo os interesses de cada pessoa, dão diferentes visões de realidade, a verdade está em algum ponto medio, desde o qual todas as subjetividades estejam

⁹ Aqui, beneficiado é entendido tanto aquele que obtém privilégios, como quem ganha um lugar preciso a partir do qual se situa perante o todo social.

Há uma certa contradição entre o benefício do privilegiado, que é objetivável e de preferência definido por ganhos materiais, e daquele que é colocado, pelo discurso com que o privilegiado se legitima (e pelo todo social que aceita como verdadeiro o conteúdo deste discurso) na condição de seu complemento, cujo benefício seria a de escapar das exigências morais a que os demais estão sujeitos. Ao se entender que uma mesma coisa possa ser boa para ambos, privilegiado - na maioria das vezes, o autor do discurso - e seu complementar, já que esta mesma coisa os situa em lugares diferentes, ambos são aceitos como diferentes; e ao se defender que há nisto algo de incorreto, apoia-se na idéia de que ambos são, em princípio, iguais.

igualmente servidas, e esta verdade, por sua vez e uma vez enunciada, produz uma ação retroativa que redefine todas as subjetividades, inicialmente diferenciadas, como iguais.

O falso torna-se, por consequência, discernível como o que estabelece diferenças para os que são iguais, e isto serve de base e de argumento para o esforço de Szasz em procurar demonstrar a fragilidade da psiquiatria: sublinha a existência de aspectos fundamentais do conhecimento circunscrito sob sua égide que somente são sustentados pela coesão de opiniões e, em seguida, toma o todo, teorias e práticas, como formados pela mesma substância destes aspectos já assinalados. A força dos argumentos é ponderada em função daquilo que será o emprego destes argumentos, não mais no discurso em que foram colocados, mas nas práticas que necessitarão deste discurso para serem legitimadas.

Em fins da década de sessenta, portanto, com a “*identidade*” definitiva de Szasz, enquanto autor, já bem delimitada, observa-se a sua adesão explícita a determinados preceitos morais, nos campos político e do comportamento individual, preceitos estes que carregam, incluído, o pressuposto, se não explícito, ao menos transparente, de sua suposta aplicabilidade universal.

Devido à utilização de semelhanças e oposições na construção das idéias, a obra de Szasz se aproxima muito mais das “antinomias” de Kant, da dialética de Hegel e Marx e da cisão do psiquismo em partes que se opõem, na teoria freudiana, que dos textos de feito positivista ou empirista da psiquiatria. Porém, diferente do *imperativo categórico* de Kant, onde se impõe o princípio moral da busca de um bem para o qual não há conteúdo (“*Act as if the maxim of your action were to become through your will a general natural law.*”), que, por definição, é ideal, universal e deve emanar uma ação não contraditória consigo mesma; diferente do que se depreende da crítica hegeliana a Kant, onde a idéia de bem deve estar em consonância com a realidade, a ponto de poder transformar esta realidade, porque o bem somente o é na condição de vontade moral que se exterioriza em ação; diferente da teoria marxista, que critica a Hegel e estabelece que os princípios morais de cada pessoa variam segundo a sua inserção na sociedade, cujos lugares são organizados pela lógica imposta desde as bases econômicas da produção, e segundo os efeitos dos mecanismos de alienação ideológica postos a funcionar pela própria sociedade, em favor da minoria que detém a posse dos meios de produção; e diferente da teoria freudiana em que,

segundo leitura proposta por Lacan, a constituição da pulsão implica em, porque é determinada por, uma ética, a ética do desejo, a ética constitutiva do desejo, (note-se que nestes quatro casos, ou não é dado conteúdo aos preceitos morais, ou, se dado, não é tido por universal); Szasz, tal qual grupos religiosos ou políticos, enuncia assertivamente preceitos morais. Há uma disparidade em seus textos, que não sendo positivistas ou empiristas quanto à construção, apresentam seus resultados sem relativizá-los, na forma de avaliação positiva do objeto, seja ele a psiquiatria, a nosografia psiquiátrica ou o comportamento de pessoas ou grupos de pessoas.

Szasz, então, explora e procura denunciar a forma e conteúdo com que são construídas as idéias, os saberes instituídos e as instituições, naquilo que as caracteriza como geradoras de ilusões e, portanto, de influência de cujo conteúdo ele discorde. Cabe sublinhar que a discordância é quanto ao conteúdo, e não quanto ao exercício de influência, embora explicita que ambas as coisas não se coadunam com os propósitos científicos que deveriam ser os da psiquiatria.

Para tanto, manteve-se utilizando o recurso de construir textos em que contrapunha, de um lado o que se poderia depreender de certos elementos empíricos, da teoria ou da prática, e de outro uma crítica contruída de acordo com regras morais ideais (diferentemente dos filósofos da “Escola de Frankfurt” acima referidos, Szasz não retira o parâmetro de comparação do mesmo objeto ao qual pertencem os elementos a serem criticados). Mesmo em artigos bem elaborados, que expõem com clareza contradições internas à psiquiatria¹⁰, o foco não está na exploração destas contradições e na desqualificação de sua origem, mas disto como reforço da busca de usar a racionalidade para defender de certos princípios de ordem moral. Portanto, os trabalhos de Szasz fazem crer que não é com a intencionalidade de avaliação isenta que foram construídos e nem é nisto que se sustentam. A atitude de Szasz, contestatória para com o saber e para com o poder detido pela Psiquiatria, poder este obtido em função de ser aceita como uma das especialidades médicas, com a legitimidade a elas conferida, procura justificar e se combina

¹⁰por exemplo, considerando que a legitimidade da psiquiatria depende hoje de ela também se provar capaz de delimitar a esquizofrenia como uma entidade nosológica, de possuir critérios objetivos para o seu diagnóstico com um grau convincente de confiabilidade e de ter instrumentos para interferir na sua evolução, Szasz, em (1996: 533-5), demonstra que dois aspectos fundamentais para o diagnóstico de esquizofrenia são coerentes com, e talvez estejam calcados em, falhas na tradução da obra de Bleuler, o criador do termo esquizofrenia.

com uma postura que possui aspectos tanto liberais, quanto conservadores no que tange ao comportamento individual.

Szasz busca demonstrar e explora oposições do material que investiga, opõe-se às tendências hegemônicas na psiquiatria e na psicanálise com argumentos que apelam ao senso comum enquanto que, ao lado disto, as idéias que defende possuem oposições entre si, bem como destoam em muito, nas suas conclusões, do senso comum. De regra, Szasz se utiliza do senso comum para as definições e destoa dele nas conclusões, ambas as coisas de forma extremada.

Em 1968, ironiza que o “ciúme patológico” possa servir para livrar de culpa, frente ao sistema jurídico norte-americano, alguém que assassinou sua noiva (Szasz & Alexander, 1968); bem como, em 1993, usa termos jocosos para demonstrar ingenuidade na justiça, e por contiguidade na sociedade, para a qual o argumento baseado em “tensão pré-menstrual” possa livrar da prisão alguém que também tenha cometido assassinato (Szasz, 1993).

O seguinte trecho traz a utilização do senso comum como parâmetro, a crítica a que o diagnóstico de doença mental seja uma forma de relativizar a responsabilidade de alguém pelos seus próprios atos e também a proposta do autor de como devem ser equacionados os problemas advindos de comportamentos inadequados:

“Embora uma pessoa possa ter um comportamento anormal por sofrer de doenças no cérebro, o louco típico se comporta de modo como o faz por causa de sua adaptação aos eventos que estruturam sua vida. O rei Lear enlouquece devido às poucas opções que tem no final de seu reinado. Lady Macbeth é levada à loucura pela culpa e pelo remorso de uma trajetória criminosa. Hamlet sucumbe sob o estresse da descoberta de que a mãe e o tio assassinaram seu pai. (...)”

Em todos os tempos existiram pessoas que encontravam dificuldade em crescer e assumir as responsabilidades da vida adulta. Antigamente, aquele que deixava de atingir esta meta universal - e que permanecia desabilitado, descasado,

desempregado e desempregável - era mantido pela família, ou se tornava um andarilho, o que levava à existência marginal. Seus parentes, se fossem educados, podiam tê-lo chamado de 'maltrapilho'. Hoje, chamam-no doente mental, geralmente esquizofrênico. Independentemente da condição médica do indivíduo, há uma clara e crítica ligação entre o *valor* que damos à vida, à liberdade e à propriedade, e a *idéia* de insanidade ou doença mental. A 'má conduta' de um prostático não é assunto moral, porém a má conduta de uma pessoa, sim. A distinção é importante para o observador-respondente: se ele aceita a dimensão moral de insanidade, ele depara com um problema ético-político - ao passo que se ele a rejeita, terá diante de si um problema médico-técnico."

Desta postura - de se levar o entendimento das motivações do comportamento para o campo moral - se poderia supor, atrelada a ela, uma proposta moralista como parâmetro para o bom comportamento e para se avaliar os seus desvios; não a defesa da liberalidade, que Szasz de fato faz¹¹. Da postura liberal, não se poderia supor a defesa de atitudes humanistas, quase ou inteiramente paternalistas, para com aqueles que porventura se desviem. E, finalmente, da defesa de atitudes humanistas não se poderia supor que Szasz se postasse contra as internações psiquiátricas involuntárias, como sempre o fez.

Ele se justifica:

"Considero que se colocar de lado os julgamentos criminais e substituí-los pelos métodos psiquiátricos de punição de pessoas acusadas de crimes é uma das mais características e a mais importante prática social da Psiquiatria. Por que? Porque valorizo a liberdade individual e acredito que um julgamento justo, conduzido em público, é uma das mais poderosas salvaguardas contra a tirania política, independentemente das motivações do tirano - escravizar e explorar suas vítimas, ou protegê-las e tratar delas." (Szasz, 1989: 864)

¹¹ "I reject my fellow panelists' sympathetic stance toward medical drug controls. To treat people in great pain effectively, we do not need more 'compassion'; we simply need a social setting where individuals have legal access to narcotics and where doctors can administer such drugs in conformity with their patients wants, without fear of criminal penalties for overprescribing, or civil penalties for malpractice, or both. Prescribing heroin and methadone for addicts is not the solution, but the very epitome of the problem, Enough said." (Szasz, 1996, pp. 45-48).

E, páginas adiante, no mesmo artigo:

“Claramente, esta prática psiquiátrica particular - especificamente, o exame pré-julgamento dos réus, o julgamento médico/legal de que eles são mentalmente incapazes de responder a um julgamento padrão, e seu subsequente encarceramento - depende de, e é uma parte integrante do, poder da psiquiatria para ‘hospitalizar’ pessoas contra a sua vontade. Os psiquiatras, sempre tiveram, e continuam a ter, um verdadeiro caso de amor [*love affair*] com a prática da coerção, a qual eles equacionam com, e a vendem como, compaixão; reciprocamente, legisladores, advogados e pessoas leigas tiveram um caso de amor com a submissão à coerção psiquiátrica, a qual eles igualam a e então vendem como cuidado. Tanto quanto esta mutualidade prevalecer, tanto quanto virtualmente todos acreditarem que psiquiatras estão capacitados para exercer poder sobre pessoas rotuladas de “doentes mentais”, os psiquiatras exercerão tal poder com satisfação e as pessoas estarão ingenuamente submissas a isto.” (p. 869)

A psiquiatria e os psiquiatras, segundo, portanto, o que está acima, se beneficiam indevidamente daquilo que fazem crer de que são capazes, outros também se beneficiam das ações dos psiquiatras, não há verdade no que a psiquiatria diz, nem legitimidade em ela ocupar o lugar de especialidade médica, como não há bem naquilo que ela diagnostica ou prescreve. Szasz não faz ponderações sobre benefícios e prejuízos causados pela psiquiatria, já que a sua avaliação é feita inteiramente segundo uma perspectiva de julgamento moral, para depois, no passo seguinte, discutir seus aspectos técnicos, embora nos textos, um e outro, aspecto moral e técnico, apareçam entrelaçados. E é este entrelaçamento que justifica a ausência de condescendência na condenação com que termina o parágrafo:

“É ingênuo e tolo, embora sem dúvida satisfatório para políticos, médicos e imprensa, condescender em periódicas explosões de indignação contra os ‘abusos’ psiquiátricos. É a grande legitimidade do poder dos psiquiatras - seu direito legal e moral para intimidar, muito menos que coagir e prender - que requer nossa avaliação. E, na minha opinião, nossa condenação e rejeição.” (p. 869).

Portanto, mesmo com a condenação da Psiquiatria já antecipada pelo papel que ocupa na relação das pessoas, acima sintetizada por Szasz com a idéia de tirania, dentro do objetivo de desqualificar o resultado das ações psiquiátricas (que, para Szasz, embora ele não o afirme com estas palavras, são ações estritamente políticas), é de fundamental importância o questionamento dos critérios com que estas ações são decididas e dos recursos com que são implementadas; ou seja, o questionamento da fundamentação da psicopatologia e da terapêutica psiquiátrica.

Para colocar em xeque a psicopatologia, Szasz insiste sempre, de 1960 aos trabalhos mais recentes, na não existência da doença mental. Os argumentos são vários, com três pontos em comum:

1) doença necessariamente é aquilo cuja existência é demonstrável através de exames laboratoriais (tendo, por paradigma, a doença demonstrável através do exame anátomo-patológico), portanto carece de sentido qualificar de mental o substantivo doença¹²¹³¹⁴,

2) a explicação que oferece àqueles fenômenos para os quais é dada a aceção de doença mental, ou que são tomados como denotativos da existência da doença mental, ele a situa na relação entre a pessoa que exhibe este tipo de fenômeno, aqueles que afirmam o seu caráter patológico e os demais, às vezes incluindo a própria pessoa que recebe o

¹² “Estritamente falando, a doença ou a enfermidade só pode afetar o corpo; portanto, não pode haver nenhuma doença mental.” (Szasz, 1979: 234).

¹³ “A invenção da esquizofrenia por Eugen Bleuler em 1911 completou a transformação psiquiátrica [da contaminação do critério científico de doença como patologia celular pela afirmação de que a linguagem sem sentido das pessoas perturbadas era uma ‘patologia da linguagem’, indicativa de uma patologia celular no cérebro destas pessoas] levando a que uma característica humana peculiar se tornasse marcador biológico de doença cerebral. (...) em uma revisão recente do ‘quebra-cabeças da esquizofrenia’, Leff foi forçado a reconhecer que ‘O conceito diagnóstico permanece fluido porque não há teste patológico para a esquizofrenia’. Para os psiquiatras, permanece impensável que o ponto crucial deste assunto pode não ser a inexistência de teste para a esquizofrenia, mas não a inexistência da esquizofrenia [neste ponto Szasz coloca as referências de dois trabalhos de sua autoria, um publicado em 1961 e outro em 1987].” (Szasz, 1993: 61-67).

¹⁴ “Doenças são lesões anatômicas ou fisiológicas demonstráveis, que podem ocorrer naturalmente ou ser causada pela ação humana. As doenças existem, embora possam não ser reconhecidas ou entendidas. As pessoas têm hipertensão ou malária, independentemente se elas sabem disto ou se algum médico diagnosticou. [...] Como para a Psiquiatria, é necessário que esteja claro que, exceto para os diagnósticos de doenças neurológicas (tratadas por neurologistas), nenhum diagnóstico psiquiátrico é, ou pode ser, orientado para a patologia. Portanto, todos os diagnósticos psiquiátricos têm orientação não médica, ou seja econômica, pessoal, legal, política, ou considerações e incentivos sociais. Assim, os diagnósticos psiquiátricos não apontam nem para lesões anatômicas ou fisiológicas, nem para os agentes causadores da doença, mas aludem a comportamentos humanos e problemas humanos. Estes problemas incluem não somente o comprometimento do paciente assim denominado, mas também os dilemas com os quais o paciente, seus parentes e o psiquiatra têm de enfrentar e que cada um tenta resolver.” (Szasz, 1995: 34-39).

diagnóstico, que legitimam o saber e as ações dos que diagnosticam¹⁵¹⁶¹⁷ (Szasz, 1986: 859-60); (Szasz, 1994: 135-138);

3) esta explicação é calcada em uma lógica racional¹⁸¹⁹.

Em resumo, Szasz, de um modo integrado, em primeiro lugar, defende determinados princípios políticos e éticos que, no seu entender, são contrariados pela psiquiatria; segundo, ataca a psiquiatria como um todo, na teoria e ações práticas, partindo dos seus aspectos teóricos não objetivos, porém necessários a que se sustente e; terceiro, propõe que o comportamento e a linguagem dos que recebem diagnósticos psiquiátricos possuem racionalidade se entendidos desde algumas regras subjacentes aos relacionamentos das pessoas dentro da sociedade, regras estas postas a funcionar em benefício tanto da ordem na sociedade, quanto da defesa de privilégios dos que, via influência, as controlam.

É possível se considerar que nos anos sessenta e setenta, enquanto o movimento de contestação cultural e de contestação à psiquiatria estiveram vigentes, os trabalhos de Szasz tiveram importância pelo que está acima colocado como o segundo aspecto; posteriormente, vêm sendo publicados e discutidos em razão do primeiro aspecto; e praticamente não tiveram o terceiro destes aspectos como o mais enfatizado, pelo próprio autor ou por quem o discutisse, embora os dois outros obrigassem a que fosse explorado.

¹⁵ vide NR anterior.

¹⁶ "Tenho tentado clarificar as diferenças cruciais entre doenças e diagnósticos. Doenças ocorrem naturalmente enquanto que diagnósticos são artefatos. Então porque nós fazemos diagnósticos? Há diversas razões:

Científico- identificar os órgãos ou tecidos afetados e talvez a causa da doença.

Profissional- ampliar o campo, e assim o poder e o prestígio do monopólio médico protegido pelo Estado, bem como o ganho financeiro dos seus praticantes.

Político-econômico- justificar a aprovação e o cumprimento de medidas que objetivam a promoção da saúde pública e a provisão de fundos para a pesquisa e tratamento em projetos classificados como médicos.

Pessoal- convencer a opinião pública, a mídia e o sistema judiciário para conseguir privilégios especiais (e impor restrições especiais) a pessoas diagnosticadas como (mentalmente) doentes." (Szasz, 1991: 1574-1576).

¹⁷ "Seria uma digressão reiterar aqui nossa visão geral com respeito ao conceito de 'doença mental' enquanto uma doença. É suficiente notar que a descrição de comportamento aberrante ou desviante como doença é um eufemismo. As condutas que a sociedade hoje rejeita, mas que legisladores 'liberais' gostariam de ver removidas da jurisdição das leis criminais - tais como alcoolismo, drogadição e homossexualismo - não têm as características básicas das doenças físicas." [Szasz & Alexander, 1972: 610-626].

¹⁸ "A conduta pessoal é sempre padronizada, estratégica e significativa. Os padrões de relações sociais e interpessoais podem ser vistos e analisados como se fossem jogos onde o comportamento dos jogadores é governado por regras tácitas ou explícitas." (Szasz, 1979: 235).

¹⁹ "... 'o 'paciente psiquiátrico' é uma pessoa que fracassa em - ou se recusa a - assumir um papel social legítimo. Isso não é permitido em nossa cultura nem em qualquer outra. Uma pessoa não classificada é imprevisível e incompreensível e, desse modo, uma ameaça aos demais membros da sociedade. Aí está porque os que escolhem o caminho para a liberdade pessoal pagam bem caro por ele: embora tenham sucesso em libertar-se de suas celas, não permanecem em liberdade por muito tempo. São imediatamente recapturados, primeiro simbolicamente, sendo classificados como doentes mentais; e depois então fisicamente, sendo trazidos ao psiquiatra para processamento de identidades psiquiátricas formais e para a detenção psiquiátrica." (Szasz, 1977: 198).

De outro lado, um tema está aí delimitado no que toca à sua abrangência e importância. Se, para Szasz, explorá-lo é somente um dos instrumentos com que tem se dirigido ao propósito mais extenso de advogar certos ideais, finalmente e sobretudo políticos, nada impede que a sua investigação seja transformada em objetivo final. É um campo situado entre o indivíduo e a sociedade, dentro do qual, pode-se assim circunscrevê-lo, ocorrem os fenômenos psíquicos que resultam na e da ação política.

A constatação de que Szasz não deu saliência aos aspectos empíricos de suas pesquisas e, ao mesmo tempo, defendeu ideais políticos, permite formular a hipótese de que há restrições, a depender do intuito de quem estuda estes aspectos, quanto à profundidade com que pode ser explorado o campo que os contém. A investigação das regras com que são constituídos o convencimento e a sugestão, dentro do papel que têm na definição de legitimidade política, partindo-se do pressuposto de que a subtração de parcelas essenciais da realidade faz parte do processo, sofre restrições uma vez que, comprovando-se o pressuposto, o autor do trabalho, caso defenda um ideal, tem limites quanto ao que expor; se ao se desvelar, ataca-se, o compromisso com algum ideal significa não isenção para estudar os processos segundo os quais são criados e sustentados os compromissos, sob risco de invalidar aquilo que se está defendendo.

Assim, em se aceitando objetivos diferentes dos de Szasz, diante do objeto que ele próprio definiu, faz sentido que seu trabalho possa ser lido de forma diferente da que ele teve a intenção de oferecer.

4- UMA RELEITURA DE “O Mito da Doença Mental”.

Em “O Mito da Doença Mental” vê-se, relativamente às idéias imediatamente acima, os argumentos do autor para diferenciar ciência de não-ciência, de modo a desvelar uma falha e uma irregularidade constitutivas da Psiquiatria, quais sejam: a) faz-se passar por uma das especialidades médicas b) sem possuir os requisitos formais para tanto. De onde, afirma Szasz, ela ocupa um lugar na cultura ao qual não faz jus e usufrui

privilégios indevidos. Ganha privilégios, perde precisão, já que o objeto sobre o qual se detém, a doença mental, não o é.

Em razão disto, Szasz faz sua tarefa de, como alternativa à psicopatologia, identificar o campo que contém os fenômenos equivocadamente denominados de sintomas das doenças mentais, traçar seus limites e descrever seu funcionamento.

O “a mais” nos privilégios obtidos pela Psiquiatria, aquilo que ultrapassa a medida correta do que ela faz por merecer, segundo Szasz, ela o obtém por indevidamente fazer acreditar que as asserções contidas na sua teoria - que embasam a sua prática, que, de resto, ainda segundo ele, é a razão da existência da teoria - possuem a consistência de dados objetivos. Para ele, a teoria tanto angaria fidedignidade científica ao se fazer passar por objetiva, quando não o é, como justifica práticas cujas reais necessidades e finalidades trata de encobrir. Da soma de teoria e práticas resultam os seus efeitos na cultura, que revertem na reafirmação da identidade da Psiquiatria.

Em síntese, em *“O Mito da Doença Mental”* se chega à idéia de que a psiquiatria age sobre o comportamento de indivíduos e sobre a cultura, criando condições para determinados equacionamentos e soluções da relação que se estabelece entre grupos da sociedade e a totalidade dos indivíduos que a formam. Por esta perspectiva, equacionamentos e soluções são compromissos, nexos e laços que dão expressão política às opiniões; são efeito do discurso que simultaneamente cria e amalgama opiniões. Portanto, Szasz entende que o corpo formado por teoria, práticas e efeitos culturais da psiquiatria possui uma função social que ratifica a sua existência. A objeção moral, que serve de esteio às suas críticas, é que somente uma parcela da totalidade social atingida pela existência da psiquiatria é beneficiada por ela.

A discussão, em *“O Mito da Doença Mental”*, caminha então para evidenciar que a psiquiatria faz afirmações calcadas de opiniões; opiniões de alguém sobre o que se passa consigo ou com outra pessoa, ou, com maior precisão, de uma coisa em função de outra.

A argumentação gira em torno do pressuposto de que sempre que se avalia a si mesmo ou a alguém, no que consta a experiências da vida psíquica, faz-se isto levando em conta as circunstâncias e a aplicação que terá o resultado da avaliação, o porque e o para quê da avaliação. Avalia-se sem isenção.

A condição do psiquiatra, para Szasz, portanto, não é de quem constata, mas de quem: primeiro, avalia o melhor a ser feito com pessoas que não cumprem com o que delas se espera nas diferentes circunstâncias de convivência social; segundo, consegue justificar a ação de acordo com o quadro de referência da teoria psiquiátrica e; terceiro, tem a sua sobrevivência garantida pelo reconhecimento que a sociedade lhe empresta. Alguns, além dos próprios psiquiatras, se beneficiam do que eles dizem ou fazem (os interessados no cerceamento da liberdade individual e os que voluntariamente procuram sua ajuda), mas todos, de diferentes modos, pagam pelos seus serviços, dado o engano a que são levados.

Szasz, através desta perspectiva, faz da Psiquiatria o quadro de referência que dá legitimidade ao princípio moral de que algumas pessoas podem estar corretas ao coagirem outras. Portanto, por esta definição, ela ocupa um campo afeito a princípios morais, políticos, ideológicos - não a princípios científicos no sentido de objetivos e socialmente isentos - e se ocupa de dar padrões e modelar o comportamento individual.

Com isto, Szasz delinea o campo. Daí, os problemas que se colocam para a sua definição são: como relacioná-lo à totalidade dos conhecimentos presentes, isto é, como denominá-lo, e quais as regras de funcionamento dos fenômenos nele compreendidos, incluindo a forma com que consegue manter a sua existência a despeito do contra-senso que faz parte do seu cerne?

A maneira utilizada por Szasz para dar identidade ao campo, além de salientar suas diferenças para com a ciência, como acima mencionado, é também estabelecer relações de semelhança pelo deslizamento de sentido entre identidade e idêntico: o que é idêntico tem a mesma identidade.

Para explorar mais profundamente a identidade daquilo cuja existência delineou pela via das diferenças para com a ciência e pelo fato de ter repercussões sociais globais por

iludir pessoas, ele se utiliza de um jogo de semelhanças: mostra o semelhante e o apresenta como idêntico. Semelhante à Psiquiatria, aparece o segundo termo, a bruxaria, que é apresentado em aparente comparação àquele inicialmente delineado, porém acaba por ser utilizado para designar o primeiro termo, a Psiquiatria. De uma analogia entre dois elementos, um primeiro e outro em segundo, produz-se o efeito metafórico de se criar um deles, o segundo criando o primeiro.

Assim, afirma:

...“sublinharei as semelhanças existentes entre a crença medieval na bruxaria, de um lado, e a crença contemporânea na doença mental, de outro. Tentarei demonstrar que ambas são explicações fracas, que tiram a atenção da tarefa científica que se deve enfrentar. As duas servem aos interesses de um grupo específico: a primeira, ao clero, e a outra, aos médicos. Por último, ambas cumprem sua função sacrificando a um grupo especial de pessoas no altar da conveniência social. Na Idade Média, os bodes expiatórios eram as bruxas; hoje são os ‘pacientes psiquiátricos’ involuntários ou as pessoas que padecem de uma ‘doença mental’.”²⁰

Este pequeno trecho exemplifica o que, pela insistência, irá tornar o semelhante em idêntico e traz três detalhes, bem como uma hipótese fundamental, possíveis de se sublinhar.

Primeiro detalhe: o raciocínio parte de elementos que se delimitam por oposição; a bruxaria, que se opõe e se sobrepõe a outras possíveis soluções morais para questões da convivência social, e a Psiquiatria que, além deste mesmo aspecto, ainda se acrescenta, como alternativa sugerida pelo autor, uma maneira “científica” de enfrentar os problemas a ela afeitos.

Segundo detalhe: por deixar subentendido, e não explícito, o segundo elemento da oposição, tanto no caso da bruxaria quanto da psiquiatria, o autor se utiliza do senso comum, talvez comprometendo-se propositalmente com informações incorretas.

²⁰ “El Mito de la Enfermedad Mental”, ob. cit., pp. 211-212.

Neste exemplo há o equívoco, por demais visível, de afirmar que a bruxaria ocorreu no período medieval, quando na verdade o seu início, meio e fim correspondem com grande aproximação à delimitação da Idade Moderna.

Ou seja, pode-se supor que os equívocos, erros e falhas dos textos de Szasz sejam em alguma medida propositais ou venham a propósito (suposição inclusive sem originalidade, embora tenha aparecido em contexto diferente (Fisken, 1992: 184)), até porque muitas incorreções, como a do exemplo, não são sutis.

O exame da bibliografia é indicativo do caráter talvez proposital do engano. Em “*O Mito da Doença Mental*”, Szasz se utilizou de três referências bibliográficas sobre a bruxaria, uma delas, o *Malleus Maleficarum* (Kramer & Sprenger, 1973), o “Manual de Caça às Bruxas”, que teve a primeira edição em 1496 -informação inclusive citada no livro - e sua importância no desenrolar do século XVI (Nogueira, 1991). Outra das referências relaciona já no título a bruxaria com o período do Renascimento²¹²².

Além deste equívoco, outros, pequenos e semelhantes, estão presentes. Porém o fato mais importante desta qualidade a se assinalar é que a segunda metade do livro está ocupada com uma discussão sobre a relação entre linguagem e comportamento que: 1) a despeito de o autor ainda fazer uso do título de psicanalista, desconsiderou o conteúdo conceitual da obra de Freud; 2) cuja elaboração estava já defasada, se comparada a trabalhos citados na bibliografia; e, 3) que não teve persistência, nem desdobramentos futuros.

Ou seja, o autor sublinha e denuncia, como parte do seu método, os erros integrantes da psiquiatria²³, bem como daquilo que a ela se assemelha, afirma que estes erros são fonte de legitimidade do saber que integram, ao mesmo tempo que denunciam, não somente as incorreções inescapáveis da teoria, mas também os vínculos e a forma de

²¹ Zilboorg, G. *The Medical man and the Witch During the Renaissance*. The Hideyo Nogushi Lectures. John Hopkins Press, Baltimore, 1935.

²² Em “*A Fabricação da Loucura*” (1984), como o título já indica, o tema foi aprofundado e a bibliografia citada com respeito à bruxaria é extensa, a despeito do que o autor insiste em situar a Inquisição na Idade Média.

²³ Como exemplo, ele afirma:

“A proposição de que as operações psiquiátricas sejam uma espécie de ação social - e, portanto, em última instância, uma espécie de ação moral - não requer, espero, outras provas. É realmente difícil compreender que este fato tão simples possa ter sido oculto por tanto tempo, e com tanto sucesso, do conhecimento popular e do conhecimento profissional.” (Szasz, 1979: 227-8).

vinculação daqueles que sustentam a teoria perante a sociedade²⁴, e ele mesmo comete erros da qualidade daqueles que denuncia. Com isto - e pode-se pensar que apesar disto, ou por isto mesmo - consegue o grau de notoriedade a que chegou.

Com esta conjunção e através do uso de dois dos diferentes sentidos do verbo comprometer, é possível se formular que: **os erros, equívocos e falhas**, ao mesmo tempo que colocam em risco o conjunto ao qual pertencem, **fazem os elos de compromisso entre aquilo a que pertencem e uma época, ou um conjunto de idéias**. A forma de entendimento que dá identidade a um grupo, tem nas suas inconsistências, fragilidades ou aspectos menos objetivos, o elo de compromisso que liga as diversas pessoas que o compõem.

Com isso, é possível ter-se uma hipótese para a questão de por que a Inquisição, a psiquiatria e Szasz, mesmo cada qual tendo se comprometido com idéias que pouco se sustentavam, seja pela falta de racionalidade, seja pela falta de objetividade, conseguiram angariar importância. Caso não houvesse o comprometimento, não haveria compromisso. Em resumo, compromissos, ainda que impostos pela força ou gerados por interesses, são ratificados psicologicamente por discursos que não se sustentam a si mesmos, e o grau de coesão que emana da ratificação psicológica retroage positivamente sobre a força ou interesses que lhes deram origem.

Um aspecto não explorado, mas citado por Szasz, e que se pode supor relevante para a conformação de cada um deles, é de como os diferentes saberes de uma mesma época criam compromissos entre si²⁵.

²⁴ Em "A Fabricação da Loucura." (Szasz, 1984: 143.) está:

"A interpretação psiquiátrica da feitiçaria padece de muitos erros. Entre eles, não é menor o de afirmar que Johann Weyer descobriu que as feitiçeras eram mulheres mentalmente doentes. Virtualmente todos os estudiosos contemporâneos da história da Psiquiatria aceitaram esta opinião, popularizada por Zilboorg, que rastreia o nascimento da Psiquiatria até o fim da mania de feitiçeras, e considera Weyer como o Colombo da loucura. A seguinte caracterização de George Mora pode servir de exemplo: 'Johann Weyer hoje [é] corretamente considerado como o pai da Psiquiatria moderna. (...) Mas Weyer devia permanecer isolado, um gigante da Psiquiatria, praticamente desconhecido até o início de nosso século.'

Este tipo de afirmação dá a impressão de que o historiador da Psiquiatria é uma pessoa socialmente neutra, que descobre 'fatos' históricos - quando, na verdade, é um propagandista psiquiátrico, que ativamente modela a imagem de sua disciplina." E, mais duas páginas adiante:

"Por que o homem medieval quis acreditar na feitiçaria e procurou melhorar sua sociedade através da salvação compulsória das feitiçeras? Por que o homem contemporâneo prefere acreditar no mito da doença mental e procura melhorar sua sociedade através do tratamento compulsório de doentes mentais? Nesses dois fenômenos de massa estamos diante de dois fenômenos interligados: um mito orientador (de feitiçaria e de doença mental) e uma instituição social poderosa (a Inquisição e a Psiquiatria Institucional); o primeiro dá justificação ideológica; o segundo, os meios práticos para a ação social."

Terceiro aspecto a ser assinalado no trecho transcrito: com respeito forma com que Szasz aproximou a bruxaria e a psiquiatria, vê-se que a semelhança entre ambas resulta do mesmo efeito ao qual ele, em outro texto, atribui a responsabilidade pela aparente lógica, e na verdade, segundo ele, pela tautologia, do conhecimento psiquiátrico²⁶: com uma abordagem de aparência descritiva, produz-se um resultado prescritivo. Aparentemente está se descrevendo características de uma certa coisa, de algo cuja existência ocorre por si mesma, quando o resultado que se produz é a criação desta ‘certa coisa’ pelo que se diz dela (Szasz, 1985: 711-2). Aquilo que não existe na realidade, mas que se cria pelo que se diz, o mito, sustenta, defende, além do próprio dizer, privilégios a ele atrelados.

A lógica do convencimento pela analogia resulta da reverberação: caso não se considere convincente o que o autor afirma - de que o doente mental é construído como tal porque disto dependem a psiquiatria e os privilégios tanto dos psiquiatras como de outros que se beneficiam da coerção individual - vide a relação bruxas, bruxaria e clero.

Desta forma, o limite entre descrição e prescrição torna-se extremamente tênue.

A idéia de que descrição e prescrição se confundem, uma vez construída, é estendida, e depois generalizada, para permitir a conclusão de que nas relações das pessoas não existem coisas em si; se parece o contrário, é porque as criações míticas, para produzirem efeito, precisam passar por coisas em si.

Deste ponto, Szasz chega, sem deixar explícito, à sua proposição de entender o comportamento humano “como participação num jogo”, onde a identidade de cada indivíduo, durante toda a existência deste indivíduo, não é uma coisa em si, conforme se observa no texto:

²⁵ Em artigos e livros em que aproxima da Psiquiatria da escravidão nos Estados Unidos, Szasz inclusive sublinha, além da semelhança, a concordância da Psiquiatria com os preconceitos contra os negros. Um exemplo é: Szasz, T. S. *The Negro in Psychiatry. A Historical Note on Psychiatric Rhetoric*. *American Journal of Psychotherapy*, Vol. XXV, No. 3, July 1971, pp. 469-471.

²⁶ O sentido que, conforme se nota, desliza de uma para outra e se constitui em meio a ambas quando psiquiatria e bruxaria ficam lado a lado, Szasz o aplica à psiquiatria e o denomina de metáfora. Com respeito a isto, afirma em um artigo: “Uma vez que a Medicina, e especialmente a Psiquiatria, está hoje mais politizada até mesmo que a lei, é tempo de compreendermos que o poder é também a capacidade de fazer metáforas médicas chamadas de ‘diagnósticos psiquiátricos.’” (Szasz, 1974: 1326).

“A situação social na qual vive um indivíduo constitui um time [uma equipe esportiva] onde este indivíduo joga e é, por conseguinte, de máxima importância para determinar *quem* ele é e como *atua*.” (Szasz, 1976a:226).

Além destes três aspectos, a hipótese fundamental acima mencionada, que pode ser reconhecida naquele trecho, bem como em muitos outros do livro, desde que antes deduzida da leitura de todo o conjunto, é a seguinte: os psiquiatras e os doentes mentais formam dois grupos cujas regras de participação possuem um “caráter mutuamente coercitivo” (Szasz, 1979: 162) e não têm qualquer relação com a natureza, no seu sentido biológico, mas com a natureza da existência social.

Ao extremo, a existência de cada um é indissociável da existência social, de se fazer reconhecer, ou de ser reconhecido, em determinado lugar. Szasz supõe aí a possibilidade de ativamente fazer-se reconhecer.

Este lugar, que se define a cada momento, com maior ou menor estabilidade, pela sua posição relativa perante todos os outros possíveis na sociedade, articula a identidade individual à identidade derivada do pertencimento a grupos de participação restrita, com a segunda se sobrepondo e determinando a primeira.

Por isso, as pessoas não ocupam posições de igual poder no todo social. Quem se faz reconhecer, estabelece compromissos que obrigam a que outras pessoas sejam reconhecidas em lugar complementar. A identidade do outro, portanto, o outro, o diferente, é constituído com o mesmo molde, com os mesmos contornos, de quem o constituiu, tornando-se o simétrico em negativo dele²⁷.

Os compromissos que geram a identidade das pessoas, o fazem porque as agrupam, e a identidade de grupo se desliza para seus membros, gerando o efeito de que são idênticos em um ou outro aspecto. Aquilo que os membros de um determinado grupo

²⁷ Quando se observa a maneira como o clero descrevia a bruxaria, nota-se que a relação do demônio com os seus adoradores, que os motivos que levavam certas pessoas a escolherem a adoração do demônio à adoração de Deus, que os rituais praticados solitariamente ou em grupos pelos que adoravam ao demônio e a relação dos que adoravam ao demônio entre si mesmos e também com os adoradores de Deus possui, com alguma nitidez, esta relação de simétrico em negativo do ideal católico. Porém, em alguns aspectos isto não é verdadeiro. O demônio é um deus infiel aos seus seguidores, o oposto de Deus. Este seria o único argumento que desaconselha optar por ele. Porém, depende-se dos próprios textos católicos que ele liberta de todas as restrições a que os católicos estão submetidos.

restrito negam que lhes pertença - ausência que inclusive os identifica -, atribuem como o que caracteriza os membros do grupo que lhes é complementar²⁸.

A condição ativa de fazer-se reconhecer compõe um dos polos que implica, no oposto, em retirar de alguém a sua característica mais humana: a de opinar. As condições para que o diferente exista são estabelecidas desde fora, sem que ele tenha participação.

Assim, existência e obtenção de reconhecimento são sinônimos, uma vez que são o atributo daquilo que pode ser falado. Portanto, o existir ou o fazer-se reconhecer são indissociáveis dos processos pertinentes a grupos que têm regras restritivas quanto à possibilidade de participação.

Embora tenha-se de admitir que nem todas as pessoas ocupem as posições extremas de anular o outro enquanto ser humano, ou de ser anulado em razão de interesses alheios, e menos ainda todo o tempo, com os pares clero/bruxa e psiquiatra/doente mental, Szasz busca exemplificar a possibilidade de sujeição de uns em razão do suposto interesse de outros²⁹.

O psiquiatra opina sobre o outro, a quem transforma em doente mental diante de maior ou menor parcela da sociedade, fazendo com que, para isto, a opinião deste outro deixe de ser considerada por si mesma, mas somente pela sua eventual condição de sintoma. Assim, existir ou deixar de existir depende de uma condição que é imposta para que se exista. Não há como simplesmente existir. O que se coloca diante do mundo e não pode ter sua existência simplesmente ignorada, (como é o caso das pessoas, mas não é de muito do que ocorre às pessoas), recebe um tratamento por parte da cultura de modo que esta existência adquira sentido que reforce os laços da própria cultura. Também o oposto: se há um sentido necessário à sustentação dos laços da cultura, (por exemplo, a existência da bruxaria), o objeto a que cabe este sentido (as pessoas que praticam a bruxaria, as bruxas) pode ser criado.

²⁸ Em se entendendo deste modo, o "narcisismo das pequenas diferenças", de Freud, não é uma das modalidades dos fenômenos psicológico-sociais: os fenômenos narcísicos experimentados coletivamente, imprescindíveis para que existam grupos de participação restrita, somente podem acontecer sustentados em discursos que salientam ou criam pequenas diferenças. O "narcisismo das pequenas diferenças" não é uma alternativa, mas a única e imprescindível.

²⁹ "No decorrer desta discussão, tentarei mostrar a semelhança existente entre a crença medieval na bruxaria e a crença contemporânea na doença mental; e tentarei mostrar que ambas são explicações falsas que encobrem certos problemas de dificuldade moral. Além disso, ambas servem aos interesses de um grupo específico - a primeira, aos interesses do clero, a segunda, aos interesses dos médicos. Finalmente, ambas preenchem sua função sacrificando um grupo especial de pessoas no altar da conveniência social." (Szasz, 1979: 167).

A condição em que se existe, por sua vez, depende de opinião, não de qualquer, mas fundamentalmente de opinião dentro de um certo arranjo de opiniões. A opinião torna-se naquilo que, presente no ser humano, o caracteriza, porque gera, em outros, opiniões a seu respeito e a respeito do mundo em quem com ele convive. Por isso, a opinião é matéria prima e artífice do mundo; através da opinião, confecciona-se um mundo, que, para os seres humanos, é o único que existe. A realidade e a certeza são produtos de opiniões. As coisas em si mesmas nada são e nem há sentido algum pensá-las, exceto se revestidas por opiniões.

O fato de Szasz desconsiderar, em *"O Mito da Doença Mental"*, qualquer discussão com respeito a inconsciente ou a possibilidade de certos atos serem não intencionais, duas coisas relativamente interligadas, surpreende e, por isso, exige atenção.

É a negação, de um psicanalista e psiquiatra, da contribuição de Freud, bem como de toda a psicopatologia. Se tomado como significativo, permite levantar questão com relação aos compromissos de Szasz - quais são os laços que ele está criando ou fortalecendo com as suas opiniões e quais os interesses que está defendendo? - e ao seu objeto.

A partir disto, pode-se formular, como hipótese, que Szasz deu-se conta da tendência, que levou ao extremo tanto no sentido dos compromissos quanto da exploração do objeto, das pesquisas feitas pelos seus colegas nos Estados Unidos. Eles, por viés idêntico, se distanciaram da originalidade de Freud, embora o tenham sempre utilizado como interlocutor.

O inconsciente e a não intencionalidade vinham constantemente sendo tomados por uma perspectiva com que se buscava compreendê-los; com que se buscava tornar compreensível o incompreensível. Este propósito é muito mais afeito a se forjar uma psicologia do funcionamento social, dos grupos. Caso se entenda que a mente freudiana é a que tropeça, a que se mostra quando falha, que produz o inesperado, a mente cujo modelo Szasz explora é a que funciona conforme o esperado, ou quando não, por disfunção, não porque esta é uma característica sua, inerente.

De fato, uma psicologia do funcionamento grupal, cuja fonte empírica seja o indivíduo, não pode trabalhar com idéias como inconsciente e não intencionalidade. Para ela, o que está em jogo é a existência do grupo, daquilo que o forma, que são os compromissos morais assumidos, desde o íntimo de cada um de seus membros, para com o ideal pelo qual o grupo se legitima e se justifica.

Szasz, porém, vai além de seus colegas quando demonstra, com os exemplos da bruxaria e da psiquiatria, que a experiência concreta de cada grupo contradiz o ideal pelo qual ele se forma; que fidelidade dos membros do grupo entre si e para com o grupo é produto de discursos que não compatibilizam o ideal que dá legitimidade ao grupo com os privilégios que através dele são buscados e/ou obtidos.

Esta idéia, Szasz a evidencia quando toma todo problema mental, por problema moral. O problema mental necessariamente vai aparecer como sendo de ordem moral, primeiro, quando se define que a mente deve, porque tem capacidade para tanto, funcionar conforme o esperado e, segundo, porque a não neutralidade na consideração dos fatos faz parte do que dá legitimidade aos grupos.

Deste ponto, pode-se avançar para além do que Szasz afirmou e chegar à idéia de que a fidelidade a um grupo decorre de ignorar algo preciso; decorre da reafirmação da existência de determinados elementos ideais, ligados de modo a mutuamente negarem fatos que, apesar de à vista das pessoas que constituem o grupo, não são levados em consideração a despeito de fundamentais.

O ideal de um grupo, o conjunto de elementos ideais que dão os contornos da identidade deste grupo (a exemplo do que foi acima discutido com respeito à obra de Roszak), é, portanto, fruto de um constante embate. E isto implica em que a fidelidade precise ser constantemente reafirmada por atos que comprometam³⁰ cada pessoa que dele participa. Assim, se o que ganha existência carrega algo originado de uma opinião, o ideal, ao definir uma perspectiva da qual emanam opiniões, prescreve como ele próprio deve ser reafirmado e a forma com que deve ser negado aquilo que o contradiz - a reafirmação da fidelidade não diz respeito somente a conteúdo, mas também à forma de veiculação do

³⁰ Também aqui, o verbo comprometer no duplo sentido anteriormente assinalado.

conteúdo. Por isso, o ideal necessariamente tem pretensões de que, a partir dele, seja formado um entendimento global que abarca tudo aquilo que possa ser afeito a ele, que possa reafirmá-lo, negá-lo, ou modificar sua existência. O ideal nega seus limites (Tebbel, 1978), da mesma forma que as evidências que o contradizem, embora os possua. E o mais interessante de seus efeitos, situar as pessoas em diferentes lugares umas perante outras, é decorrente disto; para se manter a coerência com algo em que se acredita por força ou interesse, organiza-se o universo do que precisa ser levado em consideração, e assim se reafirma a fidelidade à crença.

Os diferentes ideais, responsáveis pela organização das pessoas em diferentes grupos, são crenças que, em conjunto, criam a realidade segundo a forma como ordenam e comprometem as pessoas entre si. Sua validade se mede, não pelo que enunciam, já que crenças, mas pelos efeitos que produzem. Faz parte da lógica dos ideais estarem relacionados e sustentados uns pelos outros. Portanto, faz parte de sua lógica terem sua carga de verdade e vigência de efeitos estritamente transitórias.

As denúncias de Szasz quanto à psiquiatria permitem a formulação do pressuposto de que áreas tidas como de saber científico - que se apresentam como, e são tomadas por, politicamente isentas e socialmente neutras - podem também se organizar também segundo a lógica das crenças. O saber científico que tem adeptos, tanto precisa dos adeptos, quanto os adeptos precisam dele; ou seja, o conteúdo que o saber apresenta como evidências não necessariamente o são, mas tomado enquanto tais, exerce função na organização social que atende e ultrapassa o atendimento de interesses do âmbito restrito à área do saber. Portanto, diferentes áreas do saber possuem parcela de sua constituição, imprescindível para que se sustentem, com a natureza e o efeito das crenças. Esta parcela, cifrada no conteúdo e decifrada quotidianamente pela ação política de seus contemporâneos, não está sob controle das regras internas a cada área, mas seu controle é dado pelo lugar que ocupa e de como participa para a formação e manutenção de um conjunto de ideais, cuja função é criar desigualdades que legitimem privilégios.

E o que Szasz afirmou permite entender que: caso se apresente um saber que se sustenta exclusivamente daquilo que enuncia, e o que enuncia, ou pode ser objetivamente comprovado, ou é plausível dentro do contexto do que pode ser comprovado, a aceitação

deste saber não acarreta em implicação ideológica; exceto, talvez, com alguma contribuição para a fé na ciência, de que outros saberes, usando o primeiro como paradigma, irão se beneficiar. A exceção de uma área de saber que não necessita de adesão, tomada por regra, coloca em questão a possibilidade de existir um saber neutro para a organização social, em razão dos interesses que se associam a ele, favor ou contra, distorcendo-o, tirando dele, como dito, o que ele não diz. Assim, se o que existe, somente existe em função de ajustes de opiniões, de certos consensos, que lhes dão um lugar, e existe com alguma função relacionada à dívida que tem para com o que lhe proporcionou a existência, com o saber, qualquer que seja, dá-se o mesmo.

Por isso, a forma com que são elaborados os ajustes de opiniões - ajustes estes que criam compromissos, que são comprometedores, e uma coisa em razão de outra - pode ser tomada como objeto de investigação.

Capítulo VI.- Conclusão

VI- CONCLUSÃO

Ao encerrarmos este trabalho, impõe-se a retomada de alguns de seus pontos essenciais, quais sejam: com respeito ao período analisado, à metodologia, aos achados teóricos e aos resultados.

Os anos sessenta impressionaram e impressionam. Para se caracterizar a cultura e em particular a psiquiatria deste período, será sempre sublinhado o forte colorido de que ele se revestiu. É inquestionável a força evidenciada por tantos acontecimentos; e acontecimentos num sentido relativamente preciso para o termo, cunhado na época e que se aplica bem ao que foi observado, que fica a meio caminho entre o fato e as causas discursivas, bem como os efeitos discursivos, deste fato.

Nos anos sessenta, idéias somadas a mais idéias, formaram o contexto - certamente político e econômico, mas também de idéias - que gerou fatos de enorme repercussão cultural e política. Em muitos países, nos diversos continentes, formas tradicionais de comportamento e instituições foram colocadas em questão pela irreverência contestatória do movimento jovem. É um período, por este aspecto, único.

Por mais que as antigas regras tenham se restabelecido sob nova forma, por mais que a contestação tenha sido normalizada e esteja hoje até a serviço da propaganda comercial, o estrago foi feito. As brechas, abertas pela contracultura, foram cobertas e acobertadas por camadas superpostas de novas 'impressões' que sucessivos modismos (alguns poucos) depositaram, mas não foram fechadas. As questões não foram respondidas e os problemas não foram resolvidos.

Os mitos destroçados, assim permanecem. Em particular os mitos do pós-guerra que, no intuito de referendar a crença nos ideais institucionais, davam por estabelecido o caminho para se chegar ao bem-estar social e à satisfação individual. O estímulo ao consumo, embora poderoso nos efeitos, e o apelo à proteção do meio ambiente são sucedâneos atuais por demais pálidos para a tarefa de refazer a fé perdida. O desenvolvimento tecnológico da psiquiatria, por mais contribuições que tenha trazido, contornou somente no campo político o problema colocado pelo questionamento da validade de seu saber. Não conseguiu responde a ele; e nada indica que venha a conseguir. As idéias vigentes nos anos sessenta, bem como os seus protagonistas, envelheceram muito

rapidamente, porém uma vez registradas, não puderam ser subtraídas, como o endosso a elas o foi.

Há um estreito nexos entre o movimento da contracultura e o movimento de contestação à psiquiatria. Coincidiram no tempo, nos conteúdos ideológicos e estilo que transitaram de um para outro e, principalmente, tiveram superposição no embasamento teórico para a iconoclastia e liberdade individual que defendiam.

O embasamento teórico, em conjunto com a ideologia e a estética a ele afeitas, foram, por si mesmos, surpreendentemente importantes enquanto motores do movimento. Por isso, na qualidade de elementos de um todo, ensejaram o presente esforço de releitura, que implicou em investigar as regras subjacentes à sua organização.

Tal esforço, no que concerne ao método, ocorreu à luz da obra de Thomas Szasz, um dos principais autores que neste período entraram em confronto com o saber psiquiátrico institucionalizado, e em particular de um livro seu: "O Mito da Doença Mental". Szasz produziu impacto no meio psiquiátrico e na opinião pública denunciando a psiquiatria como farsa por não se sustentar teoricamente. A maneira como ele o fez, considerando as circunstâncias e a repercussão que conseguiu, torna possível a reprodução de parcelas essenciais do seu tema e da sua maneira de fazer, com objetos outros que não somente a psiquiatria.

Pontos fundamentais como a formação, utilização e função de saberes que sustentam enunciados ideológicos, incluindo as maneiras de contradição, contestação, generalização e certeza se articularem neste processo, foram analisados através de Marx e Freud. Foram de ambos as referências conceituais obrigatórias com as quais, num processo de desvelamento consoante aos objetivos de seus trabalhos, a contracultura pretendeu destruir mitos e tradições. Esta foi parte de uma busca que pretendia a revolução dos costumes e, a partir daí, a revolução política. Como desvelamento é parte do tema, a discussão também explorou a supremacia do invisível sobre o visível no que diz respeito à organização social.

As transformações provocadas pelo movimento jovem foi resultado de uma trama composta por ações e idéias, estas difundidas particularmente pela arte, na maioria das vezes cinema e música. Não houve coordenação alguma - exceto a advinda da difusão de idéias e da força demonstrada por elas - para que lograsse êxito um movimento tão bem

definido e de imensa abrangência geográfica. A capacidade de agregação e o rápido declínio desta capacidade, conjugados à peculiar inconsistência interna de seus propósitos, foram tomados para a investigação dos ideais deste período, no intuito de salientar alguns dos processos presentes nos discursos que se comprovaram eficazes em criar, agregar e difundir opiniões. Foi dado destaque aos problemas conceituais acerca do que se situa entre o social e o psíquico, porque aí ocorrem os fenômenos que se traduzem na motivação individual para a ação que visa repercussão política. O material utilizado para esta discussão foi formado por referências à contracultura e à obra de Herbert Marcuse, filósofo e possivelmente a maior referência teórica do movimento.

Finalmente, foi feita a análise da obra de Szasz de modo a justificar os elementos teóricos que permitiram as discussões até então elaboradas. Também, de outro lado, as discussões anteriores definiram o contexto para que a obra pudesse ser considerada segundo seu conteúdo, forma e efeito. A obra não teria provocado o mesmo efeito não fosse o momento, conforme hoje se comprova ao se constatar que sua influência está esgotada. Coube, por isso, caracterizar o momento que não somente colocando-o entre datas, mas segundo o estilo que o define.

E o momento teve seguramente influência muito maior na obra de Szasz: também participou da forma e do conteúdo. Esta particularidade da obra, de consonância com o momento - de ser, enfim, tão “datada” -, não é, a depender do modo em que é vista, um demérito. Ela, em seu conjunto, sustentou uma postura crítica para com a psiquiatria que muitos exemplos, até o de seu próprio sucesso, confirmam a pertinência. Passa então de uma reflexão situada no tempo, a uma contribuição metodológica à análise do campo. No entanto, para isto exige ser tomada no que apresenta tanto de explícito, como nos seus pressupostos.

A postura crítica que se delineia a partir desta obra também dá, por contraste, nitidez àquela a que se opõe. Demonstra haver o risco de a psiquiatria estar apoiada constantemente em convicções de vigência transitória, às quais substitui no decorrer do tempo segundo uma lógica darwiniana, de acordo com tendências de pensamento exteriores a ela. Através da variedade de apoios, tem angariado legitimidade científica, mas perde a capacidade de refletir sobre as suas particularidades e, por consequência, as de seu objeto; ou vice-versa, como é mais propositado pensar.

Capítulo VII.- Summary

SUMMARY

The present work uses the discussion elaborated in "The Myth of the Mental Illness", written by Thomas Szasz, as its axis. In the Szasz' work, the psychiatry is criticized with the arguments that it does not sustain its theoretical content rationally and that exists in order to creating illusory effects. It's similar to the knowledge that legitimated the Inquisition in another time. The critical perspective developed by him supplies means that allow us to use them for the analysis of the internal resources of discourses. The idea is these discourses in spite of if they don't sustain in the rationality, they achieve success in convincing persons relatively well during a defined period of time. This conception is extended to psychiatry in order to do a reflection about Szasz' ideas.

The theme is explored through the different discursive elements and practices that are joined them. Basically, the analysis is on the forms and the consequences of the processes that generating conviction. Thus, important aspects for the definition of tendencies in the common sense of groups that reply to the institutions and that had political relevance in the sixties and seventies years are reviewed too. The goal is to rescue the discussion on the forms of construction and the rational validity of several scientific formulations employed with ideological purposes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- "68, O Ano que Acabou." Suplemento Especial, Jornal Folha de S. Paulo, 2 de maio de 1993.
- Abbagnano, N. "Diccionario de Filosofia". Segunda Edición en Español, Novena Reimpresión, Fondo de Cultura Económica, México, 1992.
- Ardid, RR. "Psicologia Medica." Ed. Espaxs, Barcelona, 1974.
- Baillon, G. "A Opinião Pública e a Psiquiatria." In: Koupernik, C. (org.). "Antipsiquiatria: Senso ou Contra-senso?" Zahar Ed., R. de Janeiro, 1976.
- Barros e Silva, F. "Memórias do Coronel." [Jarbas Passarinho], Suplemento Mais!, Jornal Folha de S. Paulo, 13 de agosto de 1995, pp. 6-7.
- Basaglia, F. "El Hombre en la Picota." In: Garcia, R. (org.). "Psiquiatria, Antipsiquiatria y Orden Manicomial." Barral Ed., Barcelona, 1975.
- Basaglia, F. E Outros. "A Instituição Negada." Ed. Graal, R. de Janeiro, 1985.
- Bastide, R. "Sociologia das Doenças Mentais." Publicações Europa-América. Lisboa, 1965.
- Bastide, R. "Sociologia e Psicanálise." Ipê Instituto Progresso Editorial, S. Paulo, 1948.
- Baudrillard, J. "Le Système des Objets." Ed. Gallimard, Paris, 1968.
- Bentall, RP; Pilgrim, D. "Thomas Szasz, Crazy Talk and the Myth of Mental Illness." Br J Med Psychol, Vol. 66 (Pt 1), Mar 1993, 69-76.
- Bercherie, P. "Os Fundamentos da Clínica: História e Estrutura do Saber Psiquiátrico." Jorge Zahar Ed., R. de Janeiro, 1989.
- Birman, J. "Freud e a Interpretação Psicanalítica." Relume-Dumará, R. de Janeiro, 1991.
- Blacker, D; Tsuang, MT. "Contested Boundaries of Bipolar Disorder and the Limits of Categorical Diagnosis in Psychiatry." Am J Psychiatry 1992; 149: 1473-1483.

- Brodie,JD. "Imaging for the Clinical Psychiatrist: Facts, Fantasies, and other Musings." *Am J Psychiatry*, 153:2, Feb 1996, p. 145.
- Buarque de Holanda Ferreira, A. "Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa." Ed. Nova Fronteira, 2a. edição, R. de Janeiro 1986.
- Burke, HB; Fisfen, RA; Flint, J. "Psychiatric Diagnoses and Diseases [letters]." *Lancet*, Vol. 339, Jan 18 1992, 184.
- Castel, R. "A Gestão dos Riscos. Da Antipsiquiatria à Pós-Psicanálise." Francisco Alves Ed., Rio de Janeiro, 1987.
- Chacon, V. "Explicações Preliminares." In: Marcuse, H. "Materialismo Histórico e Existência." Ed. Tempo Brasileiro, R. de Janeiro, 1968.
- Chemama, R. (org.) "Dicionário de Psicanálise." Artes Médicas Sul, P. Alegre, 1995.
- Chodoff, P; Peele, R. "The Psychiatric Will of Dr. Szasz." *Hastings Cent Rep*, Vol. 13, No. 2, Apr 1983, 11-13.
- Cohen, CI. "The Biomedicalization of Psychiatry: A Critical Overview." *Community Mental Health Journal*, Vol. 29, No. 6, Dec. 1993.
- Cohn, JS. "In Defense of Szasz: The Case for Medical Realism." *Arch Gen Psychiatry*, Vol. 36, No. 13, Dec 1979, 1461-2.
- Cohn-Bendit, D. "Nós que Amávamos Tanto a Revolução: 20 Anos Depois." Ed. Brasiliense, S.Paulo, 1987.
- Colli, G. "O Nascimento da Filosofia." Ed. Unicamp, 3a. edição, Campinas, 1996.
- Cooper, D. "Psiquiatria e Antipsiquiatria." Ed. Perspectiva, 2a. edição, S. Paulo, 1989.
- Cottet, S. "Freud e o Desejo do Psicanalista." Jorge Zahar Editor, R. de Janeiro, 1989.
- Cottet, S. Entrevista à Revista 'Isto é', 27 de setembro de 1995.

- Cranston, M. "Herbert Marcuse." Ed. Encounter, N. York, 1969.
- Cunha, A. G. "Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa." Ed. N. Fronteira, R. de Janeiro, 1982.
- D'Araújo, MC; Soares, GAD; Castro, C. (org.) "Os Anos de Chumbo. A Memória Militar sobre a Repressão." Ed. Relume Dumará, R. de Janeiro, 1994.
- Debray-Ritzen, P. "La Scolastique Freudienne". Librairie Arthème Fayard, Paris, 1975.
- Derrida, J. "El Concepto de Verdad en Lacan." Ed. Homo Sapiens, B. Aires, 1993.
- ____ Dosse, F. "História do Estruturalismo. 2. O Canto do Cisne: de 1967 a nossos Dias." Trad. Álvaro Cabral. S. Paulo: Ensaio; Campinas, SP. Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1994, p. 149.
- ____ Dubos, R. "Déterminisme et Responsabilité, Choisir D'être Humain." L'union Médicale du Canada, (106), 423, 1977.
- ____ Dumont, MP. "A Commentary on the Szasz-Cohen Controversy." Int J Psychiatry, Vol. 10, No. 1, Mar 1972, 68-9.
- ____ Edwards, RB. "Mental Health as Rational Autonomy." J Med Philos, Vol. 6, No. 3, Aug 1981, 309-22.
- ____ Eisenberg, L. "The Social Construction of the Human Brain." Am J Psychiatry 1995; 152; 1563-1575.
- ____ Engelhardt, HT; Spicker, S. (ed.)- "Mental Health: Philosophical Perspectives." D. Reidel Publishing Co., Boston, USA, 1976.
- ____ Engels, F. "Dühring Bouleverse la Science (Anti-Düring)." Introd. Trad. Bracke, t. I, Costes, 1931, In: Fouquié, P. "A Dialética." Publicações Europa- América, 3a. edição, Lisboa, 1978.

- ____ Eribon, D. "Michel Foucault e seus Contemporâneos." Tradução Lucy Magalhães, Jorge Zahar Ed., R. de Janeiro, 1996.
- ____ Fabrega, HJ. "Dr. Fabrega Replies." *Am J Psychiatry*, 146:12, Dec 1989, p. 1648.
- ____ Farr, CB. "Benjamin Rush and the American Psychiatry." *Am J Psychiatry*; 151(6 suppl.): 64-73, jun 1994.
- ____ Fennig, S; et all. "Psychotic Patients with Unclear Diagnoses: A Descriptive Analysis." *J Nerv Ment Dis* 183:207-213, 1995.
- ____ Ferry, L.; Renault, A. "Pensamento 68: Ensaio sobre o Anti-humanismo Contemporâneo." Tradução de R. Markenson e N. N. Gonçalves, Ensaio, S. Paulo, 1988.
- ____ Fisker, RA. Letters to the Editor, *The Lancet*, Vol. 339: Jan 18, 1992, p. 184.
- ____ Foucault, M. "Arqueologia do Saber." Tradução de L. F. B. Neves, Ed. Vozes, Petrópolis, 1972.
- ____ Foucault, M. "As Palavras e as Coisas." M. Fontes Ed., S. Paulo, 1981
- ____ Foucault, M. "Microfísica do Poder." Ed. Graal, 10a. edição, Rio de Janeiro, 1992.
- ____ Freud, S. "Formulações sobre os Dois Princípios do Funcionamento Mental." Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Imago Ed. Ltda., Vol. XII, R. de Janeiro, 1969.
- ____ Freud, S. "Novas Conferências Introdutórias." Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XXII, Imago Ed., Rio de Janeiro, 1969.
- ____ Freud, S. "O Mal-Estar na Civilização." Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Imago Ed., Rio de Janeiro, 1969.

- ____ Freud, S. "Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise." Ed. Standard Bras. das Obras Psicológicas Completas de S. Freud, vol. XII, Imago Ed., R. de Janeiro, 1969.
- ____ Fromm, E. "Meu Encontro com Marx e Freud." Zahar Ed., R. de Janeiro, 1965.
- ____ Gay, P. "Freud. Uma Vida para o Nosso Tempo." Ed. Cia. Das Letras, S. Paulo, 1989.
- ____ Gay, P. "O Estilo na História: Gibbon, Ranke Macaulay, Burckhardt.", Trad. Denise Bottmann, Cia. das Letras, S. Paulo, 1990.
- ____ Giannotti, J. A. "Marx - Vida e Obra", Marx, Coleção Os Pensadores, Vol. I, Nova Cultural, S. Paulo, 1987, p. XVIII.
- ____ Goffman, E. "Asylums. Essays on the Social Situation of Mental Patients and other Inmates." Anchor Books ed., N. York, 1961.
- ____ Goffman, E. "Manicômios, Prisões e Conventos." Ed. Perspectiva, 2a. edição, S. Paulo, 1987.
- ____ Gouldner, A. W. "The Coming Crisis of Western Sociology." In: Malufe, J. R. "A Retórica da Ciência. Uma Leitura de Goffman." Educ, S. Paulo, 1992.
- ____ Gruson, P. "Thomas Szasz, Idéologie et Folie." Sociologie du Travail, 4/76, 1976, 443-7.
- ____ Hamilton, M. "Psychology in Society: End or Ends?" Bull Br Psychol Soc, Vol. 26, 1973, 185-9.
- ____ Heinlein, R. "Um Estranho numa Terra Estranha." Ed. Europa-América, Lisboa, 1961.
- ____ Hoffman, M. "Philosophical Aspects of 'Mental Disease'." Aust N Z J Psychiatry, Vol. 12, No. 1, Mar 1978, 29-33.
- ____ Hundert, EM. "Philosophy, Psychiatry and Neuroscience: Three Approaches to the Mind." Clarendon Press, Oxford, 1989.

- ____ Jones, B. "Schizophrenia: Into the Next Millenium." Can J Psychiatry, Vol. 38, Sep 1993, Suppl. 3, p. S68.
- ____ Jones, M. "The Therapeutic Community." Basic Books, New York, 1954.
- ____ Kane, JM; McGlashan, TH. "Treatment of Schizophrenia." Lancet 1995; 346: 820-25.
- ____ Karlsson,H; Kamppinem,M. "Biological Psychiatry and Reductionism." Br J Psychiatry (1995), 167, pp. 434-437.
- ____ Kilwein, ML. "Thomas Szasz- A Sampling of his Thoughts." J Clin Pharm Ther, Vol. 14, No. 5, Oct 1989, 323-7.
- ____ Kleinke, CL; Baldwin, MR. "Responsibility Attributions for Men and Women Giving Sane Versus Crazy Explanations for Good and Bad Deeds." J Psychol, Vol. 127, No. 1, Jan 1993, 37-50.
- ____ Koupernik, C. "Antipsiquiatria: Senso ou Contra-senso?" Trad. Cabral, A. Zahar Ed., R. de Janeiro, 1976.
- ____ Kramer, H.; Sprenger, J. "Manual de Caça às Bruxas (Malleus Maleficarum). O Livro de Cabeceira dos Juizes da Inquisição." Edições de Planeta. Grupo de Comunicação Três Ltda., S. Paulo, 1973.
- ____ Kubie, LS. "The Myths of Thomas Szasz." Bull Menninger Clin, Nov 1974, Vol. 38, No. 6, pp. 497-502.
- ____ Lacan, J. "O Seminário. Livro 11. Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise." Zahar Ed., Versão Brasileira de M.D. Magno, R. de Janeiro, 1979.
- ____ Lacan, J. "O Seminário. Livro 7. A Ética da Psicanálise." Zahar Ed., Versão Brasileira de Antônio Quinet, R. de Janeiro, 1988.
- ____ Laing, R D. "O Eu Dividido." Ed. Vozes, 3a. edição, Petrópolis, 1978.

- ____ Laing, RD. Transcrição de Conferência Proferida por R. D. Laing no Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1978, publicada no Suplemento Ilustrada, do jornal Folha de São Paulo, de 11 de junho de 1978.
- ____ Laor, N. "Hobbesian Principles in Szasz's Writings." *Clio Med*, Vol. 19, No. 1-2, 1984, 32-9.
- ____ Laor, N. "Old Whig Psychiatry: the Szaszian Variant." *Isr J Psychiatry Relat Sci*, Vol. 19, No. 3, 1982, 215-27.
- ____ Laor, N. "Szasz, Feuchtersleben, and the History of Psychiatry." *Psychiatry*, Vol. 45, No. 4, Nov 1982, 316-24.
- ____ Laplanche, J; Pontalis, JB. "Vocabulário de Psicanálise." 10a. edição, Livraria Martins Fontes, S. Paulo, 1992.
- ____ Leary, T. "Flashbacks." Ed. Best-Seller, R. de Janeiro, 1978.
- ____ Leff, J. "Comment on Crazy Talk: Thought Disorder or Psychiatric Arrogance by Thomas Szasz." *Br J Med Psychol*, Vol. 66 (Pt 1), Mar 1993, 77-8.
- ____ Leguil, F. "A Entrada em Análise e sua Articulação com a Saída. A Lógica da Cura e a Escola de Lacan." *Forum Iniciativa Escola*, Bahia, 1993.
- ____ Lipowski, ZJ. "The Integrative Approach to Psychiatry." *Aust N Z J Psychiatry*, Vl. 24, No. 4, Dec 1990, 470-4.
- ____ Lukacs, G., citado por: Goldman, L. "Matérialisme et Philosophie." *Revue Philosophique*, abr-jun, 1948.
- ____ MacEwan, GW. "New Antipsychotic Medications: Do Research Results Relate to Clinical Practice?" *Can J Psychiatry*, Vol. 38, 1993, suppl. 3:s75-s79.
- ____ Mace, C J. "Hysterical Conversion I: A History." *British Journal of Psychiatry* (1992), 161, 369-377.

- ____Machado, R. "Ciência e Saber, A Trajetória da Arqueologia de Foucault." Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988.
- ____MacIntyre, A. "Marcuse." Ed. Cultrix, S. Paulo, 1973.
- ____Makari, GJ. "Toward an Intellectual History of Transference: 1888-1900." *Psychiatr Clin North Am*, Vol. 17, No. 3, Sep 1994, 559-70.
- ____Maldidier, L.; Normand, C.; Robin, R. "Discours et idéologie: Quelques Bases pour une Recherche." *Langue Française*, 15, Ed. Larousse, 1972, p. 125, cit. por Serrani, S. M. "A Linguagem Na Pesquisa Sociocultural. Um Estudo Da Repetição Na Discursividade." Ed. Unicamp, Campinas, 1993.
- ____Mancini, C; Van Ameringen, M; Macmillan, H. "Relationship of Childhood Sexual and Physical Abuse to Anxiety Disorders." *J Nerv Ment Dis*, 1995, 183:309-314.
- ____Mannoni, O. "Clefs pour L'imaginaire, ou L'autre Scène." Ed. du Seuil, Paris, 1969.
- ____Marcuse, H. "Eros e Civilização." Zahar Ed., R. de Janeiro, 1968a.
- ____Marcuse, H. "Materialismo Histórico e Existência." Ed. Tempo Brasileiro, R. de Janeiro, 1968b.
- ____Marcuse, H. "Ideologia Da Sociedade Industrial." Ed. Paz e Terra, R. de Janeiro, 1978.
- ____Marcuse, H. "Razão E Revolução." Ed. Paz e Terra, R. de Janeiro, 1988.
- ____Mariner, AS. "Lack of Reference to the Work of Thomas Szasz." *Am J Psychiatry*, Vol. 146, No. 12, Dec 1989, 1648.
- ____Marx, K "Salário, Preço e Lucro." Marx, Coleção Os Pensadores, Vol. II, Nova Cultural, S.Paulo 1987.
- ____Marx, K. "A Ideologia Alemã." Ed. Moraes - S. Paulo, 1984.

- ____ Marx, K. "Le Capital. Prefácio da Segunda Edição [1892]." Tomo I, p. XCV. Costes, 1924. In: Fouquié, P. "A Dialética." Publicações Europa-América, 3a. edição, Lisboa, 1978.
- ____ Marx, K. "Manuscritos Econômicos- Filosóficos." Marx, Coleção Os Pensadores, Vol. I, Nova Cultural, S. Paulo, 1987.
- ____ Marx, K. "O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte." Coleção Os Pensadores, Vol. II, Nova Cultural, S. Paulo, 1987-1988.
- ____ Marx, K. "Para A Crítica Da Economia Política." Marx, Coleção Os Pensadores, Vol. I, Nova Cultural, S. Paulo, 1997.
- ____ Marx, K; Engels, F. "A Ideologia Alemã. Teses Sobre Feuerbach." Ed. Moraes, S. Paulo 1984.
- ____ Masotta, O. "Dualidade Psíquica. O Modelo Pulsional." Papirus Ed., Campinas, 1979.
- ____ Matos, OCF. "Paris 1968: As Barricadas do Desejo." S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.
- ____ Melman, C. "Pontuações ..." S. Paulo, setembro/1983.
- ____ Menninger, KA; Holzman, PS. "Teoria e Técnica Psicanalítica." Zahar Ed., R. de Janeiro, 1979.
- ____ Miller, RD. "Voluntary 'Involuntary' Commitment: The Briar-Path Syndrome." Bull Am Acad Psychiatry Law, Vol. 8, No. 3, 1980, 305-12.
- ____ Mindham, RHS; Scadding, JG; Cawley, RH. "Diagnoses Are Not Diseases." Br J Psychiatry, Vol. 161, 1992, 686-91.
- ____ Moss, GR. "Szasz: Review and Criticism." Psychiatry, Vol. 31, No. 2, May 1968, 184-94.
- ____ Mullahy, P. "Édipo: Mito e Complexo." Zahar Ed., R. de Janeiro, 1978.

- ____ Murphy, T. "Differential Diagnosis and Mental Illness." J Med Philos, Vol. 7, No. 4, Nov 1982, 327-35.
- ____ Nandi, DN et al. "Is Hysteria on the Wane? A Community Survey in West Bengal, India." Br J Psychiatry (1992), 160, 87-91.
- ____ National Review. "Thomas Szasz." National Review, Feb 12 1996, 45-8.
- ____ Nogare, PD. "Humanismos e Anti-humanismos." 11a. edição, Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- ____ Nogueira, CRF. "Bruxaria e História. As Práticas Mágicas no Ocidente Cristão." Ed. Ática. S. Paulo, 1991.
- ____ Nunes, ED. "The Disease Model and the Diagnosis of Mental Illness. Bedford College, 1974. (mimeogr.)
- ____ Ortiz, R.(org.) "Pierre Bourdieu." Ed. Ática, S.Paulo, 1994.
- ____ Palmier, JM. "Sur Marcuse." Union Générale D'Editions, Paris, 1968.
- ____ Pam, A. "A Critique of the Scientific Status of Biological Psychiatry." Acta Psychiatrica Scandinavica, Suppl. No. 362, Vol. 82. 1990.
- ____ Patel, V; Winston, M. "'Universality of Mental Illness' Revisited: Assumptions, Artefacts and New Directions." British Journal of Psychiatry (1994), 165, 437-440.
- ____ Pereira, CAM. "O Que É Contracultura." Ed. Brasiliense, S.Paulo, 1983.
- ____ Pies, R. "On Myths and Countermyths: More on Szaszian Fallacies." Arch Gen Psychiatry, Vol. 36, No. 2, Feb 1979, 139-44.
- ____ Poerner, AJ. "O Poder Jovem." Ed. Civ. Bras., R. de Janeiro, 1979.
- ____ Rajchman, J. "Eros e Verdade. Lacan, Foucault e a Questão da Ética." Jorge Zahar Ed., R. de Janeiro, 1993.

- ____ Rangel, ML. "Escola, Desejo do Analista e Lógica da Cura: Apenas uma Solidariedade Teórica?" A Escola de Lacan. Atas do Colóquio da Sociedade Psicanalítica de São Paulo, out. 1992.
- ____ Reiss, S. "A Critique of Thomas Szasz's 'Myth of Mental Illness'." Am J Psychiatry, Vol. 128, No. 9, Mar 1972, 1081-5.
- ____ Reuchlin, M. "História da Psicologia." Difusão Européia do Livro, S.Paulo, 1968.
- ____ Rochefort, DA. "Origins of the 'Third Psychiatric Revolution': The Community Mental Health Centers Act of 1963." Journal of Health Politics, Policy, and Law. Vol. 9, No. 1, Spring 1984, pp. 1-30.
- ____ Rogow, AA. "The Psychiatrists." G. P. Putnam's Sons, N. York, 1970.
- ____ Rogler, LH. "Making Sense of Historical Changes in the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: Five Propositions". Journal of Health and Social Behavior 1997, Vol. 38 (March): 9-30.
- ____ Roszak, T. "A Contracultura. Reflexões Sobre A Sociedade Tecnocrática E A Oposição Juvenil." Ed. Vozes, 2a. edição, R. de Janeiro, 1972.
- ____ Roth, M. "Psychiatry and its Critics." Br J Psychiatry, Vol. 122, 1973, 334.
- ____ Roth, M. "Schizophrenia and the Theories of Thomas Szasz." Br J Psychiatry, Vol. 129, Oct 1976, 317-26.
- ____ Roth, M; Kerr, A; Howorth, P. "'Commentaries on 'Audible Thoughts' and 'Speech Defect' in Schizophrenia'". Br J Psychiatry, Vol. 168, 1996, 536-9.
- ____ Roudinesco, E. "História da Psicanálise na França, Vol. 2." Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1988.
- ____ Roudinesco, E. "História da Psicanálise na França." Vol. I, Jorge Zahar Ed., R. de Janeiro, 1989.

- ____ Sabshin, M. "In Response to Szasz [letter]." J Med Ethics, Vol. 21, No. 2, Apr 1995, 117.
- ____ Safouan, M. "Estruturalismo e Psicanálise." Ed. Cultrix, S. Paulo, 1970.
- ____ Safouan, M. "O Fracasso do Princípio do Prazer." Ed. Papirus, Campinas, 1988.
- ____ Samuel-Lajeunesse, B., Olivier-Martin, R., Ginestet, D., Simon, P., Wartel, R. "Em Torno Do DSM-III". In: Lacan, J. e Outros. "A Querela dos Diagnósticos", Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1989.
- ____ Sander, FM. "Some Thoughts on Thomas Szasz." Am J Psychiatry, Vol. 125, No. 10, Apr 1969, 1429-31.
- ____ Scharwz, R. "Um Seminário de Marx." Jornal Folha de São Paulo, 8 de outubro de 1995, 4-7.
- ____ Schulte, W; Tolle, R. "Manual de Psiquiatria." Ed. Springer Ltda., S. Paulo, 1981.
- ____ Schwarz, R. "Nunca Fomos Tão Engajados.", Suplemento Mais!, Jornal Folha de S.Paulo, 26 de junho de 1994, p. 5.
- ____ Serbin, KP. "Um Episódio Esquecido da Repressão." Suplemento Mais!, Jornal Folha de S.Paulo, 30 de março de 1997.
- ____ Soler, C. "Variáveis do Fim da Análise." Ed. Papirus, Campinas, 1995.
- ____ Sonenreich, C; Bassit, W; Brambilla, MM; et all. "A Psiquiatria e seus 'Anti'." Temas, Ano IV, Números 7-8, Jun-Dez 1974, 7-221.
- ____ Sonenreich, C; Bassit, W; Castro, GB. "O Mito do Pensamento Progressista." Temas, Ano VII, Número 12, Jun 1977, 5-25.
- ____ Stalin, J. "Matérialisme Dialectique et Matérialisme Historique, p. 13, In: Fouquié, P. "A Dialética." Publicações Europa-América, 3a. edição, Lisboa, 1978.

- ____ Steptoe, A. "The Links between Stress and Illness." *Journal of Psychosomatic Research*, 1991, Vol. 35, No 6:633-644.
- ____ Szasz, T. "Drugs, Doctors, and Deceit." *N Engl J Med*, Vol. 286, No. 2, Jan 13 1972, 111.
- ____ Szasz, T. "'Audible Thoughts' and 'Speech Defect' in Schizophrenia. A Note On Reading And Translating Bleuler. *Traduttori Traditori*." *Br J Psychiatry*, Vol. 168, No. 5, May 1996, 533-5.
- ____ Szasz, T. "A Fabricação da Loucura. Um Estudo Comparativo entre a Inquisição e o Movimento de Saúde Mental." Zahar Ed. S.A., R. de Janeiro, 1976
- ____ Szasz, T. "AIDS and Drugs: Balancing Risk and Benefits." *Lancet*, Vol. 2, No. 8556, Aug 22 1987, 450.
- ____ Szasz, T. "American Association for the Abolition of Involuntary Mental Hospitalization." *Am J Psychiatry*, Vol. 127, No. 12, Jun 1971, 1698.
- ____ Szasz, T. "Bad Habits Are Not Diseases. A Refutation of the Claim that Alcoholism Is an Disease." *Lancet*, Vol. 2, No. 767, Jul 8 1972, 83-4.
- ____ Szasz, T. "College Psychiatry: A Critique." *Compr Psychiatry*, Vol. 9, No. 1, Jan 1968, 81-8.
- ____ Szasz, T. "Crazy Talk: Thought Disorder or Psychiatric Arrogance?" *Br J Med Psychol*, Vol. 66(Pt 1), Mar 1993, 61-7.
- ____ Szasz, T. "Curing, Coercing, and Claims-making: A Reply to Critics." *Br J Psychiatry*, Vol. 162, Jun 1993, 797-800.
- ____ Szasz, T. "Diagnosis Are Not Diseases." *Lancet*, Vol. 338, No. 8782-8783, Dec 21-28 1991, 1572-6.
- ____ Szasz, T. "Dying with their Rights On." *Lancet*, Vol. 335, No. 8685, Feb 10 1990, 356-7.

- ____ Szasz, T. "Ideologia e Doença Mental. Ensaio sobre a Desumanização Psiquiátrica do Homem." Zahar Ed., R. de Janeiro, 1977.
- ____ Szasz, T. "Illness and Indignity." JAMA, Vol. 227, No. 5, Feb 4 1974, 543-5.
- ____ Szasz, T. "Insanity and Irresponsibility: Psychiatric Diversion in the Criminal Justice System." Ala J Med Sci, Vol. 16, No. 2, Apr 1979, 108-12.
- ____ Szasz, T. "Justice in the Therapeutic State." Compr Psychiatry, Vol. 11, No. 5, Sep 1970, 433-44.
- ____ Szasz, T. "Koryagin and Psychiatric Coercion." Lancet, Vol. 2, No. 8610, Sep 3 1988, 573.
- ____ Szasz, T. "Mental Illness as a Metaphor." Nature, Vol. 242, No. 5396, Mar 30 1973, 305-7.
- ____ Szasz, T. "Mental Illness Is Still a Myth." The Journal of Biblical Counseling, Vol. 14, No. 1, Fall 1995, pp. 34-39.
- ____ Szasz, T. "Might Makes the Metaphor." JAMA, Vol. 229, No. 10, Sep 2 1974, 1374.
- ____ Szasz, T. "Psychiatric Diagnosis, Psychiatric Power, and Psychiatric Abuse." J Med Ethics, Vol. 20, No. 3, Sep 1994, 135-8.
- ____ Szasz, T. "Psychiatric Justice." Br J Psychiatry, Vol. 154, Jun 1989, 864-9.
- ____ Szasz, T. "Psychiatry: Rethoric and Reality." Lancet, Vol. 2, No. 8457, Sep 28 1985, 711-2.
- ____ Szasz, T. "Psychotherapy: A Sociocultural Perspective." Compr Psychiatry, Vol. 7, No. 4, Aug 1966, 217-23.
- ____ Szasz, T. "Schizophrenia: The Sacred Symbol of Psychiatry." Br J Psychiatry, Vol. 129, Oct 1976, 308-316.

- ____ Szasz, T. "The Case Against Compulsory Psychiatric Interventions." *Lancet*, Vol. 1, No. 8072, May 13 1978, 1035-6.
- ____ Szasz, T. "The Case Against Suicide Prevention." *Am Psychol*, Vol. 41, No. 7, Jul 1986, 806-12.
- ____ Szasz, T. "The Ethics of Addiction." *Am J Psychiatry*, Vol. 128, No. 5, Nov 1971, 541-5.
- ____ Szasz, T. "The Ethics of Addiction." *Int J Psychiatry*, Vol. 10, No. 1, Mar 1972, 51-61.
- ____ Szasz, T. "The Myth of Psychotherapy." *Am J Psychother*, Vol. 28, No. 4, Oct 1974, 517-26.
- ____ Szasz, T. "The Myth of Psychotherapy." *Psychother Psychosom*, Vol. 24, No. 4-6, 1974, 212-21.
- ____ Szasz, T. "The Myth of Mental Illness. Foundations of a Theory of Personal Conduct." Harper & Row, Publishers. N. York, 1974, p. 14.
- ____ Szasz, T. "The Negro in Psychiatry. An Historical Note on Psychiatric Rhetoric." *Am J Psychother*, Vol. 25, No. 3, Jul 1971, 469-71.
- ____ Szasz, T. "The Painful Person." *J Lancet*, Vol. 88, No. 1, Jan 1968, 18-22.
- ____ Szasz, T. "Dor e Prazer. Um Estudo das Sensações Corpóreas.", Tradução de Áurea Weissenberg, Zahar Ed., R. de Janeiro, 1976.
- ____ Szasz, T. "The Psychiatric Will. A New Mechanism for Protecting Persons against 'Psychosis' and Psychiatry." *Am Psychol*, Vol. 37, No. 7, Jul 1982, 762-70.
- ____ Szasz, T. "The Sane Slave: An Historical Note on the Use of Medical Diagnosis as Justificatory Rhetoric." *Am J Psychother*, Vol. 25, No. 2, Apr 1971, 228-39.

- ____ Szasz, T. "Voluntary Mental Hospitalization. An Unacknowledged Practice of Medical Fraud." *N Engl J Med*, Vol. 287, No. 6, Aug 10 1972, 277-8.
- ____ Szasz, T. "What Counts as Disease?" *CMAJ*, Vol. 135, Oct 15, 1986, 859-860.
- ____ Szasz, T; Alexander, GJ. "Law, Property, and Psychiatry." *Am J Orthopsychiatry*, Vol. 41, No. 4, Jul 1972, 610-26.
- ____ Szasz, T; Alexander, GJ. "Mental Illness as an Excuse for Civil Wrongs." *J Nerv Ment Dis*, Vol. 147, No. 2, Aug 1968, 113-23.
- ____ Szasz, TS. "El Mito de la Enfermedad Mental." Amorrotu Ed., Buenos Aires, 1976.
- ____ Szasz, TS. "Esquizofrenia: O Símbolo Sagrado da Psiquiatria." Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1978.
- ____ Szasz, TS. "O Mito da Doença Mental." Tradução de Irley Franco e Carlos Roberto Oliveira. Zahar Ed., R. de Janeiro, 1979.
- ____ Szasz, T. "A Brief History of Medicine's War on Responsibility." *J Clin Epidemiol*, Vol. 49, No. 6, Jun 1996, 609-13.
- ____ Szasz, T. "A Lexicon of Lunacy. Metaphoric Malady, Moral Responsibility, and Psychiatry." John Willey & Sons, N. York, 1993.
- ____ Szasz, TS. "The Case against Suicide Prevention." *American Psychologist*, 41, July 1986, 806-12.
- ____ Szasz, TS. "The Myth of the Mental Illness." *Am Psychologist*, 15:113, 1960.
- ____ Szasz, TS. "The Negro in Psychiatry. A Historical Note on Psychiatric Rhetoric." *American Journal of Psychotherapy*, Vol. XXV, No. 3, July 1971, pp. 469- 471.

- ____ Szasz, TS. "La Función del Mecanismo Contrafóbico en la Adicción." (tradução de artigo com mesmo título, publicado inicialmente no periódico especializado: 'Journal of the Psychoanalytic Association', No. 2, Vol. VI, Apr 1958) In: Szasz, T; Savitt, R; y otros. *Psicología Del Drogadicto*. Rodolfo Alonso Ed., B. Aires, 1972.
- ____ Tebbel, J. "Os Meios de Comunicação nos Estados Unidos." Ed. Cultrix Ltda., S. Paulo, 1978.
- ____ Thorne, FC. "An Analysis of Thomas Szasz' 'Myth of Mental Illness'." *Am J Psychiatry*, Vol. 123, No. 6, Dec 1966, 652-6.
- ____ Vatz, RE; Weinberg, LS. "Challenging the Challengers of Szasz's Psychiatric Will." *Hastings Cent Rep*, Vol. 13, No. 6, Dec 1983, 44-5.
- ____ Ventura, Z. "1968, O Ano que não Terminou." Ed. Nova Fronteira, R. de Janeiro, 1988.
- ____ Vivas, E. "Contra Marcuse." Arlington House, N. York, 1971.
- ____ West, DJ. "Szasz on Psychiatric Justice." *Br J Psychiatry*, Vol. 154, Jun 1989, 870-1.
- ____ Wilson, M. "DSM-III and the Transformation of American Psychiatry: A History." *Am J Psychiatry* 150:3, March 1993, p. 399-410
- ____ Windle, M; Windle, RC; Scheidt, DM; Miller, GB. "Physical And Sexual Abuse and Associated Mental Disorders among Alcoholic Inpatients." *Am J Psychiatry*, 1995, 152:1322-1328.
- ____ Zarin, DA; Earls, F. "Diagnostic Decision Making in Psychiatry." *Am J Psychiatry* 1993; 150:197-206.
- ____ Zilboorg, G. "The Medical Man and the Witch During the Renaissance." *The Hideyo Nogushi Lectures*. John Hopkins Press, Baltimore, 1935.



ANEXOS

1- A contracultura.

Escrito em seguida ao Maio de 68, embora muito distante dele geograficamente, já que nos Estados Unidos, e com relação à postura política, já que não identificada com a esquerda, “A Contracultura”, por características próprias e porque à época se exigiam posicionamentos ideológicos claros, traz traços definidores da cultura em que se via imersa. Não diferentes dos que poderiam ser obtidos em letras de músicas, enredos de filmes, peças de teatro e outras produções artísticas que, ainda que algumas possam ser consideradas criativas pelas metáforas com que propuseram o exercício político através do protesto, tiveram estilo, temas e argumentos algo repetitivos.

Nesta obra, quando o autor, Theodore Roszak, não deixa explícitos esses traços fundamentais, eles estão suficientemente perceptíveis naquilo que deixa subentendido. Portanto, a sua leitura tem o objetivo de assinalá-los.

O primeiro, o mais imediato, está no estilo: é a dificuldade de se manter uma discussão em divergência aos seus argumentos. Ao se divergir desta obra, a exemplo de quase tudo do que esteve em voga na época entre os jovens, corre-se o risco de ficar enredado em discussões minuciosas e circulares, perdendo qualquer chance de atrair platéia.

Mais pelo estilo e menos pelo conteúdo, o autor, em qualquer trecho da obra que se escolha, deixa patente, embora nas entrelinhas, que supõe a convivência, total ou parcial, do leitor, sem a qual dificilmente se chega ao fim da leitura, que é longa. Convivência que, em existindo, contradita a necessidade da existência do conteúdo; portanto, fazendo as vezes de noticiar a contracultura, faz propaganda. Enquanto argumenta em favor da constituição de um novo tipo de sociedade, enquanto busca convencer para que a convivência entre as pessoas e instituições se transforme, o autor se dirige ao leitor como se este, de antemão, já devesse partilhar de suas opiniões. Os recursos de construção do texto alinha os argumentos de tal modo que questões discutíveis sejam dadas por definidas, o que simula a existência, desde um momento que antecede o texto, de um todo, de um grupo, ao

qual se pode agregar, comungando de suas idéias, ou do qual se pode excluir. Até no título original da obra, “The Making of a Counter Culture”, pode-se ver isto sugerido. O autor não se coloca como solitariamente defendendo algumas idéias, e nem em companhia de apenas mais alguns. Embora também não diga se está acompanhado de muitos mais, faz pensar que obviamente sim.

A montagem deste todo social coeso, de consistência imaginária, que se fazendo passar por existente, ganhou existência, serve para denotar que aquele talvez tenha sido o período em que com mais clareza se fez perceber que a importância da platéia era fundamental, ou poderia ser tudo, como fonte de poder. A notoriedade, por esta superposição entre capacidade de **agregação/convencimento e poder**, adquiriu status de medida direta e imediata de qualidade do que quer que fosse.

Portanto, para compor o **estilo da obra**, o autor se utiliza do seguinte: ao definir os elementos que irá utilizar nos argumentos, faz a caracterização deles, incluindo nesta caracterização a sua avaliação particular de qualidade; os adjetiva nos mesmos termos que usa para substantivá-los.

Não os define para depois procurar convencer acerca de uma determinada avaliação. Deste modo estaria exposto a discordância centradas no seu julgamento. A construção do universo a que se atém já supõe a posição relativa dos diferentes elementos que o compõem. Concordar em discutir nos termos por ele utilizados é estar de acordo com a sua avaliação.

Para se discutir em discordância do autor, é - se obrigado a redefinir cada termo e a colocar em questão os seus pressupostos na ocasião inicial em que articula um termo ao outro. Assim, discordar é produzir algo enfadonho e se perder a própria razão da discussão, que, imposta pelo estilo e divergente do conteúdo, é a de **juntar opiniões**. Neste caso, novamente a exemplo dos outros característicos da época, juntar opiniões significa levá-las a um ponto extremo: à mais radical definição de liberdade.

Acredita-se ou não no mesmo que o autor, embora, eventualmente, esteja-se sendo informado por ele pela primeira vez. Quando não se acredita no mesmo que o autor,

é possível se filiar a alguma crença concorrente, ou não dar atenção a uma obra deste tipo, coisa hoje possível, porque idéias como as nela presentes já não ocupam um lugar na cultura que obrigue a que sejam notadas. Porém carece de sentido discutir as suas consistências e inconsistências, até porque é redundante apontar inconsistências naquilo em que se adere por acreditar.

Por exemplo: dado que os argumentos que o autor organiza na obra, baseiam-se na oposição, proposta por ele mesmo, entre a tecnocracia e um modo “natural” de vida, a definição de tecnocracia, que em diversos momentos no transcorrer das discussões vai sendo complementada, tem as suas linhas gerais na idéia de que é *“o ápice de integração organizacional de uma sociedade industrial”*, cuja *“forma social encontra-se mais desenvolvida nos Estados Unidos do que em qualquer outra sociedade”*. A tecnocracia, para alguns que não o autor, segundo ele é *“o ideal quando se fala em modernização, progresso, atualização, racionalização e planejamento”*. Sua função está no intuito político de *“eliminar as brechas e fissuras anacrônicas da sociedade industrial”*. Utiliza-se da *“sistematização do processo industrial”* e faz com que *“o trabalho humano tenha a precisão e a desumanidade de uma organização mecânica”*.

Na tecnocracia assim vista, os especialistas são os detentores do poder, tanto o político, aquele que organiza os seres humanos dentro das formas mais adequadas para a produção, quanto o que se refere ao comportamento individual. E ela, a tecnocracia, por definição, estaria se expandindo invisivelmente em qualquer regime, capitalista ou coletivista. A implantação da tecnocracia decorre da lógica determinada pela seguinte sequência: os políticos invocam os técnicos para a solução de seus problemas e os técnicos invocam a ciência, que, afinal, *“leva ao desaparecimento dos objetivos transcendentais da vida”*.

Obviamente que, caso assim se entenda a tecnocracia, não há alguém moralmente saudável que possa ser partidário dela. A despeito de qualquer eventual benefício que a tecnocracia traga, como, por definição, acarreta na desumanização, o balanço custo/benefício lhe seria sempre desfavorável.

Disto, a discussão avança ainda mais, segundo o eixo da obra. Pelo método de trabalho dos tecnocratas, baseado em números e pelos seus objetivos voltados para a organização e otimização da produção, a tecnocracia não poderia atender aos interesses das minorias; pelo contrário, sempre tenderia a esmagá-las. Os técnicos não poderiam reconhecer a importância das diferenças éticas, ideológicas ou culturais. A tecnocracia homogeneiza tudo sob a forma de problema a ser equacionado e da melhor solução conhecida para cada um. Como é a própria tecnocracia que determina o desenvolvimento das pesquisas sobre as melhores soluções, fecha-se assim um círculo. Portanto, na luta contra a tecnocracia, todas as minorias estariam juntas. O autor, quando fala de minorias cita como exemplo principalmente os militantes do Black Power, mas também estão incluídos nesta categoria *“todos os revolucionários e os menos favorecidos em geral da sociedade tecnificada”*.

A ingenuidade que se pode alegar estar presente numa discussão assim, no contexto da época não o era. O poder político que emanava de propaganda produzida por discussões assim, não permitia que o fosse.

Por estes detalhes e pelo pressuposto, incluído na definição, de que, no futuro, técnicos, falando em nome da ciência, seriam os detentores do poder dentro da sociedade, a tecnocracia, além de implicar na desumanização, acima já apontada, levaria a outras consequências tão graves quanto ela, especialmente duas: em primeiro lugar, o risco da destruição total, ou quase total, da humanidade produzido pela lógica da Guerra Fria, segundo a qual a superioridade do poder de destruição bélico dissuadiria o inimigo do confronto de forças. Para se conseguir e manter esta superioridade, desenvolveu-se o que era chamado de corrida armamentista: um enorme investimento no aumento e no aperfeiçoamento contínuos do aparato de guerra, principalmente de bombas nucleares e dos foguetes capazes de levá-las ao seu destino, a ponto de a estes artefatos ter sido dada a capacidade de destruir várias vezes todo o planeta. Esta lógica é completada pelo autor, que tira dela a seguinte consequência: como o desenvolvimento e a definição do melhor manejo das armas necessariamente é atribuição de técnicos, se conclui que a sobrevivência ou não da humanidade estava dependendo deles.

Em segundo lugar, havia o risco de a sociedade depender tanto de um único tipo de profissionais que se, por qualquer motivo, deixassem de atendê-la, a vida se tornaria um caos. O autor não chega a apontar que tipo de coisas poderia levar a que os técnicos deixassem de atendê-la; deixa somente nas entrelinhas que eles seriam uma categoria importante demais para que a sociedade pudesse confiar neles.

O autor transcreve trechos de discursos, um de John Kennedy de 1962, quando ele era Presidente dos Estados Unidos, e outro de Robert McNamara, de 1968, quando Secretário de Defesa norte-americano e, por isso, quem respondia politicamente pela guerra do Vietnã. Ambos reafirmam claramente o pressuposto de que a técnica era, e seria ainda mais, detentora de poder. São eles; de Kennedy:

“Hoje quase desapareceram essas amplas questões. Os problemas nacionais importantes de nossa época são mais sutis e menos simples. Não se referem a choques filosóficos ou ideológicos básicos, mas a maneiras e meios de se alcançar metas comuns - busca de soluções aperfeiçoadas para questões complexas e recorrentes. (...)”

O que está hoje em jogo em nossas decisões econômicas não é alguma enorme guerra de ideologias rivais que abale o país, mas a administração prática de uma economia moderna. Não necessitamos de rótulos e clichês, e sim de discussão básica das questões complexas e técnicas envolvidas no funcionamento de uma vasta máquina econômica. ...

Minha sugestão é a de que os problemas de política fiscal e monetária na década de sessenta, em contraposição ao tipo de problemas que enfrentamos na década de trinta, exigem desafios sutis para os quais devem ser oferecidas respostas técnicas, e não respostas políticas.”, e; de McNamara:

“Alguns críticos se preocupam hoje com o fato de que nossas sociedades livres, democráticas, se estariam tornando superdirigidas. Em minha opinião ocorre justamente o contrário. Por paradoxal que possa parecer, a ameaça real à democracia não provem da superdireção e sim da subdireção. Subdirigir a realidade não é manter a liberdade. É simplesmente permitir que outra força que não a razão dê forma à realidade. Essa força pode ser emoção desenfreada; pode ser ignorância; pode ser inércia; pode ser qualquer

outra coisa além da razão. Entretanto, seja o que for, se a razão não governar o homem ele não atinge o seu potencial.

A formulação de decisões vitais, sobretudo em questões de política, deve permanecer na cúpula. Em parte, mas não todo, é para isso que existe a cúpula. Mas a formulação de decisões racionais depende da existência de toda uma gama de opções racionais, e a gerência bem sucedida organiza a empresa de modo que esse processo possa ocorrer da melhor forma. Trata-se de um mecanismo através do qual homens livres podem, de maneira mais eficiente, exercer sua razão, sua iniciativa, sua criatividade e sua responsabilidade pessoal. A tarefa aventurosa e imensamente gratificante de uma organização eficiente consiste em formular e analisar essas opções.”

Reafirmando o pressuposto também para ele, o autor observa:

“Tais afirmativas, manifestadas por líderes obviamente competentes, obviamente esclarecidos, tornam mais que clara a estratégia fundamental da tecnocracia: reduzir a vida àquele padrão de ‘normalidade’ apropriado à gestão da especialização técnica, e depois, segundo aquele critério espúrio e exclusivista, reivindicar sobre nós uma intimidante onicompetência, justificada por seu monopólio de especialistas. É esta a política de nossas sociedades industriais desenvolvidas, nossas sociedades verdadeiramente *modernas*, nas quais dois séculos de agressivo ceticismo secular, após corroer os objetivos tradicionalmente transcendentais da vida, proporcionou-nos ademais uma proficiência de meios técnicos que hoje oscila absurdamente entre a abundância frívola e a produção de munições genocidas. ...”

Fica explícito que, na opinião de políticos e na do próprio autor, a técnica possui poder, e que, para ele, este poder, se não combatido, se expandiria a ponto de se tornar o único vigente. Mas, como na própria obra não está incluída a opinião de algum técnico a este respeito, a seguir transcrevemos uma, publicada em 1962.

Diz Karl Mannheim:

“A sociedade está quase a ponto de passar a uma nova fase. Se não compreendermos isso, perderemos as oportunidades infinitas que a coordenação das

técnicas sociais colocaria em nossas mãos. (...) uma sociedade realmente planejada não suprime a genuína dinâmica da vida, nem a intelectualiza, mas, sim, procura, pelo trato habilidoso da situação, utilizar-se das forças orgânicas de forma mais completa do que era possível numa fase de controle mais primitivo e inflexível. (...) a questão vital do controle social ser exercido por um grupo central de líderes, ou democraticamente difuso por toda a sociedade, depende, para a sua solução, tanto da ordem social como das técnicas sociais.

Quanto a isso, torna-se claro que a discussão do problema do controle social é inutilmente abstrata quando não se relaciona com o funcionamento da sociedade como um todo e, sim, artificialmente dividida em compartimentos estanques, como a economia, a ciência política, a administração, a educação. Enquanto nos especializarmos apenas num desses campos, sua natureza nos estará oculta. Não compreendemos que todas estas ciências aparentemente separadas estão de fato inter-relacionadas, que se referem a técnicas sociais cuja finalidade é assegurar o funcionamento da ordem social, fazendo com que uma influência adequada se exerça sobre o comportamento e as atitudes dos homens.

Uma vez reconhecida esta unidade de propósito, o caráter político e social de todas as instituições humanas se torna claro. Não são, como à primeira vista parece, destinados simplesmente a realizar um objetivo limitado; são elementos permanentes na organização política da sociedade e se desenvolveram lado a lado. A economia, em seu aspecto mais amplo, não é apenas um instrumento de regulamentar a produção e o consumo, é também um meio eficiente de regulamentar o comportamento humano, e em algumas esferas de ação facilita seu ajuste à tendência geral. A administração não é meramente uma forma de organização social criada com o objetivo de realizar certas decisões; torna-se hoje cada vez mais evidente que a administração se está transformando num instrumento de interferência política e que os métodos usados na execução dos regulamentos podem servir como meio indireto de alterar o equilíbrio de poder numa sociedade. A distinção dogmática entre a criação da lei (legislação) e sua interpretação (jurisdição) já não parece tão nítida como antes, e vemos mais claramente que no processo de jurisdição os juizes estão criando o direito. Os sociólogos não consideram a educação apenas como um meio de compreender idéias culturais abstratas, como humanismo, ou especialização técnica, mas como parte do processo de influenciar homens e mulheres. A

educação só poderá ser compreendida se soubermos para que sociedade e posição social os alunos estão sendo educados.”

Se das diferentes perspectivas, se reafirma o mesmo pressuposto, haveria que se perguntar com qual objetivo, segundo cada uma? O interesse de políticos em criar, ou sustentar, a crença de que problemas possam ser resolvidos com isenção e neutralidade, dissimulando possíveis conflitos de interesse e incertezas que estão necessariamente subjacentes a cada decisão, talvez seja muito diferente do de um técnico que constrói um discurso não técnico para defender algo visionário.

Dado que este pressuposto (o da sociedade estar sujeita a um certo grau de tecnocracia e ainda com risco desta sujeição se expandir), é o esteio de toda a argumentação posterior, se ele for tomado no estrito senso da sua forma, pode ser usado como exemplo, tal qual uma caricatura com os seus traços exagerados em relação ao objeto que representa, para mostrar a fragilidade, idêntica à sua, de um outro pressuposto, que também faz as vezes de esteio, das sociedades ditas democráticas: o pressuposto da participação dos cidadãos nas decisões políticas tomadas nestas sociedades. Além do que, sem dúvida, vê-se que o segundo tem pontos em comum com o primeiro, já que ambos colocam em questão a participação no poder das pessoas comuns.

Difundir a visão de que a sociedade moderna estaria se encaminhando para um desenvolvimento mais técnico, mais administrativo que político, é, entre outras coisas, um meio de discutir a distribuição de poder na sociedade sem considerar que numerosa parcela da população, a constituída pelas pessoas comuns, não possui poder; que, a partir de um certo período, esta parcela se encontra imersa num universo social absolutamente diferente de tudo o que a humanidade já houvera experimentado, criado pelos meios de comunicação: a cultura de massa.

De fato, as técnicas surgidas neste século, que trouxeram o cinema, o rádio e a televisão, e também a divulgação, para a massa da população, de fatos e idéias através da imprensa escrita, passaram a atender interesses que vão muito além da busca do lucro financeiro pelas empresas de comunicação. Ou até, os interesses ligados ao poder fazem desta busca, no que se refere estritamente ao dinheiro, algo meramente secundário. Porém,

por tentador que tenha sido para o autor, não se pode atribuir às técnicas a responsabilidade pelo uso que é feito delas. Isto é o mesmo que desconhecer as formas de ação do poder político.

Tomando-se que o capitalismo, enquanto regime político, é uma prática de auferição de lucro que, onde viceja, também contribui para a constituição das regras que organizam o relacionamento humano, pode-se concordar que foi ele que mais se beneficiou da propaganda, embora nenhum outro sistema político tenha ficado distante de sua utilização. A finalidade quase que explícita do uso político da propaganda é sempre a mesma. Nunca a de simplesmente divulgar informação, mas a de obter legitimidade para algum grupo detentor de poder; a de obter a aquiescência dos que não dispõem de poder, o que é admitir que pelo menos de um mínimo de poder eles dispõem, para com o fato de que determinados outros dispõem. Para tanto há somente a alternativa de levar a maioria da população à participação política equivocada do ponto de vista da melhor defesa de seus interesses.

Como sublinha Tebbel (1972), há uma elite, não sempre a mesma, mas sempre uma, que consegue dispor dos recursos técnicos da propaganda. Esta elite, que não deve ser considerada, em princípio, sem conflitos internos ou homogênea exceto nos “governos totalitários”, tem em comum, entre seus membros, apenas que ocupam situação contraposta aos alienados do poder político. Portanto, em tese, nela cabe toda a gradação possível de cores ideológicas, o que é perfeitamente compatível com as afirmações de Roszak, bastando substituir os tecnocratas de Roszak, por elite detentora do controle dos meios de comunicação.

Pode-se, assim, entender que nas suas colocações de Roszak houve o deslocamento do que se passa nas relações desta elite, de qualquer colorido político que seja, com a massa dos alienados do poder, para o ambiente exclusivo das idéias. Ele propõe que, no futuro, a sociedade iria se organizar politicamente segundo o resultado de uma luta entre as novas e as antigas idéias; as primeiras repressivas e as últimas, libertadoras. Este deslocamento contribui, ao contrário do que o autor afirma ser o seu objetivo, para que o ponto essencial da alienação permaneça encoberto. Neste sentido, reproduz com exatidão o que se passava no movimento jovem, onde o enrijecimento na condição de alienação das,

de não participação nas, disputas políticas podia ser tomado como confronto ao poder instituído.

Quando o autor cita quais seriam as causas da “rebeldia jovem”, enumera três: o aumento absoluto e proporcional do número de jovens nos Estados Unidos e Europa a partir do pós-guerra; “a adulação que a máquina publicitária de nossa sociedade de consumo” faz aos jovens, em decorrência da enorme quantidade de dinheiro de que eles dispõem, e; a expansão da educação superior, colocando um grande contingente de pessoas nos campi universitários dos países desenvolvidos. Por algumas características que foram centrais para a capacidade de mobilização do movimento jovem e que coincidem com o que havia sido disseminado na cultura pela propaganda, se pode inferir a grande influência que o segundo desses motivos passou a ter sobre as pessoas. Nos quase vinte anos, que vão de fins da década de cinquenta a fins da década de setenta, a alegria e alguma dose de hedonismo estiveram sempre presentes em tudo que se identificava com a juventude. Cabe, então, a hipótese de que, na qualidade que almeja de tradutor do movimento jovem dos anos sessenta, Roszak formula uma proposta radical de combate à tecnocracia por um modo natural de vida que, diferente de ser a pura e simples retomada de um ideal tão antigo quanto o de Rousseau, é constituída pela crítica à massificação cultural, algo historicamente novo, deslocada dos elementos de origem, porém através do uso dos mesmos meios, com os mesmos recursos implicados no discurso, que possibilitaram esta massificação.

A contradição em que incorre, ao simultaneamente fazer crítica e utilizar os mesmos recursos de moldagem da realidade, também não é, em si, original. Tem analogia com as contradições que a elite detentora de poder político tem que conviver. Também ela, pelos seus conflitos internos, está longe de possuir o timão do desenvolvimento social, e acaba tendo a sua realidade moldada pela ideologia que cria com a finalidade de alienação dos demais; consome o mesmo que faz para o consumo dos demais. É por algo assim que se pode atribuir o evidente equívoco, se visto desde hoje, de McNamara que, no seu livro “Essência da Segurança”, de 1968, previu o horizonte, jamais realizado, de desenvolvimento e segurança para todos. A elite produz ideologia cujas finalidades inclui a de alienar a si mesma; precisa se justificar para si com o mesmo recurso com que se justifica para os demais.

A aparente superficialidade na análise dos elementos com que Roszak constrói seus argumentos, um segundo traço bastante presente na obra, que inclusive se pode depreender pelo que está acima, além de permitir afirmações e definições que de outro modo seriam temerárias, também contribui para que contradições fundamentais, com um pouco de boa vontade, passem despercebidas. Não se trata de discuti-las uma a uma, concordar com elas ou refutá-las, mas de observar que adquirem o caráter de “licenças lógicas”, em analogia às licenças poéticas. Quando se carece de forma como afirmar algo, se utiliza de idéias desviadas de seu eixo habitual, tal qual se faz com as palavras ou com a gramática na licença poética.

Por exemplo: quando Roszak, em suas conclusões, afirma, em endosso a Brown, que repressão alguma se faz necessária, e, pelo contrário, a vida sem repressão torna-se eterna, ele está fazendo referência à eternidade segundo a teologia cristã. Utiliza-se de um parágrafo de Brown:

“O instinto de morte só se reconcilia com o instinto de vida numa existência que não seja reprimida, que não deixe ‘linhas não vividas’ no corpo humano, afirmando-se então o instinto de morte num corpo que deseja morrer. E como o corpo está satisfeito, o instinto de morte já não o impele a mudar a si próprio e fazer história; e, portanto, como adivinhou a teologia cristã, a sua atividade dá-se na eternidade.”

É notável a ausência de algum detalhamento para assemelhar e diferenciar o que ele está propondo e o que entende por isso a teologia cristã. Ele aproxima duas coisas, a idéia de a não repressão completa terminar com a oposição entre vida e morte e a concepção cristã de eternidade, sem sequer assinalar a distancia que separa a imagem cristã de eternidade, daquilo que procura fazer intuir como sendo a não repressão. O abismo que se coloca entre as duas coisas desaparece com a justaposição.

Num outro trecho, ainda falando de Brown, Roszak comenta:

“Infelizmente, tal como o ‘Finnegans Wake’, a experiência (do Love’s Body) degenera para o preciosismo, tornando-se finalmente uma espécie douda de literatura de cordel, mostrando que Brown é, na verdade, um profeta muito professoral: um Dionísio com notas de rodapé.

Não obstante, o livro serve para mostrar onde Brown foi finalmente levado por busca do sentido psicanalítico da história. Em 'Life Against Death', Brown conclui que a cultura é uma materialização enferma de metáforas corporais geradas por repressão no mais profundo nível instintivo. Em 'Love's Body' ele dá o próximo passo: o esforço para recuperar, nessa cultura, os vestígios de nossa desintegrada unidade psíquica e para construir com esses remanescentes um princípio de realidade baseado na unidade orgânica que existia antes do advento da repressão. Esse projeto de arqueologia psíquica leva Brown muito além de Freud, entrando no campo da imaginação visionária, que não deve ser compreendida como uma ficção de símbolos habilmente trabalhados, e sim como o real realmente real, o escandalosamente, subversivamente, estarrecedoramente real. Como diria Keats, 'a verdade da imaginação'. Daí as palavras finais de Love's Body:

A antinomia entre mente e corpo, palavra e ato, fala e silêncio, superada. Tudo é apenas metáfora; só a poesia existe."

Como adendo, a aproximação das "licenças lógicas" com licenças poéticas, acima proposta, chega a aparecer nas palavras do próprio autor.

Quem é para ele o leitor quando supõe que pode propor a existência de alguma relação entre a intenção de superar todas as contradições, a partir de um comportamento não reprimido, e alguma concepção psicanalítica?

Também cabe assinalar no último trecho acima, embora esteja presente com alguma sutileza, o posicionamento contraditório do autor em relação à erudição, que em outros momentos chega a ser explícito, mas não discutido. Esta contradição, pelo menos, propicia que não se esteja colocado como inferior aos eruditos e nem superior aos não eruditos, condição mais comum entre os jovens.

Com estas duas características incluídas no estilo, quais sejam, o uso de "licenças lógicas" e o posicionamento dubio para com a erudição, torna possível apontar uma terceira: são alguns deslocamentos e sínteses, sem os quais a definição dos elementos para análise não poderiam ser feitas. Parte do exemplo está no que já foi discutido: quando é feita a contraposição entre a tecnocracia e a vida natural, esta contraposição, o próprio

autor o afirma, vem substituir à das diferentes ideologias políticas, que desde o final da II Guerra era entendido como o maior problema mundial. Por esta substituição, pela lógica da argumentação, deixavam de ter importância as diferenças entre regimes políticos que disputavam a hegemonia. Mais um deslocamento do mesmo tipo é feito quando define os conflitos entre as gerações de tal modo, transpondo-o diretamente do âmbito do ambiente familiar para o social como se a sociedade fosse uma grande família, que eles passam a ser centrais para a resolução dos problemas humanos.

Feitos estes dois deslocamentos, eles são sintetizados com o segundo englobando o primeiro: o conflito de gerações é o conflito entre o velho, a tecnocracia e tudo o mais de que a humanidade precisa se ver livre, e o novo, que será definido através de alguns recursos que serão discutidos adiante.

Tendo por base inicial os dois deslocamentos e a primeira síntese obtida, como no exemplo acima, pela mesma lógica e pelos mesmos recursos de argumentação, são produzidos outros deslocamentos. Estes levarão a novas sínteses, cujo resultado é a ampliação e fortalecimento da própria base.

É um processo sem limite preestabelecido que, na sua expansão, remete à possibilidade de se construir um novo universo de sentidos. Não se trata de um recurso original deste autor ou desta obra, mas que esteve presente em muito do que se identificava com o movimento da contracultura. Tanto que, por esta mesma via, pode-se partir da idéia de que, se o conflito que se colocava era entre o novo e o antigo, assimilável a um problema entre gerações, a sua solução já não exigia uma ação coletiva no ambiente social, mas se transpunha daí para questões estritamente concernentes ao comportamento cotidiano de indivíduos.

Mais um deslocamento: do conflito de gerações para o conflito de pessoas de diferentes gerações, com o segundo englobando o primeiro. No passo seguinte, o mesmo se repete ao se fazer a leitura dos problemas de relacionamento de pessoas de diferentes gerações pelas suas conseqüências psicológicas. Isto, no texto e no saber da contracultura, se tornou possível pela utilização do equívoco produzido pelos dois diferentes sentidos da palavra alienação: a alienação da realidade e a alienação política, levando-se a crer que não havendo a psicológica, não haveria a política.

Dois trechos, quando aproximados, dão esta idéia completa:

“É este estilo personalista que tem levado a Nova Esquerda a identificar a alienação como o problema político central da época. Contudo, não se trata de alienação naquele sentido puramente institucional em que o capitalismo (ou, aliás, qualquer economia industrial desenvolvida) tende a alienar o trabalhador dos meios e dos frutos da produção; e sim a alienação como o amortecimento da sensibilidade do homem para com o homem, um amortecimento que pode insinuar-se até mesmo naqueles movimentos revolucionários que com as melhores intenções humanitárias tentam eliminar os sintomas externos de alienação. Onde quer que elementos não-humanos - seja doutrina revolucionária ou bens materiais - assumem maior importância que a vida e o bem-estar humanos, temos a alienação entre os homens, e abre-se o caminho para a farisaica utilização de outras pessoas como objetos. Visto assim, o terrorismo revolucionário apenas imita a exploração capitalista. Os estudantes franceses expressaram a idéia em um de seus lemas em maio de 1968: *‘Une révolution qui demande que l’on se sacrifie pour elle est une révolution à la papa’*.”; e:

“[A alienação] não constitui uma distinção de ordem econômica que exista entre homens de diferentes classes, e sim uma moléstia que está enraizada dentro de todos os homens. Os verdadeiros pesquisadores da alienação, portanto, não são os cientistas sociais, e sim os psiquiatras. (Vale lembrar que na época de Freud estes últimos eram geralmente denominados ‘alienistas’.) E o psiquiatra sabe que a alienação decorre de atos secretos e profundos de repressão, que não cederá a um simples remanejamento das estruturas institucionais de nossa sociedade.

Pode até mesmo ocorrer que a alienação, corretamente entendida, tenha-se concentrado mais densamente nas camadas superiores da sociedade capitalista do que em seus sofrendores níveis inferiores. De outra forma, como explicar, em termos freudianos, a capacidade monomaniaca e a autodisciplina ascética do típico magnata explorador, a não ser considerando esse comportamento grotesco como uma perversão feroz dos instintos vitais transformados em agressividade sádico-anal?”

Assim, para o autor, os problemas humanos estão reduzidos aos de ordem psicológica e do comportamento.

Este conjunto de deslocamentos e sínteses segue a seguinte regra: se dois objetos colocados sob análise têm, no modo como são designadas, elementos em comum, estes elementos, podem, ainda que exclusivamente na linguagem, ter qualidades suas transferidas de um dos objetos para o outro; no exemplo, a alienação psicológica explica a alienação política. Um sentido ligado à palavra alienação, quando referente ao psiquismo, se desliza para a alienação política. Um outro recurso de linguagem, que também é utilizado na condição de argumento, pode ser definido do seguinte modo: um objeto, com toda a variedade de atributos que lhe é concernente, passa a ser definido a partir de um único, o que possibilita que seja colocado como parte de outro objeto que possua um atributo designado da mesma forma; o conflito de gerações explica todos os conflitos sociais uma vez que, nos conflitos, freqüentemente se coloca a defesa do velho contra a busca do novo. Com um recurso, o sentido se transfere de objeto; com o outro, a síntese possibilita a exortação à ação. Ambos os recursos, respectivamente, têm estreita analogia com a definição freudiana condensação e deslocamento, que compõem o processo primário, a maneira de funcionar do inconsciente, bem como, também respectivamente, com as figuras de linguagem da metonímia e da metáfora, indispensáveis à poesia.

De volta ao conteúdo, transparece como um forte determinante o fato de o livro se endereçar a norte-americanos. Em todos os demais países, o movimento da contracultura tinha uma declarada simpatia pela ideologia de esquerda, enquanto que, nos Estados Unidos, a hostilidade aos países socialistas era questão de identidade nacional. Pelos argumentos, se pode deduzir que a intenção do autor é, no mínimo, de estar na posição de neutralidade política entre a esquerda e a direita; ou estando igualmente contra as posições políticas tradicionais de direita e esquerda; ou, talvez mais apropriadamente, de não entrar em choque com o cerne da propaganda política sustentada oficialmente pelos Estados Unidos. Porém, isto ao invés de desqualificá-lo enquanto conteúdo pertinente aos anos sessenta, possibilita o assinalamento de mais um dado, não desta obra, deste autor ou de norte-americanos, mas da generalidade dos movimentos sociais da época e talvez, da generalidade dos acontecimentos cujo ambiente é o coletivo humano: diante da necessária adequação do discurso às características do coletivo humano a quem se dirige, para que sua existência seja notada, este discurso tem que denunciar, em si mesmo, detalhes que permitam situá-lo no tempo e geograficamente. O discurso, não podendo, como condição

mínima para ser tomado como existente, ameaçar as amarras que dão coesão de grupo ao coletivo a quem se dirige, se molda às contingências, carrega as marcas das contingências e indiretamente denuncia pontos essenciais do grupo que o acolheu. Esta idéia, inclusive, junta-se à de loucura, de alienação, como aquilo cujo sentido não encontra reconhecimento, quando também se pode pensar exatamente o oposto: sem alienação, não se obtém reconhecimento.

Devido aos dois últimos traços de estilo acima citados, quais sejam as “licenças lógicas” e os deslocamentos e sínteses, o discurso adquire a feição de algo que se coloca entre o saber científico e o devaneio. Tem a forma habitual de se argumentar em ciência, porém o conteúdo goza de maiores liberdades. Fazendo jus a isto, é assim que termina o prefácio, que é sempre o que por último se escreve:

“A tecnocracia não é apenas uma estrutura de poder possuidora de vasta influência material; é a expressão de um forte imperativo cultural, uma verdadeira mística profundamente endossada pela massa. Por conseguinte, é como uma esponja capaz de absorver prodigiosas quantidades de insatisfação e agitação, geralmente muito antes que pareçam outras coisas senão excentricidades divertidas ou aberrações inconvenientes. Surge então a pergunta: ‘Se em sua grandiosa marcha pela História a tecnocracia está realmente buscando a consecução de valores universalmente ratificados - A Procura da Verdade, A Conquista da Natureza, A Sociedade da Abundância, O Lazer Criativo, A Vida Ajustada - nesse caso por que não nos acomodar e desfrutar a viagem?’

A resposta, creio, é que eu mesmo me vejo incapaz de vislumbrar ao fim da estrada que seguimos com tanta confiança, nada senão os dois vagabundos tristes de Samuel Beckett, que sob uma árvore murcha esperam que suas vidas comecem. Além disso, acho que a árvore nem sequer será real - e sim uma contrafação de plástico. Na verdade, é possível que até os vagabundos não passem de autômatos ... embora - é claro - com largos sorrisos programados nos rostos.”

Em síntese, a linha de idéias desenvolvida por Roszak procura demonstrar que no íntimo de cada um, dentro dos limites do psiquismo, se expressariam as forças de opressão da cultura e de libertação dos indivíduos. Ambas, por definição, seriam discerníveis, principalmente porque, entre outras coisas, uma se identifica com o antigo e outra com o novo.

Deste modo, ao mesmo tempo que se encontra o parâmetro segundo o qual pode ser avaliado o que se passa no social e no psicológico, o problema somente é levado para um pouco mais adiante, mas não resolvido, devido às dificuldades surgidas das características deste parâmetro.

O novo ponto onde esta proposta situa o problema exige outros recursos, não incluídos na proposta, que permitam equacioná-lo. Não responde a: como distinguir o novo do antigo, dado que ambos são entendidos como incorporados no comportamento de pessoas?

É preciso considerar que as variações e o sentido contidos no comportamento de pessoas acarretam duas dificuldades a quem se propuser a julgá-las.

Primeira: no que se refere a comportamento, há pouco espaço para variações, para originalidade, dado que, por si mesmos, os comportamentos nada mais podem indicar, da intimidade das pessoas, que os sentimentos que lhes são subjacentes. E sentimentos subjacentes não necessariamente são o motivo do comportamento; pelo contrário, podem ter os mesmos determinantes que o comportamento. Há até a constatação de que os sentimentos traduzíveis em palavras são limitados a sete, então as variações são necessariamente poucas. Portanto, para se avaliar comportamentos sem se ver limitado a esta circunstância, a alternativa é que se os considere em conjunto com aspectos que lhe são exteriores, que o comportamento seja analisado em conjunto com o contexto.

Segunda dificuldade: exige critérios inteiramente subjetivos para avaliação, porque para se fazer deduções acerca de fatores subjacentes e determinantes a qualquer comportamento, a única ferramenta existente é que, quem se pretende avaliador, se ponha em relação especular com a pessoa cujo comportamento sofre avaliação; ou seja, que se ponha imaginativamente no lugar do outro, com todas as distorções obrigatórias a essas situações. Embora admitindo que quem avalia se encontra imerso em todas as determinações sociais, e que o avaliador ideal pode traduzir bem inclusive isso, pode traduzir tanto as determinações sociais ou culturais que submetem a quem ele avalia quando o que submete a ele mesmo, embora admitindo que o produto da avaliação possa refletir com exatidão o que foi criado na cultura do que foi avaliado e do que avaliou, não se pode reivindicar que nesse processo haja isenção.

Tendo que, também no que se refere a comportamento de pessoas, novo existe por contraste com antigo, e não por qualidades intrínsecas; que o comportamento novo só o é, necessariamente, durante um certo período, implicando em que possa ser datado, situado entre dois diferentes momentos, entendido como modismo e, por sobre o que, mais um novo irá surgir; que a busca constante do novo, através do comportamento, produz ciclos curtos dado que as variações possíveis são poucas; que cada novo comportamento, ainda por este último motivo, possui uma parcela de reacionarismo, pois traz de volta traços de outros já ultrapassados; por tudo isso, pode-se concluir que a exortação para os jovens agirem da maneira como o fizeram, e que os levou a que produzissem transformações culturais sensíveis, seguiu as mesmas regras de todos os demais modismos.

O modo de agir e o esforço em concatenar o discurso coerente com o agir, em si mesmos, podem ser datados. Neste movimento, o inusitado não estava no que podia ser visto, no comportamento ou no discurso, mas em como produzia o que podia ser visto; estava na preponderância da exortação, em detrimento do constrangimento, enquanto método de obtenção de determinados comportamentos.

O discurso com que a contracultura se divulgou, e que se vê exemplificado na obra de Roszak, ter adquirido estes contornos torna atraente a hipótese de ter sido decorrente da propaganda a que a população dos países industrializados esteve exposta.

Pelos contornos de estilo, relacionado ao conteúdo do discurso, é sugestivo de que ela, a contracultura, surgiu como reação ao estímulo, baseado na exortação, para consumir produtos, numa série infindável de novos produtos, dirigido à população já tomada numa condição de massa, de um grande todo sem definição precisa e sem menção aos grupos diferenciados que a compõem. O estímulo para consumir se origina, portanto, das técnicas de propaganda que foram se fazendo reconhecer como eficazes, e não simplesmente da necessidade ou da oferta de produtos. Foi criada uma nova origem para estímulos que influenciam o comportamento. Com isso, o padrão de consumo de produtos pode se impor como valor cultural, em substituição a outros; como parâmetro que passava a definir a posição social de pessoas ou grupo de pessoas. Do mesmo modo, há coerência em a contracultura ter sido sucedida pela cultura em que se faz a apologia do consumo.

Na obra de Roszak, frente às dificuldades em fazer julgamentos tendo por base o comportamento de pessoas, são colocadas duas saídas. Uma é fazer da subjetividade uma panacéia; o que foi extensamente explorado. É propor que as sentidos sejam atribuídos segundo o modo como são emocionalmente percebidos. A outra é repetir o processo que foi acima exemplificado pelo emprego peculiar que se fez da palavra alienação, com mais uma: a ideologia.

Ideologia é utilizada em dois sentidos. É tanto o véu com que a supra-estrutura recobre, encobre e distorce a verdade das relações das bases econômicas da produção (o que, em parte, se superpõe a um dos sentidos da palavra alienação), quanto o conjunto de idéias que dá vida e coesão a um grupo humano, qualquer que seja ele. Se passa de um sentido para o outro a depender da circunstância, tratando os dois, embora diferentes, como um único. O antigo e seus representantes são definidos como os que praticam a ideologia que leva à alienação política, enquanto que o novo, a nova sociedade a ser desenvolvida, teria na ideologia, na ideologia que molda a subjetividade e a defende como fonte de verdade, o seu ponto de coesão. É uma volta a mais que, se sofisticada o percurso, acarreta em outra dificuldade.

Por ser a ideologia da busca pelo novo o que dá coesão ao movimento jovem, e por este novo ser referente ao comportamento individual, restam duas alternativas. Ou os jovens ficam obrigados à constante criatividade que, a cada momento, impede a institucionalização, a cristalização, a sedimentação daquilo que no momento anterior foi vigente e assim impedindo a repressão que as instituições exercem sobre a liberdade individual. Ou conseguem alguma transformação das regras sociais de tal modo que o culturalmente vigente estaria imune de ser utilizado para reprimir.

Ao teorizar sobre acontecimentos em si mesmos muito complexos, que abrangem cultura, comportamento e política, essas idéias muitas vezes organizam diferentes possibilidades de solução, que implicam no surgimento de mais contradições em detalhes aparentemente periféricos. Como exemplo, as que foram postuladas com referência ao que está no último parágrafo: diante de diferentes alternativas, todas são aceitas, sem se excetuar as incompatibilidades entre elas. A juventude tomou como regras para si a excentricidade e a resistência à autoridade: duas soluções para a mesma questão impostas pelas instituições.

Em suma, o texto defende que, na nova sociedade, fundada a partir da nova cultura, haveria o exercício da influência, mas não o da autoridade, cuja única função é a de fazer valerem as normas, e estas, por sua vez, são cerceadoras. As normas dirigem o comportamento de indivíduos quando não há impulso íntimo que os oriente no mesmo sentido. Cada pessoa teria de buscar a consecução da utopia. A utopia seria possível, através da máxima aproximação com o que cada um quer, na intimidade de seu ser, sem nenhuma repressão. Atesta este entendimento o pequeno parágrafo:

“Brown e Marcuse, eu e você, a maioria de nós, talvez todos nós, que devemos cavar uma saída do antigo e resistente distanciamento de nosso ser: como atrever-nos a especificar os limites do real se estamos neste lado entenebrecido da libertação?” (Roszak, 1972: 127).

Mesmo com o que está acima suscitando mais coisas a serem discutidas, cabe antes assinalar um último traço de estilo, que o seguinte trecho ajuda a evidenciar.

“Para Marx não era ‘a consciência dos homens que determina sua organização social; pelo contrário, é sua organização social que lhes determina a consciência’ - uma tese que nunca conseguiu explicar direito nem o próprio Marx nem os desertores intelectuais burgueses que, segundo ele esperava, viriam a liderar o proletariado. Marcuse e Brown, por outro lado, acentuam a primazia da consciência na mudança social. Brown, sobretudo, trata a revolução exclusivamente em termos de uma iluminação apocalíptica. Mas até mesmo Marcuse, que se mostra mais ambíguo em relação à questão, conclui que a construção de uma ‘civilização não-repressiva’ exigirá uma visão clara da libertação libidinal desde o início. (...) Ademais, o tom em que Marcuse e Brown falam de libertação é distintamente não-marxista. Para Marcuse, a libertação é consecução de uma ‘racionalidade libidinal’; para Brown é a criação de um ‘senso erótico da realidade’ um ‘ego dionisiaco’. Quando procuram elucidar esses ideais, ambos tornam-se necessariamente rapsódicos, recorrendo à imagística do mito e da poesia. Ferem assim uma nota que tem faltado ostensivamente na literatura da ideologia social e sobretudo na literatura das ciências sociais. A maioria de nossos cientistas sociais encara a introdução da visão poética em seu trabalho quase da mesma forma que um monge virtuoso consideraria a possibilidade de hospedar uma meretriz no mosteiro. Para a contracultura, porém, é indiscutível que os poetas têm

percebido a verdade melhor que os ideólogos, que as visões são mais importantes que a pesquisa.” (Roszak, 1972: 106-7).

Estas afirmações, além de confirmar o que já visto acima, demonstram um exercício tautológico onde, por não haver argumentos racionais que atestem ser factível a almejada, apesar de um tanto indefinida, realidade social, insere-se prova da insuficiência da racionalidade para satisfazer o ser humano, que nada prova, mas que serve para desacreditá-la. O sonho, para o qual não há limites, ganha, por isso, crédito.

Porém, surge um senão: se em termos estritamente ideais, a racionalidade tem maiores limitações que o devaneio, para se deduzir que em termos práticos ocorre a mesma coisa, o devaneio necessita de algum auxílio. Ao se tomar o próprio movimento jovem como a realização de um devaneio, tanto quanto tudo o que logrou promover, confirma-se que os devaneios têm mais poder que a racionalidade. Mas, para se fazer isso, é preciso que um certo percurso esteja implícito: em socorro do devaneio, justamente constituído para conceber algo a que a racionalidade não permite chegar, inserem-se outros elementos que são de ordem diferente, não social, mas particular de cada ser humano. São as capacidades de devanear e de se deixar influenciar, necessariamente restritas a indivíduos.

Os elementos produzidos por estas capacidades são pontuados na sua origem individual e em seguida ganham o status de sociais quando elevados à categoria de característica da identidade de um grupo que se compõe dentro da sociedade. Ou seja, forma-se um círculo onde algo que existe, tem a sua existência justificada por aquilo que manifesta; ou, o que é a manifestação do movimento jovem passa a responder pela existência daquilo que na verdade lhe deu origem, o próprio movimento.

Como é possível que um exercício deste tipo, tão dificilmente sustentável, passe impunemente, ou, até ao contrário, seja um forte elo na formação do que se pretende um conjunto de idéias?

Certamente que se deve a que, a esta altura já existindo o movimento jovem, se tomou uma de suas mais nítidas peculiaridades manifestas, a de almejar o impossível, como se fosse um de seus determinantes. Além de tudo, naquele momento, reafirmar que o

movimento jovem almejava o impossível produzia o efeito de confirmação da qualidade para quem com ele simpatizasse.

Os traços de estilo vão se acrescentando em estreita analogias ao modo como no devaneio vão surgindo os complementos: conforme se mostram necessários para sustentar aquilo que anteriormente foi constituído. Com isso, os diversos elementos se fazem solidários entre si a ponto de, no seu conjunto, cada um depender de todos e todos de cada um, sugerindo uma concepção funcionalista. Mas, além dos traços de estilo já citados, existem outros, também inseparáveis do conteúdo que veiculam.

Mais um é o que constrói figuras próximas do sensível para fundamentar a crença em determinados aspectos daquilo que se busca compor como a realidade, com o risco aí implicado por serem os sentidos sujeitos às ilusões e o sentimento sujeito a influências. Tal risco é quase que evidente por si mesmo. Tanto que é dada garantia de imunidade contra ele, criada a partir da intuição e dos sentimentos, desde que sancionados por algum grupo que atendessem aos padrões ditados para a juventude.

Por paradoxal que seja, a juventude, caracterizada como avessa a normas, não poderia se fazer existir sem elas, sem muitas delas¹.

Para exemplo, veja-se o seguinte:

“Contudo, se em nossa sociedade o papel do especialista técnico for análogo ao do velho xamã tribal - no sentido de que ambos são respeitados pelo populacho como figuras que praticam uma magia misteriosas utilizando forças misteriosas - qual é a diferença importante entre culturas baseadas na experiência científica e na visionária? A diferença é real e da maior importância. Para determiná-la é preciso que estabeleçamos uma distinção entre a magia boa e a má - uma linha divisória que pode ser transposta em qualquer cultura, primitiva ou civilizada, e que na nossa foi transposta com o advento da tecnocracia.

A essência da boa magia - tal como praticada pelo xamã ou pelo artista - está

¹ Como adendo, é deste uso dos sentimentos e da intuição, desde que sancionados por um grupo, que se procura justificar as experiências psicológicas de introspecção e as vivências extraordinárias induzidas por drogas alucinógenas, chamadas de psicodélicas, imputando-se a elas o valor de verdades transcendentais.

em que ela procura sempre tornar acessível a todos o pleno vigor da experiência do mágico. Embora o xamã possa ser uma pessoa a quem se tenha delegado prestígio especial, seu papel consiste em conduzir seu povo às presenças sacramentais que o descobriram e que o transformaram em instrumento. Seu dom peculiar confere responsabilidade, e não privilégio. Da mesma forma, o artista expõe sua obra diante da comunidade na esperança de que através dela, como que através de uma janela, a realidade que ele percebeu seja testemunhada por todos quantos prestarem atenção. Para o xamã, o ritual desempenha a mesma função. Através da participação no ritual, a comunidade trava conhecimento com aquilo que o xamã descobriu. O ritual é o método do xamã para propalar sua visão; é sua oferta instrutiva. Se a obra do artista lograr seu intento, se o ritual do xamã for eficaz, ampliar-se-á a percepção da realidade por parte da comunidade; uma parcela das forças invisíveis se integrará à sua experiência.”

Mais um detalhe que, no trecho acima, vale ressaltar: é que a má magia também poderia ser definida como a que almejasse ter valor universal e a boa magia como a que teria valor para algum grupo restrito; não se trata da dimensão do grupo, mas da sua universalidade ou não².

Outro traço do estilo, fundamental e estreitamente relacionado ao de ignorar as contradições, é o que simultaneamente separa e vincula o novo ao antigo. É indispensável alguma erudição para descartar a importância da própria erudição através de argumentos teóricos. O novo não se faz enquanto tal, mas unicamente agredindo ao antigo, fazendo dele seu substrato, eventualmente incorporando partes pouco alteradas ou até inalteradas dele. Para se definir um modelo social novo, a ser criado pela juventude, como este modelo se baseia no comportamento de indivíduos, ou se exigiria uma criatividade inusitada nos milhares de anos de história humana, ou o material a ser utilizado não poderia ser ele mesmo novo.

A alternativa utilizada não é nenhuma das duas, mas as duas: faz-se uso do material de sempre e atribui-se a ele a qualidade de novo. Fala-se contra tudo que tenha valor normativo, sendo que inevitavelmente o ato de falar contra não possa ter outro valor que o normativo. Mesmo que se considerasse que uma única exceção seria necessária para

que nenhuma outra acontecesse, neste caso, não é do que se trata. O “ser jovem” implica em várias outras características, além da de ser contra normas.

Em uma citação, Roszak esclarece que:

“...em maneira e estilo, esses jovens radicais são extremamente ‘personalistas’, concentrados em relações face a face, diretas e abertas, com outras pessoas; hostis a papéis estruturados formalmente e aos padrões burocráticos tradicionais do poder e da autoridade”; ou:

“O fato é que foram os jovens, à sua maneira amadorística e até mesmo grotesca, que deram efeito prático às teorias rebeldes dos adultos. Arrancaram-nas de livros e revistas escritos por uma geração mais velha de rebeldes, e as transformaram num estilo de vida. Transformaram as hipóteses de adultos descontentes em experiências, embora freqüentemente relutando em admitir que às vezes uma experiência redunde em fracasso.

No final das contas, entretanto, não se pode deixar de ser ambivalente em relação a esse dinamismo compensatório dos jovens, pois pelo menos ele constitui um sintoma de sua situação inteiramente anormal. Não é ideal, e provavelmente nem sequer é bom que aos jovens caiba tamanha responsabilidade em criar ou imaginar soluções para toda a sociedade. Esta tarefa é grande demais para que tenham êxito. Na verdade, é trágico que numa crise que exige o tato e a sabedoria da maturidade, tudo quanto existe de mais promissor em nossa cultura esteja sendo construído a partir de tentativas canhestras, o que não pode deixar de acontecer quando os construtores são de todo neófitos.” (Roszak, 1972: 37).

As asserções acima evidenciam que em certos momentos o autor faz uma mistura dos argumentos em defesa do estilo do comportamento dos jovens da época com a pura e simples definição das características deste estilo. Boa parte da obra está composta da descrição dos comportamentos da moda e mais comentários que buscam dar sentidos transcendentais às suas particularidades.

Era moda então, embora fosse entendida como condição para a revolução que

² Para exemplos: Roszak, 1972: 260-1.

se imaginava estar realizando, tomar posições, definir as próprias opiniões e tomar as atitudes coerentes a elas da maneira mais inequívoca, eventualmente até beirando a grosseria. Isto, somado a ser contrário a tudo o que não cheirasse a novo, ou algo não novo mas tomado de maneira que se pudesse ter como absolutamente nova, formava aquilo que se definia como a radicalidade da juventude.

A busca de prazer através das sensações, a descontração e a demonstração de alegria também eram emblemas da juventude.

No campo da sexualidade, somente deveria ser aceito o que apontasse para a não repressão, para a igualdade entre os sexos e que afrontasse os costumes dos mais velhos. O amor livre, relacionamentos amorosos seguindo o surgimento de impulsos, sem qualquer implicação de compromisso posterior e sem conotação pejorativa para as mulheres que assim se comportassem, era abertamente defendido e se tornou um dos signos da época.

O comportamento masculino, que adquiriu cores, detalhes, gestos e maneiras que o feminilizaram. Fez-se com que ficasse diluída a linha que demarcava a diferença entre os sexos e decrescesse sua anteriormente intensa valorização social. Mesmo o homossexualismo, principalmente o masculino, porque do feminino não se falava, que até então era motivo de exclusão social sem maiores considerações, não passou a ser abertamente defendido, mas adquiriu algum respeito, pode aparecer parcialmente à luz do dia, sair dos subterrâneos onde coabitava com tudo o que fosse de mais execrável.

A defesa da igualdade entre os sexos, tendo isto o significado de oposição à inferioridade culturalmente bem sedimentada a que as mulheres ficavam relegadas, era estendida em benefício a todos os demais grupos: étnicos, religiosos, etc., que não usufruíssem do poder com igualdade de direitos. Daqui, embora também em outros momentos o mesmo possa ser observado, se pode depreender o que talvez seja o principal ponto, o principal pressuposto, que estava presente nas ações que coletivamente foram levadas a efeito, que foi responsável pelo grau de mobilização conseguido pelo movimento e, portanto, pelo poder político que logrou possuir. Subjacente a tudo estava a crença de que a solidariedade entre as pessoas seria obtida pelas transformações a serem produzidas pelo

movimento de contestação jovem. Uma solidariedade espontânea, que não necessitaria de qualquer forma de coerção para ser obtida e que se acha vinculada à formação de grupos compostos por minorias.

Os argumentos com que se procurava fazer crer que a solidariedade viria, eram todos de caráter humanista, no sentido de que defendiam, como princípio, o bem estar e a igualdade entre as pessoas. Não novos nem inquestionáveis, mas suficientemente convincentes dentro do imaginário que se afirmava para um numeroso contingente de pessoas. Serviam de resposta a todos os questionamentos que pudessem ser feitos naquele momento acerca de problemas políticos. Dizia-se que, assim, através da solidariedade, também os problemas individuais teriam soluções bem encaminhadas, embora este discurso tratasse somente questões políticas. Em se havendo solidariedade, o conhecimento e as formas de exercício político criadas até então pela humanidade se tornavam mesquinhas, menores, obsoletas e dispensáveis. E a prova de que a solidariedade era factível estava o próprio movimento jovem.

Se a exortação necessariamente resulta em repressão porque, se salienta alguns aspectos, coíbe outros, esta discussão não teve lugar no ideário. O exercício da influência recebia, desde que dentro do prescrito pelo movimento, valoração positiva. Ou mais propriamente, confirmando o pressuposto de que a exortação bastava como fator de organização social e de satisfação psicológica, chegou a se ter que esta seria a única via admissível de regulamentação para a convivência entre pessoas, num futuro utópico.

Por que, após tudo o que já havia ocorrido com a humanidade enquanto formas de exercício de poder, seria a partir daquele momento que nenhuma repressão se faria mais necessária?

Demonstrou que somente este mecanismo, sem outros recursos ligados a constrangimentos físicos ou à sobrevivência material, possuía uma força de coerção suficientemente poderosa para substituir, pelo menos durante algum período, a repressão.

E havia somente uma ameaça contida em todos os estímulos originados deste movimento, que era a de que, quem não se comportasse segundo o prescrito, estaria

excluído dele; ou seja, o que se organizou como movimento social teve como única finalidade manifesta a de tornar justamente a exclusão possível. A adesão ao movimento, a inclusão de si mesmos neste coletivo que se identificava pela disposição à contestação, que foi a sua força e razão de ser, recebe o atestado de sua autenticidade quando, ainda hoje, existem os convictos, não por provas, mas por algo que lhes vem da subjetividade, de que ali houve algo extraordinário.

Roszak, ao comparar a obra de Marcuse à de Brown como acima foi exemplificado, defende que o primeiro marcou o horizonte da busca de liberdade, mas não foi às últimas consequências, como, acertadamente, na sua opinião, o fez Brown. Portanto, obviamente, Roszak parte da premissa de que os dois autores tinham obras comparáveis. Conclui que se poderia ir mais adiante com as idéias de Marcuse, complementando-as com as de Brown, assim transpondo os limites do primeiro, para se chegar à máxima radicalidade na busca da liberdade.

Porém, entre Marcuse e Brown havia uma distância em termos de notoriedade, que Roszak ignorou. Por ter sido colocado ao lado de Marcuse, se inflava a importância de Brown. Das razões prováveis para que Roszak optasse por emprestar seu apoio às idéias de Brown, dada a frequência com que ocorriam os posicionamentos radicais, uma certamente está nas imposições da época. Roszak optou por emprestar apoio em oposição ao mais estabelecido, mesmo dentre os que se opunham.

A difusão destes posicionamentos no meio jovem denunciavam que propostas tão extremadas quanto possível tornavam uma obra mais atraente; era imposição da época. De um compromisso com a moda, ser sensível às exigências do momento na busca de tornar a obra atraente, ou estar ajustado a esta moda mesmo que não se necessitasse mudar a trajetória do que vinha se produzindo, tem a sua importância evidenciada também por Marcuse, cuja obra é bem exemplo de como este ajuste não fica restrito à periferia, à moldura das idéias, mas participa inclusive do método através do qual se constrói o saber.

2- Perversão e liberdade individual.

O termo perversão é definido etimologicamente como tendo surgido no séc. XVI, com o sentido de "ato ou efeito de perverter", "corrupção" (Cunha, 1982: 600). Obviamente, portanto, perversão pressupõe uma norma que lhe anteceda, à qual irá corromper. No uso corriqueiro, possui este sentido acima, acrescido ainda da possibilidade de se atribuir um caráter mais ou menos acentuado de imoralidade, ou de perversidade, àquilo a que se refere.

No uso médico, pode significar uma alteração, um transtorno, principalmente dos sentidos (Ferreira, 1986: 1318).

Assim, a idéia que lhe acompanha implica nesta relação de contraste com o normal. A perversão, portanto, está ligada ao mal, moral ou de saúde.

Seu emprego em psiquiatria foi feito, a partir do séc. XIX, para designar os desvios sexuais; ou seja, as práticas sexuais cujo caráter implicava em conflito com as tidas como normais. As perversões são, pois, classificadas em dois tipos:

- quanto ao objeto, quando se utiliza de um objeto diferente daquele que seria o normal para a prática sexual (e o normal considerado como uma pessoa adulta, do sexo oposto, que consente na realização do ato sexual. Como exemplos: homossexualismo, zoofilia, necrofilia, pedofilia);

- ou quanto ao meio de obtenção do prazer sexual. É o caso de pessoas que, principalmente, chegam ao prazer e se satisfazem com o que para as demais compõe os chamados jogos preliminares ao ato sexual. Assim também podem ser considerados os casos de "aberrações" destes jogos preliminares. Como exemplo: fetichismo, escopofilia, travestismo.

Um terceiro tipo, também admitido por alguns autores, é o que ocorre em função de um grande aumento de intensidade da atividade sexual (Schulte & Tölle, 1981).

Ao lado do emprego usual, leigo ou médico, desta palavra, e do qual difere, há o conceito que fez dela a psicanálise.

Da obra de Freud, sob a influência da perspectiva de Lacan, se pode resumir o lugar deste conceito por um certo enquadre: partindo de que a força geradora das determinações vindas do inconsciente tem origem numa proibição (num impedimento de realização ou de posse cujo modelo imaginarizado é a proibição do incesto), já na sua definição esta força possui uma potencialidade perversa, porque se constitui em função de ir contra aquilo o que uma lei proíbe. Ainda que esta força se situe a meio caminho entre o corpo e o psíquico, ela somente ganha seus contornos em função de ter sido precedida pela existência da lei que a proíbe.

Cada ser humano, portanto, cujas características andam a reboque dos ditames do inconsciente segundo esta concepção, consubstancia-se a partir da existência de uma lei proibitiva, e não de exortação. Esta lei proibitiva implica, obviamente, numa perda³.

Pela busca de cada ser humano de se reconstituir do que lhe foi tomado pela existência da lei, como a lei o proíbe, acaba havendo a substituição do perdido, do proibido, por outra coisa. Aquilo que substitui, porém, já não é algo externo, mas tem qualidade psíquica, é um elemento interno ao próprio psiquismo, resultante de um processo psíquico em que a lei participa. O que inicialmente foi perdido desperta o movimento de busca de reconstituição, que não tem como alcançá-lo. Está fora de alcance e foi substituído pelo seu “equivalente” psíquico.

Com isso, o ser humano, sempre em busca de se reconstituir, é definido segundo uma composição heterogênea: a sua busca traz, em si, uma ética, originada no e do social, e uma pulsão; a regra e a força que a ela se opõe, que, portanto, a pressupõe. Composição que, pela qualidade dos elementos que compatibiliza para que o ser humano exista enquanto tal, instala também a condição de conflito constante, de a pessoa estar submetida à lei e a ela se opor.

Diante do conflito, cuja tensão exige saída, há duas possibilidades e uma terceira alternativa.

Uma das possibilidades é a regra que proíbe ser atendida simultaneamente à

³Perda porque se foi proibido de possuir ou realizar, e não porque aquilo teria sido anteriormente possuído.

pulsão que dela resulta, através de uma via que faça as vezes de compromisso entre as condições determinadas por ambas as partes.

Nisto se encaixa a explicação para o sintoma psíquico do neurótico, entendido como a soma vetorial entre a proibição e a força que lhe é específica e em oposição, a pulsão, gerada por esta proibição.

A terceira alternativa é que a lei não se faça valer, o que acarreta num impedimento de um ser humano se situar, entre os demais, como mais um. Se todos estão sujeitos à lei, aquele que não estiver, uma vez que para ele a lei não se faz valer, arcará com as terríveis consequências de vivenciar sua condição não humana. Uma pessoa que por si mesma, sem a participação ou convivência de outros, possa manter um espaço específico para a sua identidade, enquanto que os demais, para tanto, têm leis e regras a seguir⁴, leva a que o conjunto das pessoas ao seu redor não tenha como, dentro da cultura, compartilhar da responsabilidade pelo que esta pessoa manifestar. É o caso da loucura.

Em a regra fundamental se fazendo valer e em não havendo a resolução do conflito como na neurose, via solução de compromisso onde tanto a pulsão quanto a regra se vejam simultaneamente satisfeitas, a possibilidade que resta se denomina perversão. Trata-se, neste caso, de a regra se fazer valer, (tanto que a pulsão se organiza, como na neurose e diferente da loucura, e a pessoa não pode dar solução à falta que a institui com unicamente o que seus recursos psíquicos produzem, como no caso da loucura) e simultaneamente não ser reconhecida em suas implicações.

O exemplo clínico, que passa a modelo, é o do feticismo. Freud o utiliza para demonstrar que o objeto de fetiche nega a falha, não em si, mas no primeiro objeto de amor: na mãe. O amor, a satisfação com relação à própria imagem vista enquanto reflexo do outro, o amor enquanto um pedido de amor, este outro a quem se pede, caso possua falha, leva à falha na própria imagem.

⁴ que embora sejam sociais, contingentes, e não estruturais, são necessárias, já que funcionam como reparo à lei fundamental. Esta, por definição, quando se faz valer, é incompleta nos seus efeitos e exige que a pessoa se submeta às regras conjunturais. Por exemplo, somente são necessárias regras, no plural, que digam o que é ser uma pessoa honesta, algo que contribui para a delimitação da identidade de alguém frente aos demais num determinado momento, diante da possibilidade de desonestidade, já que as pessoas perfeitamente submetidas à condição de honestidade não dependeriam de regras para agirem enquanto tais.

Como a incompletude do ser humano se evidencia na busca constante, ainda que fadada ao insucesso, de amor⁵, somente o fato de alguém existir já atesta a falha naquela que o gerou. Falha como a que se evidencia no corpo, pela diferença sexual entre homens e mulheres, responsável pela busca de uns a outros, na qual cada um oferece ao outro o que está além de si mesmo - que é a possibilidade de completá-lo - e se liga ao outro naquilo que está além do outro - que é a possibilidade de ser completado pelo outro. O objeto de fetiche, por negar a ausência de pênis na mãe⁶, faz ele próprio as vezes de pênis da mãe e, por esta via indireta, é o que devolve a integridade à imagem de si mesmo, resultando nas manifestações emocionais de prazer, peculiares a esta situação. Daquilo que se evidencia enquanto a diferença entre os sexos, algo - exatamente a parcela significativa - é negado, encoberto pela presença de algo outro, que é o objeto de fetiche⁷.

Admitindo que seja este o processo que justifica, do ponto de vista econômico, a maneira perversa de organização do psiquismo, e que seja bem sucedido em estabelecer o seu equilíbrio, em equacionar o conflito inerente à sua constituição, há que se levar em consideração que não é uma equação de resto igual a zero, dado que, pela repetição, manifesta-se clinicamente muitas vezes como um transtorno grave na vida das pessoas. A repetição, neste caso, portanto, tomada como indicativa da presença de um resto não resolvido, que exige continuamente um novo ciclo do mesmo processo.

É preciso também assinalar, mas somente assinalar, que em clínica se diferencia a estrutura ou organização perversa, de manifestação perversa. Tanto que: “o fato ou ato perverso constitui na maioria das vezes, um impasse na organização neurótica” (Chemama, 1995: 163).

Com este referencial para se definir neurose, psicose e perversão, pode-se formular a questão acerca de como ocorre a socialização, nos casos dos sintomas neuróticos e perversos.

⁵ O ser humano busca amor, não algo possível, seja satisfação de que tipo for, o que estabelece um diferencial entre ambos, entre o que é possível se satisfazer e o que se busca. Diferencial este que, a despeito de toda a experiência indicar a persistência da insatisfação, sustenta a busca. Estas duas idéias formam, portanto, um raciocínio onde o diferencial deixa de ser o resultado da conta de subtração entre o que se busca e o necessário, que serviu unicamente para defini-lo desde o empírico, e passa à condição de causa.

⁶ A ausência denota falta. Embora nas mulheres não falte pênis, uma vez que elas estão fisicamente íntegras e o pênis está ausente, a própria idéia de ausência denota, em última instância, falta. Não há como se afirmar que algo está ausente exceto a partir da expectativa de que estivesse presente.

⁷ Para discussão detalhada, vide: Mannoni, 1969: 9-27.

Juntando o que está acima e tendo que uma manifestação psíquica, para ganhar o contexto de um quadro clínico estabelecido, precisa se manifestar repetitivamente, dentro do mesmo padrão - e, além disso, nos casos de neuroses e perversões, estas manifestações são socializadas, isto é, mesmo que sejam vistas com estranheza ou desaprovação, não dão o caráter de loucura, de alheamento da realidade ao seu portador - é preciso se supor que alguma consonância se estabelece entre a pessoa neurótica ou perversa, o seu portador, e as demais. Em extensão, pode-se afirmar que esta consonância é necessariamente da mesma qualidade da que permite que pessoas se comuniquem. Com isso, compartilhar a realidade se transforma na possibilidade de comunicação.

A realidade deixa de ser um elemento dado, objetivo, ao qual se referenciam as pessoas, permitindo que umas se situem perante outras, e passa a produto da comunicação: a realidade o é como resultado do processo de comunicação; a realidade é o que se precipita do que se diz que ela é.

Por isso, há que se supor a existência, no psiquismo, de uma função reguladora que torne cada pessoa, em cada momento, sensível ao ambiente, ao que as demais pessoas admitem como sendo a realidade, porque será dentro desta realidade compartilhada, definida desde fora, que cada um poderá se comunicar. É a esta função reguladora que Freud dá o estatuto de instância psíquica e a designa de “eu”.

Porém, independentemente dos limites desta instância e de suas relações com as demais instâncias psíquicas⁸, uma das suas relações é com a realidade, que, a despeito de todos os determinantes, é formada arbitrariamente, sem embasamento fora da esfera exclusivamente humana. A implicação a que se chega é que, tomando indivíduos isoladamente como objeto de observação, não se pode inferir acerca da formação da realidade, uma vez que este processo resulta da relação de indivíduos, no desenrolar da história humana.

⁸ muito embora, neste ponto, das relações entre o eu e as demais instâncias psíquicas, se situe uma questão de extrema importância, já que dela se chega à discussão sobre de que deriva a relação do indivíduo com a realidade, ou, em outras palavras, de que emerge aquilo que se manifesta como a possibilidade de manutenção ou de perda do senso de realidade. Também aí há uma abertura que permite a discussão da relação entre o social e o psíquico, porque, se se compartilha ou não da realidade, o motivo para isto tem que ser investigado em indivíduos, enquanto que a composição da realidade é assumida como produto da coletividade humana. Este enfoque também leva a que o processo de composição da realidade, a maneira pela qual a realidade se constitui, não possa ser responsável pelo que irá resultar na relação do indivíduo com esta realidade, o que é o oposto do que Laing e Cooper afirmaram, conforme acima já apresentado.

Daí a analogia entre participar da realidade e os mecanismos envolvidos na perversão, uma vez que o conteúdo que se comunica encobre diferenças existentes entre as pessoas, tal qual o objeto de fetiche encobre a diferença sexual entre homens e mulheres.

As características passíveis de serem percebidas como comuns a diversas pessoas, (por não estarem nunca baseadas somente em marcadores objetivos, biológicos ou outros, mas também em valores sociais ligados a marcadores mais ou menos objetivos) dependem, para serem assim percebidas, de como a realidade é construída. Esta conclusão não muda ainda que a avaliação seja realizada pelas próprias pessoas avaliadas, mesmo que as características consideradas sejam relativas à maneira de se experimentar o que se passa com o próprio corpo. E são com estas características - peculiaridades da pessoa ou de seus interesses - que, sendo percebidas e/ou entendidas como comuns, que se justifica o que seria a participação de uma mesma realidade.

A construção da realidade atende ao duplo objetivo de tanto ser instrumento para interferência no meio, não-humano ou humano, quanto para somar, para juntar, para dar corpo àquilo que, numa aceção que considere haver singularidades intransponíveis de um indivíduo para outro, é a aproximação de fragmentos heterogêneos.

A relação do indivíduo com a realidade traz mais um ponto: por que os indivíduos se deixam permear pela realidade, uma vez que ela, portando alguma carga de ilusão, faz com que nem todos sejam igualmente beneficiados quando dela compartilham? Apesar de esta questão ter de ser pensada como referente à constituição do psiquismo⁹, e não da realidade, é preciso se considerar que há, na composição da realidade, elementos que ali estão com a finalidade de coagir as pessoas para que dela compartilhem.

E a construção da realidade, com esta finalidade, traz dois tipos de argumentos. Primeiro, a busca de benefícios, que eventualmente pode ser o de evitar algum mal, de cada

⁹Das concepções freudianas, particularmente no que se refere à resolução do Complexo de Édipo, a participação da realidade talvez possa ser justificada por possuir a função de, pelo reconhecimento vindo desde as demais pessoas, suprir o narcisismo frente a necessidades estabelecidas pela diferença que inevitavelmente existe entre aquilo que a pessoa exige de si e o que tem condições de realizar; ou entre as características da pessoa do pai e as exigências que se colocam para quem ocupa este lugar. Com o reconhecimento vindo desde outras pessoas se tem condições para apaziguar conflitos de uma das fontes de desconforto emocional. As exigências originadas de outras fontes - por falhas parciais, na periferia, da interdição do acesso ao objeto causador do movimento pulsional-, associadas às do narcisismo, na aceção acima, dariam o colorido particular da realidade para cada um.

A outra aceção para narcisismo, também utilizada na discussão acima, é a que com ela se procura dar conta de como o objeto causador do movimento pulsional e o eu mutuamente se constituem.

um para si mesmo. Segundo, em função do senso moral, para que daquilo outro se beneficie. Ocorre, porém, que benefício e mal são também fruto da realidade. A avaliação de bom e mal é feita sem isenção, uma vez que as pessoas estão, desde antes, comprometidas com a realidade.

Assim, é possível se entender que a socialização, enquanto fenômeno psíquico, ocorre a partir da convivência estabelecida entre as pessoas em torno da realidade arbitrariamente (e não naturalmente) construída. Convivência que se manifesta na forma de crença numa determinada conformação da realidade, mesmo diante de evidências que neguem esta conformação. Justamente porque tais evidências existem é que a convivência pode ser detectada. E a convivência se desenvolve utilizando mecanismos superponíveis aos descritos como pertencentes à perversão.

Se no exercício repetitivo de se reafirmar a convivência, responsável pela sustentação de uma realidade sedimentada, sempre permanece um resto que exige novo ciclo de reafirmação, (também à semelhança da perversão), esta realidade dá chance de ser questionada e acaba por sê-lo por grupos da totalidade social. Grupos que justamente se identificam enquanto frações porque se manifestam em discordância quanto à composição ou conformação da realidade. Daí é possível formular a hipótese de que quanto maior a liberdade ou a tendência da totalidade social em se dividir em frações mais numerosas, maior a tendência de que emergjam condutas perversas. Hipótese por sinal convergente com o discutido por Durkheim e conceituado como anomia, conforme acima já apresentado.

Quanto a diferenças entre a socialização e a perversão, é possível se colocar em dúvida se haveria alguma forma de se conceber a perversão que não como um fenômeno coletivo. Haveria alguma manifestação perversa que pudesse depender da ação de uma só pessoa? Caso houvesse, como, neste caso, diferenciar a expressão clínica da perversão daquilo que se apresentasse como “o ato ou fato constituído a partir de um impasse na organização neurótica”?

O possível critério de que a manifestação neurótica é clinicamente analisável e, pela análise, deixa de se apresentar como sintoma, ao contrário da manifestação perversa, deixa de considerar muitas variáveis contidas na própria clínica para que se mostre

minimamente seguro. Porque existem estas muitas variáveis, nem todo neurótico é “analisável”, e portanto se poderia inferir que, em circunstâncias favoráveis, perversos seriam “analisáveis”.

Em contrapartida à perspectiva centrada no indivíduo, há a condição que somente ocorre no coletivo - o que a faz não clinicamente analisável - de pessoas que exploram, em defesa de seus interesses, as brechas e as fissuras presentes nas leis, regras ou normas. Uma regra, de valor abrangente, pode ser tomada em diferentes acepções ou profundidades por diferentes grupos, maiores ou menores, de pessoas. Não se fica à margem da lei ou contra ela, porém também não se fica inteiramente submetido a ela. Uma variante desta condição, que aparentemente contraria a idéia de que a lei produz uma força que se lhe opõe, ocorre quando um grupo possui regras que só valem para si; seria um excesso de regras. Porém quando é assim, as regras que somente existem para os membros do grupo, além de implicarem em exigências dirigidas a eles, também os colocam em condição efetivamente ou supostamente privilegiada frente às demais pessoas. Se as coincidências são tantas, socialização e perversão diferem uma da outra somente quanto ao que manifestam ser ou não aceito como saudável ou adequado pela moral predominante, e não pelos seus processos e conteúdos.

Assim, a ampliação da liberdade individual e a liberalização dos costumes terminam por se aproximarem ou até por coincidirem. A exortação à liberdade individual, quando não está atrelada à alguma proposta de transformação social que restrinja o leque de alternativas aceitáveis para o comportamento, serve de estímulo para que as pessoas, individualmente, apresentem comportamentos passíveis de serem considerados perversos, fora das regras morais predominantes.

3- BIBLIOGRAFIA DE THOMAS SZASZ ARTIGOS

Szasz, TS.

— “Psychotherapy: A Sociocultural Perspective.” *Compr Psychiatry*, Vol. 7, No. 4, Aug 1966, 217-23.

— “The Painful Person.” *J Lancet*, Vol. 88, No. 1, Jan 1968, 18-22.

— “College Psychiatry: A Critique.” *Compr Psychiatry*, Vol. 9, No. 1, Jan 1968, 81-8.

— and Alexander, GJ. “Mental Illness As An Excuse For Civil Wrongs.” *J Nerv Ment Dis*, Vol. 147, No. 2, Aug 1968, 113-23.

— “Justice In The Therapeutic State.” *Compr Psychiatry*, Vol. 11, No. 5, Sep 1970, 433-44.

— “The Sane Slave: An Historical Note On The Use Of Medical Diagnosis As Justificatory Rhetoric.” *Am J Psychother*, Vol. 25, No. 2, Apr 1971, 228-39.

— “The Negro In Psychiatry. An Historical Note On Psychiatric Rhetoric.” *Am J Psychother*, Vol. 25, No. 3, Jul 1971, 469-71.

— “American Association For The Abolition Of Involuntary Mental Hospitalization.” *Am J Psychiatry*, Vol. 127, No. 12, Jun 1971, 1698.

— “The Ethics Of Addiction.” *Am J Psychiatry*, Vol. 128, No. 5, Nov 1971, 541-5.

— “Drugs, Doctors, And Deceit.” *N Engl J Med*, Vol. 286, No. 2, Jan 13 1972, 111.

— “The Ethics Of Addiction.” *Int J Psychiatry*, Vol. 10, No. 1, Mar 1972, 51-61.

— “Bad Habits Are Not Diseases. A Refutation Of The Claim That Alcoholism Is An Disease.” *Lancet*, Vol. 2, No. 767, Jul 8 1972, 83-4.

— and Alexander, GJ. “Law, Property, And Psychiatry.” *Am J Orthopsychiatry*, Vol. 41, No. 4, Jul 1972, 610-26.

- ___ "Voluntary Mental Hospitalization. An Unacknowledged Practice Of Medical Fraud." *N Engl J Med*, Vol. 287, No. 6, Aug 10 1972, 277-8.
- ___ "Mental Illness As A Metaphor." *Nature*, Vol. 242, No. 5396, Mar 30 1973, 305-7.
- ___ "Illness and Indignity." *JAMA*, Vol. 227, No. 5, Feb 4 1974, 543-5.
- ___ "The Myth Of Psychotherapy." *Psychother Psychosom*, Vol. 24, No. 4-6, 1974, 212-21.
- ___ "Might Makes The Metaphor." *JAMA*, Vol. 229, No. 10, Sep 2 1974, 1374.
- ___ "Schizophrenia: The Sacred Symbol Of Psychiatry." *Br J Psychiatry*, Vol. 129, Oct 1976, 308-316.
- ___ "The Myth Of Psychotherapy." *Am J Psychother*, Vol. 28, No. 4, Oct 1974, 517-26.
- ___ "The Case Against Compulsory Psychiatric Interventions." *Lancet*, Vol. 1, No. 8072, May 13 1978, 1035-6.
- ___ "Insanity And Irresponsibility: Psychiatric Diversion In The Criminal Justice System." *Ala J Med Sci*, Vol. 16, No. 2, Apr 1979, 108-12.
- ___ "The Psychiatric Will. A New Mechanism For Protecting Persons Against 'Psychosis' And Psychiatry." *Am Psychol*, Vol. 37, No. 7, Jul 1982, 762-70.
- ___ "Psychiatry: Rethoric And Reality." *Lancet*, Vol. 2, No. 8457, Sep 28 1985, 711-2.
- ___ "What Counts As Disease?" *Can Med Assoc J*, Vol. 135, No. 8, Oct 15 1986, 859-60.
- ___ "The Case Against Suicide Prevention." *Am Psychol*, Vol. 41, No. 7, Jul 1986, 806-12.
- ___ "AIDS And Drugs: Balancing Risk And Benefits." *Lancet*, Vol. 2, No. 8556, Aug 22 1987, 450.
- ___ "Koryagin And Psychiatric Coercion." *Lancet*, Vol. 2, No. 8610, Sep 3 1988, 573.
- ___ "Psychiatric Justice." *Br J Psychiatry*, Vol. 154, Jun 1989, 864-9.

- “Dying With Their Rights On.” *Lancet*, Vol. 335, No. 8685, Feb 10 1990, 356-7.
- “Diagnosis Are Not Diseases.” *Lancet*, Vol. 338, No. 8782-8783, Dec 21-28 1991, 1572-6.
- “Crazy Talk: Thought Disorder Or Psychiatric Arrogance?” *Br J Med Psychol*, Vol. 66(Pt 1), Mar 1993, 61-7.
- “Curing, Coercing, And Claims-making: A Reply To Critics.” *Br J Psychiatry*, Vol. 162, Jun 1993, 797-800.
- “Psychiatric Diagnosis, Psichiatric Power, And Psychiatric Abuse.” *J Med Ethics*, Vol. 20, No. 3, Sep 1994, 135-8.
- “Audible Thoughts’ And ‘Speech Defect’ In Schizophrenia. A Note On Reading And Translating Bleuler. *Traduttori Traditori*.” *Br J Psychiatry*, Vol. 168, No. 5, May 1996, 533-5.
- “A Brief History Of Medicine’s War On Responsibility.” *J Clin Epidemiol*, Vol. 49, No. 6, Jun 1996, 609-13.

Artigos de autoria de Thomas Szasz que, embora a referência bibliográfica tenha sido encontrada, não foi possível obtê-los.

- __ "Some observations On The Relationship Between Psychiatry And Law." A. M. a. Arch Neurol & Psychiatr, 1956, 75-297.
- __ "Malingering: Diagnosis Or Social Condensation? Analysis Of The Meaning Of 'Diagnosis' In The Light Of Some Interrelations Of Social Structure, Value Judgement, And The Physician's Role." A.M.a. Arch Neurol & Psychiatr, 76, 432.
- __ "On The Experiences Of The Analyst In The Psychoanalytic Situation: A Contribution To A Theory Of Psychoanalytic Treatment." J Am Psychoanalytic A, 4:197.
- __ and Hollender,MH. "A Contribution To The Philosophy Of Medicine. The Basic Models Of The Doctor-patient Relationship." A.M.A. Arch Int Med. 97:585.
- __ "On The Theory Of Psychoanalytic Treatment." Int J Psycho-analysis, 1957, 38:166.
- __ "A Contribution To The Psychology Of Schizophrenia." A.M.A. Arch Neurol & Psychiatr, 1957, 77:420.
- __ "Commitment Of The Mentally Ill: "Treatment" Or Social Restraint?" J Nerv & Ment Dis, 1957, 125:293.
- __ "Psychiatric Expert Testimony: Its Covert Meaning And Social Function." Psychiatry, 1957, 20:313.
- __ "Psychoanalysis As Method And Theory." Psychoanalyst Quart, 1958, 27:89.
- __ "Psychiatry, Ethics, And The Criminal Law." Columbia Law Review, 1958, 58:183.
- __ "Scientific Method And Social Role In Medicine And Psychiatry." A.M.A. Arch Int Med, 1958, 101:228.
- __ "Mem And Machines." Brit J Phil Sci, 1958, 8:310.

- ___ "Psychoanalytic Training: A Socialpsychological Analysis Of Its History And Present Status." *Internat J Psychoanalysis*, 1958, 39:598.
- ___ "Politics And Mental Health: Some Remarks Apropos Of The Case Of Mr. Ezra Pound." *Am J Psychiatry*, 1958, 115:508.
- ___ "A Critical Analysis Of Some Aspects Of The Libido Theory: The Concepts Of Libidinal Zones, Aims, And Modes Of Gratification." In: Bellar, L. (cons. ed.). *Conceptual And Metodological Problems In Psychoanalysis*. Ann N Y Acad Sc, 1959, 76:975.
- ___ "The Classification Of 'Mental Illness'. A Situational Analysis Of Psychiatric Operations." *Psychiatr Quart*, 1959, 33:77.
- ___ "Recollections Of A Psychoanalytic Psychotherapy: The Case Of The 'Prisoner K'." In: Burton, A. (ed.). *Case Studies In Counseling And Psychotherapy*. Chapter 4, pp. 75-110, Englewood Cliffs, N J, 1959, Prentice-Hall.
- ___ "The Communication Of Distress Between Child And Parent." *Brit J Med Psychol*, 1959, 32:161.
- ___ "Psychiatry, Psychotherapy, And Psychology." *A.M.A. Arch Gen Psychiatr*, 1959, 1:455.
- ___ "Mach And Psychoanalysis." *J Nerv & Ment Dis*, 1960, 130:6.
- ___ "The Myth Of Mental Illness." *American Psychologist*, 1960, 15:113.
- ___ "Moral Conflict And Psychiatry." *Yale Rev*, 1960, 49:555.
- ___ "Civil Liberties And The Mentally Ill." *Cleveland Marshall Law Rev*, 1960, 9:399.
- ___ "The Ethics Of Birth Control: Or, who Owns Your Body?" *Humanist*, Nov-dec 1960, 20, 332-6.

- ___ "Mind Tapping. Psychiatric Subversion Of Constitutional Rights." Am J Psychiatry, Oct 1962, 119: 323-7.
- ___ "Bootlegging Humanistic Values Though Psychiatry." Antioch Rev, Fall 1962, 22: 341-9.
- ___ "The Concept Of Transference." Int J Psychoanal, 1963, 44: 432-43.
- ___ "Criminal Insanity: Fact Or Strategy?" New Republic, Nov 21 1964, 19-22.
- ___ "The moral dilemma Of Psychiatry: Autonomy Or Heteronomy?" Am J Psychiatry, Dec 1964, 121: 521-8.

4- TEXTOS QUE DIRETAMENTE DISCUTEM TRABALHOS DE THOMAS SZASZ.

- __Thorne, FC. "An Analysis Of Thomas Szasz' 'Myth Of Mental Illness'." Am J Psychiatry, Vol. 123, No. 6, Dec 1966, 652-6.
- __Moss, GR. "Szasz: Review And Criticism." Psychiatry, Vol. 31, No. 2, May 1968, 184-94.
- __Sander, FM. "Some Thoughts On Thomas Szasz." Am J Psychiatry, Vol. 125, No. 10, Apr 1969, 1429-31.
- __Reiss, S. "A Critique Of Thomas Szasz's 'Myth Of Mental Illness'." Am J Psychiatry, Vol. 128, No. 9, Mar 1972, 1081-5.
- __Dumont, MP. "A Commentary On The Szasz-Cohen Controversy." Int J Psychiatry, Vol. 10, No. 1, Mar 1972, 68-9.
- __Hamilton, M. "Psychology In Society: End Or Ends?" Bull Br Psychol Soc, Vol. 26, 1973, 185-9.
- __Roth, M. "Psychiatry And Its Critics." Br J Psychiatry, Vol. 122, 1973, 334.
- __Nunes, ED. "The Disease Model And The Diagnosis Of Mental Illness. Bedford College, 1974. (mimeogr.)
- __Sonnenreich, C; Bassit, W; Brambilla, MM; et all. "A Psiquiatria E Seus 'Anti'." Temas, Ano IV, Números 7-8, Jun-Dez 1974, 7-221.
- __Kubie, LS. "The Myths Of Thomas Szasz." Bull Menninger Clin, Vol. 38, No. 6, Nov 1974, 497-502.
- __Engelhardt, HT; Spicker, S. (ed.)- "Mental Health: Philosophical Perspectives." D. Reidel Publishing Co., Boston, USA, 1976.

- __Koupernik, C. "Antipsiquiatria: Senso Ou Contra-senso?" Trad. Cabral, A. Zahar Ed., R. de Janeiro, 1976.
- __Gruson, P. "Thomas Szasz, Idéologie Et Folie." *Sociologie du Travail*, 4/76, 1976, 443-7.
- __Roth, M. "Schizophrenia And The Theories Of Thomas Szasz." *Br J Psychiatry*, Vol. 129, Oct 1976, 317-26.
- __Sonenreich, C; Bassit, W; Castro, GB. "O Mito Do Pensamento Progressista." *Temas*, Ano VII, Número 12, Jun 1977, 5-25.
- __Hoffman, M. "Philosophical Aspects Of 'Mental Disease'." *Aust N Z J Psychiatry*, Vol. 12, No. 1, Mar 1978, 29-33.
- __Pies, R. "On Myths And Countermyths: More On Szaszian Fallacies." *Arch Gen Psychiatry*, Vol. 36, No. 2, Feb 1979, 139-44.
- __Cohn, JS. "In Defense Of Szasz: The Case For Medical Realism." *Arch Gen Psychiatry*, Vol. 36, No. 13, Dec 1979, 1461-2.
- __Miller, RD. "Voluntary 'Involuntary' Commitment: The Briar-Path Syndrome." *Bull Am Acad Psychiatry Law*, Vol. 8, No. 3, 1980, 305-12.
- __Edwards, RB. "Mental Health As Rational Autonomy." *J Med Philos*, Vol. 6, No. 3, Aug 1981, 309-22.
- __Laor, N. "Old Whig Psychiatry: The Szaszian Variant." *Isr J Psychiatry Relat Sci*, Vol. 19, No. 3, 1982, 215-27.
- __Murphy, T. "Differential Diagnosis and Mental Illness." *J Med Philos*, Vol. 7, No. 4, Nov 1982, 327-35.
- __Laor, N. "Szasz, Feuchtersleben, And The History Of Psychiatry." *Psychiatry*, Vol. 45, No. 4, Nov 1982, 316-24.

- __Chodoff, P; Peele, R. "The Psychiatric Will Of Dr. Szasz." *Hastings Cent Rep*, Vol. 13, No. 2, Apr 1983, 11-13.
- __Vatz, RE; Weinberg, LS. "Challenging The Challengers Of Szasz's Psychiatric Will." *Hastings Cent Rep*, Vol. 13, No. 6, Dec 1983, 44-5.
- __Laor, N. "Hobbesian Principles In Szasz's Writings." *Clio Med*, Vol. 19, No. 1-2, 1984, 32-9.
- __Hundert, EM. "Philosophi, Psychiatry And Neuroscience: Three Approaches To The Mind." Clarendon Press, Oxford, 1989.
- __West, DJ. "Szasz On Psychiatric Justice." *Br J Psychiatry*, Vol. 154, Jun 1989, 870-1.
- __Kilwein, ML. "Thomas Szasz- A Sampling Of His Thoughts." *J Clin Pharm Ther*, Vol. 14, No. 5, Oct 1989, 323-7.
- __Mariner, AS. "Lack Of Reference To The Work Of Thomas Szasz." *Am J Psychiatry*, Vol. 146, No. 12, Dec 1989, 1648.
- __Fabrega, H. "Dr. Fabrega Replies [letter]." *Am J Psychiatry*, Vol. 146, No. 12, Dec 1989, 1648.
- __Lipowski, ZJ. "The Integrative Approach To Psychiatry." *Aust N Z J Psychiatry*, Vl. 24, No. 4, Dec 1990, 470-4.
- __Burke, HB; Fisen, RA; Flint, J. "Psychiatric Diagnoses And Diseases [letters]." *Lancet*, Vol. 339, Jan 18 1992, 184.
- __Mindham, RHS; Scadding, JG; Cawley, RH. "Diagnoses Are Not Diseases." *Br J Psychiatry*, Vol. 161, 1992, 686-91.
- __Kleinke, CL; Baldwin, MR. "Responsibility Attributions For Men And Women Giving Sane Versus Crazy Explanations For Good And Bad Deeds." *J Psychol*, Vol. 127, No. 1, Jan 1993, 37-50.

- __Bentall, RP; Pilgrim, D. "Thomas Szasz, Crazy Talk And The Myth Of Mental Illness." Br J Med Psychol, Vol. 66 (Pt 1), Mar 1993, 69-76.
- __Leff, J. "Comment On Crazy Talk: Thought Disorder Or Psychiatric Arrogance By Thomas Szasz." Br J Med Psychol, Vol. 66 (Pt 1), Mar 1993, 77-8.
- __Makari, GJ. "Toward An Intellectual History Of Transference: 1888-1900." Psychiatr Clin North Am, Vol. 17, No. 3, Sep 1994, 559-70.
- __Sabshin, M. "In Response To Szasz [letter]." J Med Ethics, Vol. 21, No. 2, Apr 1995, 117.
- __"Thomas Szasz." National Review, Feb 12 1996, 45-8.
- __Roth, M; Kerr, A; Howorth, P. "Commentaries On 'Audible Thoughts' And 'Speech Defect' In Schizophrenia". Br J Psychiatry, Vol. 168, 1996, 536-9.